Nº 44

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

hil
Editora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

2019

Línguas e instrumentos lingüísticos 44 / Campinas: CNPq – Universidade Estadual de Campinas;2019; Unicamp, 1997-2019

Semestral.
ISSN 1519-4906

1. Linguística - Periódicos 2. Análise do discurso - Periódicos 3. Semântica - Periódicos 4. História - Periódicos I. Universidade Estadual de Campinas

CDD – 410.05
– 412.05
– 900

Copyright © 2019 dos Autores para efeito desta edição e posteriores. Direitos cedidos com exclusividade para publicação em língua portuguesa para o Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Todos os direitos reservados.
O uso, a reprodução, a apropriação, o estoque em sistema de banco de dados ou processo similar, por meio eletrônico, por fotocópia, gravação ou processo de qualquer natureza (inclusive a partir do site www.revistalinguas.com), está condicionado à expressa permissão do Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Editores: Eduardo Guimarães e Eni P. Orlandi
Editora Adjunta: Greciely Cristina da Costa
Comitê Editorial: Cristiane Dias (Unicamp), Eduardo Guimarães (Unicamp), Greciely Cristina da Costa (Unicamp), Sheila Elias de Oliveira (Unicamp).
Diagramação: Anderson Braga do Carmo, Fábio Bastos, Greciely Cristina da Costa, Renata Ortiz Brandão e Vinícius Massad Castro
Editoração eletrônica: Fábio Bastos
Capa: Fábio Bastos, sobre projeto gráfico original de Claudio Roberto Martini
Revisão: Equipe de revisores sob supervisão do Projeto História das Idéias Lingüísticas

Edição eletrônica: www.revistalinguas.com
2019

Impresso no Brasil

JULHO
DEZEMBRO
2019
ISSN 1519-4906

LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

APRESENTAÇÃO

Em seu 44º número, a revista *Língua e Instrumentos Linguísticos* apresenta dezesseis textos assim distribuídos: cinco artigos na *Seção Aberta*; texto de apresentação, nove artigos e uma *Resenha* no *Dossiê* que, nesta edição, celebra os 50 anos de publicação de "*Analyse Automatique du Discours*", de Michel Pêcheux.

No primeiro artigo da *Seção Aberta*, intitulado "Alguns apontamentos para uma História da HIL na França e no Brasil", Thaís de Araujo da Costa expõe considerações que resultam de sua pesquisa sobre o processo de institucionalização e disciplinarização da História das Ideias Linguísticas (HIL) desenvolvida na articulação com a Análise de Discurso, no Brasil e na França.

No artigo "Gestos de autoria na imprensa mato-grossense", Leila Castro da Silva e Joelma Aparecida Bressanin analisam, discursivamente, o texto "A mulher brasileira também triumphará", de Maria Dimpina, publicado, em 1918, na revista "A Violeta", periódico escrito por mulheres na primeira metade do século XX, em Cuiabá. As autoras procuram compreender como se dá a constituição do sujeito-autor nesta revista.

Em "A forma *-cídio* e suas articulações morfológicas sob o ponto de vista da enunciação", Thalita Nogueira Dias, com base na Semântica da Enunciação, apresenta um estudo semântico da forma *-cídio* em articulações morfológicas tais como homicídio, infanticídio, suicídio, feminicídio, generocídio, lesbocídio, sincericídio, politicídio, encontradas em sites da *web*.

No artigo "Instrumentos linguísticos e discursos de disponibilização de/em instrumentos digitais de aprendizagem", Cidarley Grecco Fernandes Coelho, a partir da História das Ideias Linguísticas, se propõe a refletir sobre a relação entre tecnologia e ensino, considerando tanto os processos de significação de instrumentos digitais de aprendizagem em sua dispersão, quanto a opacidade de discursos de disponibilização de conteúdos educacionais em redes digitais.

A seção de artigos se completa com o texto "MPL e MBL: a avenida Paulista e o movimento antes de p e b – uma reflexão sobre a formação algorítmica, de Guilherme Ferragut, no qual o autor, baseando-se, sobretudo, no conceito de condições de produção, apresentado por

Pêcheux em “Análise Automática do Discurso”, analisa duas imagens da ocupação da avenida Paulista: a primeira, em 2013, ocupada pelo MPL, e a segunda, em 2016, pelo MBL, mostrando o funcionamento da formação algorítmica.

Organizado por Eni Puccinelli Orlandi, o *Dossiê Comemorativo* “AAD-69: uma obra fundadora e a construção de um novo objeto” reúne um conjunto de analistas de discurso em torno de questões, análises e reflexões que partem de diferentes entradas de leitura, em especial, do livro “Análise Automática do Discurso”. Em seus artigos, os autores dão a ver a maneira pela qual seus trabalhos são afetados por esta obra fundadora à medida que mobilizam conceitos, interrogam a teoria, se inspiram em formulações para continuarem levantando questões. Trata-se de gestos de compreensão e atualização teórica possíveis pela consistência e potência da teoria construída por Michel Pêcheux, que permanece consequente na análise da relação entre língua(gem), história e sujeito.

A revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos* tem se dedicado, ao longo de mais de vinte anos, a visibilizar estudos que possam contribuir para a reflexão sobre a linguagem em seu funcionamento. Portanto, com este número, dá-se sequência a este trabalho de por em circulação o conhecimento produzido pelas ciências da linguagem.

Os Editores

ALGUNS APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DA HIL NA FRANÇA E NO BRASIL

Thaís de Araujo da Costa*
UFF

Resumo: *Este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre o processo de institucionalização e disciplinarização no Brasil e na França da História das Ideias Linguísticas (HIL), notadamente daquela que se desenvolve a partir da articulação com a Análise de Discurso de origem francesa (AD). Para tanto, buscar-se-á responder a três perguntas norteadoras: 1) em que consiste a articulação entre HIL e AD?; 2) como se constitui a relação entre o lugar do analista de discurso e o do historiador das ideias linguísticas; e 3) qual a diferença entre História das Ideias Linguísticas e Historiografia Linguística?*

Abstract: *This paper aims to present some considerations on the process of institutionalization and disciplinarization of the History of Linguistic Ideas (HIL) in Brazil and in France, especially the one emerging from the articulation with French Discourse Analysis (AD). To do so, three are the guiding questions to be answered: 1) what kind of articulation is held between HIL and AD?; 2) how is established the relationship between the position of the discourse analyst and the one of the historian of the linguistic ideas?; and 3) what is the difference between History of the Linguistic Ideas and Linguistic Historiography?*

1. Introdução

Neste artigo, proponho-me a tecer algumas considerações a respeito do processo de institucionalização e disciplinarização da *História das Ideias Linguísticas (HIL)* no Brasil e na França, notadamente daquela que se desenvolve na relação com a *Análise de Discurso (AD*), produzida a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux, na França, e dos de Eni Orlandi, no Brasil. De início, faz-se preciso pontuar que, assim como Ferreira (2018), entendo que no Brasil:

> o modo pelo qual a institucionalização das pesquisas em História das Ideias Linguísticas iniciou foi norteador para a maneira como esse nome – História das Ideias Linguísticas – significa enquanto designação de um domínio de conhecimento, ao lado de outros nomes, notadamente, o nome Análise de Discurso (FERREIRA, 2018, p.17-18).

Desse modo, a singularidade do processo de historicização da HIL no Brasil, associada ao número reduzido de obras na literatura especializada que abordem de forma pormenorizada a temática aqui aventada, justifica a relevância deste e de outros trabalhos que se proponham a refletir sobre o processo de historicização desse domínio de saber em solo brasileiro.

Devo alertar, contudo, que, também em virtude dessa falta, é possível que o leitor reconheça neste artigo um certo caráter tateante que o aproximaria de um ensaio. Mais do que escrever a história desse domínio, embora contribuir para esse fim seja o principal propósito desta reflexão, irei deter-me aqui a expor o gesto de leitura por mim depreendido quando, durante a escrita da minha tese de doutoramento[2], algumas questões se impuseram de tal forma que refletir acerca do fazer em HIL no Brasil tornou-se incontornável. Seguir esse trajeto tão pessoal de leitura é, pois, o que justifica o emprego por vezes da primeira pessoa do singular, reforçando o tom ensaístico do texto.

Na referida tese, inscrevendo-me no lugar de articulação entre AD e HIL, investiguei o funcionamento do discurso gramatical em circulação no Brasil no século XX. De início, o significante "articulação", tão presente nos trabalhos filiados à mesma perspectiva teórica que a minha, me causava um certo incômodo devido à sua opacidade. De fato, o que se diz quando se afirma que há uma articulação entre um domínio e outro? Ou em outras palavras, em que consiste essa articulação a partir da qual inclusive desenvolvo as reflexões ora apresentadas?

Somou-se a essa questão, à época, ainda uma outra – decorrente de uma aparente superposição entre o objeto de análise, o aporte teórico adotado e os lugares em que eu me inscrevia enquanto professora de língua portuguesa e pesquisadora que ia se constituindo como tal e como autora a partir desse lugar de teorização –: afinal, eu era uma

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

historiadora que fazia análise do discurso gramatical ou uma analista de discurso que tinha como objeto a história das ideias linguístico-gramaticais (re)produzidas no Brasil num determinado período?[3] Ou seja, embora nesse momento eu ainda não soubesse, a questão que então se colocava era compreender como se constitui discursivamente a relação entre esses dois lugares: o do analista e o do historiador – e como essa relação não só me afeta enquanto sujeito-pesquisadora, mas, consequentemente, como afeta o meu objeto, o meu fazer analítico e o processo de escrita resultante desse fazer.

Note-se, portanto, que responder a essas questões era crucial não só para depreender o funcionamento das contradições constitutivas da institucionalização desses domínios no Brasil em seus modos de articulação[4], como para, enfim, dar início à análise da materialidade das gramáticas e à escrita da tese. Porém, antes de compreender como enquanto sujeito-pesquisadora eu era afetada e em que lugar, nessa articulação, eu me inscrevia, fez-se necessário, considerando, como pontua Pêcheux (2006, p.18), que a simples menção dos nomes desses domínios de saber não é "suficiente para caracterizar uma posição de trabalho", refletir sobre o processo de constituição por que passou cada um em solo brasileiro e os (des)limites que se colocaram como efeito desse encontro.

Assim sendo, cabe, por fim, esclarecer que, apesar de a reflexão que aqui tecerei ter como escopo iluminar alguns aspectos do processo histórico por meio do qual a HIL se estabeleceu no Brasil, ao longo da análise, devido ao percurso traçado nesse processo, por vezes será evocado o cenário europeu, bem como o encontro entre a HIL e outras disciplinas em solo francês e brasileiro. Além disso, farei também alguns apontamentos a respeito da relação estabelecida entre HIL e *Historiografia Linguística* (HL) na Europa e no Brasil.

2. Processo de institucionalização e disciplinarização da HIL no Brasil

Essa história começa nos anos 1980. Após um processo de institucionalização e de disciplinarização iniciado na década anterior (Scherer; Sousa; Medeiros; Petri, 2014), ganhava visibilidade nas universidades brasileiras, sobretudo com os trabalhos de Eni Orlandi, professora do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/Unicamp), a AD formulada, na França, na

década de 1960, por Michel Pêcheux e o grupo de pesquisadores que com ele trabalhava. A AD pecheutiana ou francesa, como ficou conhecida, havia nascido a partir da articulação e do deslocamento de três regiões do conhecimento científico – linguística, materialismo histórico e teoria do discurso – e da consideração do atravessamento dessas regiões por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (Pêcheux; Fuchs, [1975] 2010)[5] – articulação esta que, a despeito das contribuições teóricas efetuadas pelos pesquisadores brasileiros, aqui se manteve e se mantém até os dias atuais.

Nessa mesma década, um projeto coletivo intitulado "Discurso, Significação, Brasilidade" era desenvolvido na Unicamp sob a coordenação de Eni Orlandi. Incluindo como uma de suas linhas de pesquisa a questão da língua e da brasilidade, foram nessa época desenvolvidos no cerne desse projeto estudos sobre a história da língua portuguesa no/do Brasil na sua relação com as línguas indígenas e com as línguas de imigração aqui faladas.

Embora se possa afirmar que o germe do encontro entre HIL e AD está nessas pesquisas, é somente na década de 1990 que esse encontro ganha forma material, notadamente a partir do estabelecimento de um projeto de colaboração científica franco-brasileiro liderado por Eni Orlandi e Sylvain Auroux, membro do Laboratoire d'Histoire des Théories Linguistiques (LAB-HTL)/ Paris 7[6], centro de irradiação na Europa dos estudos em HIL do qual o pesquisador francês viria a ser diretor de 1992 a 2001. Auroux à época se encontrava à frente de um grande projeto coletivo e internacional, iniciado em 1982, que, sob o título "Histoire des idées linguistiques", tinha por objetivo promover uma revisão das pesquisas consagradas a esse tema[7]. Já Eni Orlandi realizava, nos anos 1987-1988, um estágio de pós-doutorado na França quando tomou conhecimento do projeto organizado por Auroux. A partir desse contato inicial, foi assinado, no ano seguinte, um convênio entre a Unicamp e a Universidade de Paris VII e, em 1992, o projeto de colaboração científica franco-brasileiro, intitulado "História das Ideias Lingüísticas: Construção do Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional", que, contando com a participação de pesquisadores franceses e brasileiros filiados a lugares teóricos diversos, tinha por objetivo estender as reflexões em história das ideias linguísticas que já vinham sendo desenvolvidas na Europa aos países ditos de colonização, tornando possível pensar a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

história da constituição do saber linguístico e metalinguístico sobre a língua no/do Brasil, na sua relação com a constituição dessa língua como língua nacional (Orlandi, 2001)[8].

Posteriormente, mais especificamente entre 1996 e 2003, um outro projeto, nomeado "História das Ideias Linguísticas no Brasil: Ética e Política de Línguas", a partir do qual se buscou pensar a questão das relações de línguas como uma questão política, incluiu, no Brasil, na coordenação, ao lado de Eni Orlandi, Diana Luz Pessoa de Barros, professora especializada em Semiótica Discursiva da Universidade de São Paulo (USP), e, na França, pesquisadores da École Normale Supérieure Fontenay/Saint-Cloud, hoje École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines, em Lyon. Filiados a esse projeto, foram desenvolvidos ainda diversos trabalhos em outras universidades brasileiras para além da Unicamp e da USP e europeias, como a Université de Lausanne, na Suíça, e a Université Sorbonne Nouvelle, na França, e estabelecidos contatos menos formalizados com pesquisadores de universidades da Alemanha e da Itália[9][10]. Entre os anos de 2005-2008, um terceiro grande projeto intitulado "O Controle Político da Representação: Uma História das Ideias" foi desenvolvido sob a coordenação de Eduardo Guimarães (Unicamp), no Brasil, e Jean-Claude Zancarini (ENSLSH), na França.

Ferreira (2018) cita como responsáveis pela expansão dos estudos em HIL no Brasil, paralelamente a esse acordo de cooperação internacional: 1) o estabelecimento de acordos interinstitucionais nacionais realizados no início dos anos 2000, os quais proporcionaram o desenvolvimento de vários outros projetos; 2) a institucionalização de linhas de pesquisa e de disciplinas em HIL ou que levam em conta esse campo de pesquisa, o que resultou numa grande quantidade de dissertações e teses defendidas nessa área ou a ela articulada, muitas das quais inclusive tornaram-se posteriormente livros; 3) a realização de eventos científicos específicos ou com relevante participação de pesquisadores dessa área; e 4) a publicação de periódicos especializados, como a Revista *Língua e Instrumentos Linguísticos*, em circulação desde 1998; ou com edições voltadas especificamente para essa área, como o número 52 e o número Especial da Revista *Fragmentum*, de 2018; o número 42 da revista *Letras*, de 2011, e o número 42 da revista *Cadernos de Estudos Linguísticos,* de 2002.

A partir desse breve panorama histórico, devemos fazer aqui

algumas considerações. A primeira diz respeito à transferência tanto da AD quanto da HIL da França para o Brasil, processo este ao qual, como podemos depreender a partir de Orlandi (2003)[11], essas teorias não passam incólumes. E isso porque, como explica a autora, a transferência pressupõe o trabalho da memória local, que promoveu, nesse caso especificamente, em função das distintas condições de produção, alguns deslocamentos necessários para que essas teorias se desenvolvessem e conquistassem espaço nas universidades brasileiras. Isso significa, em outras palavras, que, uma vez em solo nacional, tanto a AD quanto a HIL já não poderiam mais ser as mesmas de alhures, ou melhor, são as mesmas, porque nelas há algo que permanece das teorias europeias, mas também são outras, com peculiaridades inerentes às novas condições de produção em que se inscrevem, porque são frutos de deslizamentos historicizados de sentidos, os quais também produzem efeitos sobre esse lugar que se disse ser de articulação entre AD e HIL.

Um outro ponto a que devemos nos deter aqui diz respeito à heterogeneidade constitutiva do processo de institucionalização e disciplinarização da HIL em terras brasileiras. Como dito anteriormente, a HIL foi introduzida em nossas universidades por meio do estabelecimento de projetos de colaboração científica franco-brasileiro. Sobre a equipe de pesquisadores filiados a esses projetos, afirma Ferreira (2018):

> Se, de um lado, os primeiros projetos de História das Ideias Linguísticas se produziram a partir de uma articulação forte com a Análise de Discurso, de outro, eles também puderam integrar pesquisadores de diversas instituições universitárias brasileiras, inscritos em áreas diferentes, como, por exemplo: sintaxe, semântica, análise de discurso, semiótica, pragmática, sociolinguística, linguística indígena, lexicologia, filosofia da linguagem, história, estudos clássicos, ciências da informação e da cognição e literatura (FERREIRA, 2018, p.20).

Do inserto, podemos concluir que, embora sejam significados no currículo de alguns programas de pós-graduação, como, por exemplo, o da Unicamp e o da UFF, não só como disciplina autônoma, mas também como linha de pesquisa, muitas vezes os estudos em HIL são

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

desenvolvidos no Brasil a partir de articulações com outros lugares teóricos. Dessas articulações, dadas as ressonâncias produzidas de um domínio em outro, emergem distintos fazeres teórico-analíticos. Daí as considerarmos como (des)encontros, na medida em que o encontro de uma teoria com uma outra teoria produz o desencontro dessas teorias com elas mesmas. Podemos citar como exemplo disso que está sendo colocado, além da articulação entre HIL e Semiótica Discursiva e entre aquela e AD, cujos nomes de referência no Brasil, como visto, são, respectivamente, Diana Luz Pessoa de Barros e Eni Orlandi[12], a articulação entre HIL e Semântica Enunciativa, que tem como nome de referência o do professor Eduardo Guimarães (Unicamp).

Além da heterogeneidade constitutiva decorrente desses distintos (des)encontros, são desenvolvidos também no Brasil, ao lado das reflexões em HIL, estudos que se inscrevem no lugar teórico da chamada Historiografia Linguística (HL), cujos nomes de referência são Cristina Altman (2012), no Brasil, notadamente no Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH-DL/USP)[13], Konrad Koerner (1978/1996/2014) e Pierre Swiggers (1996/2010), na Europa.

3. Qual a diferença entre História das Ideias Linguísticas (HIL) e Historiografia Linguística (HL)?

Essa foi uma das perguntas que se impuseram a mim ao cursar, durante o meu estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle, no segundo semestre de 2015, a disciplina História das Ideias Linguísticas. Lembremos aqui que, como dito anteriormente, eu havia ido para o estágio sem saber ainda se era uma historiadora que fazia análise do discurso gramatical ou uma analista de discurso que tinha como objeto a história das ideias linguístico-gramaticais. Ocorre que, no semestre anterior, eu havia cursado uma disciplina de Historiografia Linguística, no Brasil, e quanto mais eu mergulhava no estudo da HIL, mais opaca parecia para mim a distinção entre esta e aquela, sobretudo porque, nas aulas na França, percebi que a distinção entre um domínio e outro não era uma questão que se colocasse. Nesta seção, então, levantarei pontos que, a meu ver, produzem essa opacidade para então defender a tese de que há, na Europa, uma contradição constitutiva entre esses dois domínios, HIL e HL, que não se coloca da mesma forma no Brasil, pelo menos não no que concerne

à relação entre o fazer teórico-metodológico da HL e o resultante da articulação AD-HIL.

Em primeiro lugar, o que chamou a minha atenção foi o fato de que tanto os estudos de Konrad Koerner quanto os de Pierre Swiggers são citados indistintamente por pesquisadores filiados ao LAB-HTL na França, assim como os de Auroux e de outros teóricos desse laboratório o são pelos estudiosos de HL no Brasil e na Europa. Além disso, lendo as obras de referência desses domínios, é possível observar diversos pontos de encontro, o que nos sugere a existência de uma tensão constitutiva entre esses domínios, bem como entre as práticas a eles filiadas e entre os sentidos de *história* e *historiografia* colocados em funcionamento, como ilustra o quadro a seguir:

Quadro 1 – HIL X HL	
HIL	**HL**
***Discours préliminaire*, de F. Thurot (1796)** ↓ Discurso fundador da historiografia moderna (Auroux, [1992] 2009)	***Discours préliminaire*, de F. Thurot (1796)** ↓ Discurso fundador da história da linguística (Altman, 2012; Koerner, 2014)
F. Thurot ↓ primeiro historiador da gramática (Auroux, ibid.)	**F. Thurot** ↓ primeiro historiógrafo da linguística (Swiggers, 1996; Koerner, 1978; Altman, 2012)
***Historiographia Linguistica* fundada por Koerner em 1974** ↓ a primeira publicação especializada da área (Auroux, 1988)	***Historiographia Linguistica* fundada por Koerner em 1974** ↓ a primeira publicação especializada da área (Altman, ibid.)

Como é possível ler no Quadro 1, nesses dois lugares, o *Discours préliminaire*, de F. Thurot, publicado em 1796, é significado como

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

discurso fundador[14] da "historiografia moderna" por Auroux ([1992] 2009, p.11) e da história da linguística por Koerner (2014) e Altman (2012). Em função dessa publicação, Thurot também é significado como o primeiro "historiador da gramática" por Auroux (ibid.) e como o primeiro "historiógrafo da linguística" por Koerner (1978), Swiggers (1996) e, à luz desses e outros autores, por Altman (ibid.). Além disso, também de ambos os lugares, a revista internacional *Historiographia Linguistica,* fundada por Koerner em 1974, é tomada como a primeira publicação especializada da área (Auroux, 1988; Altman, 2012; Koerner, 2014).

No tocante aos conceitos e à relação estabelecida entre *história* e *historiografia*, observa-se que há nas obras de referência de ambos os domínios um movimento de distinção de um fazer caracterizado, no âmbito da HL, como *história da linguística* e, no da HIL, como *historiografia moderna*. Lemos em Koerner (1996, p.25) que a historiografia diz respeito a um "modo de escrever a história do estudo da linguagem" que tem como resultado "a história, i.e., o discurso do passado tal como produzido pelo historiador" (ibid., p.26). Altman (2012), à luz das reflexões de Koerner, elenca diferentes práticas historiográficas desenvolvidas desde o século XVIII, produzindo um efeito de distinção entre os estudos filiados ao que chama de *história da linguística*, a qual é predicada pela autora como "tradicional" e na qual, segundo ela, se observa de modo geral o estabelecimento "da figura individual do autor da teoria, do precursor genial, do pioneiro na aplicação de um método ou na construção de um modelo" (ibid., p.23), e os que se inscrevem em HL, os quais, não se resumindo como aqueles a "crônicas", isto é, "a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem" (ibid., p.26), têm por objetivo "compreender os movimentos em *história da ciência*" a partir de "uma atividade de seleção, reconstrução, ordenação e interpretação dos fatos" (ibid., p.27, itálico nosso).

Já Auroux ([1992] 2009) propõe, relendo Koerner (1978), a divisão dos trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos a partir do século XIX, retomada, em nota, como "historiografia moderna" (ibid., p.11, nota 1), em três categorias: 1) os que, de base documentária e factual, têm por objetivo reunir documentos referentes ao conhecimento e à história das línguas; 2) os que, também de base

factual, são homogêneos à prática de que derivam, como, por exemplo, os estudos desenvolvidos por filólogos sobre a gramática; e 3) os que, de papel fundador, voltam-se sobre o passado com vistas a legitimar uma prática contemporânea[15]. O autor acrescenta ainda uma quarta categoria que é constituída por obras de orientação generalizante[16] que, surgidas a partir de meados do século XX, se propunham a "fazer a história da *linguística concebida como uma ciência*, isto é, como uma forma de saber cuja organização e cujas propriedades formais seriam estáveis" (ibid., p.12, itálico nosso). Note-se aqui que essas quatro categorias elencadas por Auroux muito se aproximam do que Koerner (2014) e Altman (2012) designam como *história da linguística*, de cujo fazer teórico-metodológico, conforme os autores, distingue-se o da HL.

Do lugar da HIL, distanciar-se do conceito de ciência pressuposto na quarta categoria elencada por Auroux é o que justifica a proposta de substituição do significante *teorias* – presente na designação do laboratório francês, por exemplo – por *ideias* – nome pelo qual atualmente é designada a teoria, embora na França ainda compareça, ao lado desse, o nome *História das Teorias Linguísticas*. Como explicam Colombat, Fournier e Puech (2010), a noção de *teoria* poderia colocar em questão uma certa concepção de ciência desenvolvida no ocidente a partir do século XVIII, sendo, desse modo, mais adequado empregar o termo *ideias* por este ter a vantagem de ser menos engajado epistemologicamente ou, em outras palavras, de apresentar um engajamento menos normativo levando em consideração a diversidade de formas que o saber pode tomar na história.

Essa substituição produz ainda, a nosso ver, um efeito de distanciamento entre o fazer em HIL, tal como formulado na França, e o fazer em HL, cuja filiação produz sentidos no Brasil, já que por *Historiografia Linguística* entende-se, como podemos deduzir a partir de Koerner (1996) e Altman (2012), a escrita da história da (ciência) linguística ou (das ciências) da linguagem. Diz Altman (2012):

> A historiografia linguística que ambicionar descrever e explicar a <u>história das ciências da linguagem</u>, e os fatores que puderem ser associados ao seu desenvolvimento, deve ambicionar igualmente examinar as circunstâncias de produção e de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> recepção do conhecimento que se constrói sobre a linguagem e as línguas. Dessa perspectiva, a historiografia linguística tem como objeto a história dos processos de produção e de recepção das ideias linguísticas e das práticas delas decorrentes que, por sua vez, geraram novas ideias e novas práticas, em um processo de continuidade e descontinuidade, de avanços e de retomadas, inerentes à busca de conhecimento (ALTMAN, 2012, p.22, sublinhados nossos).

Observemos aqui que a expressão *ideias linguísticas*, em Altman (ibid.), tem um sentido distinto daquele que comparece em Colombat, Fournier e Puech (2010), visto que se filia tão somente ao que, desse lugar, se toma por conhecimento científico, e se distanciar dessa concepção de ciência, como vimos, é justamente o que justifica a substituição de *teorias* por *ideias* na designação do domínio de saber.

A tensão entre os sentidos de *história* e *historiografia*, bem como a heterogeneidade constitutiva das práticas filiadas a esses nomes, se faz significar em diversos estudos do domínio da HIL. Dentre esses, destacamos o artigo *Histoire des idées linguistiques et Horizons de rétrospection,* de Christian Puech (2006), membro e ex-diretor adjunto do LAB-HTL. Segundo esse autor, nos anos 1950 e 1960, o fazer historiográfico estava associado a abordagens simplificadoras (nas quais predominavam noções como a de "influência" e "precursor", periodizações aproximativas e uma teologia positivista), advindas, sobretudo, do empréstimo da noção de paradigma de Thomas Kuhn.

É necessário aqui fazermos uma breve digressão para que compreendamos o posicionamento de Puech (ibid.). Para Kuhn ([1962-1970] 1983), uma disciplina se torna ciência quando adquire um paradigma, isto é, um modelo a partir do qual se estruturam tradições particulares e coerentes de prática científica. Para tanto, é preciso que haja duas características essenciais simultâneas: suas realizações devem ser suficientes para atrair um grupo de adeptos, afastando-os de outras formas de atividades científicas concorrentes, e devem abrir perspectivas suficientemente vastas para fornecer a esse novo grupo de pesquisadores todo tipo de problemas a serem resolvidos. Quando um paradigma, após inúmeras tentativas dos pesquisadores, mostra-se insuficiente para resolver um problema, instala-se o que Kuhn denominou como *situação de crise*, a partir da

qual paradigmas alternativos começam a ser propostos e discutidos pela comunidade científica até que o paradigma anterior seja, por fim, substituído por um novo paradigma que se mostra superior a ele em todos ou quase todos os aspectos. A essa substituição Kuhn chama *Revolução científica*. A partir dela, muitas práticas do paradigma anterior assumem uma relação que não tinham antes, e outras tornam-se irrelevantes, sendo substituídas por novas práticas. Trata-se, pois, para o autor, de "un déplacement du réseau conceptuel à travers lequel les hommes de science voient le monde" (ibid., p.147)[17].

A crítica de Puech (2006) reside, então, no fato de muitos manuais de linguística adotarem a noção de paradigma e determinarem um linguista como o precursor da ciência, seja ele Bopp, Saussure ou Chomsky, rejeitando tudo o que vem antes desse 'marco' por considerarem como não ciência. Essa seria, pois, uma distinção crucial entre o fazer em HIL e o fazer em HL. Além disso, tal perspectiva não leva em consideração, na produção histórica do conhecimento, o que Colombat, Fournier e Puech (2010) designam como processo de cumulação. A questão da cumulação, segundo os autores, é uma questão central na história das ciências, embora muitas disciplinas possam ser menos cumulativas, ou melhor, possam não revelar o processo de cumulação pelo qual elas se constituem historicamente. No que diz respeito especificamente aos saberes sobre a língua e sobre a linguagem, os autores afirmam que o fato de serem necessariamente construções históricas de longa duração implica uma certa forma de cumulação de conhecimentos nas suas disciplinas (como a gramática, a retórica...). Essa memória cumulativa, no entanto, tem furos, visto que, ao lado da suposta transmissão de uns conceitos, há, ao mesmo tempo, o esquecimento de outros, cabendo ao historiador, considerando essa característica, "créer également les conditions d'une réflexion de fond sur le mode d'être particulier des connaissances dans les sciences du langage, à savoir qu'elles peuvent être l'objet contradictoirement d'oubli ou de la cumulation" (ibid., p.12)[18].

A partir dessa perspectiva, Puech (2006) afirma, então, que o desenvolvimento das pesquisas em historiografia acarretou, à medida que houve o distanciamento da proposta kuhniana, a emergência de "modèles historiographiques plus ou moins complémentaires ou plus ou moins concurrentiels" (ibid., p.13)[19], sobre os quais os estudiosos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

se voltaram a partir dos anos 1990, colocando em questão o que desde então se tem proposto chamar de *meta-historiografia*. Visando historicizar esses distintos fazeres, Puech (ibid.) elenca diferentes sentidos para os termos *história* e *historiografia* que se encontram em circulação nas reflexões sobre a história dos estudos da linguagem. Tais sentidos convivem, disputam espaço, se cruzam e se entrecruzam na França pelo menos desde o final do século XX, passam a se relacionar com o sentido de *meta-historiografia*, como vimos, a partir da década de 1990 e também se fazem significar de certo modo nas práticas desenvolvidas no Brasil. O quadro a seguir faz uma síntese dos sentidos que comparecem em Puech (ibid.), buscando relacioná-los ao que foi dito até o momento neste artigo. Vejamos:

<table>
<tr><th colspan="3">Quadro 2 – história, historiografia e meta-historiografia (Puech, 2006)</th></tr>
<tr><th>Sentidos para história</th><th colspan="2">Relação com história, historiografia, meta-historiografia</th></tr>
<tr><td>1) a história de um personagem, uma pura e simples cronologia de eventos, processos e fatos registrados pelo historiógrafo num arquivo documentário;</td><td rowspan="4">Referem-se a diferentes práticas (não excludentes) consideradas historiográficas</td><td>Historiografia documental

*Historiografia moderna (Auroux, 2009)

*História da linguística (Altman, 2012; Koerner, 2014)</td></tr>
<tr><td>2) complexo de eventos, processos, fatos...;</td><td rowspan="2">Prática de escrita (a partir de um determinado método) da história</td><td>Objeto</td></tr>
<tr><td rowspan="2">3) o resultado da análise historiográfica;</td><td>Produto</td></tr>
<tr><td>Objeto da Meta-historiografia</td></tr>
<tr><td>4) historicidade, no sentido em que as ideias linguísticas não são somente produzidas no tempo, mas também</td><td colspan="2">Referem-se à singularidade do domínio da HIL, tal como formulada e desenvolvida na França</td></tr>
</table>

produzem a sua própria temporalidade; e	
5) enquanto história dos estudos linguísticos, como uma *epistemologia histórica*, isto é, como a história da produção do conhecimento linguístico.	

Como podemos ler no Quadro 2, Puech (ibid.) apresenta cinco sentidos para o termo *história*. Em relação ao quinto sentido, faz-se preciso observar a citação não marcada de Auroux ([1992] 2009) para quem o fazer histórico que dá nome à teoria (*História das Ideias Linguísticas*) está associado a uma prática epistemológica, já que esse autor propõe que seja feita pelo historiador das ideias linguísticas uma epistemologia histórica. Voltaremos a esse ponto adiante.

Desse modo, enquanto os sentidos 4) e 5) filiam-se, em Puech (2006), ao domínio da HIL, os sentidos 1), 2) e 3) colocam em questão diferentes práticas ditas historiográficas, a saber: documentação histórica em 1) e prática de escrita (a partir de um determinado método) da história em 2) e 3), com a diferença de que em 2) temos o objeto dessa prática e em 3) o seu produto. A este último sentido se filia, ainda, conforme o autor, o de *meta-historiografia*, tomada como reflexão metodológica e epistemológica sobre os modelos historiográficos adotados pelos *historiadores* (e não pelos historiógrafos)[20], o que significa dizer que ao sentido de historiografia enquanto prática de escrita – sentido este que já havíamos visto em Koerner (1996) – filiam-se também os estudiosos inscritos no domínio da HIL.

Por fim, observemos aqui as relações que podem ser estabelecidas entre as propostas de Puech (ibid.), Auroux (2009), Altman (2012) e Koerner (2014). O que o primeiro caracterizou como uma *historiografia documental* é significado pelo segundo como *historiografia moderna* e pelos dois últimos como *história da linguística*. A tensão entre esses significantes (*história*, *historiografia*) e – por conseguinte – entre os sentidos a eles atribuídos materializa a contradição existente entre esses dois domínios, contradição esta que se funda num movimento de deriva, de aproximar-se e afastar-se um

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

do outro, conforme demonstram os textos aqui analisados.

Como vimos, a relação na França entre HIL e HL não é clara e muitas vezes os termos *história* e *historiografia* são empregados como sinônimos. A posição mais comumente adotada pelos pesquisadores de HIL nos dias atuais sobre a relação entre esses dois termos é a de que os fatos e as datas são históricos, o método que o historiador emprega para contá-los é historiográfico, e o relato do historiador a partir desse método historiográfico é o que se chama história. Notemos que, como visto, esse sentido de historiografia enquanto método a partir do qual se dá a escrita da história é o mesmo empregado pelos pesquisadores de HL, na Europa e no Brasil.

A naturalização desses sentidos de *história* e de *historiografia*, no âmbito dos trabalhos produzidos em HIL na França, tem como efeito o apagamento da distinção entre os dois domínios de saber, de modo que esta não seja mais uma questão que se coloque hoje. Apesar disso, como buscamos demonstrar, esses termos ainda concretizam uma contradição no que diz respeito à nomeação das práticas científicas desenvolvidas pela escola francesa, chamada *História das Teorias Linguísticas* ou *História das Ideias Linguísticas*, e pela escola anglo-saxã, chamada *Historiografia Linguística* ou *Gramaticografia*, que se faz significar nos nomes pelos quais são designados os dois domínios.

Conforme dito anteriormente, a reivindicação do termo *história*, em vez de *historiografia*, por Auroux, mas antes dele por Jean-Claude Chevalier, fundador do LAB-HTL, está relacionada, sobretudo a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo primeiro, a uma prática epistemológica. A concepção do fazer em HIL enquanto uma epistemologia histórica (Auroux, [1972] 2009) justifica ainda a proposta posterior de substituição do termo *teorias* por *ideias*, na nomeação desse domínio, já que pressupõe uma reflexão geral sobre as diferentes etapas do conhecimento humano sobre a língua/linguagem, e não somente ao que se tem por conhecimento científico, como sugerem os nomes *Historiografia Linguística* (escrita da história da Linguística) e *Gramaticografia* (escrita da Gramática). Note-se aqui ainda que essa busca pelo significante perfeito para nomear a prática dos pesquisadores filiados ao LAB-HTL está relacionada ao desejo de especificação da prática desenvolvida desse lugar e de imposição de limites em relação a outros lugares. A nomeação, conforme Mariani (1998), constitui-se como "um modo de

construção discursiva de 'referentes'" que se caracteriza por sua

> capacidade de condensar em um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, 'os pontos de estabilização de processos' resultantes das relações de força entre formações discursivas concorrentes num mesmo campo (MARIANI, 1998, p.118).

Ou seja, uma vez que o nomear impõe o *um*, o *mesmo*, tem-se como efeito a naturalização e estabilização de sentidos, o que faz com que sejam promovidos os evidenciamentos e silenciamentos mencionados anteriormente. Apesar dessa força univocizante, contudo, como visto, a contradição entre esses dois domínios irrompe na língua, fazendo-se significar.

4. Em solo brasileiro... a materialidade do (des)encontro entre AD e HIL e a resposta às minhas questões

Diante da contradição entre HIL e HL observada nos estudos europeus, fez-se necessário voltar sobre os estudos desenvolvidos em solo brasileiro a fim de verificar a persistência e/ou ressonâncias produzidas. Antes, porém, deve-se esclarecer que a tensão vista na seção anterior entre os nomes *história* e *historiografia* e, consequentemente, entre as práticas que a eles se filiam é concebida nesta reflexão como uma heterogeneidade constitutiva desses domínios que está presente desde o seu momento de fundação, produzindo efeitos nos trabalhos desenvolvidos na Europa não só no modo como, desses lugares, o objeto é tomado, mas também na própria constituição desse objeto, isto é, na forma como ele é significado, a partir das diferentes perspectivas históricas/historiográficas.

Com a transferência da HIL para o Brasil, em função das articulações teóricas que mencionamos anteriormente, essa heterogeneidade ganha, como vimos na seção 1, novos contornos, novos (des)limites. Sendo assim, embora, como dissemos, a tensão entre *história* e *historiografia* não se coloque como na França, nos parece mais adequado falarmos, no que tange aos fazeres em HIL *do* Brasil[21], tendo em vista as diferentes articulações aqui estabelecidas, em *Histórias das Ideias Linguísticas* – com o núcleo do sintagma no

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

plural –, das quais se distingue como uma disciplina outra a chamada *Historiografia Linguística*.

No que diz respeito particularmente ao (des)encontro com a Análise de Discurso, entendemos que, conforme Horta Nunes (2008, p.109), a articulação entre esses dois domínios de saber se funda numa "visão histórica da ciência e, particularmente, do que chamamos 'ciências da linguagem'", compartilhada por ambos, ainda que se distinga o que se entende por história de cada um desses lugares, de maneira que um coloca questões ao outro, promovendo "ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção". Nesse sentido, fazer História das Ideias Linguísticas do lugar da Análise de Discurso significa a possibilidade de tomar "diversas formas de discursos sobre a(s) língua(s) para análise", produzindo "leituras que remetem esses discursos às suas condições de produção". Para a depreensão dessas leituras, levam-se em consideração as materialidades linguísticas nas quais são produzidos, tomando-as não como "documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou percursores da ciência moderna", mas como "modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas" (ibid., p.110).

Isso não significa, porém, que os conceitos operacionalizados em uma teoria e em outra são intercambiáveis. Vejamos, a título de exemplo, o conceito de *gramática* desenvolvido por Auroux ([1992] 2009). Segundo esse autor, "todo conhecimento é uma realidade histórica", isto é, todo "saber possui, por definição, uma espessura temporal" (ibid., p.12), que se volta para o passado (horizonte de retrospecção), ao mesmo tempo em que se projeta para o futuro (horizonte de projeção), já que, como esclarece o autor, "sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber" (ibid., loc. cit.). A gramática é, pois, sob essa perspectiva, uma forma de saber, um produto histórico, cuja constituição no Ocidente remonta a Antiguidade Clássica e que hoje se distingue de outras formas de saber como, por exemplo, a linguística, tal como formulada a partir do século XX.

Em sua reflexão, o autor caracteriza ainda as gramáticas, ao lado dos dicionários, como *instrumentos linguísticos*, isto é, objetos técnicos investidos "necessariamente de conhecimentos teóricos explícitos" (ibid., p.70), cujo processo de produção, denominado gramatização, tem seu ponto de inflexão a partir do Renascimento

europeu, quando se começou de forma massiva a descrever e a instrumentar todas as línguas do mundo, modificando-se, com isso, "profundamente a ecologia da comunicação humana" (ibid., p.9).

No que diz respeito especificamente às gramáticas, de acordo com Auroux, nelas se projeta uma *hiperlíngua*, isto é, um "sistema dinâmico" estruturado num determinado espaço/tempo, que "modifica e/ou prolonga a aptidão linguística de um indivíduo" (ibid., p.128). Nesse sentido, a gramática constitui-se como um instrumento porque, tal como um "martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o", ela, ainda que de forma mais complexa, "prolonga a fala natural", dando "acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor" (ibid., p.70).

A partir da reflexão de Auroux, podemos depreender dois conceitos de *gramática*: o primeiro, a gramática enquanto forma de saber; e o segundo, a gramática enquanto instrumento linguístico. Esses conceitos, porém, apresentam dissonâncias em relação ao aporte teórico da AD, de modo que a sua adoção acrítica se torna problemática. A gramática enquanto forma de saber coloca em questão uma noção de história que vai de encontro à da AD, já que o que se coloca como uma espessura temporal a partir da qual o saber se projeta para o passado e para o futuro pressupõe uma certa linearidade histórica do conhecimento gramatical, isto é, a gramática é vista como um todo homogêneo no qual comparecem dizeres evidentes, cuja *constituição*, *transmissão* e *recepção* ao longo da história se dá de forma linear, literal e transparente. E isso ocorre, a despeito de se considerar, como vimos em Colombat, Fournier e Puech (2010), que o processo cumulativo de construção pressupõe também o esquecimento, já que se atribui ao historiador a capacidade de recuperar, para escrever a história da construção de dado conhecimento, aquilo que nele se mantém e aquilo que dele se esquece.

Ora, em AD, como sabemos, o que se entende por história, tal como postulou Paul Henry (2010), diz respeito à possibilidade de fazer sentido e, portanto, à produção de gestos de interpretação, os quais não se dão sem a filiação do sujeito à memória ou, melhor, a *uma certa* memória. Os sentidos são, pois, históricos porque têm memória, porque nela se inscrevem para significar, cabendo ao analista buscar compreender o processo de naturalização de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

determinados sentidos em detrimento de outros, processo esse que não é evidente, que não se dispõe linearmente na linha do tempo de modo a se estabelecer relações óbvias de causa e efeito. A Gramática, enquanto saber, não é homogênea, os sentidos que nela comparecem são historicamente construídos e se significam em relação a outros sentidos com os quais disputam espaço na forma material da gramática. Além disso, embora, na análise, possa ser descrito o processo de silenciamento de determinados sentidos, concebe-se desse lugar que o silenciamento pode acarretar o apagamento, de modo que, enquanto alguns sentidos continuam a produzir efeito sobre os sentidos hegemônicos, outros, por não serem considerados registráveis, podem ser condenados a habitar o silêncio, o que significa que não poderão ser recuperados.

Já o conceito de gramática enquanto instrumento linguístico é problemático tanto pela própria noção de instrumento como pela de hiperlíngua. No que tange à noção de instrumentos linguísticos, cabe pontuar que essa vem sendo mobilizada discursivamente por analistas brasileiros pelo menos desde *Língua e cidadania* (Orlandi e Guimarães, 1996, p.9), obra na qual se ressalta na apresentação a importância de considerá-los na sua relação com o "modo como a sociedade constrói elementos da sua identidade", ao mesmo tempo em que "se constitui historicamente". A noção de hiperlíngua, por seu turno, como explicaram Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p.96), "implica uma concepção de comunicação, sujeito, história e língua bastante diferentes – por vezes, opostas – daquelas da Análise do Discurso". A nosso ver, o mesmo pode ser dito sobre a noção de instrumento. E isso porque a concepção de uma hiperlíngua que se projeta num instrumento linguístico pressupõe o estabelecimento em certos ambientes de relações de comunicação entre indivíduos baseadas em competências linguísticas. Essa concepção é conflitante em relação aos pressupostos teóricos da AD, porque, em função da noção de interpretação, entende-se que há sempre comunicação e não comunicação. O equívoco é sempre possível, ele faz parte da língua, de modo que as mesmas palavras, sob condições de produção distintas, podem significar diferentemente. Isso significa que, em nossa perspectiva, uma vez que o equívoco é tomado como constitutivo, a suposta competência desenvolvida pelo instrumento não garante o estabelecimento de comunicação, mas produz a ilusão

de.

Além disso, a noção de indivíduo dado *a priori* incutida no conceito de hiperlíngua e no de instrumento, já que se entende que por meio deste aquele pode ter a sua competência linguística desenvolvida, também é problemática do ponto de vista teórico. Em AD, entende-se que os sujeitos se constituem/são constituídos nos/pelos processos discursivos, ou seja, a concepção de indivíduo presente na proposta de Auroux apaga, portanto, o processo histórico a partir do qual o sujeito, por meio do processo de identificação/subjetivação, se projeta no dizer[22].

Por fim, outro ponto que é controvertido diz respeito à atuação do instrumento linguístico como ferramenta que possibilita o desenvolvimento da competência linguística do indivíduo. Tal concepção revela uma visão positivista do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, com o apagamento das condições históricas do sujeito, da gramática e das regras que nela comparecem, bem como do próprio processo de ensino-aprendizagem, o qual é visto como transparente e evidente, pressupõe-se que qualquer um, em qualquer lugar, pode, com uma gramática, ter acesso ao corpo de regras de uma língua e aprimorar a sua competência como falante, prolongando a sua fala natural.

Alinhados à discussão aqui desenvolvida, Baldini et al. (2018) asseveram que, apesar da relação de produtividade específica estabelecida no Brasil entre AD e HIL, a divergência entre esses dois domínios consiste no fato de não partirem dos mesmos pressupostos teóricos. Com base no pensamento althusseriano, os autores chamam atenção para o fato de que, assim como toda disciplina histórica afetada pela ideologia empirista, a HIL recobre-se de certo idealismo, dispensando a teoria (e, consequentemente, uma definição de objeto) ao, ilusoriamente, substituí-la pela metodologia. Tal fato, conforme os autores, implicaria ainda uma dupla ausência no corpo teórico da HIL, a saber: a da luta/divisão de classes e a do sujeito – noções essas fundamentais ao aporte da AD.

A leitura crítica dos conceitos de gramática que comparecem na obra de Auroux ([1992] 2009) demonstra, portanto, como e porque a articulação entre esses dois domínios de saber precisa ter como efeito a produção de deslizamentos de sentidos necessários à produção do gesto analítico do pesquisador. Assim sendo, entende-se que a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

inscrição no lugar de (des)encontro entre AD e HIL, tal como formulado no Brasil, implica, assim como propõe Horta Nunes (2008, p.101), a inscrição do sujeito não no lugar do historiador, mas do *analista-historiador*, ou seja, do analista de discurso que, desse lugar, faz história das ideias linguísticas.

5. Conclusão

Neste artigo, busquei tecer algumas considerações iniciais sobre a historicização dos estudos em HIL na França e no Brasil. Para tanto, em meu gesto de leitura, considerei importante refletir, num primeiro momento, sobre o processo de institucionalização e de disciplinarização dessa teoria nas universidades brasileiras. Nesse sentido, destaquei dois pontos atinentes a esse processo que julgo importantes: o primeiro diz respeito à compreensão do seu processo de transferência da França para o Brasil e o segundo, intimamente ligado ao primeiro, ao funcionamento das articulações com outras teorias realizadas a partir do estabelecimento desse processo, fatos que, como visto, promoveram deslizamentos historicizados de sentidos em relação ao fazer instituído na França.

Num segundo momento, propus uma reflexão sobre a relação estabelecida entre HIL e HL, dada a opacidade que muitas vezes recobre as duas práticas. A partir da leitura de textos de referência dos dois domínios, busquei demonstrar que, embora haja de ambos os lugares um movimento de distanciamento de um certo fazer historiográfico, que, de cunho notadamente descritivo, não visa à explicação e à interpretação da produção do conhecimento linguístico, a tensão existente em ambos no que concerne aos termos *história* e *historiografia*, ao mesmo tempo que os aproxima, os afasta devido à concepção do objeto relacionado às práticas deles engendradas. A despeito disso, enquanto na França a distinção entre essas teorias não é uma questão que se coloque atualmente, havendo contradição entre os sentidos filiados a uma e a outra – contradição esta que se coloca em termos de uma heterogeneidade que lhes é constitutiva–, no Brasil, essa heterogeneidade, devido às articulações estabelecidas, ganha novos contornos, de modo que surgem diferentes práticas em HIL, as quais se distinguem da prática em HL.

Num terceiro momento, buscando descrever a materialidade da articulação entre AD e HIL, analisei o conceito de gramática tal como

definido na obra de Auroux. A partir dessa análise, foi possível perceber que, apesar de articulados, a inscrição do sujeito-analista nesse lugar não pressupõe a intercambialidade de conceitos, já que incorporações acríticas podem ser problemáticas do ponto de vista teórico. Com isso, filiando-me à reflexão tecida por Horta Nunes (2008), pude responder à segunda das três perguntas levantadas por mim ao longo deste artigo e chegar à conclusão de que trabalhar a partir da articulação entre AD e HIL é inscrever-se no lugar do analista-historiador, isto é, do analista de discurso que, calcado no aporte teórico-metodológico da AD, tem a história das ideias linguísticas, procedidos os devidos deslocamentos, como objeto e fim.

Referências bibliográficas

ALTMAN, C. (2012). "História, estórias e Historiografia da linguística brasileira". In*: Todas as Letras*, v.14, n.1, p.14-37.

AUROUX, S. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização* (1992). Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2ª. ed.

_____. (1988). "Pour une histoire des idées linguistiques". In: *Revue de Synthese*: IV' S. n.3-4, p.429-441.

BALDINI, L. et. al. (2018). "História das ideias linguísticas e análise do discurso: o corte epistemológico". In: *Fragmentum* n.52. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM, p.15-33.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.M et PUECH, C. (2010). *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Kliincksieck.

FERREIRA, A. C. F. (2018). "A Análise de Discurso e a constituição de uma História das Ideias Linguísticas do Brasil". In: *Fragmentum* n.Especial. Santa Maria: Editora Programa de Pós-Graduação em Letras, UFSM, p.17-47.

HENRY, P. (2010). "A História não Existe?". In: *Gestos de Leitura: da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, p.23-48.

HORTA NUNES, J. (2008). "Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas". In: SCHERER, Amanda E.; PETRI, V. (Orgs.). *Língua, Sujeito e História*. v.18. n.37. Santa Maria, UFSM: Programa de pós-graduação em Letras, p.107-133.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

KOERNER, K. (1978). “Four types of history writing in linguistics”. In: *Toward a historiography of linguistics selected essays.* Amsterdam: Jonh Benjamins B.V., p.55-69.

_____. (1996). “Questões que persistem em historiografia linguística”. In: *Revista Anpoll*, n.2, p.45-70.

_____. (2014). “História da linguística”. In: *Revista Confluência.* n.46. Rio de Janeiro, p.9-22.

KUHN, T. (1983). *La strutucture des révolutions scientifiques* (1962-1970). Paris: Flammarion.

MARIANI, B. (1998). *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989).* Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP.

MITTMANN, S. (2010). “Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe”. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v.6, n.1, p.85-101.

ORLANDI, E. (2003). “Vão surgindo sentidos”. In: *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes. 3ª ed.

_____ (org.). (2001). *História das idéias linguísticas*: *Construção do saber metalinguístico e a constituição da língua nacional*. Campinas, SP: Pontes e Cáceres, MT: Unemat Editora.

_____. (2005). “A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil”. In: *I Seminário de Estudos em Análise do Discurso* (SEAD). Porto Alegre, Anais. Porto Alegre: UFRGS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2015.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (1996). *Língua e cidadania: O português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes.

_____. (2002). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (2010). “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)”. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, p.163-252.

PÊCHEUX, M. (2006). *Discurso*: *estrutura e acontecimento*. Campinas, SP: Pontes.

PUECH, C. (Org.). (2006). "Histoire des idées linguistiques et Horizons de rétrospection". Vol.1. In: *Histoire Epistémologie Langage*, t.XXVIII 1.

SCHERER, A.E.; SOUSA, L.M.A.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. (2014). "O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil". In: *Letras*, Santa Maria, v.24, n.48, p.13-28.

SWIGGERS, P. (1998). "Filologia E Lingüística: enlace, divórcio, reconciliação". In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, n.2, p.5-18.

_____. (1996). "Jean-François Thurot". In: STAMMERJOHANN, H. (Ed.). *Lexicon grammaticorum: Who's who in the history of world linguistics*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, p.918-919.

_____. (2010). "História e historiografia da linguística: *status*, modelos e classificações". In: *Revista Eutomia*, Ano III, v. 2.

ZOPPI-FONTANA, M. G.; DINIZ, L. (2008). "Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE)". In: *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, 37 (3), p.89-119.

ZOPPI-FONTANA, G. (2013). "Presentación: Análisis del discurso en Brasil: teoría y práctica". In: *Signo y Seña*, n. 24, p.3-9.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas, Institucionalização, Disciplinarização.
Keywords: History of the Linguistic Ideas, Institutionalization, Disciplinarization.

Notas

---

* Graduada em Letras (Português/Literaturas) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Mestre em Língua Portuguesa pela mesma instituição e Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

[2] *Evanildo Bechara e a(s) moderna(s) gramática(s) portuguesa(s): autoria, (re)produção, (re)formulação e circulação de dizeres sobre a língua no/do Brasil no século XX* (UFF, 2016). Tese desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Vanise Medeiros.

[3] Dialogo aqui com Nunes (2018).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

[4] Cabe aqui destacar que tomar a contradição como objeto de análise significa concebê-la como princípio de historicidade de todo e qualquer discurso. Os discursos são, conforme Mittmann (2010, p.85), constitutivamente contraditórios porque são constituídos "pela multiplicidade de fragmentos, de partículas disformes de discursos e, também, de saberes dispersos", os quais estão filiados a diferentes posições-sujeito.
[5] Para mais estudos sobre a instituição da AD na França e no Brasil, ver Orlandi (2005), Baldini e Zoppi-Fontana (2013), entre outros.
[6] Criado por Jean-Claude Chevalier em 1984 e dirigido pelo próprio até 1992. Desde 2009, encontra-se sob a tutela do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique), da Université Paris Diderot (Paris 7) e da Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3). Atualmente, é dirigido por Anne Grondeux e Jean-Marie Founier. Endereço na internet: <http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/accueil>.
[7] Esse projeto teve como resultado a publicação, em 1989, sob sua organização, de uma obra homônima de cerca de mil páginas divididas em três tomos.
[8] Alguns dos resultados desse projeto foram publicados, em 1996, no livro *Língua e cidadania*: *O português no Brasil*, organizado por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães e, em 2001, no livro *História das ideias linguísticas*, organizado por Eni Orlandi (Cf. Referências).
[9] Cf. Histórico do projeto *História das Ideias Linguísticas*. In: <https://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>. Acesso em: 16/3/2019.
[10] Alguns dos resultados desse segundo projeto foram publicados em 2002 no livro *Institucionalização dos estudos da linguagem*: *a disciplinarização das ideias linguísticas*, organizado por Eni Orlandi e Eduardo Guimarães (Cf. Referências).
[11] Mobilizamos aqui a noção de transferência desenvolvida por Orlandi (op. cit.) para refletir sobre a constituição de um saber sobre a língua no Brasil a partir do início da colonização. Tal como propusera a autora, essa noção distingue-se da de transporte (da língua portuguesa de Portugal para o Brasil), no sentido em que naquela, diferentemente do que ocorre nesta, observa-se o trabalho da memória local e, por conseguinte, a produção de deslizamentos historicizados de sentidos.
[12] Filiados à articulação estabelecida a partir dos trabalhos de Orlandi, citem-se ainda trabalhos desenvolvidos nos laboratórios Corpus (UFSM), LAS (UFF), E-l@dis (USP/Ribeirão Preto), entre outros.
[13] Cf. também, por exemplo, os estudos desenvolvidos sob coordenação de Dieli Vesaro Palma e Neusa M. O. B. Bastos, no Instituto de Pesquisas Linguísticas (IP-PUC-SP), e por Ricardo Cavaliere e Leonardo Ferreira Kaltner, na Universidade Federal Fluminense (UFF).
[14] O *discurso fundador*, como nos explica Orlandi (2003), é uma ruptura que instaura uma nova ordem de sentidos, ou seja, "ele cria uma nova tradição, ele ressignifica o que veio antes e institui aí uma memória outra" (ibid., p.13), servindo-se, para tanto, dos sentidos precedentes, do já-dito, para instalar o "novo" e, em seguida, desautorizá-los. E é nisso que, segundo propõe a autora, reside a sua singularidade. O discurso fundador se apropria do efeito de reconhecimento que estabelece com a memória a que se filia para ressignificá-la e produzir o diferente, instalando uma nova filiação e produzindo sua própria memória.
[15] Nesta categoria se inclui, conforme Puech (2006, p.17), por exemplo, o capítulo

sobre história da linguística escrito por Bally et Sechehay que introduz o *Curso de Linguística Geral*. Segundo o autor, nele se busca «avant tout à installer le 'nouveau' (la linguistique est une science historique, le point de vue 'grammatical' est définitivement dépassé, la diachronie n'est pas l'histoire…) comme socle d'une discipline qu'on ne peut réduire à son passé et qui prépare à une véritable conversion de point de vue». [Tradução minha: antes de tudo instalar o novo (a linguística é uma ciência histórica, o ponto de vista gramatical é definitivamente ultrapassado, a diacronia não é a história) como base de uma disciplina que não pode se reduzir ao seu passado e que se prepara para uma verdadeira conversão de ponto de vista].

[16] A estas Altman (2012) também faz referência, incluindo dentre elas a *História da linguística*, de Mattoso Câmara, cuja primeira edição, em inglês, data de 1962 e, em português, de 1975, primeira e única obra do gênero publicada por um brasileiro, segundo a autora, pelo menos até os anos de 1980.

[17] Tradução minha: "um deslocamento da rede conceitual através da qual os homens da ciência veem o mundo".

[18] Tradução minha: "criar igualmente as condições de uma reflexão profunda sobre o modo de ser particular dos conhecimentos sobre as ciências da linguagem, sabendo que eles podem contraditoriamente ser objeto do esquecimento e da cumulação".

[19] Tradução minha: "modelos historiográficos mais ou menos complementares ou mais ou menos concorrentes".

[20] É interessante observar que, embora empregue o termo historiografia para designar a sua prática, Puech (op. cit.) não se significa como historiógrafo, mas como historiador.

[21] Remeto-me aqui à Ferreira (2018, p.28), que, evidenciando que as pesquisas em HIL têm contribuído fortemente não apenas para uma descolonização linguística, mas também científica, pontua que "podemos dizer que não estamos mais apenas no domínio da História das Ideias Linguísticas *no* Brasil, mas no domínio da História das Ideias Linguísticas *do* Brasil" [itálico da autora].

[22] Zoppi-Fontana e Diniz (op. cit.) elencam ainda outros pontos que demonstram a inadequação teórica do conceito de hiperlíngua para as pesquisas em AD. Porém, para o propósito deste artigo, julgamos serem suficientes os pontos aqui expostos.

GESTOS DE AUTORIA NA IMPRENSA MATO-GROSSENSE

Leila Castro da Silva*
UNEMAT

Joelma Aparecida Bressanin**
UNEMAT

Resumo: *Este artigo apresenta uma reflexão sobre o gesto de autoria na imprensa mato-grossense, tomando para a análise um texto publicado em 1918 na revista A Violeta. Filia-se à teoria da Análise de Discurso de linha francesa, buscando compreender como se dá a constituição do sujeito-autor em determinadas condições de produção. Sob esta perspectiva, considera que os sentidos são produzidos numa relação determinada pelo sujeito sempre afetado pela língua e pela história. Ou seja, o lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. Assim, observa-se o modo como o sujeito-autor, interpelado pela ideologia feminista, denuncia as irregularidades dos governantes, defendendo o aperfeiçoamento da educação e do trabalho remunerado para as mulheres, sobretudo, o direito de votar.*

Abstract: *This article presents a reflection on the gesture of authorship in the Mato Grosso press, taking to the analysis a text published in 1918 in the journal A Violeta (The Violet). It is affiliated to the French Discourse Analysis theory, seeking to understand how the constitution of the subject-author occurs under certain conditions of production. From this perspective, it is considered that the senses are produced in a relation determined by the subject, always affected by language and history. That is, the place of the author is determined by the place of interpretation. Thus, it is observed the way in which the subject-author, interpellated by the feminist ideology, denounces the irregularities of the governors, defending the improvement of education and the paid labor for women, above all, the right to vote.*

A mulher sempre teve voz, no entanto, não tinha acesso à única linguagem que realmente contaria para que sua voz fosse ouvida na sociedade – a linguagem escrita.

(DUBY; PERROT, 1994, *apud* PAVANI, 2012, p.100).

1. Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre a noção de autoria, buscando compreender como se dá a constituição do sujeito autor em textos publicados na revista *A Violeta*, periódico escrito por mulheres na primeira metade do século XX, no município de Cuiabá, capital do Estado em Mato Grosso. Para a análise, recortamos o texto "A mulher brasileira também triumphará", de autoria de Maria Dimpina. Abordamos essa proposta por meio do dispositivo teórico da Análise de Discurso de linha francesa, que concebe a linguagem como não transparente; trabalha o sujeito e os sentidos na ordem do simbólico, ambos funcionando como ilusão de origem e de existência própria. Entendemos, conforme Orlandi (2001a, p. 102), que é "o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos".

Cabe destacar que no século XX, em diversos lugares como Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, entre outros, surgiram mulheres engajadas na luta pela defesa de seus direitos. Essas mulheres escreviam com o objetivo de esclarecer e conscientizar as leitoras sobre suas lutas, dar informações social e educacional a toda a sociedade, reivindicar seus direitos sociais e políticos, atos que vinham sendo lentamente realizados desde o final do século anterior. Mesmo assim, a participação da mulher na imprensa passa a significar mais do que uma conquista de novos espaços nas relações profissionais e pessoais, pois, trata-se, a nosso ver, de um gesto de assunção da autoria.

A seguir discorremos sobre a noção de autoria desenvolvida por alguns autores para, após descrevermos a revista A Violeta, bem como suas condições de produção, procedermos, às análises.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

2. Movimento teórico: a noção de autoria e de texto

O lugar da autoria é parte de intensa e por vezes controversas discussões entre alguns estudiosos que se dedicaram e se dedicam a estudar essa noção.

Foucault, filósofo francês do século XX, considera que a autoria se dá em situações especiais, em que os textos podem ser agrupados e considerados originais do seu produtor e, ainda, que há textos com e sem autor. Para ele "poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função 'autor', enquanto outros são dela desprovidos". (FOUCAULT, 1969, p. 274).

Possenti (2013) destaca que para Foucault a noção de autoria é um correlato de obra: não há autor sem obra, não há obra sem autor, de modo que a função autor tem valor restritivo, pois caracteriza um certo modo de dizer. Assim, "a função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade" (FOUCAULT, 1969, p. 274).

Lagazzi-Rodrigues (2010, p.92) ressalta que o funcionamento da autoria em Foucault é pautado pela legitimação: "a função autor avaliza ou segrega os dizeres e aí está seu caráter institucional com decorrências jurídicas, principalmente a responsabilidade". De fato, um funcionamento restritivo. No entanto, Lagazzi-Rodrigues (idem) chama a atenção para a possibilidade de uma brecha na discussão de Foucault, que permitiu a expansão da noção de autoria: "pensar o 'princípio de agrupamento do discurso' sem segregação, ao mesmo tempo como um princípio da textualidade e um processo na textualidade". Explorando essa brecha, a partir da noção de autoria fundada por Foucault, outros autores irão compreender de diferentes maneiras seu funcionamento.

Na perspectiva da Análise de Discurso, por exemplo, há um modo singular de compreender a noção de autoria. Orlandi (2000, p.77) considera que todo texto tem necessariamente um autor, "um texto pode não ter um autor específico, mas sempre se imputa um autor a ele", é uma relação autor/texto. A autoria é a *função enunciativa do sujeito*, e dele é exigido unidade, clareza e coerência. Nessa abordagem, o sujeito se representa como origem do dizer, a sua formulação deve se fazer em um lugar interpretável; logo, a constituição do autor se dá pelo dizível numa história de formulações repetíveis. Por ser a representação da

origem do que diz, é suposto que o autor seja o responsável pelo que diz ou escreve. E, assim, é estabelecida uma correlação entre sujeito/autor e discurso/texto (entre dispersão/unidade, etc.) (idem, p. 69). Essa correlação se dá por meio da articulação entre uma exterioridade e uma interioridade, conforme afirma Orlandi:

> Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele 'aprende' a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo, chamei (1988) assunção da autoria (idem, p. 76).

Portanto, a relação entre texto e autor se faz necessária e é constituída mutuamente, por ambos estarem inseridos num lugar social e na história, eles se constituem diferentemente em cada época, estabelecendo o confronto do político com o simbólico. Sobre a noção do político, Orlandi (2001, p. 34) explica:

> São relações de força que se simbolizam, ou em outras palavras, o político reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma da organização social que se impõem a um indivíduo ideologicamente interpelado.

O político, pensado discursivamente, está em todo discurso. A partir dessa noção, entendemos que a constituição do sentido se dá não pela evidência, mas pela divisão e filiação em uma rede de significação inscrita na história, ou seja, o sentido de uma palavra não existe em si, está aquém e além dela, ele resulta de relações de poder simbolizadas em uma formação social dividida.

Sob este viés, Lagazzi-Rodrigues (2010) afirma que a noção de autoria é uma prática e através dela o texto vai tomando sua configuração, vai significando. Dito de outro modo, o texto não é resultado de inspiração, ele resulta do "trabalho no confronto material do sujeito com a linguagem, nas diferentes formas significantes, em condições de produção específicas." (p. 100).

Para Gallo (2001a), a noção discursiva de autoria é vista em dois níveis, sempre produzindo um novo sentido. O primeiro é a função-

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

autor que se dá numa relação enunciativa-discursiva, "a função-autor, portanto, tem relação com a dimensão enunciativa do sujeito do discurso, tem a ver com a heterogeneidade interna a uma formação discursiva dominante". Já o segundo nível é o efeito-autor, que a autora considera como discursivo por excelência. Neste, há o confronto entre as formações discursivas, ou seja, haverá o confronto quando surgir uma nova formação discursiva (ideológica) dominante ou não. Por exemplo, no

> discurso pedagógico, o sujeito pode estar identificado com diferentes formações discursivas. Mas, nem sempre haverá um confronto de formações que resulte em uma dominando outra, que caracterize uma nova ordem discursiva (GALLO, 2001a, p. 3).

Na abordagem discursiva, tomamos o texto não como uma unidade empírica, mas sim como uma unidade imaginária, atravessada pela ideologia, e que para significar precisa ser textualizada na sua relação com outras palavras, e em determinadas condições de produção. Essas condições, por sua vez, incluem os sujeitos, a situação e a memória, constituídos sócio-histórico e ideologicamente. Nesse viés, "o texto é a instância em que o discurso se realiza, o lugar onde os sentidos se formam" (DI RENZO, 2011, p. 33), visto que a constituição do texto se dá de forma heterogênea, uma vez que o sujeito que o formula ocupa diferentes posições no texto (ORLANDI, 2001a).

Tratar o texto enquanto discurso é pensar sua materialidade ideológica, entendendo que a língua é o lugar de materialização; é pensar que há uma relação entre língua e ideologia que afeta a constituição do sujeito e do sentido. Em outras palavras, o modo como eles se constituem são relativos ao modo como se inscrevem numa dada formação discursiva. Ao dizer, o sujeito ocupa um lugar na sociedade, logo, é afetado por uma formação ideológica em que ocupa uma posição sujeito de modo que, ao dizer, sujeito e sentido se constituem, se significam. Orlandi (2003, p. 46) afirma: "a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos".

Nessa direção, considerando que há sempre o espaço da interpretação e a ideologia funciona na/pela interpretação, podemos dizer que a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela

interpretação. E o texto é "o espaço de autoria que se constrói em relações significantes possíveis, determinadas historicamente." (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 100).

É sob essa perspectiva que nos interessa, neste trabalho, compreender o gesto de autoria da mulher na imprensa mato-grossense no século XX, sobretudo, no que se refere à defesa de seus direitos.

Convém-nos, então, antes de procedermos à análise, apresentar a revista *A Violeta*, a conjuntura social e política da época em que Maria Dimpina começou a escrever bem como a representatividade de sua atuação na cidade de Cuiabá-MT.

3. Representatividade da mulher em Mato Grosso

Maria Dimpina de Arruda Lobo nasceu em 15 de maio de 1891, em Cuiabá-MT, onde veio a falecer em 10 de dezembro de 1966. Exerceu o magistério, foi fundadora do Colégio Particular "São Luiz" no qual também ocupou as funções de professora e diretora. Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de funcionária pública em Mato Grosso e outros cargos de liderança, entre eles, o de fundadoras do Grêmio "Júlia Lopes", da Escola Doméstica "Dona Júlia Lopes de Almeida" e da Federação Mato-grossense pelo Progresso. Participou ativamente da vida social cuiabana, ocupando lugares de destaque na liderança de vários trabalhos sociais.

Em seus escritos, Dimpina denunciava as irregularidades dos governantes, defendia o aperfeiçoamento da educação, o trabalho remunerado para as mulheres, discorria sobre o pensamento intelectual feminino existente em Mato Grosso, produzia gêneros diversificados (cartas, crônicas, artigos, textos em prosa), abordando assuntos variados – educação, família, literatura, religião, saúde, patriotismo, política, filantropia, tornando-se "uma defensora de mudanças educacionais, culturais, políticas, urbanísticas, assistenciais e tecnológicas" (NADAF, 2009, p. 24). Destacamos que, nas primeiras décadas do século XX, em todo o país surgiam discussões entre as velhas formas de vida e a nova sociedade, confrontando a servidão das mulheres no espaço familiar.

A produção e circulação da revista *A Violeta* se deu entre os anos de 1916 a 1950. Inicialmente, era escrita apenas por mulheres mato-grossenses, anos depois contou com a participação de vários outros colaboradores homens e mulheres de outros estados e de outros países.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

De acordo com Nadaf (2009), eram mulheres professoras, escritoras, funcionárias públicas e autônomas, que discorriam sobre temas direcionados às mulheres.

O modo de circulação, inicialmente era quinzenal, conforme afirma Nadaf (2005, p. 264):

> A revista, de tiragem mensal (primeiro foi bimensal), acompanhou a multiplicidade das ações da agremiação: não se restringiu à literatura, pelo contrário, tratou de variados assuntos apresentados em gêneros também diversos. Cartas, pequenos contos, composições poéticas, artigos jornalísticos, preceitos, discursos, comprimiram-se em suas páginas para apresentar a sua temática, que se estendeu do lirismo do amor à política, história, ao feminismo, à cultura, religião, moda para a mulher, culinária, campanha educativas, de higiene e de saúde, efemérides, registros da sociedade local, entre outros.

Para nossas análises, selecionamos um texto da Maria Dimpina (que usava dois pseudônimos: Arinape e Marta), publicado em 1918 na revista *A Violeta*. Nesse período, era comum as mulheres usarem os pseudônimos em suas escritas, pois tinham receio de se expor publicamente, devido às críticas que havia sobre àquelas que transgrediam o espaço doméstico.

Desse texto, extraímos dois recortes. A noção de recorte, enquanto unidade discursiva, se dá como fragmento do discurso e não como uma simples sequência linguística. É o recorte que instaura o espaço de interlocução, "os recortes são feitos na (e pela) situação de interlocução" (ORLANDI, 2009, p.140). Para organizar os recortes, recorremos ao texto da escritora que nos possibilita observar a situação discursiva.

4. O discurso da/sobre a mulher

Como já ressaltado, os dois recortes são parte do texto intitulado "A mulher brasileira também triumphará", publicado na revista de nº 31 do ano de 1918.

O título desse texto retoma pela memória do dizível a conquista ao voto da mulher estrangeira, descrito na revista de nº 28, sob o título "A mulher triumpha: o direito de voto é concedido às inglezas e

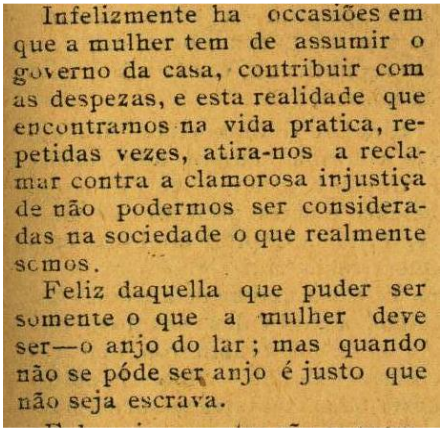
americanas", cujos sentidos se sustentam na forma linguística *também* para se referir à futuridade da conquista do voto da mulher brasileira.

O texto "A mulher brasileira também triumphará" reivindica não só o direito ao voto da mulher, mas também o direito de a mulher ter acesso à educação, com condições para exercer profissão que não fosse restrita às atividades domésticas. O texto se apresenta como espaço que dá visibilidade ao discurso de um sujeito - afetado por um discurso de militância, que defende sua posição em favor dos direitos das mulheres, colocando em pauta discussões sobre a emancipação das mulheres como forma de se fazerem audíveis e visíveis na sociedade cuiabana.

Cabe ressaltar que mesmo com o avanço da tecnologia e o fortalecimento da imprensa no século XIX, a escrita era restrita aos grupos que detinham o poder na sociedade, de modo que a conquista desse espaço para a publicação da revista foi bastante significativa para as mulheres mato-grossenses daquela época.

Vamos aos recortes:

Recorte 1


Infelizmente ha occasiões em que a mulher tem de assumir o governo da casa, contribuir com as despezas, e esta realidade que encontramos na vida pratica, repetidas vezes, atira-nos a reclamar contra a clamorosa injustiça de não podermos ser consideradas na sociedade o que realmente somos.

Feliz daquella que puder ser somente o que a mulher deve ser—o anjo do lar; mas quando não se póde ser anjo é justo que não seja escrava.

Esse recorte textualiza um discurso sobre o papel da mulher na sociedade, as condições sociais, econômicas e políticas às quais a mulher foi submetida no período de transição do século XIX ao XX. O imaginário social de que a mulher é peça secundária no que diz respeito à responsabilidade econômica no/do lar foi determinante nas relações sociais durante muito tempo. E nos remete aos estudos de Silva (2013, p. 21), que mostra, historicamente, que a mulher sempre ocupou o lugar

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

secundário na organização familiar, pois o compromisso de sustentação da família era totalmente dado ao esposo; à esposa cabia cuidar e zelar pela organização da casa. De acordo ainda com Silva (2013), o Código Civil[1] de 1916 estabelecia que a chefia do lar era responsabilidade do homem com a "colaboração" da mulher e somente na ausência deste a reponsabilidade seria transferida para ela.

O enunciado "Infelizmente ha occasiões em que a mulher tem de assumir o governo de casa, contribuir com as despesas" remete a uma prática que estava se tornando comum, e nos faz pensar no que não está dito, mas significa. Notamos que esse gesto produz um efeito de engajamento da autora, pois ao dizer "Infelizmente" aponta para uma condição negativa em relação à situação descrita.

Situações como essa são comentadas por Fonseca (2015), ao afirmar que muitas das vezes o marido saía para outras cidades ou estados em busca de algum trabalho, deixando a mulher e os filhos abandonados, ela se vendo obrigada a procurar emprego com salário para o sustento da família, ou mesmo estando juntos, não era satisfatório e suficiente depender do salário do marido. Todavia, o trabalho do homem, por ser considerado o responsável pela família, era dignificante, ao contrário, a mulher que trabalhava fora de casa não tinha o mesmo valor no sentido de valorização, pois era vista como "mulher pública"[2] e ainda tinha que se defender do assédio sexual de seus patrões.

> As mulheres 'abandonadas' não tinham outra alternativa senão a de trabalhar. Mas, em muitos casos, mesmo as que moravam com seus companheiros procuravam alguma forma de renda para escapar à miséria que representava a dependência exclusiva do salário do masculino. O homem podia até ser 'trabalhador' – quem garantia que ia ter uma renda regular? (FONSECA, 2015, p. 516).

Culturalmente o espaço ocupado pela mulher era restrito às funções domésticas, ficando à margem do espaço ocupado pelo homem. Desse modo, entendemos que o funcionamento do advérbio "infelizmente" e dos verbos "assumir" e "contribuir" na formulação "Infelizmente há ocasiões em que a mulher tem de assumir o governo da casa, contribuir com as despesas ..." apontam para um lugar social que lhe é negado por

diversos motivos, um lugar que não é reconhecido como digno e muito menos valorizado.

Para uma boa parte das mulheres, assumir o governo da casa seria como carregar um "fardo", pois o ideal era que fosse mantida pelo esposo, que pudesse contratar outras mulheres para executar as tarefas domésticas, significando o sucesso do marido e não da esposa, pois "uma esposa que não trabalhava – em casa ou fora – denotava o sucesso do marido em prover a família, sinalizava status" (PINSK, 2016, p. 270).

O modo como a autora desenvolve seu texto faz ressaltar a opacidade da língua em relação ao que é dito e o não-dito, que igualmente significam no processo discursivo. E no jogo dessa opacidade e/ou ilusão, a produção dos sentidos do que está sendo dito pela autora funciona como a não transparência visto que os sentidos podem ser outros, mas não qualquer um.

Nesse movimento entre a transparência e a opacidade somos levados a refletir sobre a existência dos vários gestos de interpretação possíveis sobre o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Desse modo, levantamos algumas indagações: o que representava a mulher para a sociedade da época? Qual interpretação a sociedade tinha das mulheres que por vezes precisavam ocupar o lugar do esposo sem um devido preparo e condições, ou seja, sem ter um salário para assumir tais responsabilidades? Assumir o governo da casa significava ser escrava em que condições? São questões que merecem uma reflexão através do gesto de interpretação sobre essas condições impostas à mulher.

Observamos, na sequência, o enunciado "atira-nos a reclamar contra clamorosa injustiça de não podermos ser consideradas na sociedade o que realmente somos" cujo emprego das formas verbais aparece na primeira pessoa do plural "nós". Nesse movimento de dizeres, podemos perceber os deslizamentos de sentidos sobre "o ser mulher": um sinaliza para a idealização "anjo do lar", sem preocupações administrativas, econômicas, trabalhistas; e o outro, o de ter reconhecimento em relação às responsabilidades e deveres para assumir as despesas do lar e o governo da família.

Conforme Orlandi (2007), partimos do princípio de que há sempre interpretação. Não há sentido sem interpretação e nem interpretação sem ideologia, pois a relação entre as palavras não é dada numa relação

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

termo-a-termo e sim pelo funcionamento ideológico, numa articulação entre o simbólico e o político, "o simbólico e o político se articulam e isto se dá por um mecanismo que é ideológico" (idem, p. 152).

Não podemos nos esquecer que o sujeito, sendo constituído pela interpelação ideológica, é individuado e se identifica ao se inscrever em uma formação discursiva e não outra, nas condições em que tanto as circunstâncias da enunciação como a conjuntura sócio-histórica o determinam. Em outras palavras, os sentidos são produzidos numa relação determinada pelo sujeito, sempre afetado pela língua e pela história. Desse modo, podemos dizer que a posição da qual o sujeito diz tem fortemente uma relação com sua constitutividade. Assim, o dizer de Arinape é determinado por um lugar enquanto posição, suas palavras fazem sentido não numa relação direta entre elas, mas numa relação de prática significante pelo modo de funcionamento do imaginário/simbólico da linguagem, sobretudo marcado pela história. Lembremos que os sentidos das palavras não são dados aprioristicamente numa relação de transparência, mas, sim, na relação que estabelece com a exterioridade. Em outras palavras, "o espaço de interpretação no qual o autor se insere com seu gesto – e que o constitui enquanto autor – deriva da sua relação com a memória (saber discursivo), interdiscurso" (ORLANDI, 2017, p.15).

O sujeito-autor, no recorte 1, está inscrito numa dada formação discursiva e ocupa o lugar social de escritora e, desse lugar discursivo, faz projeções imaginárias de si e do outro. Por exemplo, no enunciado "Feliz daquela que puder ser somente o que a mulher deve ser – o anjo do lar", questionamos: será mesmo que todas as mulheres podiam ser apenas e tão somente o "anjo do lar"? A respeito dessas projeções, Orlandi (2002, p. 39) destaca que são mecanismos de antecipação por meio dos quais o sujeito se antecipa de modo a produzir o sentido a dar ao discurso, isto é, "esse mecanismo regula a argumentação de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensar produzir em seu ouvinte".

Ressaltamos que o sujeito é sempre tomado por uma posição interpelado pela ideologia. Na posição de escritora, Maria Dimpina produz seu dizer interpelada pela sua inscrição numa determinada formação discursiva a de defensora das lutas das mulheres que buscam romper com as barreiras do espaço privado e ocupar outros lugares

sociais, que buscam a valorização intelectual feminina, o que a nosso ver, configura uma formação discursiva feminista.

Nesse sentido, a expressão já-feita "feliz daquela que puder ser somente o que a voz dominante na sociedade julga que a mulher deve ser: o anjo do lar", e o emprego a terceira pessoa "a mulher", produzem efeito de indeterminação, o que nos permite dizer que a autora mantém um certo distanciamento em relação ao que é dito, dando abertura para a interpretação de que nem todas as mulheres são ou podem ser somente "anjos do lar". Desse modo, ela não se identifica como aquela que quer ser "anjo", pois a posição autor é uma filiação nas relações de sentidos que vão se constituindo historicamente e formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. Dito de outro modo, é no gesto de interpretação que podemos observar "a relação entre ideologia e inconsciente, tendo a língua como lugar onde isso se dá, materialmente" (ORLANDI, 2007, p. 63). Logo, é o aspecto ideológico da linguagem que possibilita outros sentidos e não o sentido unívoco.

Na formulação que segue, "mas quando não se pode ser anjo é justo que não seja escrava", há um argumento que se contrapõe à expressão "anjo do lar". O funcionamento da conjunção, "mas" está numa relação de oposição com "escrava" e está em contraposição com "assumir o governo da casa". Trata-se de uma crítica feita pela autora, pois tanto a idealização "anjo do lar" como a condição de "escrava" apagam a mulher, no que se tange às injustiças às quais eram submetidas. A oposição radical entre ser anjo e ser escrava constitui uma ironia, ou melhor, um sarcasmo, visto que nenhuma das duas posições correspondiam ao que na posição da autora de fato a mulher almejava – ser reconhecida, valorizada.

Por entendermos que a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia se dá pelo fato de que ele se inscreve em uma posição, é que podemos perceber a relação que a autora faz entre o lugar submisso inscrito no discurso escravocrata e a voz de reivindicações inscrita no discurso de igualdade, liberdade e avanço.

Ao mesmo tempo em que a mulher passou a exercer funções antes dadas apenas aos homens, funções ancoradas culturalmente em práticas e discursos patriarcalistas, os sentidos vão sendo ressignificados na/pela sociedade.

Ainda em relação ao paradoxo "anjo" e "escrava", observamos que "anjo do lar" faz alusão ao discurso religioso, o imaginário de pessoa

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

bondosa, comparada ao mensageiro de Deus, uma figura protetora, um dizer que "santifica" a mulher, e ao contrário, a "escrava" significa um indivíduo privado de sua liberdade, cuja função é exclusiva do trabalho doméstico e faz ecoar o funcionamento da memória filiada ao discurso patriarcal em que às mulheres cabiam tão somente os afazeres privativos do lar. Para Rousseau (*apud* PEDRO, 2016, p. 267), a comparação entre mulheres perfeitas e anjos era cada vez mais fortalecida, "uma mulher virtuosa é pouco menos que um anjo". Aos homens lhes era confiado o poder de decisões, sendo exigido que fossem corajosos e dominadores, enquanto que às mulheres lhe cabia ser sentimentais, passivas, obedientes e quase santas.

No final do século XIX e início do século XX os códigos[3] de leis ainda deixavam as mulheres em lugares desfavoráveis em relação aos homens. De acordo com Pinsk (2016, p. 272), várias são as situações de desigualdades entre homens e mulheres:

> A superioridade do homem, que deve proteger a mulher, decorre da ideia da fragilidade do sexo feminino. O marido tem o dever de prover a mulher e seus filhos (em termos de alimentação, vestuário, habitação e remédio) e autoridade para dirigi-los; como chefe legal da casa, pode decidir sozinho sobre questões familiares relativas a educação, profissão, emprego, punições alianças matrimoniais e a guarda dos filhos em casos de separação. Ao marido é permitido forçar a mulher a ter relações sexuais "normais" (sem sevícias graves).

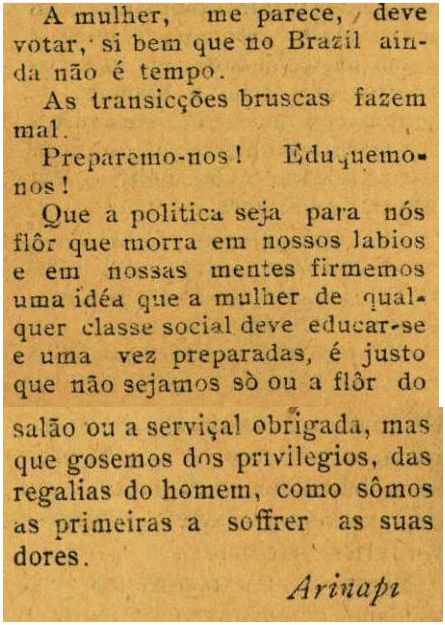
Desse modo, observamos uma memória discursiva do final do século XIX em que o ideal de feminino era ser sustentada pelo homem, logo, tal aceitação levava à submissão ao masculino. Conforme nos aponta Pinsk e Pedro (2016, p. 271), o ideal masculino era de "alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto à vida pública".

Retomamos mais uma vez Orlandi (2007), quando afirma que todo "dizer" tem um peso ideológico, pois através do gesto de interpretação o sujeito se inscreve em uma dada formação discursiva, que por sua vez se constitui na relação com o interdiscurso (a memória do dizer), representado no dizer pelas formações ideológicas. Maria Dimpina, ao ocupar uma posição feminista, produzia textos remetendo seu dizer às

questões que se colocavam à reflexão, percebia o enclausuramento em que viviam as mulheres e buscava, através do lugar social que ocupava, dar visibilidade ao que a mulher era capaz de realizar, trazendo para o debate a sua importância na política, na religião, e em tantos outros lugares, conquistando outros espaços.

Vejamos o segundo recorte da revista n. 31, em que há uma filiação desses e outros sentidos sobre a atuação da mulher.

Recorte 2



A mulher, me parece, deve votar, si bem que no Brazil ainda não é tempo.

As transicções bruscas fazem mal.

Preparemo-nos! Eduquemo-nos!

Que a politica seja para nós flôr que morra em nossos labios e em nossas mentes firmemos uma idéa que a mulher de qualquer classe social deve educar-se e uma vez preparadas, é justo que não sejamos sò ou a flôr do salão ou a serviçal obrigada, mas que gosemos dos privilegios, das regalias do homem, como sômos as primeiras a soffrer as suas dores.

Arinapi

Chama-nos a atenção o modo como a autora defende a progressão da mulher para que participe da vida pública, incentivando-a para o acesso à educação como forma de emancipação feminina. No Brasil de 1918 ainda não era permitido que as mulheres participassem da política, votando ou sendo votada, pois cultivava-se a ideia de que a mulher não tinha capacidade intelectual para desenvolver funções como: pensar, discutir e decidir sobre questões sociais e políticas, pois à época ecoava ainda o pensamento de alguns filósofos do período iluminista, entre eles Rousseau (1991), que afirmava a incapacidade da razão da mulher. Ele

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

defendia a ideia de que a mulher devia se ocupar apenas de ações restritas ao lar, dando prioridade aos cuidados da casa, esposo e filhos - uma mulher dócil e passiva.

> A mulher é o ser da paixão e da imaginação, não do conceito ... a mulher mantém-se perpetuamente na infância, ela é incapaz de ver tudo que é exterior ao mundo fechado da domesticidade que a natureza lhe legou (ROUSSEAU *apud* CRAMPE-CASNABET, 1991, p. 386).

Nesse segundo recorte, observamos no enunciado "Preparemo-nos! Eduquemo-nos!", a forma imperativa dos verbos atualizando a memória da mulher sem qualificação profissional, sem estudo e entendimento dos assuntos sobre política, mas também percebemos uma futuridade[4] de outros dizeres, posto que a mulher deveria preparar-se, adquirir conhecimento para, então, ocupar funções públicas. A autora toma para si a responsabilidade de alertar as mulheres sobre suas possíveis funções no futuro.

De acordo com Orlandi (2001b), o autor se posiciona inconscientemente afetado pelo papel social que ocupa. Neste caso, a autora Dimpina é afetada pela sua inserção no social, na cultura, na história, tendo sua identidade configurada enquanto tal pelo modo como se constitui e se individua (se identifica) na relação com as instituições e os discursos em circulação. Ela se coloca no lugar de representante de um grupo - o feminino - que busca sair do lugar privado para ocupar cargos públicos.

Os verbos 'dever', 'preparar-se' e 'educar-se' em "A mulher de qualquer classe social deve educar-se", "Preparemo-nos! Eduquemo-nos", são fortemente marcadores de ação que podemos parafrasear por: "a mulher deve avançar intelectualmente, profissionalmente", "sair da passividade do lar". Nesse movimento de interpretação enquanto prática simbólica, o deslocamento de sentidos se constitui afetado pela língua e pela história. Os sentidos e sujeitos são convocados pelas formulações: Preparemo-nos! Eduquemo-nos!

Na sequência do enunciado "que gosemos dos privilégios, das regalias dos homens", percebemos, pelo funcionamento da memória discursiva, o já dito a respeito da divisão social - entre classes e gênero – descrito novamente pela autora de modo irônico, ou seja, retomando

o jogo de sentidos postos na oposição "a flôr do salão" ou "a serviçal obrigada", já que a mulher não tinha garantido o direito de participar das discussões sociais e políticas do país. Desse modo, ficava sempre em desvantagens em relação aos espaços ocupados pelos homens. Tomamos a memória discursiva como algo que fala antes, isto é, o interdiscurso funcionando pelo pré-construído que, nesse caso, põe em evidência a divisão entre os sujeitos e os sentidos. De acordo com Orlandi (2003), o efeito do interdiscurso funciona na medida em que para algo fazer sentido é preciso que esse algo funcione como evidência sobre a qual se pode produzir dizeres.

Ao dizer "como somos as primeiras a sofrer as suas dores", podemos observar um discurso que reforça o papel de mulher submissa, numa posição de vida domesticada, em que cabia a ela viver à sombra do homem. Isto significa que se o homem não estava bem, seja no que tange ao emocional, econômico e ou social, a mulher era atingida pelos mesmos efeitos. Em relação a esse enunciado, notamos que a autora se posiciona afetada pelo sentimento de obediência, atitude determinada historicamente à mulher, mas que buscava ocupar outro lugar.

Observemos o enunciado "é justo que não sejamos sò ou flôr do salão ou a serviçal obrigada". Os direitos e deveres do homem e da mulher ainda eram distintos, mesmo já fazendo parte do sistema capitalista em que intervém o sujeito jurídico com direitos e deveres. Ainda havia um imaginário de que ao homem cabia o dever de sustentar a mulher e, a ela, o direito de ser sustentada. Em sua escrita, a autora Dimpina já sinalizava seu discurso para um sentido de reinvindicações e mudanças nas leis para que a mulher pudesse ser inserida como um sujeito de direitos, que a justiça a amparasse legalmente em relação aos serviços domésticos ou qualquer outro que viessem a ocupar, e que fossem reconhecidas em seus valores independente de classe social.

De acordo com Orlandi (2009), em um discurso, a relação dos interlocutores e a formação ideológica são marcadas *no* e *pelo* funcionamento discursivo, entendido como a atividade que estrutura um determinado discurso, realizado por um falante determinado para um interlocutor com finalidades definidas, ou seja, o que funciona numa sociedade são os efeitos imaginários que certa coisa provoca e não a coisa em si. Por exemplo, ao ler os textos da autora Dimpina, o sujeito-leitor é afetado pelas relações de sentidos que o provocam a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

significar. Logo, são as relações de sentidos que determinam os gestos interpretativos.

Dito de outro modo, o lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que diz respeito à exterioridade. O efeito-leitor representa, para ele, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica). Desse modo, sua interpretação está determinada pela relação com o Outro (interdiscurso). (ORLANDI, 2007).

5. Considerações finais

Temos considerado a noção de autoria como uma prática em que o autor tem uma relação com a história e se coloca como responsável pelo seu dizer, afetado pela responsabilidade que esta função lhe exige e pelos efeitos de fecho, unidade, coesão, coerência que o texto produzido lhe impõe. Porém, devemos lembrar que nem sujeito nem sentidos são e/ou estão completos, sendo assim, o autor não finaliza completamente o texto, pois este é passível de outros gestos interpretativos que são regulados pelas suas condições de produção.

Em nossas análises, pudemos observar o trabalho da equivocidade da linguagem a partir do processo de textualização, compreendendo que na textualização do discurso há uma incompletude, há falhas que possibilitam outras interpretações. Para Lagazzi-Rodrigues (2011, p. 279), o movimento do dizer, enquanto incompletude e contradição, permite “o deslocamento da interpretação no entremeio da linguagem e da história”, a contradição é entendida como “impossibilidade da síntese”, ou seja, enquanto diferença e não o contrário, pois “a diferença não cabe na oposição” (ibidem).

As formulações dos discursos em R1 e R2 apresentam momentos de tensões entre os sentidos já dados em relação às mulheres e suas reais expectativas, trazendo à tona as relações de forças e de poder que sustentam as diferenças de classes e de gênero. Ora os sentidos são preservados e estão mais estabilizados, ora apontam para deslocamentos e rupturas.

Observamos que o sujeito-autor fala de uma posição feminista que desliza, pois é possível perceber que há um movimento de sentidos sempre em curso, a incompletude do dizer. O discurso é de um sujeito-autor que diz de uma posição que concorda com a conquista da

liberdade da mulher, com o avanço em poder participar ativamente das discussões e decisões do país, ocupando outros espaços, mudanças que simbolizam a luta pela emancipação feminina e que necessitava ser garantida.

No movimento dessas significações, algumas estabelecidas e outras ainda possíveis, percebemos o funcionamento da ideologia que tem a língua como lugar de materialização, o que nos possibilitou compreender a assunção de autoria como aquela em que o sujeito assume um papel social na relação com a linguagem.

Silva (2016. p. 126) destaca:

> O texto como o sujeito, não é homogêneo, mas possui a heterogeneidade como fator essencial. O texto e o sujeito, jamais desvinculados, estão inscritos em um processo cultural, político, econômico, histórico e ideológico.

Maria Dimpina, em sua escrita, ocupou um lugar afetado pelo social e pela história de sua época, legitimando seu dizer, na assunção de sua autoria.

Referências Bibliográficas

A VIOLETA - *Publicação do Grêmio Literário Júlia Lopes de Almeida***.** Nº 31. Ano 1918. Disponível em: http://www.academiadeletrasmt.com.br/intensivismo/index.php/revistas. Acesso em 13/05/2016.

COSTA, Lais Souza da. *Factos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense A Violeta*. Revista Estação Literária. Londrina, Volume 11, p. 195-208, jul. 2013. http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL11-Art14.pdf - acessado em 18/05/2016.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: História das mulheres no Ocidente. Vol. 3: Do Renascimento à Idade Moderna. Ed. Afrontamento. 1991. p. 369 – 407.

DI RENZO, Ana. "O texto nas práticas linguísticas escolares". In: MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Orgs.) *Linguagem & História Memória - discursos em movimento.* Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 25-42.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 510-553.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: Ditos & Escritos III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. (Org.) Manoel Barros da Mota. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa - 2.ed. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2009. p. 264 - 298.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. "Análise de Discurso: A materialidade significante na história". In: MOTTA, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da; OLIVEIRA, Tânia Pitombo de (Orgs.) *Linguagem & História Memória discursos em movimento.* Campinas: Pontes Editores, 2011, p. 275-305.

_____. "Texto e autoria". In: ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Discurso e textualidade***.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2010, p. 81-103.

GALLO, Solange Leda. *Autoria: questão enunciativa ou discursiva?* Revista Linguagem em Dis(curso). Vol. 1. N. 2. Jan/Jun. 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica enunciação e sentido.* Campinas. SP. Pontes Editoras. 2018.

MITTMANN, Solange (Org.) *A autoria na disputa pelos sentidos.* Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2016.

NADAF, Yasmim Jamil. *Estudos literários em livros, jornais e revistas.* Cuiabá – MT. Entrelinhas. 2009.

ORLANDI, Eni P. *Eu, Tu Ele – Discurso e real da História.* Campinas, SP: Pontes. 2017.

_____. "Autoria e interpretação". In: _____. (Org.). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* 5.ed. Campinas: Unicamp, 2007, p. 63-78.

_____. Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. In:_____(Org.). Campinas, SP: Pontes. 2009.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação de sentido*. Campinas, SP: Pontes. 2001a.

_____. "Nem escritor, nem sujeito, apenas autor". In:_____. (Org.). *Discurso e leitura***.** 6. ed. Campinas: Unicamp, 2001b, p. 75-83.

PAVANI, Cinara Ferreira. *Gênero, escritura e identidade em Izabel Allende.* In: Organon. Porto Alegre. v. 27. n.53, julho-dezembro, 2012, p. 97-108.

PÊCHEUX, Michel [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. 2. ed. Campinas SP: Editora da Unicamp, 1995.
_____ [1983]. *Discurso: estrutura ou acontecimento*? Trad.: Eni Orlandi Puccinelli. Campinas/SP: Editora Pontes, 1991.
PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In:_____*História da cidadania*. Jaime Pinsky, Carla Bassanezi Pinsky. (Orgs.) 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 365-309.
POSSENTI, Sírio. "Nota sobre a questão da autoria". *Matraga*. Rio de Janeiro. V. 20, N.32, 2013, p. 239-250.
SILVA, Carla Letuza Moreira. "Interpretação e efeito de autoria sobre o referendo das armas no Brasil". In: MITTMANN, Solange (Org.) *A autoria pela disputa dos sentidos*. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016, p. 123-138.
SILVA, Leila Castro. (2013). *Violência contra a mulher: sentidos em conflito*. Dissertação. Mestrado em Linguística. Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso.
TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. JUNIOR, Carlos Martins. *A flor do sertão: imagens femininas em A Violeta*. Caderno Espaço Feminino, v.18, n.2, Ago./Dez. 2007.

Palavras-chave: Autoria, discurso, interpretação.
Keywords: Authorship, discourse, interpretation.

Notas

---

* Doutoranda em Linguística do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: leilatuim14@gmail.com
**** Doutora em Linguística pela Unicamp (2012). Docente do Programa de Mestrado e Doutorado em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: joelmaab@hotmail.com

[1] Art. 251 – À mulher compete a direção e administração do casal, quando o marido: estiver em lugar remoto, ou não sabido; estiver em cárcere por mais de 2 (dois) anos; for judicialmente declarado interdito.

[2] A mulher pobre diante da moralidade oficial completamente deslocada de sua realidade, vivia um dilema imposto pela necessidade de escapar à miséria com o seu trabalho e o risco de ser chamada de "mulher pública". (FONSECA, 2015, p. 519).

[3] Os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sociais e as relações entre os sexos de maneira, geralmente, desfavorável às mulheres, considerando a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

submissão e a dependência feminina como dados naturais e formalizando atitudes repressivas com relação às mulheres. (PINSK, 2016. p. 272).

[4] Ver Guimarães 2018. p. 38.

A FORMA-*CÍDIO* E SUAS ARTICULAÇÕES MORFOLÓGICAS SOB O PONTO DE VISTA DA ENUNCIAÇÃO

Thalita Nogueira Dias*
UFMG

Resumo: *Este artigo desenvolve um estudo semântico da forma -cídio, advindo do latim "cid/um" (ação de quem mata ou o seu resultado). Estudamos as articulações morfológicas "x-cídio"* ***homicídio****,* ***infanticídio****,* ***suicídio****,* ***feminicídio****,* ***generocídio****,* ***lesbocídio****,* ***sincericídio****,* ***politicídio****, encontradas em sites da web. Analisamos essas construções pela perspectiva dos conceitos teóricos da semântica da enunciação formulados por Dias (2018). Os resultados da análise demonstram que as construções "x-cídio" adquirem relevância como morte provocada, com diferentes direcionamentos de sentidos e motivadas por fatores sociais, jurídicos e políticos, ideologicamente determinados.*

Abstract: *This paper develops a semantic study of the form "-cídio," coming from the Latin "cid / um" (action of who kills or its result). We study the morphological articulations "x-cídio"* ***homicídio****,* ***infanticídio****,* ***suicídio****,* ***feminicídio****,* ***generocídio****,* ***lesbocídio****,* ***sincericídio****,* ***politicídio****, found in web sites. We analyze these constructions from the perspective of the theoretical conceptions of the semantics of enunciation formulated by Dias (2018). The results of the analysis show that "x-cídio" constructions acquire relevance as provoked death, with different orientations of meanings and motivated by ideologically determined social, juridical, and political factors.*

1. Introdução

Este texto desenvolve um estudo sobre a formação de palavras a partir do ponto de vista da semântica da enunciação. No âmbito desse campo, procuramos responder a seguinte pergunta: como essa perspectiva teórica pode explicar a formação de palavras, em especial, com a forma *-cídio*? Isto é, quais são as razões enunciativas para que a

forma -*cídio* integre palavras como "homicídio", "feminicídio" e "politicídio"?

Para responder essa questão, organizamos este trabalho em quatro partes. Na primeira, abordamos aspectos da composição nominal em estudos morfológicos de cunho cognitivistas com enfoque para composições neoclássicas com o radical -*cídio*. Na segunda parte, apresentamos os conceitos teóricos da semântica da enunciação com qual trabalhamos, em contraponto à visão cognitivista sobre a composição nominal. Na terceira parte, descrevemos a metodologia de redes enunciativas, bem como a organização da análise das ocorrências de x-*cídio* ("homicídio, infanticídio, suicídio, feminicídio, generocídio, lesbocídio, sincericídio, politicídio") coletadas em portais de notícias em corpora eletrônicos. Na quarta parte, desenvolvemos as análises das formações x-*cídio*, dispostas em amostras de redes enunciativas. Por fim, expomos o resultado de nossas análises defendendo que, com o ponto de vista teórico da semântica da enunciação, podemos explicar, de maneira eficaz, o funcionamento social das articulações nominais, sejam elas "neoclássicas", sejam elas neologismos.

2. A composição nominal em estudos morfológicos cognitivistas: o radical -cídio

Os compostos nominais formados com o radical -*cídio* são chamados de neoclássicos, no âmbito dos estudos morfológicos. Conforme Gonçalves (2016), os compostos neoclássicos são constituídos por radicais de bases presas de origem greco-latina utilizados, geralmente, na linguagem técnico-científica e filosófico-literária. No entanto, o autor observa que tem ocorrido o aparecimento de novos compostos neoclássicos, como a palavra "sincericídio", cunhados por analogia a termos já em funcionamento na língua, como "homicídio" e "genocídio". Para ele, essa tendência mostra que radicais como esse, têm desempenhado papel de afixo, pois possuem uma função semântico-sintática definida, ou seja, os compostos x-*cídio* são formadores de palavras com significado de morte.

Conforme Bybee (2010), a formação de novos compostos pode ser explicada por meio de uma rede de associações, isto é, pelo reconhecimento de paridades semânticas e/ou fonéticas entre diferentes palavras, o que permite o alcance a constituintes da construção sem que a palavra seja extensamente analisada em morfemas. Conforme essa

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

proposição, a formação de novos compostos com x-*cídio* ocorre por analogia, isto é, a forma -*cídio*, armazenada na memória do falante, é ativada em novas construções com semelhanças fonéticas e semânticas. Portanto, é possível dizer, conforme essa visão, que o aparecimento da palavra "feminicídio" decorre por analogia à palavra "homicídio".

Autores como Almeida, Andrade e Gonçalves (2010, p.4) argumentam ainda que construções com o radical -*cídio* devem ser analisadas por meio do processo morfológico denominado "substituição sublexical" (SSLs), o qual, de acordo com a semântica cognitiva, caracteriza-se "por apresentar nova perspectiva sobre a entidade que está sendo instanciada". Nesse sentido, em conformidade com a concepção desses autores, o -*cídio* estaria passando por um processo de morfologização, adquirindo, assim, o status de sufixo.

Observando esses estudos, argumentamos que a explicação que pretendemos desenvolver sobre o processo de formação de palavras com a forma -*cídio*, não está ligada apenas à concatenação desse radical a formas do latim, do grego ou vernáculas, ou ainda a uma rede associativa analógica de construção semântica e fonética, e nem ao processo de substituição sublexical que resulta na mudança de estatuto da forma -*cídio*, de radical para sufixo.

Estudamos a formação de palavras pela perspectiva da semântica da enunciação, trabalhando com a concepção teórica de referencial histórico e pertinência enunciativa (DIAS, 2018). Esses conceitos permitem compreender a formação de novas palavras a partir do acontecimento de enunciação. Com isso, podemos mostrar como ocorre a relação enunciativa entre diferentes bases-x e a forma -*cídio*. Ou seja, não basta a composição morfológica entre base e -*cídio* em si mesmo: "*homo*+*cídio*" = "homicídio". Por isso, buscamos no enunciado as determinações semântico-enunciativas da articulação nominal x-*cídio*, isto é, as pertinências enunciativas que possibilitam a articulação nominal pela participação de diferentes bases frente à forma -*cídio*, a qual guarda um referencial histórico definido.

3. Fundamentação teórica: a semântica da enunciação

Os fundamentos teóricos deste artigo estão voltados para uma abordagem semântica, de natureza enunciativa, que teve sua origem na França por meio das teses de Bally (1947), Benveniste (1966;1970) e Ducrot (1984). As perspectivas teóricas desses autores sobre a

enunciação diferem entre si, mas mantêm a concepção geral de que o estudo da significação deve envolver o processo de constituição de sentidos. Na visão de Bally, esse processo se dá pela presença inerente de um *modus* no *dictum*. Para Benveniste, situa-se na passagem da língua ao discurso. Por fim, em Ducrot, a constituição dos sentidos é determinada pelo acontecimento da produção do enunciado. Dentre essas perspectivas, vamos nos concentrar numa leitura específica do conceito de acontecimento a partir de Ducrot, com vistas ao nosso propósito.

No Brasil, Guimarães (2005) reformula o conceito de acontecimento, elaborado por Ducrot, para desenvolver uma abordagem enunciativa que considera a enunciação como um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua. Essa visão produz diferenças em relação ao ponto de vista ducrotiano. Para Guimarães (2005, p.11, 12) "o acontecimento não é um fato no tempo, o acontecimento instala a sua própria temporalidade". Assim, algo que é enunciado no presente só significa porque projeta um futuro de sentidos, tendo em vista um memorável de enunciados anteriores.

Ainda no Brasil, Dias (2018, p. 12, 251, 253, 254) retoma o conceito de acontecimento numa abordagem da enunciação voltada para o estudo das relações linguísticas. A necessidade de trabalhar a língua nas suas relações de ordem gramatical, numa visão enunciativa, exigiu especificidades no conceito de acontecimento. Nesse sentido, Dias defende que o acontecimento de produção do enunciado se constitui na relação entre uma demanda do presente do enunciar e memoráveis de outros enunciados, e propõe duas concepções teóricas vinculadas a esse conceito: referencial histórico e pertinência enunciativa, os quais orientam o conceito de acontecimento para uma abordagem das relações de organicidade da língua, numa dimensão enunciativa.

Dias (2018) explica que faz parte do referencial histórico tudo o que as palavras ou sintagmas nos conduzem a perceber, imaginar e acreditar, seja no meio em que nos situamos, em termos de objetos, pessoas e situações, seja no universo das crenças, do imaginário, dos conceitos em geral, ou seja,

> o dizer se faz pertinente nas práticas de linguagem cotidianas quando uma demanda do presente produz relação com memoráveis de outros dizeres. [...] esse memorável de outros

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> dizeres, constituídos na instância do "já enunciado", são parte desse referencial histórico, isto é, desses domínios de ancoragem do enunciado, tendo em vista o funcionamento histórico-social. (DIAS, 2018, p. 101-102).

O conceito de referencial histórico tem inspiração na diferença, estabelecida por Foucault, entre referência e referencial[1]. Nessa direção, Dias (2018, p.99) argumenta que

> [...] aquilo a que o enunciado se refere (referente), o que é "posto em jogo" por ele, não se situa apenas no "que é dito", mas também naquilo "de que fala". Essa diferenciação parece se assentar em um fio bastante tênue. No entanto, ela abriga um potencial bem interessante, quando se trata de abordar a relação entre linguagem e exterioridade do ponto de vista da enunciação. [...] pela expressão "de que fala", Foucault considera os domínios em relação aos quais palavras ou sintagmas significam, não pelas singularidades do que elas dizem, mas por relações que o enunciado que as absorve estabelece. Essas relações formariam um domínio de referências, ou simplesmente referencial.

Considerando o referencial histórico, as palavras também significam, conforme Dias (2016, p. 38), pela "pertinência enunciativa contraída em determinado espaço de enunciação". Assim, o conceito de pertinência não tem a ver com dizer algo adequado a uma determinada situação, mas sim com a possibilidade de projeção do dizer no espaço de enunciação. Nessa direção, Dias (2016, p.37) denomina de pertinência enunciativa "a relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação em atualidade, incluindo-se outros enunciados do presente do enunciar".

Nesse sentido, o conceito de pertinência enunciativa também se assenta na ideia de adesão, pois conforme Dias (2018, p. 103),

> enquanto seres de linguagem, vale dizer, enquanto seres constitutivamente históricos, nós somos instados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam. É a "demanda do presente" que estamos denominando pertinência enunciativa. As respostas, as

> interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo.

Os conceitos denominados "referencial histórico" e "pertinência enunciativa" permitem trabalhar a nominalidade a partir de uma visão enunciativa, consubstanciada pelo conceito de formação nominal (FN), o qual incide sobre o processo enunciativo de formação de palavras e não sobre o processo cognitivo como no caso da composição nominal. Dias (2018b, p.262) considera, assim, que a significação de uma FN é dada pela relação entre o referencial e a pertinência, e que

> essas são especificamente as condições que fundam a articulação entre os termos nas formações nominais, isto é, que fundam os diferentes procedimentos de agregação no âmbito de uma formação nominal.

O conceito de formação nominal, nos termos Dias (2015a, p. 151), "constitui-se em um novo olhar para o 'sintagma nominal', um olhar configurado pela enunciação[2]". Tendo em vista uma visão enunciativa, Dias explica que a FN

> congrega nomes, designações, afirmações, mas concebidos não em termos informativos das entidades, mas a partir do campo de emergência das entidades nomeadas. Uma entidade exterior à linguagem precisa adquirir pertinência para ser nomeada, [...] Trata-se de um recorte enunciativo, porque essas entidades não se encontram discriminadas e delimitadas na natureza. A enunciação irá torná-las pertinentes aos acontecimentos linguísticos, tendo em vista as possibilidades históricas que as fazem emergir. (DIAS, 2013, p. 15).

Com esse olhar, é possível, segundo Dias (2018), passar do nível descritivo das relações sintagmáticas para o nível explicativo do funcionamento enunciativo da língua.

Nesse sentido, as FNs constituídas pela forma *-cídio*, que serão estudadas neste artigo, não denotam, a exemplo do que Dias (2018, p. 122) explica sobre a FN,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> o produto da constituição de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o produto de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma, mas a unidade nominal considerada a partir do processo de constituição dos nomes.

A articulação dessas FNs, numa visão enunciativa, ocorre por meio de um processo que o autor chama de articulação intranominal, em contraponto ao que a gramática chama de morfologia estrutural. Desse modo, considerando as razões de ordem enunciativa no processo de articulação, as FNs constituídas por articulação intranominal são formadas pelo esquema *x-cídio*, no qual x é ocupado, por exemplo, pelas bases "*homo*" e "*sui*" formando palavras como "homicídio" e "suicídio". Nesse sentido, Dias (2018, p.12) diz que

> as razões enunciativas da constituição da formação nominal não prescindem das regularidades estruturais, mas estão centradas numa ordem da materialidade do dizer cujo alcance é mais amplo e denso do que a horizontalidade das relações sintagmáticas.

Para explicar o processo de formação de palavras por articulação intranominal, Dias (2018, p. 142) desenvolve, considerando o conceito de formação nominal, um estudo da articulação "entre o formante x-*metro* e uma base constituinte como "razão enunciativa" para a constituição do nome".

Na análise desenvolvida por Dias, os conceitos de referencial histórico e pertinência enunciativa estabelecem a base da FN, e, por isso, também oferecem suporte para o estudo da articulação intranominal considerando não apenas a estrutura morfológica, mas as razões enunciativas de sua constituição.

Antes de passar para a análise das FNs x-*cídio*, constituídas por articulação intranominal, apresentamos, na sequência, a concepção metodológica formulada por Dias (2018).

4. A concepção metodológica da análise: rede enunciativa

Neste artigo, empregamos o procedimento operativo de ordem teórico-metodológico denominado "rede enunciativa", desenvolvido por Dias (2018, p. 35 e 36), para o qual

> a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção do valor semântico que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e também buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua.

Nesse sentido, a rede enunciativa se mostra capaz de captar não só a estruturação morfológica, mas também a determinação da enunciação pelo enunciado, assim, uma rede enunciativa não é meramente uma comutação estrutural. Por isso, julgamos que a construção de redes enunciativas se mostra como um procedimento inovador para a realização de análise enunciativa de formas nominais, pois permite: visualizar a extensão enunciativa-morfológica das unidades linguísticas x-*cídio*; mostrar, com suporte no referencial histórico, as pertinências enunciativas que sustentam a articulação nominal de palavras com uso socialmente consolidado como "homicídio", e também de novas ocorrências como "politicídio" e "linguicídio".

Com base no procedimento metodológico das redes enunciativas, as FNs x-*cídio* que analisamos foram coletadas do Jornal O Estado de S. Paulo (acervo eletrônico), dos portais de notícias G1, UOL, Catraca livre e O Povo, ambos acessados através do Corpus do Português[3], banco de dados eletrônico que concentra textos de portais da *web*.

Tendo em vista esse recorte, montamos amostras de redes enunciativas que apresentam FNs constituídas de x-*cídio* agrupadas em: (1) "homicídio", "infanticídio", "suicídio", (2) "feminicídio", "lesbocídio", "generocídio", (3) "sincericídio", "politicídio". A constituição dessas amostras tem como objetivo produzir organização metodológica para a análise, levando em conta, hipoteticamente, que cada grupo de FNs partilham do mesmo nicho de pertinências, observando, de acordo com Dias (2015b, p. 243), que o conceito de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

pertinência "é relativo à agregação de um enunciado [formação nominal] no espaço de enunciação, submetido a um referencial, e não tem relação com a qualidade da relação do enunciado nesse espaço".

Isso posto, observamos que o referencial histórico da forma *-cídio* não é constituído simplesmente por ser um radical latino provindo do verbo *caedere* (matar), o qual agrega o significante indicador de "morte" às formas nominais. Essa definição seria apenas um modo de referencia-lo morfologicamente. O que sustenta o referencial histórico da forma *-cídio* são as razões enunciativas que orientam as possibilidades de formulação de novas pertinências no acontecimento de enunciação.

Portanto, podemos dizer que a forma *-cídio* participa de FNs que designam finitude, tendo em vista o referencial histórico de "morte provocada", seja da vida humana (enquanto ação de quem mata ou o seu resultado) como em: "Um homem ainda não identificado cometeu uma série de homicídios"; "O morador de rua foi vítima de homicídio", ou ainda de entidades (enquanto mudança de paradigma que regulam o comportamento social) como em: "A fala de Paulinho é um típico sincericídio"; "Marcus tem ataque de sincericídio que renderá muitos comentários[...]".

Nesse sentido, quando agregado a diversas bases, a forma *-cídio* conduz a diferentes pertinências enunciativas no acontecimento de enunciação, como veremos a seguir na rede enunciativa 1, que apresenta as FNs "homicídio"," infanticídio" e "suicídio".

5.Analise das formas x-*cídio*: referencial histórico e pertinências enunciativas

5.1 Rede enunciativa 1: homicídio, infanticídio, suicídio

> (a) Mãe acusada de matar bebê e esconder corpo por 5 anos tem júri popular marcado, em Goiânia. [...] Ministério Público Estadual (MP-GO) pede que a ré seja condenada por **homicídio** duplamente qualificado, por motivo torpe e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. [...] O advogado dela, [...]defende que o crime seja desqualificado para **infanticídio**, alegando que ela matou a filha motivada pela ocorrência de Psicose Puerperal, conhecida como Psicose Pós-Parto. (REZENDE, 2018, grifo nosso).

> (b) Euler Fernando Grandolpho entrou na Catedral, abriu fogo contra fiéis no encerramento da missa, matou cinco pessoas e em seguida cometeu **suicídio**. [...] Segundo a polícia, o atirador fez tratamento contra depressão e a família temia que ele cometesse **suicídio**. (G1, 2018, grifo nosso).

O enunciado (a), que discorre sobre caso de uma mãe acusada de matar o próprio filho, apresenta duas FNs: "homicídio" e "infanticídio". O referencial histórico de *-cídio*, ao compor a base "*homo*" em "homicídio", estabelece pertinência enunciativa de "morte provocada" de seres humanos, já em "infanticídio" ("*infans +cídio*"), a pertinência enunciativa se dá pelas enunciações que dizem da "morte provocada" de recém-nascidos. Portanto, embora "homicídio" e "infanticídio" sejam intercambiáveis nesse acontecimento de linguagem, a relação de pertinência enunciativa não é equivalente.

Essa compreensão pode ser observada em (a):

> Ministério Público Estadual (MP-GO) pede que a ré seja condenada por **homicídio** [...] O advogado dela, [...]defende que o crime seja desqualificado para **infanticídio**, alegando que ela [mãe] matou a filha motivada pela ocorrência de **Psicose Puerperal**, conhecida como **Psicose Pós-Parto** (grifo nosso).

Esse fragmento enunciativo mostra que essas FNs contraem pertinência enunciativa de "perda da vida humana", ou seja, podemos dizer que "infanticídio" sempre será um "homicídio", mas não será possível que o inverso sempre ocorra, ou seja, que um "homicídio" seja sempre um "infanticídio", dado que essa FN adquire novas relações de sentido no acontecimento. Diante disso, a projeção enunciativa de "infanticídio" passa pelo que Dias (2018, p.17) denomina domínio de mobilização, isto é, pelas "articulações de sentido socialmente configuradas que determinam as formas expressivas na constituição de uma unidade significativa".

Ou seja, a relação enunciativa entre as FNs "homicídio" e "infanticídio" é pertinente na medida em que estabelece uma relação de sentido com o enunciado no qual aparece. Nesse sentido, é possível observar no fragmento enunciativo (a) que a forma *-cídio* estabelece pertinência enunciativa por configurar socialmente o ato de matar

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

("homicídio") como morte criminosa de recém-nascido provocada pela condição psicológica da mãe, exposta nesse acontecimento, pelas FNs **Psicose Puerperal** e **Psicose Pós-Parto**, conjuntura que possibilita, por exemplo, em relação a homicídio, diferentes direcionamentos de sentidos dados pelas implicações jurídicas e sociais.

O enunciado (b) relata o caso de um homem que se matou após assassinar cinco pessoas. Essa ocorrência linguística apresenta a FN "suicídio", na qual a forma *-cídio*, ao se agregar a base "*sui*", condensa um memorável de enunciações que constitui a pertinência enunciativa de "suicídio" como "morte provocada", pelo ato voluntário de tirar a própria vida.

Nesse acontecimento enunciativo, a FN "suicídio" estabelece um encadeamento enunciativo com a FN "depressão" como é possível notar em (b): "o atirador fez tratamento contra **depressão** e a família temia que ele cometesse **suicídio**". Nesse sentido, o referencial de "suicídio" torna-se pertinente por significar como ato de tirar a própria vida provocado por condição psicológica, ou seja, a FN "depressão" passa a fazer parte da relação de pertinência enunciativa, isto é, da construção de sentidos da FN "suicídio".

Em relação à FN "suicídio", observamos que embora a forma *-cídio* seja pertinente como "morte provocada" a si mesmo, "suicídio" não orienta sentidos de crime suscetível à sanção jurídica, como ocorre com as demais formações nominais.

Portanto, ao compor as FNs "homicídio", "infanticídio", e suicídio", a forma *-cídio* não produz sentidos pela simples descrição de uma realidade extralinguística: "morte de homem", "morte de recém-nascido", "morte voluntária", mas sim pelas razões enunciativas do acontecimento de enunciação, que conforme Dias (2016, p. 37, 38) apresenta

> um duplo caráter. De um lado, advém da pertinência enunciativa, isto é, de uma motivação do presente do enunciar. De outro lado, constitui-se pelos referenciais que proporcionam as balizas históricas para significar esse presente contraído pelas pertinências da enunciação.

Na sequência, a rede enunciativa 2 apresenta as FNs "feminicídio", "generocídio", "lesbocídio".

5.2. Rede enunciativa 2: feminicídio, generocídio, lesbocídio

(a) Dois terços dos casos de **feminicídio** foram cometidos na casa da vítima, segundo pesquisa do Ministério Público Estadual (MPE). Em 58% dos casos foram usadas armas brancas, como facas, para feri-las ou matá-las. Dos registros, em 75% a vítima tinha laço afetivo com o agressor. [...] "Vivemos uma doença social, um '**generocídio**' motivado por machismo e sentimento de posse", afirma Valéria. (CARVALHO, 2018, p. 13, grifo nosso).

(b) O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou ontem o professor de Biologia Luiz Felipe Manvailer pelo crime de **feminicídio**. Ele é suspeito de jogar a mulher, a advogada Tatiane Spitzner, do quarto andar do prédio onde moravam, [...] A promotoria ressalta que, durante as agressões, o acusado "produziu lesões compatíveis com esganadura (...) praticando tal delito mediante asfixia. A suspeita é de que o professor esganou a mulher e a jogou da janela do apartamento. (O ESTADO DE S. PAULO, 2018, p. 15, grifo nosso).

(c) A sobrinha-neta do ex-presidente da república José Sarney foi estuprada, antes de ser assassinada pelo empresário Lucas Porto, de 37 anos [cunhado], segundo atesta a polícia civil do Maranhão. [...] o assassino confesso vai responder por três crimes: estupro, **homicídio** e **feminicídio**. Segundo o secretário de Segurança Jeferson Portela, o crime foi extremamente violento. (O ESTADO DE S. PAULO, 2016, p.19, grifo nosso).

(d) Em abril de 2016, Luana Barbosa dos Reis – uma mulher lésbica, negra, mãe e periférica – morreu após ser espancada por três policiais militares na frente do filho de 14 anos em Ribeirão Preto (SP). A repercussão deste caso de **lesbocídio**, vinculado ao fato de não existir informações específicas sobre violência contra lésbicas no Brasil, fez com que a estudante de Serviço Social pela UERJ, Milena Carneiro, decidisse criar um projeto para reunir histórias e dados desses crimes. "Eu, enquanto lésbica não feminilizada, sofro agressões por ser lésbica desde que me entendo por gente. Ver o assassinato da Luana me instigou a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

refletir sobre onde estavam os outros casos", afirma a estudante. (CATRACA LIVRE, 2018, grifo nosso).

A rede enunciativa 2 é integrada por enunciados sobre mortes criminosas de mulheres, e apresenta as FNs "feminicídio", "generocídio", "homicídio" e "lesbocídio" constituídas pela forma -*cídio*, a qual evoca o referencial histórico de "morte provocada".

As ocorrências linguísticas dos enunciados (a), (b) e (c) denunciam especificações comuns ao ato de matar mulheres; proximidade entre o agressor e suas vítimas; natureza violenta atribuída ao comportamento de determinados homens. Essas especificações são marcadas pelas FNs **armas brancas**, **facas**, **esganadura**, **asfixia**, **estuprada**, **extremamente violento**; **laço afetivo**, **marido, cunhado**; **machismo**, **sentimento de posse**, as quais tomam parte na construção de sentidos da FN "feminicídio". Desse modo, em enunciados que dizem da morte de mulher praticada por homem, a FN "feminicídio" pode estabelecer relações de pertinência com necessidade de proteção e prevenção de crimes contra a mulher; ideologia da superioridade masculina em relação à mulher, entre outros problemas sociais.

Ou seja, a pertinência enunciativa da FN "feminicídio", relativamente nova na língua portuguesa e não dicionarizada, não se dá pela simples composição "*femina* +*cídio*", a pertinência surge na enunciação pela necessidade social. É isso que faz com que o ato de matar mulheres praticado por homens ganhe um nome específico na língua: "feminicídio", o qual vem ganhando força enunciativa para substituir ou mesmo aparecer em inter-relação com a FN "homicídio". Isto é, a forma -*cídio* adquire nova pertinência enunciativa quando se trata de agregar à base relativa à mulher. A razão enunciativa desse novo enfoque de pertinência se estabelece frente à constituição sócio-histórica do referencial.

Observamos ainda que o enunciado (a) apresenta a FN "generocídio", formada por "gênero+*cídio*", a qual retoma a FN "feminicídio", devido à necessidade social de especificar enunciativamente mortes motivadas pela condição do gênero feminino, ou seja, não se trata da "morte provocada" do gênero em si, mas sim do que o gênero significa nesse enunciado.

Nessa direção, no enunciado (d), a FN "lesbocídio" formada por "*lesbos+cídio*" apresenta o referencial histórico de "morte provocada"

de mulher homoafetiva. Nesse acontecimento, a FN "lesbocídio" é associada às FNs **mulher lésbica**, **negra, mãe e periférica**, **lésbica não feminilizada**, qualificações que podem manifestar condições de exclusão e exposição à violência. Desse modo, a FN "lesbocídio" é pertinente como ocorrência de linguagem quando é enunciada para nomear morte de mulher praticada por homem, motivada não apenas pelo fato de ser mulher, isto é, pela visão social da superioridade masculina como ocorre em "feminicídio", mas pelo preconceito e discriminação decorrentes da orientação sexual em conjunto com situação econômica, tom de pele e aparência mais ou menos feminina da vítima.

Mortes provocadas por violência doméstica entre casais homoafetivos também recebem o nome de "lesbocídio". No entanto, essa FN ganha pertinência enunciativa na língua em enunciados que demandam necessidade de visibilidade social, leis de proteção específica, conscientização, respeito à diversidade, entre outros.

Desse modo, podemos compreender que "feminicídio", "generocídio" e "lesbocídio" são ocorrências enunciativas pertinentes não apenas como "morte de mulher", "morte de gênero" e "morte de lésbica", mas como novos modos de marcar discursivamente a morte de indivíduos pertencentes às chamadas minorias sociais. Portanto, em conformidade com o que Dias (2013, p. 16) explica sobre a constituição da formação nominal, o funcionamento dessas FNs passa a conjugar

> uma potencialidade de observação da realidade, não a partir das eventuais propriedades informativas dos elementos discretos dessa realidade, mas a partir dos traços em função dos quais elementos do real adquirem pertinência para a realidade enunciada, ou seja, em termos foucaultianos, a partir do nível enunciativo da própria formulação.

A seguir, a rede enunciativa (3) apresenta as FNs "sincericídio" e "politicídio".

5.3 Rede enunciativa 3: sincericídio; politicídio

(a) "**Sincericídio** dos apoiadores da Reforma da Previdência: ela vai corrigir a 'injustiça' da empregada doméstica se aposentar

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> antes do que a patroa. O cinismo da Casa Grande não tem limites...", postou Boulos. (FERNANDES, 2019, grifo nosso).
>
> (b) Para o deputado Danilo Forte (PSB), nem todos podem ser punidos por recebimento de dinheiro de propina repassado por partido. Segundo ele, deve haver separação. "A levar dessa maneira, vamos ter um **politicídio** [...] Todos eram financiados pelas empresas, todas participam desse jogo, eram os mesmo (sic)patrocinadores. Vai condenar todo mundo? Não tem como. Uma coisa é o cara que operou, montou esquema, outra é quem, de boa fé,(sic) participou de campanha", argumentou. (O POVO, 2017, grifo nosso).

No enunciado (a), que diz sobre a reforma da previdência, a FN "sincericídio" é formada por "sinceridade+*cídio*". Nesse acontecimento enunciativo, a FN "sincericídio" constitui sentidos pelo referencial histórico da forma *-cídio*, "morte provocada", e pelas relações de pertinência que "sinceridade" produz no acontecimento de enunciação. Nesse sentido, essas relações são constituídas pela captação de enunciados que argumentam sobre a verdade, fidelidade, honestidade, autenticidade, franqueza, entre outras perspectivas que regulam o funcionamento da língua no convívio social.

Assim, no fragmento enunciativo (a): "**Sincericídio** dos apoiadores da Reforma da Previdência: ela vai corrigir a 'injustiça' da **empregada doméstica** se aposentar antes do que a **patroa**", o qual pode ser reescrito por "é justo que patroa se aposente primeiro do que a empregada", a FN "sincericídio", "morte provocada" da sinceridade, pode ser pertinente como "insinceridade" no sentido de que o dizer do fragmento enunciativo (a) significa como fingimento, dissimulação, falsidade, algo que não deve ser dito, ou ainda como "sinceridade extrema", no sentido de não se importar com a posterioridade do dizer.

Portanto, a pertinência enunciativa da FN "sincericídio" é projetada, nesse acontecimento, conforme o que Dias e Zattar (2017 b, p.1144) argumentam sobre a pertinência, pela "relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente [que] movimenta as formações articulatórias que constituem a unidade do enunciado, a sua constituição formal". Assim, os recortes de memória evocam os lugares sociais de pertencimento de empregada e patroa, a desigualdade

social, bem como a legislação da aposentadoria, atribuindo à FN "sincericídio" pertinência enunciativa de "morte provocada" pela insinceridade/sinceridade extrema, desencadeando relações de sentido de descontentamento dos defensores dos direitos das empregadas domésticas; dos direitos dos mais pobres, entre outros.

O enunciado (b), que aborda a criminalização de propina para partidos políticos, apresenta a FN "politicídio" formada por "político(a) +*cídio*". Nessa ocorrência, o referencial histórico de -*cídio*, ao se juntar à base político(a), é pertinente como "morte provocada" em razão da relação de sentidos que o político ou a política contrai nesse enunciado.

Desse modo, no fragmento enunciativo (b)

> "nem todos podem ser punidos por recebimento de dinheiro de propina repassado por partido. [...] deve haver separação. "A levar dessa maneira, vamos ter um **politicídio** [...]" (grifo nosso)

A pertinência enunciativa de "politicídio" se dá de duas maneiras, a primeira, entre "política+*cídio*" ao evocar a relação entre partidos políticos e o setor empresarial que aponta para a morte de um modo específico de fazer política, isto é, morte da propina, pela possibilidade de criminalização dessa prática; a segunda, na articulação de "político+*cídio*", ao remeter à morte do político, pela punição a todos os que, no exercício de um cargo político, se envolvam direta ou indiretamente com a prática política de propina. Desse modo, a FN "politicídio" passa a ser pertinente como "morte da política" e "morte do político" ao significar como finitude e sanção à prática e recepção, de forma ilícita, de dinheiro ou bens materiais.

Em vista disso, Dias e Zattar (2017, p. 1144) argumentam que

> o que dizemos mantém relação com um conjunto de outros dizeres com os quais estamos em contato. Nós somos afetados por tudo aquilo que nos rodeia, seja pelo que os outros estão nos dizendo, seja pelo que estamos presenciando, seja pelo que produz alcance nos nossos sentidos, seja pelo que movimenta os nossos desejos, os nossos afetos, seja pelo que achamos que não está certo, pelo que consideramos que seja merecedor de nossa intervenção, seja pelo que achamos que devemos reforçar, elogiar, encorajar, intervir, reprimir, incentivar. E tudo isso é

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> regulado por formas específicas de dizer, modos de se fazer reconhecer pela linguagem.

Portanto, compreendemos que a pertinência enunciativa das FNs "sincericídio" e "politicídio" é determinada pelos modos de funcionamento da linguagem nas práticas sociais.

6. Considerações finais

Neste artigo, analisamos, com fundamento no modelo teórico proposto por Dias (2018), FNs constituídas pela forma x-*cídio*. Consideramos a noção de articulação intranominal, com a qual pudemos observar a formação de palavras ancorada em razões enunciativas, isto é, pelo referencial histórico que projeta diferentes pertinências enunciativas. Nessa direção, entendemos que o referencial histórico da forma -*cídio*, "morte provocada", enquanto finitude da vida humana ou de outras entidades, adquire pertinência social ao se agregar a diferentes bases na representação x-*cídio*, tendo em vista o acontecimento de enunciação, o qual pode ser captado em redes enunciativas. Com esse modelo, conseguimos explicar de maneira mais consistente que a formação de palavras envolve mais do que o processo cognitivo, ela se realiza pela observação do processo enunciativo de uso social da língua.

Desse modo, considerando referencial histórico de "morte provocada", observamos nas amostras das redes enunciativas 1 e 2 que as FNs x-*cídio* "homicídio", "infanticídio", suicídio"; "feminicídio", "generocídio" e "lesbocídio" constituem pertinência como morte humana com diferentes direcionamentos de sentidos, tendo em vista implicações jurídicas, políticas e sociais.

Já na rede enunciativa 3, a forma -*cídio* projeta nas FNs "sincericídio" e "politicídio" pertinência enunciativa de morte de entidade, considerando que "sinceridade", "política" e "língua" constituem modos de organizar o convívio social pela linguagem. Nesse sentido, essas articulações intranominais representam modos de enunciar ideias e comportamentos, no exercício das práticas sociais dos falantes da língua portuguesa.

Por fim, compreendemos que a perspectiva teórica adotada mostra-se relevante para explicar o funcionamento enunciativo da forma -*cídio*, tanto em palavras socialmente assentadas como "homicídio" e

"suicídio", como em neologismos, a exemplo de "feminicídio" e "sincericídio", uma vez que essas ocorrências entram na língua pelas razões enunciativas que motivam o seu aparecimento, ou seja, quando fatos sociais adquirem relevância social, como no caso da morte de mulheres em razão da sua condição feminina, os acontecimentos enunciativos, de ordem social, tomam o referencial da forma *-cídio*, já configurado nas regularidades gramaticais, e incorporam esses focos sociais na língua, tornando-os pertinentes nos nossos enunciados, razão enunciativa para as articulações que criam, por exemplo, feminicídio, de largo uso social no nosso cotidiano.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. L. L. de; ANDRADE, K. E; GONÇALVES, C. A. (2010). "Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva das substituições sublexicais em português". In: *Revista Linguística*, v. 6, n.2, p. 1-16. Rio de Janeiro.

BALLY, C. (1947). *Linguistique général et linguistique française*. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.

BENVENISTE, E. (1966). *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.

_____. (1974). *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BYBEE, J. (2010). *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge Universety Press.

CARVALHO, M. A. (2018). *2 de cada 3 feminicídios são na casa da vítima*. Disponível em:< https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180302-45426-spo-13-mrt-a13-not/tela/fullscreen >. Acesso em: 15/03/19.

CATRACA LIVRE, (2018). *Thalita Carauta, a Gorete de 'Segundo Sol*. Disponível em:< https://catracalivre.com.br/cidadania/thalita-carauta-a-gorete-de-segundo-sol-se-assume-lesbica/ >. Acesso em: 15/03/19.

DIAS, L. F. (2013). "Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa". In: *Letras***,** v. 23, n. 46, p. 11-22. Santa Maria: UFSM.

DIAS, L. F.; SILVA, E. E. R. R. da. (2015 a). "Formas nominais designativas na constituição do perfil feminino: uma abordagem enunciativa". In: *Revista (Con) Textos Linguísticos*, v.9, p. 149-161.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Vitória: UFES.
_____. (2015b). "Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica". In: *Estudos da Língua(gem)*, v.13, p. 229 - 248.Vitória da Conquista: UESB.
_____. (2016). "Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa". In: KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M.; BRESSANIN, J. A.; KARIM, J. M. (orgs.) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso* (Fase I). Campinas: Pontes, p. 33-49.
DIAS, L. F.; ZATTAR, N. (2017). "O funcionamento do vocativo: uma abordagem da enunciação". In: *Domínios de lingu@gem*, v. 11, n. 4, p. 1136-1151. Uberlândia: UFU.
_____. (2018). *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.
_____. (2018b). "Da composição nominal a formação nominal: forma linguística e enunciação". In: AGUSTINI, C. RODRIGUÊS, E. (orgs). *Uma vida pela linguagem: homenagem a Émile Benveniste*. Campinas: Pontes, p. 247-266.
DUCROT, O. (1981). *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global.
_____. (1984). "Enunciação". In: *Enciclopédia Einaudi: linguagem-enunciação*, v.2, p. 368-393. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
FERNANDES, A. *Nas redes sociais, reforma da Previdência provoca polêmica*. (2019). Disponível em:< https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nas-redes-sociais-reforma-da-previdencia-provoca-polemica,70002735115 >. Acesso em: 05/04/19.
G1. (2018). *Ataque na Catedral: atirador planejava chacina desde 2008 e treinava com a arma em casa*. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2018/12/21/ataque-na-catedral-trecho-de-diario-mostra-que-atirador-que-matou-5-previa-crime-desde-2008.ghtml>. Acesso em: 24/02/19.
GONÇALVES, C. A. (2016). *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto.
GUIMARÃES, E. J. (2005). *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2° ed.

O ESTADO DE S. PAULO, (2016). *Assassino estuprou sobrinha-neta de Sarney*. *Disponível* em:< https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20161124-44963-nac-19-mrt-a20-not/tela/fullscreen >. Acesso em: 15/03/19.
O ESTADO DE S. PAULO, (2018). *Professor do PR é denunciado por feminicídio* Disponível em:< https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180807-45584-spo-15-mrt-a15-not/tela/fullscreen >. Acesso em: 15/03/19.
O POVO, (2017). *Decisão do Supremo pressiona políticos*. Disponível em:< https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2017/03/decisao-do-supremo-pressiona-politicos.html >. Acesso em: 05/04/19.
REZENDE, P. (2018). *Mãe acusada de matar bebê e esconder corpo por 5 anos tem júri popular marcado, em Goiânia*. Disponível em:<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/mae-acusada-de-matar-bebe-e-esconder-corpo-por-5-anos-tem-juri-popular-marcado-em-goiania.ghtml >. Acesso em: 24/02/19.

Palavras-chave: Enunciação, Formas "x-*cídio*", Articulações linguísticas.
Keywords: Enunciation, "x-cide" forms, linguistic articulations.

Notas

---

* Doutoranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

[1] O desenvolvimento dessa concepção se inspira no conceito de 'referencial' dado por Foucault (1986, p. 104): "um 'referencial' não é constituído de 'coisas', de 'fatos', de 'realidades', ou de 'seres', mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas. O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível *enunciativo* da formulação, por oposição ao seu nível gramatical e seu nível lógico [...]".

[2] Abordar semanticamente uma unidade nominal na perspectiva da formação nominal envolve uma busca das razões enunciativas da condensação de um nome (primeira dimensão da nominalidade), da articulação entre formadores de nomes (segunda dimensão) ou da determinação que o nome recebe nas articulações que ele contrai no âmbito do grupo nominal (terceira dimensão da nominalidade) (DIAS, 2018, p. 126).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

[3] Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/>.

INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS E DISCURSOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE/EM INSTRUMENTOS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM[1]

Cidarley Grecco Fernandes Coelho*
UNICAMP

Resumo: *Pela História das Ideias Linguísticas, este trabalho faz uma análise da relação entre tecnologia e ensino, a partir de um fragmentário de saberes, com sua historicidade sobre a língua, disponíveis em rede digital. Levando em conta que Estado, instituições e saberes se apresentam na divisão dos sentidos, na tensão entre o dito e o não dito, considerando a contradição e o político – a análise busca a opacidade nos discursos de disponibilização de conteúdos educacionais em redes digitais. A análise possibilita refletir sobre o caráter material e o processo de significação dos instrumentos linguísticos pela sua historicidade, como objetos históricos e discursivos – e na sociedade contemporânea significada pelo digital. Compreender os processos de significação desses instrumentos, em sua dispersão, é o objetivo. Além disso, também se e como a materialidade digital passa a (re)significar esses objetos enquanto instrumentos que constituem os saberes linguísticos relacionados ao ensino da língua.*

Abstract: *Based upon the History of Linguistic Ideas, this work analyzes the relationship between technology and teaching, based on a fragmentary knowledge, with historicity about the language, available in a digital network. Taking into account that the State, institutions and knowledge present themselves in the division of the senses, in the tension between what is said and what is not said, considering the contradiction and the political - the analysis seeks the opacity in the discourses of educational contents available in digital networks. The analysis makes it possible to reflect on the material character and the process of meaning of the linguistic instruments by their historicity, as historical and discursive objects - and in the contemporary society signified by the digital. Understanding the processes of meaning of these instruments, in*

their dispersion, is the goal. In addition, if and how digital materiality (re)signifies these objects as instruments that constitute the linguistic knowledge related to language teaching.

1. Introdução

Quando uma linda peça de cristal se quebra... Um cristal não se quebra.[2] Comecemos por isto. O cristal se fragmenta. Há uma diferença importante aí. O vidro é classificado como uma substância amorfa, já o cristal é uma substância (mineral ou orgânica) dotada de um arranjo ordenado de seus átomos, íons ou moléculas. As partículas que se estilhaçam quando o cristal toca o chão são resultantes de sua clivagem, ou seja, de sua tendência a seguir determinadas direções ao se romper. Alguns cristais apresentam clivagem dita perfeita, como a calcita. Outros, uma clivagem sem nenhuma direção como é o caso do quartzo. Chamamos a atenção para a definição da clivagem de alguns cristais: "dita perfeita", o que é bem diferente de dizer que é perfeita, embora a imagem da estrutura atômica do cristal possa ser tomada como perfeita se comparada ao vidro. Mas não nos enganemos. Não há ritual sem falhas, diz Pêcheux (1995).

Os cristais podem ser formados a partir de uma solução, de uma fusão, de vapores ou de recristalização. Os arranjos cristalinos, agrupados em paralelo na superfície interna, podem formar drusas ou geodos, com muitos ou poucos cristais dependendo da pressão. É possível fazer um cristal em casa: o cristal sintético. Há também o cristal líquido, como o que pode servir para a leitura deste texto em um aparelho digital. Seu estado é um estado especial. Um entremeio[3] talvez. Entre o líquido e o sólido. Estado mesomórfico, com propriedades dos líquidos, como fluidez e mobilidade molecular, mas também dos sólidos, como birrefringência e anisotropia óptica e elétrica. Foi descoberto em tecidos vegetais. Geralmente, são orgânicos.[4] Seu uso hoje é digital. No entremeio das relações entre sujeito e máquina.

Somos sujeitos digitais. Olhamos para o cristal líquido frequentemente sem nos darmos conta de sua especificidade. Muito menos suas moléculas se dão conta da nossa. Quando o cristal líquido de nossas telas se rompe, perdemos nossos dispositivos. Quando uma peça de cristal toca o chão, estilhaços se espalham e dificilmente conseguimos juntar os resultados dessa clivagem perfeita. E quando os saberes de instrumentos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

linguísticos[5] se dispersam no digital, perdemos nossos referentes? Somos sujeitos organizados e constituídos por uma ordem.[6] Também históricos, políticos, ideológicos, simbólicos, vivendo em espaços histórico-sociais. Portanto, olhar para o aspecto histórico, ideológico e discursivo da tecnologia digital, e para as consequências no que tange ao sujeito, à ciência e à sociedade se faz fundamental. Por isso, buscamos compreender o funcionamento de tecnologias de linguagem desenvolvidas no domínio das tecnologias de leitura e escrita, e estas como uma forma de relação social, como propõem os trabalhos desenvolvidos por Orlandi (2008) e sua equipe que se espalhou pelo Brasil e ganhou corpo. É importante destacar também que aqui vamos considerar o digital, na perspectiva teórica de Dias (2014), como espaço de transformação das relações.

Consideramos, principalmente no que diz respeito à escola, a transformação da relação do homem com a linguagem, no caso, com a leitura e a escrita, que desencadeia outros processos de transformação: a forma dos textos, o modo de significar, o posicionamento dos sujeitos nos discursos pedagógicos, as maneiras de ser e estar em rede. Seguindo esse pressuposto, a proposta é fazer uma cartografia[7] de alguns recortes de instrumentos de ensinar e aprender disponíveis em rede.

Esses recortes trazem uma memória de como se ensina e de como se aprende a língua na escola e fora dela, de como se usa e de como se compõe um material didático, de como se estabelece a relação entre ensino e tecnologias de linguagem. Uma memória discursiva[8]. Uma memória antes, já lá. Necessária de se compreender em seu funcionamento, na formulação e na circulação dos instrumentos. Também é necessário dizer que no caso desses instrumentos a relação entre memória discursiva também se dá na relação com a memória de arquivo.

Neste caso específico, a compreensão dos recortes[9] reunidos para a análise se dá com vistas ao modo como as discursividades presentes neles produzem efeitos de sentidos que afetam diretamente a educação, o trabalho em sala de aula e fora dela, a responsabilização do sujeito diante dos discursos do digital cada vez mais presentes na escola e circulantes na sociedade pelo fragmentário da rede.

A multiplicidade desse fragmentário em rede tem início com o desenvolvimento da própria internet no Brasil nos anos 1990. De lá pra cá muita coisa mudou, se multiplicou, se fragmentou. Cada vez mais os

livros didáticos, as enciclopédias, os dicionários, as gramáticas e as próprias aulas vem sendo *transportados* e, por vezes, também *transferidos* para o digital. Para Orlandi (2002) um *transporte* se dá sem inscrição histórica, na relação palavra-coisa. O transporte se dá por meio de elementos de uma memória linguística, já a *transferência* é contemplada pelos processos de significação, na relação palavra-palavra, e na perspectiva discursiva, pelos processos de metaforização, conforme nos propõe Pêcheux (1995). Nesse sentido, é pelo trabalho da paráfrase que se pode apreender a metáfora e a compreensão de processos por transferência.

Para a compreensão desse processo de transporte e transferência dos instrumentos linguísticos, na mesma medida em que temos espaços digitais que apenas transportam os instrumentos linguísticos, seja pela reprodução digitalizada de materiais didáticos impressos, seja pela reprodução de atividades que se dão na sala de aula que desconsidera a constitutividade e condições de produção[10] do digital, temos os que produzem uma transferência, na qual há um movimento de (re)significação, pelo digital, do que seria um espaço de sala de aula. Isso tem efeitos sobre os sentidos de saberes sobre a língua e é para esses efeitos que essa tentativa de cartografia tentará olhar. Vamos aos recortes.

2. Primeiros Fragmentos: Instrumentos Digitais de Aprendizagem

Levando em conta que o digital trouxe uma mexida na forma de organização dos instrumentos linguísticos, cabe perguntar pela ordem e pelos efeitos que os fragmentários em rede produzem nos saberes sobre a língua, situando esses instrumentos e o digital na história[11]. Como mostra a História das Ideias Linguísticas no Brasil (HIL), os instrumentos linguísticos conformam o modo como a língua se institucionaliza, como os sujeitos se constituem na/pela língua e suas relações sociais. E é no espaço escolar onde os instrumentos linguísticos mais se mostram nessa relação e nesse processo de institucionalização da língua.

Em suas pesquisas, Pfeiffer (2005, 2007, 2011, et. al.) tem mostrado que a constituição da língua nacional na relação com o espaço escolar, como acontecimento discursivo, produz efeitos de sentidos em que há um lugar possível para o cidadão, portanto para o civilizado, e um lugar outro para o diferente: aquele que deve ser

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

escolarizado. A autora nos aponta em suas análises que há um efeito de coincidência, pela gramatização, entre língua nacional e língua materna, que funciona no espaço escolar.

Interessa, portanto, refletir sobre o funcionamento de discursos que afetam diretamente o espaço escolar, *discursos de disponibilização de conteúdos*[12], e o modo como os instrumentos linguísticos se inscrevem nesses discursos em *objetos digitais de aprendizagem*, um dos nomes dados a esses instrumentos em rede, e que vamos chamar de *instrumentos digitais de aprendizagem* (IDAs) pela relação com os instrumentos linguísticos, numa análise discursiva, que se inscrevem na história e na memória pelo digital.

Essa nomeação – lembrando que há ainda nomes como: *objetos virtuais de aprendizagem*, *objetos de aprendizagem inovadores*, apenas *objetos de aprendizagem*, *objetos educacionais*, *objetos de aprendizagem interativos*, etc – se dá pelos efeitos de sentidos pragmáticos de *objeto* presentes nas outras nomeações. Nomear *instrumentos digitais de aprendizagem* se filia teoricamente à análise de discurso, que: 1. toma a noção de materialidade numa perspectiva linguístico-histórica, portanto, discursiva[13]; 2. tem um modo específico de significar o digital, conforme a pesquisa desenvolvida por Dias (2004, 2014, 2016, 2018); e 3. uma relação com o saber que se dá – ao mesmo tempo – dentro e fora da escola, pela inscrição do digital no urbano, conformando assim um *saber urbano (des)escolarizado*[14]. Ou seja: um saber contraditório constitutivamente, significado pela individuação do sujeito (ORLANDI, 2012) contemporâneo na relação com o digital, considerando "o digital como constitutivo das discursividades" (ORLANDI, 2015), pensado no movimento dos sentidos dentro e fora da escola simultânea e concomitantemente significado pelo digital e pelo urbano, e não uma retirada dos saberes da escola para inscrevê-la em outro lugar, produzindo o apagamento do político, mas significando os discursos que circulam na escola e fora dela pelo simbólico na relação com o político. Assim sendo, não é possível considerar um virtual em oposição ao real, ou qualquer outra forma de nomear que desconsidere o fato de que não há um fora do digital, de que nossa sociedade é constituída por discursividades digitais. E isso tem seus efeitos nas relações de aprendizagem.

Consideramos que os *IDAs* estão na relação com um espaço institucionalizado de aprendizagem – a escola – e o fato de que se aprende também fora dela: nas ruas, em casa, no digital. Dizendo de outro modo, a escolha dessa nomeação tem a ver com a noção de um *saber urbano (des)escolarizado*, constituído pelo digital e que circula dentro e fora da escola. Então, propomos algumas questões ao olhar para os *IDAs*. O que muda com um instrumento linguístico na inscrição de uma tecnologia de linguagem pelo digital? Como os *discursos de disponibilização de conteúdos* afetam os saberes já estabilizados nesses instrumentos? Como gramática e dicionário são significados nesses instrumentos? Quais os efeitos sobre o espaço escolar dessa relação dos IDAs no funcionamento de fragmentação e dispersão tão características do digital?

Estas questões, inicialmente, mobilizarão as análises para a compreensão do funcionamento dos IDAs disponíveis em rede, na sua relação com o espaço escolar. Por isso, analisamos alguns recortes de três repositórios[15]: o projeto RIVED, o Portal do Professor e o BIOE. O primeiro recorte é do RIVED – Rede Internacional Virtual de Educação, criada em 1999.

Imagem 1: Conheça o Rived. Print de tela. Disponível em: <http://rived.mec.gov.br/site_objeto_lis.php>. Acesso em dez. 2017.

Para viabilizar seu funcionamento, houve um acordo em 1997, entre Brasil e Estados Unidos, cujo objetivo era o desenvolvimento da tecnologia para uso pedagógico, por meio da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológica (hoje Secretaria de Educação Básica) e da Secretaria de Educação à Distância – SEED.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

O projeto RIVED tomou forma nessas condições de produção e até 2003 foi SEED responsável pela produção de uma centena de objetos em diversas áreas do conhecimento. Em 2004, o projeto criou a Fábrica Virtual, responsável pela transferência do processo de produção desses objetos para as Instituições de Ensino Superior por meio de uma parceria que ofereceu cursos de capacitação online, pela rede ProInfo, possibilitando a expansão para universidades que passaram à produção e disponibilização de conteúdos na forma de objetos de aprendizagem. Foram produzidos no total 120 IDAs nas mais diversas áreas.

Entre o RIVED, de um lado, e o Portal do Professor e o Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE)[16], de outro, ambos desenvolvidos em 2008, pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, há uma lacuna de 10 anos. Há também uma mudança radical entre a web 1.0 e web 2.0, a web social, como denominou Dale Dougherty, conforme O'Reilly (2005)[17]. As interfaces, os algoritmos e o funcionamento da web mudaram. Percebe-se a alteração significativa de interface entre o RIVED e os outros dois repositórios, as possibilidades de linkagem com outras plataformas e redes sociais, e até a autodenominação do Portal do Professor como uma comunidade, para citar um exemplo de como a web 2.0 modificou estruturas e funcionamentos nestes repositórios. A quantidade de material disponível também sofreu enorme alteração.

Na tentativa de dar visibilidade para essa quantificação de dados e disponibilidade na rede, apresentamos recortes com os resultados de buscas nos três repositórios. No recorte 1, referente ao RIVED destacamos: a) o modo como cada repositório nomeia e define um IDA; b) os objetivos do repositório; c) o modo como o repositório denomina a si próprio e d) a quantidade de IDAs disponíveis em cada um. Vejamos o recorte:

> Um *objeto de aprendizagem* é *qualquer recurso* que possa ser reutilizado para dar suporte ao aprendizado. Sua principal ideia é "quebrar" o *conteúdo educacional disciplinar* em pequenos trechos que podem ser reutilizados em vários ambientes de aprendizagem. *Qualquer material eletrônico* que provém informações para a construção de conhecimento pode ser considerado um *objeto de aprendizagem*, seja essa informação

> em forma de uma imagem, uma página HTM, uma animação ou simulação. Os *objetos de aprendizagem* produzidos pelo RIVED são *atividades multimídia, interativas*, na forma de animações e simulações.

Os IDAs são nomeados como *objetos de aprendizagem* e, por um processo de reescrituração por expansão (GUIMARÃES, 2002) – processo no qual o dito é redito permitindo verificar como uma expansão determina outra na temporalidade do acontecimento semântico – são escritos e reescritos como 1. *objetos de aprendizagem; 2. qualquer recurso que possa ser reutilizado*; 3. *qualquer material eletrônico* e 4. *atividades multimídias interativas.* Podemos afirmar que os IDAs, nesta discursividade, são determinados como *objetos*, *recurso*, *material* e *atividades*, sendo predicados por *aprendizagem*, *qualquer* e *multimídias*. Importante notar também a operação de articulação (GUIMARÃES, 2002) – o procedimento permite observar as relações entre as palavras em um enunciado e a relação entre enunciados, considerando enunciado como texto. Tendo isso em vista, gostaríamos de chamar a atenção para uma relação de sentidos estabelecida entre *objetos* e *conteúdo*: *objetos* é reescrito com a "função" de *conteúdo* e predicado por *aprendizagem* que é significada como *educacional disciplinar*.

Esse *conteúdo* é para ser quebrado e disponibilizado em qualquer meio. São 120 IDAs que passam de *objetos* a *conteúdo* disponibilizado e que são ao mesmo tempo – não por sinonímia, mas por expansão e contiguidade – *recurso* e quaisquer *materiais* e *atividades multimídias*.

No Portal do professor vemos:

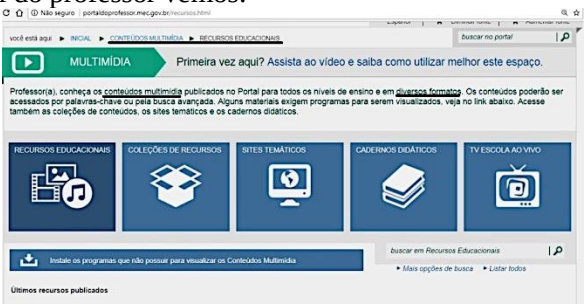


Imagem 2: Print de tela: Portal do Professor > Conteúdos Multimídia. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>. Acesso em dez. 2017.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

No guia indicador inicial, a nomeação *conteúdos multimídias* com uma seta para *recursos educacionais*, e os ícones de acesso são divididos entre *recursos educacionais* e *coleções de recursos* que no total chegam ao número de 13.898 IDAs. Esses *conteúdos multimídias* são predicados pela articulação no enunciado que está no texto[18] de abertura do site como *conteúdos multimídia em diversos formatos*, estabelecendo a divisão pragmática entre forma e conteúdo. Chama atenção também nesta divisão que o texto traz coleções *de conteúdos* e *cadernos didáticos*, enquanto o segundo ícone da página é nomeado como coleções *de recursos* estabelecendo pela substituição uma relação de sinonímia entre *conteúdos multimídias* e *recursos educacionais*, apagando o político e os sentidos possíveis para o que poderia ser ou não ser educacional. O educacional é determinado pela forma e pelo conteúdo.

Conteúdo, *recurso*, *formato*, *cadernos*: pela diversificação de formatos, os IDAs são organizados e disponibilizados no Portal do Professor. Seja *recurso*, seja *conteúdo* está ao alcance de todos, a um clique.

No BIOE, que recebe também o nome de Repositório Educacional, há 19.842 IDAs e o texto de apresentação do site está em três línguas: português, inglês e espanhol. Recortamos para análise a versão em inglês[19]:

> The Educational Repository is an online service for collecting, preserving and providing access to data of research publications and digital content worldwide produced. Enhance your studies, add dynamism to your lessons and conduct your researches with an array of the best-produced digital objects. At the moment, there are 19.842 available objects and 174 are being evaluated or are awaiting their author's authorization to be published. The BIOE hopes to stimulate and foster relevant international relations by democratically leveling up the production and sharing of such Resources. In this sense, countries that have achieved a sound technological progress in education will be able to cope with others.[20]

Este texto diz que o serviço online tem a função de coletar, preservar e fornecer acesso aos *dados de publicações de pesquisas e*

conteúdo digital produzido em todo o mundo. Depois da apresentação, o texto convida o leitor a melhorar seus estudos e pesquisas com os *objetos digitais*. Num primeiro momento o texto separa *dados de publicações* de *conteúdo digital* pelo *e*, mas depois o texto significa tanto um quanto outro como *objetos digitais* pelo processo de articulação num movimento que homogeneiza o que está disponível no serviço online.

Conteúdo digital é significado como *objeto digital*. Há uma repetição do que foi observado na análise do recorte 1. Um IDA pode ser significado como *recurso* e também como *conteúdo digital*. A memória da significação *recursos* permanece nos três lugares. Retomamos a análise feita por Orlandi (2012) sobre a discursividade dos recursos:

> Há, quando falamos dos recursos, um dizer já dito e significado que sustenta nosso próprio dizer. E isto é o que constitui a ideologia em análise de discurso. Quando interpretamos, interpretamos com sentidos já postos, evidentes, e nem sabemos como eles se formaram em nós. Estão lá. Disponíveis. Fazem parte da nossa memória, nosso "saber" discursivo (ORLANDI, 2012, p.148).

E segue apontando para a importância das novas tecnologias de linguagem quando se fala em *futuro dos recursos/recursos do futuro*. Para a autora, "as novas tecnologias de linguagem representam uma possibilidade de reorganização do trabalho intelectual e do trabalho da interpretação" (idem, p.149).

A nomeação nos diferentes IDAs é distinta, mas os sentidos de *recursos* permanecem nos três recortes dos distintos repositórios. Esses *recursos* cumprem o objetivo primeiro de "quebrar", de fragmentar o *conteúdo*, (RIVED) e depois passam à organização e disponibilização do acesso, no qual há uma transparência dos sentidos para o movimento que pretende tornar claro, legível, bem arranjados e perfeitos como clivagens cristalinas.

Com um fragmentário disponível online, por meio de uma tecnologia de linguagem, os IDAs, se desconsiderada sua materialidade discursiva, pelo funcionamento da ideologia, se

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

significam na maioria das vezes como um repositório de objetos organizados e tornados acessíveis àquele que se interessar por saber mais. Mas os saberes estão disponíveis em rede, ao alcance da mão com apenas um clique? São recursos acessados por todos? Faz-se necessário pensar aqui o que diz Orlandi (2012, p.147): "Os recursos são, antes de tudo, recursos humanos", portanto, são dotados de historicidade, produzidos por "seres sócio históricos, sujeitos simbólicos que se significam e significam o mundo em que vivem".

3. Uma busca por fragmentos de instrumentos linguísticos

Fazendo uma pesquisa por palavras em cada um dos portais analisados é possível observar como a organização deste fragmentário se dá no que diz respeito aos instrumentos linguísticos disponíveis em rede. Em primeiro lugar, as palavras de busca foram *língua portuguesa*, *português* e *gramática* e depois *dicionário*.

O RIVED (1999) apresentou apenas um IDA, sem data de produção e classificado numa categoria chamada *Português* e numa subcategoria chamada *classe de palavras*. Nele há uma indicação de série/ano: primeiros anos do Ensino Médio.

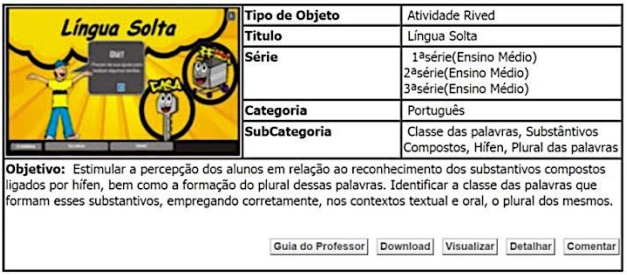


Imagem 3: Primeiro IDA de Língua Portuguesa disponibilizado pelo RIVED (1999).

O Portal do Professor (2008) apresentou como resultado da busca um número de 422 IDAs, produzidos a partir de 2012, das quais apenas 50 são nomeados com referências à gramática. Nesta busca, aparecem os primeiros IDAs que são descritos como objetos que fazem *reflexões sobre a linguagem* em sua ficha técnica. O BIOE (2008) retornou 483 IDAs, produzidos a partir de 2013, referente à

língua portuguesa, *português* e *gramática*. Dentre estes, 51 estão relacionados à gramática e dois são descritos como objetos na categoria *historicidade da linguagem*.

Tanto no Portal do Professor, como no BIOE, os resultados de objetos com *reflexões sobre a linguagem* se repetiram. Nos três portais, a categoria *gramática* está presente. Apesar de a busca não retornar resultado algum para a palavra *gramática* em específico no RIVED, é possível a compreensão da presença de organização gramatical na subcategoria *classe de palavras*.

No Portal do Professor e no BIOE, as buscas resultaram em centenas de objetos que não estão mais categorizados como *português*, contudo apresentam referências a *reflexões sobre a linguagem* em sua descrição e dezenas deles com referências à categoria *gramática*. Deste resultado, dois objetos do BIOE apresentam formulações referentes à *historicidade da linguagem*, mostrando aí os efeitos do trabalho com os instrumentos linguísticos no interior da produção do saber metalinguístico e de todo avanço da própria linguística como ciência que reflete seu próprio objeto.

A pesquisa seguinte foi pelo termo *dicionário*. Não há dicionários como resultados de busca no RIVED. Também não há dicionários disponíveis em outros lugares de disponibilização de IDAs, mas apesar disso, há enciclopédias e há também reflexões sobre o papel do dicionário, sua importância e utilização[21].

Diante dessa reflexão e do (não) resultado que é possível encontrar nas buscas, os lugares de disponibilização de IDAs, a partir desses repositórios, se colocam como um lugar do discurso sobre o dicionário, de destaque de sua importância e sobre seu aspecto utilitário. Enunciados como: *reflexões sobre o dicionário*, *importância do dicionário como instrumento linguístico* e *reflexões sobre políticas linguísticas* estão tanto no Portal do Professor quanto no BIOE. O aspecto utilitário do dicionário também está nos dois lugares com as palavras: *ensinar*, *explicar sobre*, *orientar* e *explicar o uso correto*.

Essas plataformas produzem um saber sobre o dicionário, elas não o disponibilizam simplesmente como instrumento linguístico digital. Isso ficará a cargo de outras plataformas, como o Google Dicionário, por exemplo, e que não será objeto de análise neste momento, mas que poderia ser, dado o seu funcionamento como *instrumento digital de aprendizagem*. Com esse fato da não disponibilização do dicionário nestas plataformas, ao contrário de outros instrumentos como a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

gramática, o dicionário ganha um lugar imaginário de homogeneidade e organização unitária na rede e não de dispersão. Não uma organização unitária como foi a partir do códex, em que temos o limite de um número de verbetes em uma quantidade de páginas específicas. No caso do Google Dicionário, a visualização se dá verbete por verbete e na ilusão de uma quantidade sem fim de definições e palavras disponíveis.

Com esses recortes, compreendemos que os *IDAs* estão neste lugar fragmentário de dispersão e isso tem efeitos. O que chama a atenção é o modo como em três diferentes lugares, a princípio, os IDAs são (re)significados como *recursos educacionais*. Retomando o que diz Orlandi (2012, p.145) sobre os discursos que falam sobre recursos, há aí uma inscrição no discurso empresarial "fortemente atado à ideia de 'informação'" que projeta um público alvo de *coisas-a-saber* (PÊCHEUX, 2014).

No caso desta análise, são *recursos educacionais*. Recursos de e para sujeitos inscritos na discursividade educacional, na relação com instrumentos linguísticos. Vale lembrar também o que Orlandi (2001) ressalta a respeito dos instrumentos linguísticos na relação com o ensino:

> Quando refletimos sobre a presença desses instrumentos na escola [...] não se trata de pensar o mero uso de um artefato mas da construção de objetos históricos. [...] Não falamos, então, dessa perspectiva, na função da gramática ou do dicionário na escola mas do funcionamento deles na relação do sujeito com a sociedade na história (ORLANDI, 2001, p.8).

Portanto, essa relação do sujeito com a sociedade na história, considerando a contemporaneidade, está inscrita no digital que tem seu modo de funcionamento específico. O IDA, portanto, é significado como tecnologia de informação pelo digital.

Para refletir sobre as tecnologias de linguagem no digital é importante considerar o que afirma Dias (2016) sobre o modo como o digital tem modificado a discursividade do mundo através de um processo que a autora tem chamado de digitalização do mundo, qual seja:

> práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas dos sujeitos [...]. Em outros termos, a digitalização do mundo é um processo de historicização dos sentidos que desloca o modo de significação, produzindo uma forma material (DIAS, 2016, p.10-11).

Assim, dizer de *IDAs* é dizer de uma forma material específica que circula na sociedade, para além do espaço escolar e não apenas, como fragmentos de saber como meros conteúdos pragmáticos, quebrados e estilhaçados, como quando um cristal toca o chão.

4. Segundos Fragmentos: redes sociais de aprendizagem

Assim como os arranjos cristalinos se agrupam e se reagrupam, poderíamos pensar os *instrumentos digitais de aprendizagem* com sentidos que circulam também nas redes sociais nesse movimento de organização. Entretanto, a ordem dos sentidos não é da mesma ordem dos cristais, ou do vidro. Antes, essa ordem é muito menos apreensível como objeto lógico e, por estar na relação entre história, ideologia e inconsciente, é uma ordem que não se coloca de modo prático e transparente. Portanto, buscando a compreensão dessa ordem dos sentidos, a análise neste subtítulo será sobre o funcionamento de redes sociais de aprendizagem, que tomamos também como IDAs, na relação com a memória discursiva e a memória metálica.

As redes sociais de aprendizagem não se nomeiam nem se definem como *instrumentos digitais de aprendizagem*, mas se colocam como lugares depositários de um saber, ou melhor dizendo, como lugares depositários de objetos - produtos - para, enfim, disponibilizá-los em rede, significando-se como lugar de saber, lugar de objetos do saber, lugares possíveis para fazer circular esses saberes em formas de objetos.

Considerando as condições de produção do discurso pedagógico na chamada era da informação, pelo funcionamento das redes, de sua configuração de interface, por meio de uma cartografia político-ideológica do espaço digital (Dias, 2004), os saberes disponibilizados na contemporaneidade no digital estão significando um espaço importante de reflexão sobre a linguagem: a escola.

Partindo desta premissa, apresentamos a rede social educacional edmodo[22] (com letras minúsculas em sua plataforma). Disponível em

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

inglês, francês, espanhol, português, grego e alemão, a rede recebeu, em 2011, o prêmio de melhor site da web para ensino e aprendizagem da *AASL – American Association of School Librarians* e venceu na categoria *Education & Reference* o *Webby Award*, em 2012, quatro anos após sua criação e na categoria *Community*, em 2014[23]. A rede edmodo apresenta parceria com a *Microsoft* para o uso de ferramentas do *Office 365* e com o *Google for Education*, que será objeto de análise na próxima seção.

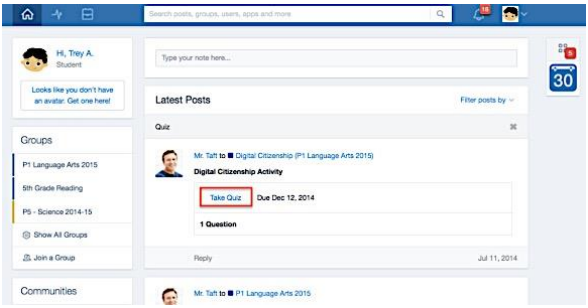


Imagem 4: Print de tela da rede social edmodo. Disponível em: https://goo.gl/kUFmbR. Acesso em dez. 2017.

A rede social edmodo se apresenta com uma interface semelhante à da maior rede social na contemporaneidade: o Facebook. A disposição dos elementos na página, a escolha das cores, a distribuição do mural de notícias no centro da página, dos grupos ao lado esquerdo, da foto de perfil e das notificações no topo retomam a memória de estrutura e funcionamento do Facebook. Contudo, a rede difere por não ser aberta a qualquer assunto para postagem e nem a qualquer público, se limitando à comunidade escolar, professores e alunos.

Em 2008, quando a edmodo começou suas atividades, ainda numa versão inicial, o slogan de abertura era *The free communication platform for education*[24]. Ou: *A plataforma de livre comunicação para a educação*. Neste primeiro recorte, a indagação se dá por uma compreensão da configuração da plataforma como instrumento e como ferramenta que se coloca no lugar que possibilita a *livre comunicação*. A plataforma se apresenta como lugar de livre comunicação, em contraponto, a escola, a sala de aula, a aula, não o é? Nem lugar de liberdade, muito menos de comunicação? A sala de aula

muitas vezes é significada como o lugar onde o professor fala e o aluno ouve, o lugar do silêncio – ou melhor dizendo – o lugar do silenciamento, conforme o conceito de silêncio desenvolvido por Orlandi (2007a).

Na aula, o aprendiz de uma educação depositária, tomando aqui de empréstimo uma formulação freiriana, não é livre para comunicar e o professor que muitas vezes tem que seguir parâmetros curriculares e determinações de instâncias superiores também não comunica o que quer. A ilusão de liberdade determina o espaço escolar. E o espaço da rede? Uma vez que alunos e professores se encontram já significados na dispersão fragmentária do digital, é necessário questionar os efeitos de *liberdade* colocados pelas redes. As redes também produzem silêncios. Ou ainda, como afirma Dias (2018) há uma dimensão técnica do silêncio nas redes.

Se a educação está significada como lugar onde a comunicação nunca foi livre, há a necessidade de uma plataforma para *livre comunicação*. Isso implica também perguntar: em outras plataformas a comunicação não é livre? Que possibilidades há de *liberdade* em plataformas, redes, repositórios? Ou ainda: fora da educação, a comunicação é livre?

Uma outra imagem[25] que abre a rede social edmodo afirma que a rede tem 20 maneiras de usar. Se há 20 maneiras de usar a rede social, podemos retomar questionamentos sobre a *liberdade* diante da dispersão dos saberes disponíveis em rede. Porque uma limitação numérica tão grande (e tão pouca) perante a imensidão do digital? A plataforma é de livre comunicação, mas as maneiras de usar são limitadas ao número 20. O número dos dedos que digitam considerando os sujeitos dos dois lados da tela? Limitação do sujeito, da rede, da liberdade? O que se limita ao colocar numericamente contável nos dedos das mãos os modos de usar?

Para avançar um pouco mais na reflexão, propomos ainda uma terceira formulação de abertura da rede: *Faça da sua sala de aula uma comunidade*. A rede edmodo limitada ao uso digital, ou das 20 digitais dos sujeitos, não apresenta limitações quanto à liberdade. É livre. A quem adere resta apenas fazer de sua sala de aula a comunidade que ela não é. Agora, resta perguntar quais são os sentidos para comunidade: sentidos de pertencimento, de algo do qual se faz parte pela rede e do qual não se fazia antes? Através do uso de uma

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

plataforma, é possível transformar a sala de aula naquilo que ela supostamente nunca foi: uma comunidade.

O professor, cercado de propostas de compartilhamento do saber em rede, filia-se a uma discursividade de obsolescência da escola, que não é digital, que não é limitada ao uso de apenas 20 maneiras, e a uma discursividade sobre o revisionismo de suas práticas; assim, o ensino busca uma reconfiguração em sua formulação.

Portanto, a rede social educacional se coloca como esse lugar depositário dos saberes disponíveis e como espaço de significação de um lugar de saber e não mais na dispersão de materiais possíveis para a aprendizagem, mas na unificação do que puder ser disponibilizado no digital e compartilhado em rede. Estão lá, nas redes sociais de aprendizagem, os IDAs disponíveis, compartilhados e curtidos por todos. Todo o saber em um só lugar que é configurado como espaço de saberes.

5. Terceiros fragmentos: Google for Education[26]

Muitas instâncias da vida social hoje estão permeadas pelo digital. O investimento em aparatos tecnológicos, tanto pelo poder público quanto pelos próprios cidadãos, que vai desde a infraestrutura de internet até a aquisição de celulares/smartphones, faz parte das necessidades e investimentos básicos da vida, tais como saneamento, moradia, alimentação, lazer e educação. Isso faz com que as relações sociais sejam significadas na e pela linguagem do digital, através do uso da Internet como espaço de (des)legitimação de sentidos e até do estabelecimento de novas categorias de relação no tempo e no espaço da cidade e nas redes de colaboratividade online como uma extensão do que se pode chamar espaço real, afetando a sociedade no que diz respeito tanto ao seu modo de organização, estruturação, funcionamento, bem como a educação.

É cada vez mais frequente o uso de plataformas e recursos tecnológicos disponíveis em rede, tornando a internet também um espaço para um saber urbano (des)escolarizado, um saber que se constitui dentro e fora do espaço escolar, no espaço digital que é urbano constitutivamente, que é perpassado pelas redes de colaboratividade e compartilhamento de conhecimento, nos livros e bibliotecas tanto impressos quanto digitais. Tomamos o *Google for Education* como um *instrumento digital de aprendizagem* para

compreender o funcionamento da circulação de saberes na relação com a educação no espaço da cidade e da rede.

A tarefa é analisar essa dispersão que se coloca pelo que se denomina como *Google for Education*, buscando estabelecer relações entre o que move a sociedade pela linguagem e o que se coloca no digital. O modo de nomear uma ferramenta de tecnologia digital e de significá-la por meio de uma relação apositiva num enunciado nos dá elementos para compreender esse objeto como *instrumento digital de aprendizagem* do modo como estamos olhando para esses dispositivos analíticos. O funcionamento do nome próprio e do aposto circula e produz efeitos de sentidos na e para a sociedade em que está inserida, em uma proposição que significa em sua circulação e traz questões para o que interessa à educação e aos sentidos produzidos pelo seu funcionamento na sociedade.

A circulação dos sentidos para "*Google for Education*: uma solução desenvolvida para professores e alunos", com seu nome e seu aposto, faz com que se pergunte pelo político nessa relação entre professores e alunos permeada pelo digital. Uma plataforma? Um repositório? Como o *Google for Education* está se significando e sendo significado? Tomando a palavra Google como um primeiro recorte, é possível afirmar que ele nomeia um site de busca na internet, mas também uma empresa, e até funciona como verbo "googlar/ dar um google" em alguns casos. No caso específico da nomeação analisada, ela nomeia e destina uma ferramenta para um público específico, e por meio de seu aposto apresenta uma solução através de aplicativos para a educação.

Antes de tudo, há que se refletir sobre alguns sentidos possíveis para o nome próprio Google: uma empresa, um motor de busca na internet, uma ferramenta completa que soluciona problemas na educação, um guru que a tudo nomeia, responde e dá existência. Depois, para pensar o que estaria em jogo na significação desse nome – Google – é necessário buscar na formulação do enunciado o funcionamento da preposição a que e a quem ele se destina, pois nessa análise, não se tratará do Google como um todo ou do Google enquanto empresa, mas de uma de suas plataformas que é *for Education*, pois há outras ferramentas oferecidas pelo Google: Drive, Mapas, Tradutor, Notícias, Acadêmico, Imagens, Gmail, Youtube, Agenda, Google+, Pesquisa, Docs, etc[27].

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

A pergunta por este funcionamento do nome numa materialidade aponta para sujeitos em posição de determinar as relações que constituem a educação pelo digital. Seguido ao nome próprio, um enunciado em relação apositiva apresenta o *Google for Education* como uma solução na relação entre professores e alunos, colocando a possibilidade de múltiplos sentidos. Assim, as análises que seguirão buscarão compreender como, por meio de um *instrumento digital de aprendizagem*, os sujeitos estão em posição de determinar como se deve dar a educação, significada por um espaço peculiar de produção dos sentidos: o digital.

6. Google para quê; Google para quem?

Na página inicial do aplicativo educacional oferecido pela empresa Google temos a seguinte formulação: *Google for Education: uma solução desenvolvida para professores e alunos*. Uma sociedade privada, administradora de um dos mais populares motores de busca do mundo cujo nome próprio é o mesmo. Um nome próprio[28] e um aposto. Um enunciado, um texto. Um espaço de enunciação: o digital. Google empresa, Google aplicativo, Google site de busca. Coincidência no nome que coincide também com a própria internet e que para milhões de usuários diante da internet é, todavia, no Google que se produz efeitos. Ainda que o Google seja um motor de busca dentre outros, Cassin (2008) mostra que faz parte da estratégia do portal ser proprietário de toda a informação e conduzir os usuários a outros sites, produzindo esse efeito de coincidência entre Google e Internet. Efeito esse da Internet como

> um mundo bem mais deleuziano, uma estética suporte-superfície sobre um fundo de cérebro-máquina: rede, rizoma, centro em todas as partes, circunferência em nenhum lugar, multiplicidades, subsidiaridades, potências diretas da multidão, simplicidade de conexão, auto-organização... Um mundo feito por todos, em imanência, e não por um (CASSIN, 2008, p.21).

O nome próprio *Google for Education*, pelo funcionamento da designação, significa na relação com o motor de busca Google, com a empresa de mesmo nome e com o próprio efeito de coincidência com a Internet. Surge na enunciação como um acontecimento de linguagem na relação com o simbólico e com a história[29]. Os sentidos não estão

prontos e acabados, estão sempre se (re)construindo no movimento constante do simbólico e da história.

O nome próprio Google apresenta um funcionamento que significa pelo processo de designação. Ao dizer *Google*, há um recorte no espaço da memória discursiva, que remete a vários sentidos já colocados pelo funcionamento do dispositivo digital. Google significa na relação com o site de buscas na internet, com um funcionamento algorítmico determinado, específico e secreto, que faz com que os resultados das buscas estejam ligados a um perfil de usuário por meio de filtros personalizadores de cada experiência na rede. Ao se colocar em um lugar social de locutor, o Google já está determinado pela história com seu efeito de sentido de coincidência com a Internet e como aquele que a tudo responde, que tudo sabe, que tudo nomeia.

É bastante comum atualmente, formandos de cursos diversos, principalmente de Ensino Médio, utilizarem uma camiseta personalizada com enunciados sobre este momento significativo em seu percurso escolar. Uma das imagens bastante utilizada nessas estampas traz o seguinte enunciado: *Gostaria de agradecer aos meus pais, meus amigos e principalmente ao Google*. O personagem caracterizado como um formando traz a memória do funcionamento do meme em redes sociais[30]. O enunciado traz a memória do Google como aquele que tem resposta para todas as questões, que ensina, que forma. Assim, a relação Google site de busca e Google no contexto educacional se mostra forte e constitutiva de sentidos e sujeitos no e pelo espaço digital. Ao fazer uma busca no Google, pelo aplicativo *Google for Education*, os resultados são apresentados também com o nome do aplicativo seguido do enunciado apositivo: *uma solução desenvolvida para professores e alunos.*

Observando o enunciado no aposto é possível afirmar que aquele que enuncia, que está no lugar social de locutor é o próprio Google, e este se coloca em posição de ser uma solução. Uma solução para professores e alunos colocados em posição daqueles que, neste caso, são os que precisam de auxílio, que não são dotados de saber, que estão em formação constante, em posição embrionária do vir a ser. O locutor Google é a solução; os professores e alunos, parte do problema.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

7. Tecnologia no tempo

A palavra *tecnologia*, considerando a acepção que a toma como derivada do grego *τεχνη* (técnica, arte, ofício, estudo), é uma palavra que relaciona conhecimento técnico e científico através do uso de ferramentas, processos ou materiais criados a partir de tal conhecimento.

As tecnologias de escrita e leitura são desenvolvidas no percurso da própria história, no tempo e no espaço, se relacionando com as sociedades em que surgiram, alterando-se modos e sistemas de viver. E ao analisarmos a palavra *solução* no enunciado apositivo a colocamos em relação com a tecnologia e a materialidade histórica do real, afetada pelo simbólico. A enunciação aqui não é resultado de um ser físico, no mundo físico, mas é antes o dizer do sujeito nesta materialidade do real[31].

A enunciação que considera a tecnologia presente, enquanto acontecimento de linguagem, no qual todo acontecimento de linguagem significa porque traz em si mesmo uma projeção de futuro. O presente e o futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar como ferramentas substituíveis para antigos problemas. Uma solução. Tecnológica, por meio de um nome próprio que significa para a educação, *for Education*.

Sendo assim, o *Google for Education* se apresenta com uma diferenciação importante de outras ferramentas do Google pelo funcionamento da preposição *for*, para, com um sentido de destinação específica deste produto. Esse nome próprio chama a atenção e mostra o seu aspecto de instrumentalização – não é Google educacional, Google escolar, Google Educação Básica, uma vez que já há outro produto com o nome Google Acadêmico. É *Google for Education*. Em 190 países e 50 milhões de usuários. É um Google *para*, palavra que determina o destino dessa aplicação, ao contrário de outros lugares em que o Google se enuncia *Sobre os ombros de gigantes*, como é o caso do Google Acadêmico: um serviço de busca do Google que permite buscas em pesquisas científicas, acadêmicas, lançado em 2004 e que até 2014 pretendia cobrir 85% de todos os textos acadêmicos já publicados e disponíveis em rede.[32]

Desta posição, o locutor se apoia naqueles que significam o saber científico, o acadêmico, está apoiado, está sobre os ombros, em contraponto com aqueles que apresentam problemas: professores e alunos; e o Google se apresenta como solução para a educação. Na

academia, gigantes, apoiadores. Na educação, problemas a serem solucionados. Campos de significação dados pelo digital que coloca questões para essas relações tão tênues. A preposição no Google Acadêmico é *sobre*, não mais *para* como no Google for Education.

A designação *for Education* aponta para um sentido já dado de educação. Pronto e acabado. O sentido da educação formal, institucional. Desse modo, o nome próprio Google é para todos, mas esta materialidade específica é para a educação e se apresenta como aquele que vai sanar os problemas.

Ao dizer apositivamente que é *uma solução desenvolvida para*, há o funcionamento de um pré-construído de que há um problema que precisa de solução e a formulação se torna equívoca: uma solução para um problema que professores e alunos têm ou uma solução para o problema que professores e alunos são? Sendo *for Education* este aplicativo é designado como aquele que vai sanar os problemas de professores e alunos, da escola ou vai sanar os problemas que são professores e alunos. Quais os sentidos de educação nesse nome? Uma educação com problemas que precisam ser resolvidos? Uma educação possível a partir do uso do Google? Esses são questionamentos que precisam ser feitos a esses instrumentos que se colocam no contexto educacional atual configurando sujeitos e sentidos, reformulando processos e práticas, significando pela língua a história da tecnologia.

Os sentidos de *tecnologia* no passado, sendo desconsiderados, produzem um efeito de apagamento da própria história dos materiais, ferramentas e processos de aprendizagem. Antes do advento tecnológico que temos hoje, tínhamos uma relação professor-material didático-aluno e que produzia como efeito um aluno X. Na nova relação proposta pelo intermédio do aplicativo tecnológico, temos uma relação aplicativo-aluno e a produção de aluno Y como efeito. Um aprender outro, na relação com a máquina, com a memória metálica (ORLANDI, 2007b), numa substituição lenta e progressiva do professor e seu antigo material didático que, embora não mude o nome *aluno*, muda-se a relação entre os sujeitos e os instrumentos aí envolvidos. Instrumento, meio e fim. A relação antes era entre sujeitos e instrumentos linguísticos e passa a ser entre um sujeito e um tipo de instrumento específico.

Numa análise das mediações que acontecem na relação de aprendizagem na escola, Orlandi (1983) diz que o livro didático sendo

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

usado de modo a cumprir um fim determinado acaba por apagar seu caráter mediador estabelecendo a relação autoritária entre o professor que repassa um *conteúdo* ao aluno. A autora enfatiza que o material didático deveria ser produzido pelo professor em conjunto com o aluno e que um material pronto pressupõe um aluno pronto.

Na discursividade do enunciado analisado há uma proposta de substituição do professor por *instrumentos digitais de aprendizagem*, pois se o *Google for Education*, que estamos significando aqui como um dos IDAs possíveis, é a solução tanto para professores quanto para alunos, isso não é sem efeitos. A sociedade hoje se constitui pelo digital, ou, como dito por Orlandi (2015), "o digital é constitutivo das discursividades", ou seja, por uma digitalização do mundo definida por Dias (2016) enquanto "práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas do sujeito que, por meio do 'livre' acesso, deslocam o campo da 'luta' para uma inscrição na forma digital", e na formação discursiva da Sociedade da Informação, desta que está na injunção de significar pelo aspecto comunicacional informativo, pelo acúmulo exponencial dos saberes tomados como informação pelo funcionamento da memória digital.

Portanto, o que se estabelece no funcionamento do nome próprio e do aposto não é uma mera relação entre coisa-palavra, mas uma relação semântico-discursiva enquanto prática política, que faz funcionar o político e um apagamento na formulação equívoca do nome *Google*, produzindo efeitos de sentido que nos fazem perguntar sobre esses novos dispositivos que se colocam. Para quê e para quem? Na transparência dos sentidos, o acesso e a cidadania se constituem como lugares perfeitamente alcançáveis por todos sem que se pergunte pelas diferenças existentes em nossa sociedade.

Assim, a questão do acesso é o que se coloca como espaço de disponibilização dos saberes (e das soluções) que podem resolver problemas para professores e alunos. Um recurso de aprendizagem, uma solução por meio de um discurso de acesso, de disponibilização e por meio de uma unidade que conjuga a dispersão constitutiva do digital.

8. Fragmentos espalhados – olhares a distância

Diante das múltiplas possibilidades de materiais para análise, e da impossibilidade de atingir a completude, sempre temos que delimitar,

recortar, estabelecer um limite para o objeto de pesquisa, no tempo e no espaço das materialidades possíveis. Consideramos assim a materialidade digital como espaço constitutivo de discursividades que circulam na sociedade de/para e por sujeitos, conforme Dias (2004) tem abordado em suas pesquisas no Brasil as questões pertinentes à Análise do Discurso Digital.

Os discursos analisados, textualizados na materialidade digital, constituem processos de significação para sujeitos em posição de ensinar filiados a uma rede social digital educacional, que conforma um *instrumento digital de aprendizagem* para organizar suas aulas. Refletindo sobre os processos de significação, buscamos compreender a constituição, formulação e circulação desses discursos. Essa configuração se deu pela busca em compreender de que modo as chamadas novas tecnologias estão relacionadas com um certo modo de significar as práticas educativas em dois espaços constituídos pelo urbano e o digital: a escola e a cidade.

O gesto que fazemos é olhar para o que circula na internet, para os discursos de sujeitos atravessados pelo funcionamento do digital e também para esse espaço de significação de educação que ali se apresenta. A compreensão de que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 2008) é fundamental para que se possa fazer um gesto de interpretação de redes específicas rede/cidade que passam a compor um corpus heterogêneo e diversificado em sua materialidade, que dão forma a este trabalho significado por suas relações de sentido, sempre abertas e marcadas em sua forma linguístico-histórica pela incompletude.

Ao tentar reunir estes recortes, nesta dispersão e incompletude, pudemos perceber alguns movimentos que significam discursos sobre educação hoje, especificamente sobre reformas no Ensino Médio, atravessados por essa historicidade, por esse fragmentário e pelos efeitos do digital.

No ano de 2016, tivemos no Brasil uma medida provisória de Reforma do Ensino Médio propondo que o ensino seja em tempo integral, dentre outras mudanças. No começo de 2018, o Conselho Nacional de Educação começou a discutir a proposição de 40% das aulas do Ensino Médio ser à distância[33] e posteriormente intensificou-se a discussão sobre a liberação de educação domiciliar.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

No mesmo ano de 2016, a CAPES lançou o portal EduCAPES[34]. Um "portal de objetos educacionais abertos", conforme a descrição do site, que disponibiliza não apenas os chamados recursos educacionais, mas todos os links de empresas com as quais há parceria público-privada. Da Educação Básica à Pós-Graduação, com a disponibilização de IDAs tanto do BIOE e Portal do Professor até material da UAB – Universidade Aberta do Brasil, que oferece diversos cursos EaD e artigos científicos disponibilizados nos repositórios de universidades brasileiras. Material disponível não falta. Organização também não. Então o que poderia faltar, falhar? O que é necessário para que a educação fique melhor? Como fazer chegar saber(es) até sujeitos que não conseguem ter acesso a ele(s)? Esses sujeitos à margem querem ou necessitam desse(s) saber(es)? O/No discurso da disponibilização de conteúdos não se faz questão desta ordem, antes se filia a uma discursividade do tudo ao alcance de todos. Só não sabe quem não quer... (?)

A reflexão proposta – acerca dos fragmentários dispersos na rede como tecnologias de linguagem, possíveis de usos por sujeitos filiados às condições de produção educacionais – se direciona agora para a questão social. Retomando o fato de que já na formação da primeira rede – o RIVED – a Secretaria de Ensino Médio e Tecnologia juntamente com a Secretaria de Educação a Distância estavam unidas trabalhando na construção dos objetos ainda virtuais de aprendizagem, mesmo sem a web social, sem os discursos de obsolescência e precarização, e consequente entrega nas mãos da privatização, tão fortes como nos últimos tempos. Hoje temos o *Google for Education* fazendo convênios com Secretarias Municipais e Estaduais em todo país, fornecendo notebooks, e várias outras empresas amigas da escola fornecendo suportes, instrumentalizando, sustentando a estrutura e desresponsabilizando o Estado.

Esses discursos de obsolescência da escola, da precariedade da escola e da infraestrutura de redes que temos no país, preconizam a justificativa de formação constante dos professores e a necessidade urgente de modernização das tecnologias de ensino aprendizagem. Os sujeitos-professores muitas vezes são responsabilizados por sua formação e pela falta dela.

Com o digital, os modos de aprender e de ensinar se reconfiguram constituídos pela busca desses sujeitos nas redes digitais, uma vez que,

pela constituição do digital na sociedade contemporânea, há outros modos de subjetivação dos sujeitos. Assim, é necessário considerar a opacidade dos sentidos do ensinar e aprender em rede, por meio dos modos de organização do saber no digital, e compreender a cartografia das redes de aprendizagem enquanto um espaço do possível, onde sujeitos e sentidos podem ser outros. Mesmo os que estão à distância de alcançar o acesso a tudo isso.

9. Recolhendo os cacos

Areia. Sílica. Silício. Do Silicon Valley, na Califórnia, ao Silicon Wadi, em Israel, a metáfora do cristal mais abundante do planeta serve de nomeação aos maiores conglomerados produtores de tecnologia do mundo. E ela se espalha. Por estar muito presente em nosso cotidiano, não nos damos conta, nem do minério, nem da tecnologia. Transparências pelas quais não nos perguntamos. Aceitamos. Contudo, aceitamos sem conhecer. Sem saber usar, sem saber quem determina o que, sem poder de decisão, numa ordem intacta do estabilizado.

Estamos diante de uma possibilidade de transformação sem precedentes na história das tecnologias de linguagem, de ressignificação dos instrumentos linguísticos e do ensino da língua, de organização da escola que se dá nela e fora dela. Uma organização pelo digital que coloca a própria instituição tal como é conhecida em questão. Seria possível a configuração de *IDAs* de tal modo que a "obsolescência da escola" possa ser "superada" e a aprendizagem formal se dê apenas por espaços digitais? Nessa hipótese, como repensar o que conhecemos por séculos como "educacional", como escola? O saber não é intrínseco às instituições, à escola, ou a um lugar no digital.

Essa reorganização pela constitutividade da sociedade que é digital coloca questões (que este texto não tem a pretensão de responder, mas problematizar). E essas questões passam pela divisão social que se coloca quando uns têm acesso e outros não, quando interesses de mercado atravessam os interesses educacionais, quando o saber se torna moeda de troca e não está num lugar possível para trocas. Com a constituição da sociedade pelo digital, com o urbano atravessado pelo digital apagando as fronteiras antigas do online/off-line, do aprender na escola e fora dela que já não existem mais, precisamos ao menos nos atentar para o simples fato

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

de que lemos este texto sem nos darmos conta de que sua escrita só foi possível graças ao cristal. Fragmentado. Da Califórnia a Israel para o mundo todo em microchips de areia. O que mais será possível?

Referências Bibliográficas

AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização.* Campinas: Editora da Unicamp.

BRANCO, P. de M. (2008). *Dicionário de Mineralogia e Gemologia.* São Paulo: Oficina de Textos.

CASSIN, B. (2008). *Googléame: la segunda misión de los Estados Unidos.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: Biblioteca Nacional.

COELHO, C. G. F. (2016). *Discursos sobre a leitura no Brasil: dos documentos oficiais e do livro (no)digital*. Campinas: [s.n.]. Dissertação de Mestrado em Linguística – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

DIAS, C. (2004). *A Discursividade da Rede (de sentidos): a sala de bate-papo hiv.* Campinas: [s.n.]. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

_____. (2014). "O Ensino, a Leitura e a Escrita: sobre conectividade e mobilidade". In: *Entremeios.* v.9, jul/2014. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/published/198.pdf>. Acesso em jan. 2018.

_____. (2016). "'Não é só a morte que nivela': o discurso da cultura digital". In: ORLANDI, E.; MASSMANN, D. (Orgs.). *Cultura e Diversidade*. Trilogia Travessia da Diversidade. v.1. Campinas: Pontes Editores.

_____. (2018). *Análise do Discurso Digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes Editores.

FERREIRA, A. C. F. (2009). *A Linguística entre os nomes da linguagem: uma reflexão na História das Ideias Linguísticas no Brasil*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. (2015). "O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia". In: *Entremeios*, Seção Estudos, Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

(PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre (MG), v.11, p.75-98.

GUIMARÃES, E. (2002). *Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes.

_____. (2011). *Análise de Texto: procedimentos, análises, ensino*. Campinas: Editora RG.

_____; MOLLICA, M.C. (Orgs.). (2007). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores, RG Editores.

_____.; ORLANDI, E. (1996). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes.

_____.; ORLANDI, E. (Orgs.). (2002). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem: a disciplinarização das Ideias Linguísticas.* Campinas: Pontes.

_____. (2013). "Autoridade da Informação". In: *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos.* Editora RG. v.31. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao31/artigo1.pdf>. Acesso em dez. 2018.

MARIANI, B. (2004). *Colonização Linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes.

NUNES, J. H. (1996). "Aspectos da forma histórica do leitor brasileiro na atualidade". In: ORLANDI, E. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes.

_____. (2006). *Dicionários no Brasil. Análise e História do Século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp.

_____. (2008). "O Discurso Documental na História das Ideias Linguísticas e o Caso dos Dicionários". In: *Alfa*: São Paulo, 52(1), p.81-100.

_____. (2002). "Dicionarização no Brasil: condições e processos". In: NUNES, J. H.; PETTER M.. (Org.). *História do Saber Lexical e Constituição de um Léxico Brasileiro*. São Paulo/Campinas: Humanistas/Pontes, p.99-119.

ORLANDI, E. (1984). "Segmentar ou recortar?". Série Estudos. In: *Linguística: questões e controvérsias*, n.10. Uberada: Fiube.

_____. (1990). *Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo.* Campinas, Cortez Editora/Editora da Unicamp.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

_____. (Org.). (2001). *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional.* Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat.

_____. (2002). *Língua e Conhecimento Linguístico. A Gramática, o Estado, a Autoria.* Campinas: Cortez Editora.

_____. (2006). "Análise de Discurso". In: LAGAZZI, S.; ORLANDI, E. (Orgs.). *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes.

_____. (2007a). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* São Paulo: Pontes Editores.

_____. (2007b). *As formas do silêncio. Nos movimentos do sentido*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

_____. (1983). "A escola e suas mediações: como se usa o material didático". In: *Educação & Sociedade.* [Revista Quadrimestral de Ciências da Educação]. v.16.

_____. (2008). *Discurso e Texto.* 3.ed. Campinas: Pontes.

_____. (2012). *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia.* Campinas: Pontes.

_____. (2015). "Linguagem, Conhecimento e Informação". Conferência proferida no evento Cidade Conectada: Discurso, interação e mobilidade. *VIII Encontro Saber Urbano e Linguagem.* Labeurb/Unicamp: Campinas.

O'REILLY, T. (2005). *What Is Web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software.* Disponível em: <https://goo.gl/9rTM45>. Acesso em jan. 2018.

PFEIFFER, C. C. (1995). *Que Autor é este?*. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____. (2000). *Bem dizer e retórica: um lugar para o sujeito.* Tese de doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. (2011). "Língua, ensino e políticas públicas". In: Conforte, A.; Valente, A. C. (Orgs.). *Saber a Língua, Saber da Língua.* Rio de Janeiro: UERJ, v.1, p.97-109.

_____. (2005). "O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua". In: *Sentido e Memória.* GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Org.). Campinas: Pontes Editores.

_____. (2007). "A Linguística nas Associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política

linguística". In: ORLANDI, E. (Org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes Editores, v.1, p.19-34.
PÊCHEUX, M. (1990). "Análise Automática do Discurso (AAD-69)". In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Trad.: Bethânia Mariani [et al]. Campinas: Editora da Unicamp.
_____. (1999). "Papel da memória". In: ACHARD, P. et al. (Org.). *Papel da memória.* Trad. e Intro.: José Horta Nunes. Campinas: Pontes.
_____. (1995). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.* Trad.: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp.
SILVA, M. V. (1998). *História da Alfabetização no Brasil: a constituição de sentidos e do sujeito da escolarização.* Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

Palavras-chave: Instrumentos Linguísticos, História das Ideias Linguísticas, Instrumentos digitais de aprendizagem.
Keywords: Linguistic Instruments, History of Language Ideas, Digital learning instruments.

Notas

---

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
* Doutoranda em Linguística no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL/UNICAMP).
[2] Agradeço à profª Amanda Eloina Scherer pela contribuição da metáfora inicial deste texto, e também à orientação precisa, e preciosa como um cristal, da profª Ana Claudia Fernandes Ferreira, que tornou este texto possível para a qualificação na área da HIL pelo PPGL – IEL/UNICAMP.
[3] A noção de entremeio (Orlandi, 1996), cara à Análise de Discurso, diz respeito a uma relação estabelecida por contradições, no espaço relacional entre as teorias, produzindo deslocamentos por meio de suas relações de sentido e de força.
[4] Sobre aspectos mais aprofundados neste assunto, ver Branco (2008).
[5] A noção de *instrumentos linguísticos* (AUROUX, 1992) é pensada por uma abordagem discursiva da HIL do Brasil. Assim, a reflexão acerca dos discursos da e sobre a língua (ORLANDI, 2001) considera como instrumentos linguísticos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

gramáticas e dicionários, e também manuais, cartilhas, enciclopédias, etc., como tecnologias de linguagem. Dito de outro modo, as pesquisas no âmbito da HIL, como os de Orlandi e Guimarães (1996), Nunes (1996, 2006), Silva (1998), Pfeiffer (2000), Orlandi (1990, 2001), Mariani (2004), Ferreira (2009), dentre outros, mostram a construção desses instrumentos linguísticos na relação com a constituição de um saber metalinguístico e a construção de uma língua nacional. Construção esta que considera esses instrumentos como objetos históricos, como discursos que têm seu caráter linguístico-histórico, político e ideológico.

[6] Nas noções de *ordem* e *organização* desenvolvidas por Orlandi, a primeira expressa como forma material do sentido e a segunda como tentativa constante de controle sobre os sentidos. (cf. Orlandi, 2007).

[7] Fazemos referência à pesquisa de Cristiane Dias (2004), que desenvolve em sua tese de doutorado reflexões sobre uma cartografia do digital, adotando uma perspectiva que considera, tanto política quanto ideologicamente, as relações do sujeito com o espaço em sua maneira de ser e estar nele.

[8] Cf. Pêcheux (1995, p.147): a memória discursiva é aquilo que já foi "dito em outro lugar, antes e independentemente" e que retorna. Orlandi (2006) distingue memória discursiva de memória metálica, sendo esta última "produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (...), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade."

[9] A noção de recorte foi formulada por Orlandi (1984), e pode ser compreendida como uma unidade discursiva produzida sobre os materiais da análise.

[10] Conforme Pêcheux (1990), as condições de produção dizem respeito àquilo que deriva da estrutura de uma ideologia, correspondendo a um lugar determinado no interior de uma formação social dada, exterior à situação de discurso, mas que lhe é constitutiva, estabelecendo relações de forças e de dominância.

[11] É pertinente esclarecer que a HIL, tal como é feita no Brasil, se difere do fazer historiográfico, pois não toma o olhar externo, de uma certa posição de historiador, mas sim parte da posição do especialista em linguagem considerando a história, pois como afirma Ferreira (2009, p.41) "(...) recusar a ilusão de que se estaria fora da história ao contar uma história é reconhecer que a história deve ser considerada em relação ao sujeito, aos sentidos, à ideologia e à língua.". Reconhecer a história nessa relação, é, como nos aponta Orlandi e Guimarães (2002), reconhecer a construção de um saber, da história da constituição de uma língua nacional que traz em si uma relação necessária entre língua, ciência e política, entre língua, conhecimento e Estado, numa tripla injunção entre o papel legislador do Estado, o papel regulador da instituição e a tradição gramatical. Nessa relação, a questão é de que modo essa injunção se dá no que se refere aos discursos que circulam no digital (Dias, 2004, 2014, 2016) considerando a constituição e a formulação de objetos de aprendizagem, tomados como tecnologias de linguagem.

[12] Na dissertação de Mestrado desenvolvida sobre os discursos sobre a leitura, trato do que chamei de *discursos do incentivo* tendo como um dos elementos os *discursos de disponibilização*.

[13] Conforme proposto por Pêcheux no Colóquio Materialidades Discursivas, a questão resulta de uma *heterogeneidade irredutível*, de uma relação entre a língua, a história e o inconsciente. cf. Bernard Conein et al., 2016.

[14] Noção inspirada em Pfeiffer (1995) e sua noção de *sujeito urbano escolarizado*. Ver Coelho (2016).

[15] A nomeação desses espaços como *repositórios* está na relação com seu sentido de lugar para guardar uma coleção, objetos, etc., e difere da nomeação dada aos *repositórios digitais* que comumente designam espaços institucionais de disponibilização de produção científica. Assim, se pode colocar outra questão: sendo os repositórios tratados com a discursividade que os significa como saberes disponíveis, nomeá-los de *repositórios digitais* para marcar o lugar do saber científico estabelece uma relação de diferença entre o que é um saber científico e um saber escolar. Como os recortes de análise estão na relação direta com a escola, os repositórios são tratados como lugares onde se guardam esses saberes. Não vamos entrar nesta questão, mas destacamos que ela é interessante e importante para se pensar a divisão entre o que se produz como saber.

[16] Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html> e <http://objetoseducacionais2.mec.gov.br/>. Acesso em dez. 2017.

[17]Tim O'Reilly, presidente da O'Reilly Media, empresa na qual Dale Dougherty atuou como co-fundador, em um artigo publicado no site de sua empresa, mostra algumas diferenças entre as duas webs, discute o futuro da web 2.0 e atribui o termo "web social" a Dougherty. Na mesma referência é possível também acompanhar as Conferências de O'Reilly sobre a web 2.0.

[18]Conforme Guimarães (2011, p.19), o "texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação", e é caracterizado pela produção de sentidos, na integração de enunciados, atentando para o fato de que tal definição não considera uma unicidade de sentido para o texto ou a tomada do texto como uno. Assim, não há enunciado independente do texto, mas antes ele significa na relação "com sua consistência interna e com sua independência relativa quanto ao texto" em que há algo que o faz significar em virtude do próprio texto em que está formulado. (GUIMARÃES, 2007).

[19] Embora este trabalho não objetive analisar as políticas linguísticas aí inscritas, é preciso destacar que elas têm uma importância fundamental na HIL e por isso disponibilizamos as outras versões a seguir.

[20]Versão em Espanhol: "El repositorio Educativo es un espacio en el internet donde tenemos almacenados recursos digitales sobre la educación. Estos recursos pueden ser una imagen, pdf, página html, un audio, entre otros. Navegue en el repositorio y descubra todo lo que está listo para hacer de su estudio, enseñanza, investigación, más rico y didáctico. Actualmente, hay 19.842 objetos publicados y 174 están evaluando o en espera de la aprobación de los autores para su publicación."/ Versão em Português: "Este Repositório possui objetos educacionais de acesso público, em vários formatos e para todos os níveis de ensino. Acesse os objetos isoladamente ou em coleções.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Nesse momento o Banco possui 19.842 objetos publicados, 174 sendo avaliados ou aguardando autorização dos autores para a publicação." (grifos nossos)

[21] Como afirma a pesquisa de Nunes (1996; 2002; 2006; 2008), no que diz respeito aos estudos lexicográficos no Brasil, o dicionário tem um lugar na história das ciências da linguagem e é um instrumento linguístico que produz um imaginário sobre a língua na sociedade. Assim, é importante, conforme Nunes (2008, p.92), compreender a existência dos dicionários, sua aparição, transformação e substituição no espaço e no tempo.

[22] Há um número muito extenso de redes sociais de aprendizagem disponíveis na Internet. Nem todas as que aqui são citadas estão disponíveis para acesso. Algumas têm acesso apenas por meio de instituições educacionais com login e senha, outras já foram retiradas da Internet e podem ser relatadas por meio de notícias e arquivos *em cache*, tais como: *Rede Conecta*, com informação disponível em: < https://goo.gl/qqE53r >; *EducaNetworks*, com informação disponível em: <http://archive.is/0zgz9>. As redes que estão disponíveis para acesso público são: *edmodo*, disponível em: <https://www.edmodo.com/>; *Teamie*, disponível em: <https://theteamie.com/>; *Nova Escola Clube*, disponível em: <http://novaescolaclube.org.br/>; *Docsity*, disponível em: <http://www.docsity.com/pt/>; EducaRedes, disponível em: <http://eduredes.ning.com/>; *Brainly*, disponível em: <http://brainly.com.br/>; *OtraEducación*, disponível em: <http://www.otraeducacion.es/>. Mais recentemente temos redes como o *Google for education* (disponível em: <https://goo.gl/7yQgcw >) e *Microsoft 360º* (disponível em: <https://goo.gl/4SWfDo>) que se configuram não apenas como redes sociais educacionais, mas como plataformas de ensino com a disponibilização de diversos recursos digitais para educadores, escolas e alunos.

[23] Disponível em: <https://goo.gl/JupXvG> e <https://goo.gl/x4CDKx>, respectivamente.

[24] Disponível em: <https://goo.gl/VPg5zR>. Acesso em dez. 2017.

[25]Disponível em: <https://goo.gl/zSWNqw>. Acesso em dez. 2017.

[26] Este subtítulo parte de um texto apresentado para a conclusão da disciplina LL 270 – Seminário Avançado em Semântica, ministrada no primeiro semestre de 2016, no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, pelo prof. Eduardo Guimarães.

[27] Chamo a atenção aqui para o trabalho de Guimarães (2013), em que o autor mostra como a contestação é a forma mesma da sustentação do argumento de autoridade do Google na máxima "Se não está no Google, não existe".

[28] A inscrição de uma relação linguística na história, de um enunciado como acontecimento linguístico, permite a Guimarães (2002) esclarecer que, ao tratar dos nomes próprios, não está tratando nem de nomeação e muito menos de denotação, mas sim de designação como significação de um nome.

[29] Para Guimarães (2002, p.11), na enunciação, como acontecimento de linguagem, há dois elementos definitivos para sua conceituação: língua e sujeito que se constituem pelo funcionamento da língua na qual se enuncia alguma coisa. Segundo o autor, "a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado" – tomada como funcionamento da língua sem remeter isto a uma centralidade do sujeito. O locutor nesta concepção é o que fala, o que assume a palavra e põe-se no lugar de quem enuncia, e para tanto é preciso que o locutor não seja ele próprio, mas "um lugar social de locutor" (idem, 2007, p.24), afetado pelos lugares sociais autorizados e pelo interdiscurso.

[30] Os memes podem ser descritos como imagens que circulam nas redes sociais, se propagando rapidamente, produzindo um efeito de replicação pelo funcionamento da memória metálica (ORLANDI, 2007). Considerados como um discurso de imagens que circula e produz efeitos.

[31] E este sujeito, ao enunciar, é tomado pela temporalidade do acontecimento. Como afirma Guimarães (2002, p.12): "O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença."

[32] Destacamos aqui a pesquisa de Ferreira (2015) sobre o Google como tecnologia de informação – na relação com as tecnologias de linguagem, em que a autora analisa o enunciado "*A missão do Google é organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis*", apontando para os efeitos de sentido produzidos por esta formulação da missão da empresa na página "Sobre o Google".

[33] Disponível em: <https://bit.ly/2Gpkmkx>. Acesso em mar. 2018.

[34]Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>. Acesso em jan 2018.

MPL E MBL: A AVENIDA PAULISTA E O MOVIMENTO ANTES DE P E B – UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO ALGORÍTMICA

Guilherme Ferragut*
UNICAMP

Resumo: *Este artigo, filiado à teoria da Análise de Discurso, analisa duas imagens da ocupação da Avenida Paulista: a primeira, em 2013, pelo Movimento Passe Livre (MPL), e a segunda, em 2016, pelo Movimento Brasil Livre (MBL). Para essa análise, mobilizaremos alguns conceitos do campo da AD, como formação discursiva, memória discursiva, memória metálica, imagem, memória digital, para avançarmos teórica e analiticamente sobre aquilo que Dias (2011) nos explica ao afirmar que a cidade é modificada pelo digital. Para tal, mobilizaremos também a noção de condições de produção, trazida por Pêcheux em seu livro AAD-69, e que é essencial para pensarmos as questões aqui colocadas em jogo. Quando pensamos, hoje, em como o autor já se debruçava em interrogações que envolviam o discurso digital, acreditamos olhar para tais questões na tentativa de criar novos dispositivos de análise que auxiliem na compreensão dos avanços alcançados na área.*

Abstract: *This article, affiliated with the Discourse Analysis theory, analyzes two photos of the occupation of Avenida Paulista: the first, in 2013, by the Free Pass Movement (MPL), and the second, in 2016, by the Free Brazil Movement (MBL). For this analysis, we will mobilize some concepts from the field of AD, such as discursive formation, discursive memory, metallic memory, image, digital memory, to move theoretically and analytically on what Dias (2011) explains to us by stating that the city is modified by digital. To this end, we will also mobilize the notion of conditions of production, brought by Pêcheux in his book AAD-69, which is essential for thinking about the questions posed here. When we think today about how the author was already addressing questions that involved digital discourse, we believe that*

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

looking at such questions, in an attempt to create new analytical devices that help in understanding the advances achieved in the area.

1.Facebook e os algoritmos

O Facebook, rede social criada em 2004, foi a principal plataforma de mobilização social nas manifestações de 2013 e 2016. Nele eram criados eventos que alcançavam um grande número de pessoas, ao se expandirem por curtidas ou confirmações de presença ou de interesse no evento. Porém, dentro dessa lógica em que tudo parece estar disponível para todos dentro do Facebook, cabem algumas perguntas: todos receberam esses eventos em seus *feeds* de notícia? Se não receberam, por quê?

Para responder a primeira pergunta, temos que pensar em como o Facebook escolhe quem vai, ou não, receber em seus *feeds* determinadas publicações ainda que sejam de páginas que o usuário siga, e, dessa forma, iniciamos a resposta da segunda pergunta. Para realizar essa filtragem de quem recebe o quê dentro da rede social, o Facebook utiliza um algoritmo chamado EdgeRank, conforme nos explica Pariser (2012):

O EdgeRank classifica todas as interações ocorridas no site. A matemática é complicada, mas a ideia básica é bastante simples, baseando-se em três fatores. O primeiro é a afinidade: quanto mais próxima a nossa amizade com alguém – o que é determinado pelo tempo que passamos interagindo com a pessoa e investigando seu perfil –, maior será a probabilidade de que o Facebook nos mostre suas atualizações. O segundo é o peso relativo de cada tipo de conteúdo: atualizações sobre relacionamentos, por exemplo, têm peso grande; todos gostam de saber quem está namorando quem (muitos observadores suspeitam que esse peso também seja personalizado: pessoas diferentes dão mais ou menos importância a cada tipo de conteúdo). O terceiro é o tempo: itens mais recentes têm mais peso do que postagens mais antigas. (PARISER, 2012, p. 39)

Com base nessa explicação não é possível afirmar com certeza que todos receberam notificações convidando-os para os protestos, tanto em 2013 quanto em 2016. Isso porque, para que isso acontecesse, seria necessário que todos tivessem o mesmo nível de interação com as

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

páginas dos movimentos, conforme explica Pariser no trecho acima. E aqui, colocamos outra questão: como o Facebook chegou à "fórmula mágica" de seu EdgeRank? Como se constrói uma rede de sentidos que possam significar de forma que uma série de dados coletados sobre um sujeito seja suficiente para definir que tipo de conteúdo ele receberá em sua rede social?

Para responder a essas perguntas teremos que pensar a base em que foi construída a internet e a forma como isso atravessa o desenvolvimento do algoritmo do Facebook e um consequente apagamento dos sujeitos. Conforme trabalhamos em nossa dissertação (FERRAGUT, 2018), a ideia de que se pode representar o pensamento humano através de esquemas elétricos e mecânicos tem relação direta com o conceito de ecossistema criado por Tansley (1935) e a ideia de autorregulação desse ecossistema.

Para o botânico inglês, segundo nos explicam Kato e Martins (2016), os ecossistemas se desenvolvem em direção a uma maior integração e estabilidade, o clímax. Em outras palavras, haveria na natureza um equilíbrio a ser alcançado, e para atingi-lo bastaria a não-intervenção de qualquer agente externo. E caso houvesse alguma intervenção, bastaria afastar esse agente e em algum tempo se atingiria esse mesmo ponto ideal.

De acordo com Matoso (2015), não demorou muito para que esse conceito de estabilidade através de retroalimentação dos componentes de um sistema avançasse para áreas como a engenharia, na década de 1960. O exemplo trazido pelo pesquisador português trata de Jay Forrester (engenheiro eletricista do Massachusets Institute of Technology, o MIT), que junto com sua equipe "desenvolveu a ideia de Tansley aplicando-a à isomorfia entre cérebro, cidades e sociedades, na sua teoria de sistemas dinâmicos entendidos como redes controladas de *feedbacks*" (MATOSO, 2015, p. 17).

Já na década de 1970, com o desenvolvimento de *softwares*, foram feitas diversas tentativas de alimentá-los com dados colhidos da natureza para prever como esses ecossistemas se comportariam no futuro. Desde muito cedo, porém, essas ideias de simplificação da natureza em dados para alimentar sistemas e criar modelos de futuras variações têm sido contestadas. É o que nos explicam Naime e Spilke:

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> O problema é inserir todas as variáveis que estarão presentes no crescimento da população e o comportamento matemático de cada uma delas, bem como o resultado sinérgico que apresentam quando reunidas. Esse fenômeno, atualmente, é bem conhecido e descrito na biologia. Tem a denominação solene de "Princípio das propriedades emergentes" e representa exatamente essa ideia, Quando se faz dois fatores interagirem, eles não apenas causam resultados individualmente, como produzem uma sinergia que modifica os seus resultados considerados isoladamente e, frequentemente, originam outros fatores novos que também interagem, tornando os processos de redução a equações, sejam elas simples ou complexas, extremamente inadequadas para registrar as ocorrências (SPILK e NAIME, 2012, p. 44).

Ou seja, pelo que pudemos ver até este ponto, as tentativas de representar a natureza e a sociedade através de equações, embora amplamente utilizadas, são alvo de duras críticas e, mais importante que isso, devem ser consideradas simplificações daquilo que tentam representar. Mas essas tentativas de simplificação são apenas uma parte das ideias de Tansley que foram usadas em outras áreas além da biologia. Outra parte, e certamente a que mais nos interessa, diz respeito ao princípio de autorregulação e retroalimentação.

Ainda segundo Matoso (2015), as ideias de autorregulação não demoraram para ser pensadas como forma de existir da sociedade. Conforme nos explica o autor, esse atravessamento pode ser percebido em ideais como os do movimento *hippie*, que acreditava que a não interferência de instituições como o Estado seriam necessárias para que a humanidade seguisse seu curso natural, onde cada sujeito faria sua parte no ecossistema social e a autorregulação aconteceria naturalmente sem qualquer interferência externa de forma que a sociedade alcançasse seu clímax.

> Rapidamente a ideologia *New Age* da autogovernação cibernética das redes (*self-organizing networks*) expandiu-se a todos os quadrantes sociais, influenciando, por exemplo, a emergência de comunidades (*hippies*) que se aspiravam à autossustentabilidade

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> e à dissolução de hierarquias nas estruturas de poder. (MATOSO, 2015, p. 18)

É devido à autossustentabilidade que, conforme nos mostra Turner (2006), essas comunidades alternativas começam a se interessar pela ciência de maneira a considerá-la como algo fora da ideologia, isenta, fora do político e da política.

Retomando as considerações que foram feitas até o momento, percebemos que temos elementos conceituais vindos da biologia de Tansley, notadamente as questões de autorregulação de ecossistemas e retroalimentação, que foram levadas para outras áreas da ciência como a engenharia, e que foram produzindo uma visão de uma sociedade ideal, onde não poderia haver interferências hierárquicas ou de elementos vindos de fora dessas comunidades. Onde a crença maior se fazia na autorregulação dessas mesmas comunidades e sua retroalimentação pelos próprios sujeitos.

Num próximo passo, e aqui nos aproximamos de uma compreensão de como esse deslocamento temporal até um dos princípios fundamentais da biologia se conecta com o EdgeRank do Facebook, temos esses membros das comunidades alternativas dos Estados Unidos fazendo parte do princípio daquilo que podemos chamar de internet moderna. É o que Turner nos traz em seu livro "*From counterculture to cyberculture*", contando como esses *hippies* americanos migraram para o Vale do Silício e como sua crença na ciência como algo isento e fora da ideologia moldou a cibercultura que temos hoje.

Ou seja, podemos perceber pelos autores aqui citados que os princípios de criação da internet moderna passam pelas ideias de autorregulação dos sistemas, como se fosse possível não haver qualquer interferência externa, ideológica, política. Podemos perceber essas crenças refletidas na aversão que as grandes empresas do Vale do Silício têm a assuntos que buscam regular de alguma forma a navegação nos espaços *online*.

Com relação à retroalimentação, podemos observar esse conceito sendo usado no desenvolvimento dos algoritmos, uma vez que eles são alimentados por dados que os sujeitos que navegam em sites como o Facebook vão fornecendo voluntária ou involuntariamente. São esses os dados que permitem que sejam traçados perfis cuja função é direcionar certos conteúdos em detrimento de outros. É a ideia de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

retroalimentação que fornece a possibilidade de se considerar que sujeitos podem ser transformados em dados. Porém, essa premissa básica dos dados não considera, como pudemos observar no decorrer do texto, o funcionamento da ideologia que, como afirma Pêcheux, é um ritual com falhas. E é pensando nessa falha da ideologia, na heterogeneidade do sujeito interpelado pela ideologia, que pensamos as formações algorítmicas.

2. As formações algorítmicas

Conforme demonstramos acima, compreendemos que há um apagamento do sujeito na relação com o digital. Como se os algoritmos, por exemplo, não tivessem sido escritos por um sujeito, histórica e ideologicamente constituído. Essa questão dos algoritmos vem despertando grande interesse e estabelecendo novos desafios para a Análise de Discurso, no que diz respeito ao seu entendimento. Afinal, como pensar, pela Análise de Discurso, uma questão cujo funcionamento é motivo de segredo empresarial? Para responder a essa questão, é sempre importante lembrar que em AD sempre vamos pensar nos efeitos de sentido, mesmo que tivéssemos acesso ao funcionamento do algoritmo.

Mas, por que entender os algoritmos é importante para entender as formações algorítmicas (FAs)? Inicialmente temos que definir o que estamos chamando por formação algorítmica. As FAs são "o todo complexo de algoritmos que compõem" (FERRAGUT, 2018, p. 43), não apenas a internet, mas diversas outras ordens do discurso digital. A frase anterior é uma paráfrase da citação de Pêcheux (2014), quando afirma que "toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao "todo complexo com dominante" das formações discursivas" (PÊCHEUX, 2014, p. 149). Porém, cabe aqui uma explicação sobre o que foi escrito no texto (FERRAGUT, 2018) que nos serve de referência. Lá afirmou-se que

> assim como toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao todo complexo com dominante das formações

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> discursivas, a formação algorítmica do Facebook, por exemplo, dissimula sua dependência com respeito ao "todo complexo com dominante" das formações algorítmicas (FERRAGUT, 2018, p.43).

Com isso, podia-se produzir a interpretação de que a "formação algorítmica do Facebook" dizia respeito ao funcionamento do algoritmo do Facebook. Hoje, revisitando os escritos, podemos perceber que tal interpretação se tornava equívoca: o que, então, diferenciava um algoritmo de uma formação algorítmica? Tal interpretação acaba atrelando a denominação da formação algorítmica à plataforma digital pela qual circulam os sentidos. Se fosse pelo Facebook, a FA seria chamada FA do Facebook. Se pelo Google, FA do Google. E assim por diante. O que proporemos em seguida é uma outra formulação para entender a questão das FAs, denominando-as não pelo meio pelo qual circula o discurso, mas pela formação discursiva que atravessa o algoritmo na relação homem-máquina. Expliquemo-nos.

Imaginemos a situação hipotética em que um sujeito, inscrito numa determinada formação discursiva, faz uma busca pelo Google[1]. Ao digitar as primeiras letras, o buscador oferece várias opções para completar a frase antes que o sujeito termine de executar a tarefa. Se observarmos a Gráfico 1 (abaixo), a digitação é representada pela primeira seta, primeiro movimento de sentidos, que sai da formação discursiva e atravessa o algoritmo. Essa ação do sujeito leva o algoritmo do Google a apresentar as opções para completar a frase para a busca. Quando a ferramenta de busca começa a oferecer os resultados, temos a segunda seta, o segundo movimento de sentidos. Esse resultado oferecido pelo buscador, sejam imagens, vídeos ou sites, é resultado da relação de sentidos entre o sujeito e a máquina algorítmica, e é esse efeito que leva o nome de formação algorítmica que, por sua vez, tem relação com a memória digital, definida por Dias (2018) como "o lugar da contradição, onde a memória escapa à estrutura totalizante da máquina (memória metálica), saindo do espaço da repetição formal e se inscreve no funcionamento do interdiscurso (memória discursiva)" (p.105). Ou seja, temos uma série de discursos circulando pelo digital, naquilo que Orlandi (2012) define como memória metálica (efeito de memória). Esses arquivos que circulam pelo digital, quando o sujeito faz sua busca no Google, acabam por escapar à injunção da máquina,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

inscrevendo-se no interdiscurso. "Daí a relação com a memória discursiva, onde o estabilizado no eixo do repetível, do dado, se desloca, rompe com um funcionamento algoritmizado, inscreve-se na história" (DIAS, 2018, p. 105). Essa inscrição na história é o que representamos pela seta três, ou terceiro movimento de sentidos.

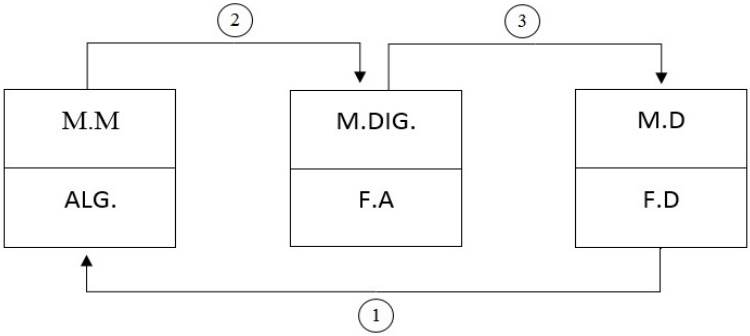


Gráfico 1[2] – Funcionamento das Formações Algorítmicas

M.M: Memória metálica
ALG: Algoritmo
M.DIG: Memória digital
F.A: Formação algorítmica
M.D: Memória discursiva
F.D: Formação discursiva

Retomando a importância de entendermos o funcionamento do algoritmo, podemos dizer que sem uma noção básica de como funciona esse algoritmo será impossível entender o que leva a máquina a varrer a memória metálica e trazer ao sujeito que faz uso do Google, por exemplo, os resultados que apresenta. Não podemos desconsiderar o fato de que não temos acesso às linhas de código que realizam essa tarefa, e, mesmo que tivéssemos, não há garantia de que entenderíamos o processo em sua totalidade. Ainda assim, é importante termos uma noção básica dos princípios que levaram à elaboração de tais códigos e o que eles levavam em consideração. Dessa forma, poderemos compreender o que essas empresas que oferecem seus serviços na

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

internet levam em consideração antes de trazer seus resultados aos sujeitos. Ou seja, entender como o algoritmo funciona mostra-se extremamente importante para entendermos como esses discursos escapam da repetição formal e se inscrevem no interdiscurso.

No item a seguir, traçaremos um breve perfil do MPL e do MBL, situando-o no âmbito das condições de produção do sentido da Avenida Paulista, para que em seguida possamos realizar a análise mobilizando o conceito de formação algorítmica.

3. Do MPL ao MBL: a Avenida Paulista

Os movimentos de rua ganharam força no período entre 2013 e 2016. Após um apagamento de vinte anos, uma vez que as últimas grandes manifestações de rua foram pedindo a saída do então presidente Fernando Collor de Melo, no início dos anos 1990, a população volta aos espaços públicos exigindo mudanças.

No ano de 2013, tivemos o que se convencionou chamar de "Jornadas de Junho". As manifestações que tomaram conta do Brasil neste período tiveram início na cidade de São Paulo e foram motivadas pelo aumento de R$ 0,20 na tarifa do transporte público da cidade. A manifestação foi liderada pelo Movimento Passe Livre (MPL) (BUCCI, 2016). No primeiro grande ato, em 6 de junho daquele ano, houve a presença de 2 mil manifestantes (*Idem*). No quinto ato, realizado no dia 17 do mesmo mês, foram contabilizadas 250 mil pessoas (*Ibidem*).

Sendo o MPL o protagonista dessa mobilização, cabe aqui contarmos um pouco de sua história. Conforme informado em sua página no Facebook,

> o MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005). (PASSE LIVRE SÃO PAULO, 2011)

Sendo assim, temos o MPL como um movimento que surgiu das ruas e teve nela sua principal forma de mobilização. Prova disso é que a primeira publicação de sua página no Facebook só aconteceu em 2011.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

A página hoje tem aproximadamente 325 mil curtidas. O movimento não possui canal no Youtube, e sua conta no Twitter tem pouco menos de 5.500 seguidores.

Embora o MPL tivesse amplo protagonismo nas manifestações de 2013, nos anos seguintes, as manifestações contra o aumento de tarifa não tiveram a mesma adesão. Nos dias de hoje, conforme é possível acompanhar pela agenda de eventos disponível em sua página no Facebook, o MPL ainda organiza protestos com o mesmo tema, porém com adesão muito menor.

Traçando um paralelo com esse movimento que surgiu das ruas, temos o Movimento Brasil Livre (MBL), que conforme um de seus fundadores já destacou, surgiu da união entre ele e um amigo descontente com a reeleição de Dilma Rousseff (GONZATTO, 2015). Tendo como principal plataforma de comunicação o meio digital, o MBL afirma em sua conta no Facebook que foi fundado em 1º de novembro de 2014 (embora a conta do Youtube do movimento tenha data de abertura em 17 de outubro do mesmo ano). Sua primeira manifestação contra a presidente Dilma ocorreu logo após as eleições de 2014 e levaram aproximadamente 5 mil pessoas à Avenida Paulista, na cidade de São Paulo (GONZATTO, 2015).

Em sua maior manifestação, no dia 13 de março de 2016, de acordo com dados da Polícia Militar divulgados pelo jornal O Estado de São Paulo (2016), foram à Avenida Paulista aproximadamente 1,4 milhão de pessoas.

Conforme podemos ver, a Avenida Paulista foi “lugar” dessas grandes manifestações. Em termos discursivos, trazendo as condições de produção e a memória discursiva, a Avenida Paulista se constitui como um espaço camaleônico, capaz de transformação.

Faremos aqui uma breve discussão sobre as condições de produção e, mais adiante no texto, introduziremos a noção de memória discursiva discutindo seu estatuto teórico no modo de ocupação da Paulista, objeto de análise que tomamos para observar a formação algorítmica, nesse artigo. Sobre condições de produção, Pêcheux (2014) afirma que

> [...]a um estado dado de condições de produção, corresponde uma estrutura definida dos processos de formação do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> fixado, o conjunto dos discursos de serem engendrados nessas condições manifesta invariantes semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e que são características do processo de produção colocado em jogo. Isto supõe que *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção[...] (PÊCHEUX, 2014, p. 78 – destaques do autor).

O que o autor nos apresenta acima é que ao pensar em condições de produção temos que levar em conta não apenas o discurso transparente que se mostra numa camada mais superficial. Devemos definir tal discurso ao estado das condições de produção. Isso porque quando colocamos em perspectiva os diversos discursos possíveis em determinada condição de produção mostra-se o processo de produção colocado em jogo. Não é possível pensar condições de produção sem pensar nesse jogo, e é isso que faremos ao historicizar a Avenida Paulista nas linhas a seguir.

Historicamente, a Avenida Paulista, conforme nos apresenta Shibaki (2007), foi fundada em 1891 pelos sócios Joaquim Eugênio de Lima, João Augusto Garcia e José Borges Figueiredo. O intuito era construir uma área onde pudesse habitar a oligarquia paulista. De acordo com Homem (1996), a intensão era manter as camadas mais elitizadas da cidade longe dos focos de doenças e das aglomerações menos abastadas.

Em pouco tempo, o local passou a ser ocupado por casarões das figuras economicamente proeminentes da época. Como explica Toledo (1987), entre os figurões não estavam apenas os donos das fazendas de café, mas também os banqueiros, grandes comerciantes e imigrantes que enriqueceram das mais variadas formas.

Ainda no final do século XIX, o local torna-se ícone da cidade, não só pelas belas construções, mas por oferecer grande rede de infraestrutura e urbanismo, como gás, água, esgoto, linha de bonde e pistas largas desenhadas nos moldes das cidades europeias visitadas pelos moradores à época (SHIBAKI, 2007).

Sua verticalização teve início após a quebra da bolsa em 1929 (D'ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002). Com o ocorrido, as

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

fortunas se dissipam e fica difícil manter os luxos de outrora. Portanto, os investidores imobiliários acabaram por adquirir tais terrenos, principalmente após a promulgação da lei autorizando a construção de edifícios residenciais e comerciais em 1936, sem interesse nas construções, mas sim nos enormes espaços onde estavam construídos. (D'ALESSIO; SOUKEF; ALBARELLO, 2002)

Sendo assim, já na década de 1950, começam a aparecer os primeiros edifícios comerciais, tendo como marco principal o Conjunto Nacional, que foi anunciado como o primeiro *shopping center* do Brasil. (FRÚGOLI JR., 2000)

Embora ainda apresente até hoje muitos edifícios residenciais, nas décadas de 1970 e 1980 a Paulista começa a receber também as sedes de instituições financeiras e importantes federações patronais. (FRÚGOLI JR., 2000)

Como pudemos observar neste breve recorte histórico sobre a ocupação da Avenida Paulista, ela passou da mão dos grandes fazendeiros do final do século XIX para as empresas financeiras e comerciais. Tal movimento, acreditamos, mostra que a propriedade da avenida acompanhou a direção do capital durante o transcorrer do século XIX, sem, no entanto, deixar de representar o poder econômico da classe dominante.

Sobre o fato de a Avenida Paulista não ter perdido seu prestígio neste mais de um século de existência, Shibaki (2007) apresenta algumas hipóteses que nos parecem interessantes de ressaltar. Entre elas estão a

> localização no espaço da metrópole, pois desde sua abertura, feita no espigão central de São Paulo, tornou-se singular e privilegiada com referência às outras avenidas que pudessem disputar com ela em relação à localização; prestígio, sendo que, também desde sua abertura, sendo construídos casarões e ao longo de suas consecutivas transformações, seu espaço sempre conseguiu manter *status* e prestígio, seja com casarões, com as sedes financeiras ou com centros culturais; acessibilidade, pois a Paulista sempre foi bem servida em relação à malha de transportes, no início com os bondes e, em seguida, com ônibus e metrô, além de faixas para automóveis; simbologia,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> independente das razões que a elegeram como um símbolo e cartão-postal de São Paulo, há uma manutenção dessa simbologia por parte de manifestações públicas e privadas; visibilidade, pois em seu espaço estão localizados vários transmissores de televisão e rádio, além da sede de uma emissora de televisão, tendo com esses aspectos conexão contínua para o mundo todo e em tempo real, o que atrai toda e qualquer manifestação que necessite de divulgação tanto em termos locais, quanto nacionais e internacionais; e âncoras culturais, como já exemplificamos, como, por exemplo, o MASP, a Casas das Rosas e outros importantes centros culturais. (SHIBAKI, 2007, p. 115)

Tendo tais fatores em vista, acreditamos que, as ocupações da Paulista pelo MPL e pelo MBL buscam visibilidade, naquele que pode ser considerado o local mais emblemático da cidade. Mas também sustentamos que a forma de ocupação desse espaço simbólico significante é distinta para os dois movimentos. O sentido produzido pela ocupação de um e de outro é diferente pois significa em formações discursivas diversas. A ocupação da Paulista pelo MPL produz um sentido de ocupação a partir de uma filiação de sentido da oposição, ou seja, oposição não apenas político-partidária mais específica, mas no sentido mais amplo de uma ideologia capitalista, representada pela imagem simbólica da Paulista. Paralisar o trânsito num dia de semana, na avenida que possui representações de uma série de instituições financeiras e patronais, é um gesto simbólico de afronta, uma tentativa de mostrar seu poder contra quem detém os meios econômicos. Também para o Estado e para boa parte da sociedade esse sentido de afronta e de "ocupação" pelo MPL significa de uma certa forma, não como um direito de manifestação em um espaço público, mas como invasão, depredação de um patrimônio e símbolo financeiro. O imaginário aí funciona diferentemente em relação a quem ocupa.

Por sua vez, ao ocupar a Avenida Paulista num domingo, o MBL mobiliza outros sentidos, filiados à situação discursiva dessa avenida num domingo, significada como espaço de lazer. Ou seja, a ideologia que mantém a organização pela normalidade, e o desenvolvimento pela manutenção do funcionamento das instituições que sustentam a máquina capitalista, dentre as quais podemos citar a família, os prédios, o trânsito, enfim, a organização do espaço urbano. O gesto simbólico

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

não é o da afronta a essa organização e ao que ela significa, mas o do direito à mobilização no espaço público dentro da ordem capitalista. Prova disso é que o aparato do Estado, como a Polícia Militar, funciona de modo a proteger os manifestantes, o que não ocorre numa manifestação do MPL, na qual o aparato do Estado dedica-se a proteger o patrimônio público e privado da depredação, sentido esse que antecipa o ato de violência e ilegalidade do movimento, significando suas reivindicações como ilegítimas, fora de lugar. Numa manifestação do MBL aos domingos nenhuma intervenção séria é criada na circulação urbana. Os prédios financeiros estão vazios, o que pode, inclusive, permitir que pessoas relacionadas a tais instituições participem da ocupação. Não há confronto direto com nenhuma instituição, nem mesmo com a Polícia Militar, que em 2013 chegou a atirar balas de borracha contra os manifestantes do MPL.

4. Analisando as Imagens das Manifestações

Dadas as considerações acima, acreditamos ser possível iniciar as análises das imagens das manifestações realizadas em 2013 pelo Movimento Passe Livre e em 2016 pelo Movimento Brasil Livre. Antes disso, porém, faremos algumas considerações sobre questões envolvendo a interpretação de imagens de acordo com o trabalho de Costa (2014). Segundo a autora,

> [...]a imagem e suas discursividades são afetadas pela memória discursiva, essa que se constitui pelo esquecimento, recai sobre a formulação, ressaltando que quando nos referimos à formulação, estamos considerando tanto a formulação da própria imagem, quanto a formulação do dizer sobre ela. E, ainda, o fato de a memória poder ser atualizada justamente pelas discursividades da imagem visto a possibilidade de a imagem funcionar como um operador de memória[...] (COSTA, 2014, p. 104).

Em outras palavras, o que Costa nos traz é que na formulação da imagem ou do dizer sobre ela, o que temos é a imagem e suas discursividades afetas pela memória discursiva[3]. Esta, por sua vez, é constituída pelo esquecimento. Esse esquecimento que constituí a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

memória discursiva recai sobre a formulação. Ou seja, ao formularmos uma imagem ou os dizeres sobre ela, o que está em jogo é o esquecimento que constitui a memória discursiva. Somado a isso, temos o fato de que a imagem e memória podem funcionar como um jogo de apoio entre elas mesmas: a imagem retoma uma memória e, ao mesmo tempo, a memória retoma uma imagem. Como se de forma transparente, uma imagem de uma manifestação, como as que traremos a seguir, funcionasse na memória como o acontecimento da manifestação. Sabemos, pois, que tal relação imagem-mundo não acontece na transparência, mas, sim, na opacidade, na retomada da memória esburacada que tenta dar sentido àquilo que se vê.

Sendo assim, daremos início aos primeiros gestos de análise a partir da noção de Formação Algorítmica, na tentativa de colocá-la como parte de um dispositivo teórico maior.

Imagem 1 – Manifestação MPL 2013.

A primeira imagem que trazemos diz respeito às manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre em 2013. No caso acima, a imagem mostra os manifestantes na Avenida Paulista, em 17 de junho de 2013, uma segunda-feira, protestando contra o aumento da passagem dos ônibus na capital paulista em R$ 0,20.

Das diferentes interpretações e análises que poderiam ser feitas desta imagem, o que nos interessa é o retrato de heterogeneidade que ela produz.

Mesmo tendo sido uma foto noturna, é preciso destacar que podemos ver os rostos dos manifestantes, alguns segurando faixas e cartazes, sorrindo, ou mesmo com olhares perdidos na multidão. As

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

roupas que vestem também se diferem: alguns usam touca, outros, boné, alguns com o cabelo raspado, outros com cabelo comprido, homens, mulheres...

Uma infinidade de sujeitos presentes em sua heterogeneidade ocupando a Avenida Paulista. Neste trecho, nos chama a atenção uma indistinção, pois, embora saibamos que esta foto foi feita na Avenida Paulista por causa da legenda dela na matéria onde foi publicada, ao olharmos a foto, essa identificação do lugar fica bem mais difícil. Uma das características que nos permitem concluir que de fato é a Paulista, é o formato peculiar das entradas do metrô, que têm o teto ondulado e um deles pode ser visto ao fundo da foto. Aqui, exploraremos o processo de identificação e produção de sentido da imagem pela memória do metrô na Avenida Paulista em dias de manifestação.

Tal gesto analítico que leva em conta o metrô como uma marca discursiva, é significativo da imagem, uma vez que, dependendo de quais são os sujeitos que se manifestam na Paulista, o metrô significa a avenida de diferentes maneiras. Embora possa ser significado como representando o público, o transporte público para as massas, o metrô na cidade de São Paulo possui certas condições de produção que não podem simplesmente ser descartadas pela análise. Inicialmente, devemos lembrar que o metrô não transita por toda a cidade, tendo sua circulação restrita a áreas não muito longe do centro. Ou seja, embora seja um transporte público, o trabalhador da periferia nem sempre pode contar com o metrô para viagens entre sua casa e o trabalho. O público do metrô é um público restrito. Quando tratamos especificamente da linha do metrô que passa pela Avenida Paulista, percebemos que estamos lidando com características ainda mais restritas. São trens, geralmente, em bom estado de conservação, em que o ar-condicionado funciona, há agentes de segurança em todas as estações e atrasos são muito raros de acontecer. Um verdadeiro contraste quando levamos em consideração o que é o transporte público em outras áreas da cidade.

Tal diferenciação é refletida também no público que faz uso desse meio de transporte na região da Avenida Paulista. No geral, o que se vê são funcionários dos escritórios que funcionam na avenida, quase sempre usando roupa social e levando suas mochilas com o computador que usam para trabalhar. Sendo assim, quando há uma manifestação

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

como a do Movimento Passe Livre, e aqueles que não deveriam estar na Paulista usando seu metrô aparecem, algo faz com que toda essa dinâmica se quebre e o metrô para de circular. É importante lembrar que o metrô é uma empresa de economia mista, em que o Estado de São Paulo detém a maior parte do poder de decisão. Em outras palavras, quando o metrô fecha, essa ordem é uma ordem do Estado para que as pessoas deixem de circular. Sendo assim, o que queremos colocar é que essa tecnologia urbana produz um modo de significar a Avenida Paulista, seja quando do seu funcionamento diário, seja durante as manifestações que lá ocorrem.

Isso nos leva a uma outra pergunta: quais outras formas de significar a Avenida Paulista estão nesta foto?

Não podemos nos esquecer que a Avenida Paulista sempre representou o poder econômico não apenas de São Paulo, mas do Brasil. Portanto, ter este lugar de destaque nacional ocupado por um movimento que a princípio estava diretamente ligado ao combate às privatizações no setor de transporte coletivo paulistano, produzia certos sentidos. O ato simbólico de ocupar a Paulista e travar o acesso à avenida onde estão prédios que representam instituições financeiras e patronais é, sem dúvida, muito forte.

Para dar continuidade à nossa análise, traremos a seguir uma foto da Avenida Paulista ocupada pelo Movimento Brasil Livre em 13 de março de 2016, um domingo, com manifestantes pedindo o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff.

[4]

Imagem 02 – Manifestação MBL – 2016.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Assim como na imagem 01, muitas análises poderiam ser feitas. Porém, para os fins aqui pretendidos, a partir do funcionamento da Formação Algorítmica, nos ateremos ao efeito de homogeneidade na fotografia. Esta homogeneidade pode ser atribuída a uma série de características apresentadas, mas a que mais nos chama a atenção é o fato de que quase todos os manifestantes vestem uma camiseta amarela ou verde, o que produz um efeito de "uniformidade".

Isso, de alguma forma, faz com que o sujeito, heterogêneo em sua singularidade, dilua-se na imagem, dando um sentido de unidade, homogeneidade, na massa que protesta. A Avenida Paulista, ao contrário do que aconteceu na imagem de 2013, é destaque na foto. O prédio da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), sindicato patronal, é mostrado ao fundo, junto com o "pato", símbolo de uma campanha organizada pela federação para derrubada do governo petista.

Mas o que tem isso com a questão das Formações Algorítmicas?

Para nós, há uma importante relação entre o digital, em especial o Facebook, e o ciclo de manifestações que ocorreu entre 2013 e 2016. Isso porque, em grande parte, as mobilizações foram convocadas pela rede social em questão e, como afirma Dias (2011), a cidade se modifica em função do digital. Ou seja, entender discursivamente os algoritmos nos ajuda a pensar as mudanças ocorridas na cidade, e isso é possível pelas formações algorítmicas, pelo modo como ela dissimula, pela transparência da própria ocupação, sua dependência do digital como um complexo interdiscursivo.

Diante das análises feitas até agora, podemos afirmar que enquanto o MPL está filiado a uma formação discursiva antineoliberal, voltada para a defesa daqueles em vulnerabilidade econômica, ao menos no que tange à gratuidade do transporte público (variação), o MBL, por sua vez, filia-se a uma formação discursiva nacionalista, que se manifesta, entre outras formas, na utilização de cores da bandeira nacional (uniformização). Ambas as formações discursivas atravessam e são atravessadas pela memória metálica e se filiam a formações algorítmicas antineoliberais e nacionalistas, cujo efeito são ocupações distintas da Avenida Paulista, o que estou chamando de efeito de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

variação e efeito de uniformização, para o MPL e o MBL, respectivamente.

Explicando melhor o que afirmamos acima, a formação discursiva dominante do MPL, antineoliberal, no movimento de sentido que atravessa a memória metálica do Facebook, é "lida" pelo site que, pautado nisso, distribuiu as convocações relativas aos protestos a sujeitos que ele entende estarem inscritos nessa mesma formação discursiva dominante. O mesmo aconteceu com o MBL, mas as convocações para as manifestações foram apresentadas aos sujeitos inscritos a uma formação discursiva nacionalista. Esse nacionalismo foi expressado pelos sujeitos nas camisetas da CBF ou com as cores verde e amarela que podem ser vistas na Imagem 2. Entendemos que dessa forma se deram os efeitos de homogeneidade e heterogeneidade, variação e uniformização, que pudemos observar.

Retomando, essa "seleção" de quem recebe ou não as postagens, é feita pelos algoritmos. Porém, quando pensamos nas formas como essa "seleção" é feita, e no seu funcionamento, não podemos desconsiderar que essas linhas de código foram escritas por sujeitos interpelados pela ideologia, assim como os sujeitos que recebem são também ideologicamente constituídos. Daí considerarmos que não sendo os algoritmos "isentos", "neutros", mas constituídos por formações, ou seja, determinados por uma relação com o conhecimento em certas condições de produção, podemos chamá-los Formações Algorítmicas que se diferem do algoritmo quando pensamos nesse atravessamento da máquina pelo sujeito. O que tivemos aqui, pensando no esquema apresentado mais acima, foi a formação discursiva dominante nas manifestações atravessando a memória metálica e o algoritmo do Facebook, resultando na formação algorítmica das manifestações, que pela memória digital se inscreveram na história, na cidade, ressignificando o espaço urbano.

Com isso, acreditamos que a forma de ocupar esse espaço da cidade tenha relação direta, embora não exclusiva, com a Formação Algorítmica e, consequentemente, com os algoritmos que regem o funcionamento da rede social que mais foi utilizada para divulgação dos atos públicos: o Facebook.

Ou seja, a forma como a formação algorítmica das manifestações fez com que os sentidos circulassem pelo digital implicou em efeitos distintos na ocupação da cidade. Usamos aqui a palavra "efeito" porque

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

sabemos que por se tratarem de sujeitos compondo a manifestação não é possível falar em homogeneidade real, uma vez que são sujeitos heterogêneos.

5. Conclusão

O que buscamos demonstrar nessas linhas foi que a cidade se modifica em função do digital, conforme afirma Dias (2011). E que, para além disso, o digital é constituído e modificado pelos sujeitos. Estes, por sua vez, são modificados pelo digital, modificando a cidade, conforme demonstramos na Gráfico 1 que apresentamos.

O que nos questionamos agora é: como sentidos distintos se colocam em marcha sobre a Avenida Paulista nesses protestos?

No caso do MBL, onde é possível observar uma uniformização, homogeneidade, na ocupação da avenida, devemos lembrar que essa homogeneidade se dá na produção do consenso, do sentido único, uniforme, da falta de reflexão e compreensão da complexidade dos processos, que são sempre contraditórios e afetam os sujeitos de modos distintos.

Ainda sobre o MBL, há toda uma filiação aos sentidos da direita nacionalista, pelas cores da bandeira, à CBF, pela camiseta da seleção usada pelos manifestantes. É possível ver aqui como os escândalos de corrupção da entidade máxima do futebol brasileiro são “esquecidos” numa tentativa de demonstração de pretenso patriotismo ao usar parte do uniforme da seleção brasileira de futebol. E aqui devemos nos questionar mais uma vez sobre quem tem direito a ocupar a Paulista, uma vez que, embora nem todos estivessem com uma camiseta oficial da seleção, quem estava teve que pagar muito caro para ostentar seu patriotismo. Para quem pode gastar o equivalente a quase um quarto do salário mínimo numa camiseta para protestar, a Avenida Paulista e o metrô que dá acesso a ela sempre estarão abertos para a livre circulação.

Quando pensamos sobre o MPL, as filiações são outras. Não há uniforme para protestar. A heterogeneidade que se apresenta é resultado da abrangência da causa colocada em jogo. O trabalhador que chega à Paulista para protestar após um dia de trabalho não tem uniforme, sua roupa é a mesma do trabalho. O mesmo pode ser dito sobre os estudantes que participaram do movimento.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

É preciso deixar claro, porém, que não acreditamos serem essas as únicas causas que levaram tais manifestações a terem essas características quando da ocupação da cidade. Mas, por outro lado, também acreditamos que não considerar o efeito do atravessamento do digital pelos sujeitos resultaria numa análise incompleta desses acontecimentos.

Sendo assim, o esforço de formulação e teorização de novas noções analíticas para melhor entender esse atravessamento se faz necessário e o fazemos com o intuito de contribuir, não para uma nova Análise de Discurso, mas, sim, para um caminho melhor pavimentado por onde possamos seguir na compreensão dos processos de produção dos sentidos pelo discurso digital.

Referências bibliográficas

BUCCI, E. (2016) *A forma bruta dos protestos – Das manifestações de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras.

COSTA, G. C. (2014). *Uma imagem e suas discursividades: memória, sujeito e interpretação*. Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, 101 - 113. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao34/artigo6.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2019.

D'ALESSIO, V.; SOUKEF, A.; ALBARELLO, E. (2002). *Avenida Paulista: a síntese da metrópole*. São Paulo: Dileto Latin American Documentary.

DIAS, C. P. (2018). *Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes.

DIAS, C. P. (2011). *e-Urbano: a forma material do eletrônico*. In: Dias, C. (Org.) E-urbano [online]. Campinas: Labeurb-Nudecri/Unicamp. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/pdf/eurbano2.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. (2016). *Maior manifestação da história doo País aumenta pressão por saída de Dilma*. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>. Acesso em: 13 de janeiro de 2019.

FERRAGUT, G. (2018). *Sentidos em circulação pelo digital: Justiça e*

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Polícia e seus efeitos na sociedade. Dissertação. Mestrado em Divulgação Científica e Cultural. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

FRÚGOLI JR., H. (2000). *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez Editora da Universidade de São Paulo.

GONZATTO, M. (2015). *Quem são os articuladores nacionais dos protestos contra Dilma*. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/03/quem-sao-os-articuladores-nacionais-do-protesto-contra-dilma-4718377.html#showNoticia=bWo0Nm82eGM5MTkxMDUyNjY0MDM5ODA5MDI0fCpRNjE3NTAxMjAwNDc0MTc0NjU5NiFYRjU3NzA3MDM5ODY5ODIxMjU1NjgxamwyXn4vSHNocT0tKF0saUU. Acesso em: 10 janeiro de 2019.

HOMEM, M. C. N. (1996). *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes.

KATO, D. S.; MARTINS, L. A. C. P. (2016). *A "sociologia das plantas": Arthur George Tansley e o conceito de ecossistema (1935)*. Filosofia e História da Biologia, São Paulo, v.11, n.2, p. 189-202, 2016. Disponível em: http://docplayer.com.br/49855623-Asociologia-de-plantas-arthur-george-tansley-e-o-conceito-de-ecossistema-1935.html . Acesso em: 15 de janeiro de 2019.

MATOSO, R. (2015). *Redes, cibernética e neuropoder: breve estudo do contexto cibernético actual*. Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/11837553/Redes_Cibern%C3%A9tica_e_Neuropoder__breve_estudo_do_contexto_cibern%C3%A9tico_actual . Acesso em: 15 de fevereiro 2019.

ORLANDI, E. P. (2012). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes Editores.

PARISER, E. (2012). *O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

PASSE LIVRE SÃO PAULO. (2011). ***Sobre o MPL***. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/MovimentoPasseLivrempl/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2019.
PÊCHEUX, M. (2014). *Análise Automática do Discurso* [1969]. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp.
PÊCHEUX, M. (2015). *Papel da memória*. In: Papel da memória. Campinas: Pontes.
SPILK, F. R.; NAIME, R. (2012). *O padrão da (des)ordem da natureza*. Novo
Hamburgo: Universidade Feevale. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/299397506_O_padrao_da_desordem_da_naturez
Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.
TURNER, F. (2006). From Counterculture to Cyberculture. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
TOLEDO, B. L. de. (1987). *Albúm Iconográfico da Avenida Paulista*. São Paulo: Ex Libris.

Palavras-chave: AAD-69, formações algorítmicas, MBL
Keywords: AAD-69, algorithmic formations, MBL.

Notas

---

* Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas.
[1] Esse exemplo foi pensado em conversa com Allan Kern e será aprofundado em um artigo a ser publicado.
[2] Gráfico desenvolvido em parceria com Cristiane Pereira Dias e André Silva Barbosa.
[3] Para Pêcheux (2015), "memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (p.46).

DOSSIÊ COMEMORATIVO

AAD-69: UMA OBRA FUNDADORA E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO OBJETO

Há um acontecimento discursivo maior no domínio da análise de discurso que festejamos neste ano: os 50 anos da publicação, pela editora Dunod, de Paris, do livro fundador de Michel Pêcheux *Analyse Automatique du Discours*. Este acontecimento tem sido festejado por nós de várias maneiras. Antes de tudo, em nosso cotidiano de pesquisadores da linguagem, por darmos um lugar importante à leitura deste, e de outros textos do autor, e reconhecer, nesta obra, um forte instrumento na formação de analistas de discurso.

De forma mais direta, decidimos, na revista *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, fazer um *dossiê*, em um número, que se torna assim especial, da revista, com artigos de conhecidos analistas de discurso no Brasil, para compor este dossiê.

O mérito do autor já é conhecido e reconhecido não só, mas, sobejamente, no Brasil, onde tem produzido uma reflexão sobre a linguagem que a ele se filia em suas múltiplas consequências. Retomadas, reelaborações, deslocamentos se dão, tanto nos textos do autor, assim como em textos de nossos pesquisadores em análise de discurso. Vale mencionar que a prática da análise de discurso, assim concebida, passou a se chamar materialista, para se distinguir das variedades epistemo-pragmáticas e funcionalistas, que também têm seu desenvolvimento não só no Brasil como em outros lugares.

Mais do que falar sobre este acontecimento discursivo extensamente, o melhor é apresentar os artigos que aqui se conjugam para falar dele.

No artigo "A Análise de Discurso é Possível?", na esteira da história das ideias discursivas, faço, pois, neste texto-homenagem a Michel Pêcheux, uma exposição do que considero marcos importantes de sua reflexão e de constituição da ciência que é fundada em Análise Automática do Discurso. Destaco, assim, os muitos movimentos de busca, compreensão, explicitação, retomadas e deslocamentos, produzidos pelo autor.

Freda Indursky em "AAD-69: O marco histórico de um discurso fundador" acompanha o percurso traçado por Michel Pêcheux na obra "Análise Automática do Discurso", observando o modo como o autor produziu esta obra fundadora. A autora dá ênfase ao trajeto teórico empreendido pelo autor no estabelecimento de um novo objeto de análise, o discurso, no domínio dos estudos da linguagem.

Guilherme Adorno, no artigo "Algoritmizar a língua? Automatização, informatização, materialismo discursivo", procura ler uma história da "Análise Automática do Discurso", a fim de compreender o funcionamento das dificuldades e dos obstáculos decorrentes dos procedimentos automáticos na elaboração da teoria discursiva.

Cristiane Dias põe em questão a leitura e interroga a automatização sobre o que ela, enquanto processo discursivo, pode fazer compreender a propósito da constituição dos sentidos, sobre o discurso e sobre a maquinaria dos sentidos, no artigo "O sentido da automatização na análise de discurso: sobre a maquinaria dos sentidos".

Maraisa Lopes apresenta o Sinalário de Análise de Discurso em seu processo de produção que visa abrir possiblidades de leituras da/sobre a análise de discurso na comunidade surda. Em "Da AAD-69 ao sinalário: leituras da/sobre a análise de discurso", a autora discorre sobre esse processo, mostrando a formulação dos sinais de Ideologia, Posição-sujeito e Michel Pêcheux.

Mariza Vieira da Silva em "Análise de discurso: um percurso de leitura e de gestos de interpretação" examina como os sentidos de linguagem são determinados pelos sentidos de comunicação em livros didáticos, chamando a atenção para o funcionamento da administração das possibilidades de interpretação de textos.

Em "As formas discursivas e a ameaça comunista", Bethania Mariani, trabalha, sobretudo, com o conceito de formas discursivas remissivas, apresentado por Pêcheux em 1969, para analisar os processos de produção de sentidos em torno das palavras comunismo, comunista e esquerda, na discursividade política brasileira.

Suzy Lagazzi se dedica em "Entre o amarelo e o azul: a história de um percurso" a traçar uma análise, tendo como ponto de ancoragem a "composição material", trabalhada na relação entre a capa e os contos do livro "No seu pescoço", de Chimamanda Ngozi Adichie. A autora dá a ver a potência do dispositivo de leitura proposto por Pêcheux à

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

medida que procede às análises do funcionamento da resistência simbólica.

Sérgio Freire em "Da Análise Automática do Discurso ao discurso do sujeito do desejo: reflexões psicanalíticas sobre a teoria do discurso de Michel Pêcheux" propõe um percurso de leitura em torno da ligação do Discurso com a Psicanálise.

Por fim, Helson Flávio da Silva Sobrinho encerra este dossiê com a resenha de "Análise Automática do Discurso (1969)" intitulada "AAD-69: uma referência incontornável". Em seu texto, o autor destaca que a apreciação desta obra fundadora demanda uma retomada de memórias históricas de práticas científicas e políticas e, ao mesmo tempo e sobretudo, requer uma reflexão sobre a atualidade, tendo como horizonte a possibilidade de "arriscar dar novos passos em direção ao futuro, em estreita relação crítica com nosso tempo histórico".

Eni Puccinelli Orlandi

A ANÁLISE DE DISCURSO É POSSÍVEL?

Eni Puccinelli Orlandi
LABEURB/UNICAMP

Resumo: *Na história das ideias discursivas, importa, nesse texto-homenagem à M. Pêcheux, lembrar a sua questão fundadora que se estampa no título desta reflexão e os muitos movimentos de busca, compreensão, explicitação, retomadas e deslocamentos, produzidos por este autor. O início de suas reflexões pode ser posto em muitos de seus textos dispersos, mas costuma-se tomar este seu livro, AAD69 – resultado de sua tese – como o patamar fundador da Análise de Discurso, que ele propõe. Aqui fazemos, pois, uma exposição do que consideramos como marcos importantes de sua reflexão e de constituição desta ciência.*

Résumée*: Dans l'histoire des idées discursives, il est important dans ce texte qui rend hommage à M. Pêcheux de rappeler sa question fondatrice, qui est gravée dans le titre de cette réflexion, ainsi que les nombreux mouvements de recherche, de compréhension, d'explicitation, de reprise et de déplacement produits par cet auteur. Le début de ses réflexions peut être mis dans beaucoup de ses textes épars, mais son livre, AAD69 - le résultat de sa thèse - est souvent considéré comme la marque fondatrice de l´Analyse du Discours qu'il propose. Nous présentons ici un exposé de ce que nous considérons comme des jalons importants de sa réflexion et dans la constitution de cette science.*

Em Creta onde o Minotauro reina atravessei a vaga
De olhos abertos inteiramente acordada
Sem drogas e sem filtro
Só vinho bebido em frente da solenidade das coisas –
Porque pertenço à raça daqueles que percorrem o labirinto,
Sem jamais perderem o fio de linho da palavra

(Sophia de Mello Breyner Andersen, *Dual)*

1. Uma pergunta e seus efeitos

Não poderia iniciar este texto, que homenageia os 50 anos do livro *Analyse Automatique du Discours* (AAD69), de M. Pêcheux (1969), sem referir a sua questão fundadora: A Análise de Discurso é possível? Esta era a questão que M. Pêcheux se colocava, com insistência, e a vários de seus interlocutores, nos anos 70 do século XX. Questão que ficou como um eco a nos desafiar, menos no desenvolvimento da Análise de Discurso, e mais na possibilidade de elaborações e avanços teóricos que não esbarrassem em uma proposta fechada e inerte. Porque ela produz rupturas, desacostuma, ela subverte já-ditos, ela não fecha questão, preferencialmente as abre. Já que, como diz seu criador, M. Pêcheux: "Não são as respostas que envelhecem, são as questões".

A pergunta que deixamos como título, e que rondava a publicação de seu livro *Analyse Automatique du Discours*[1], esta pergunta, era, antes de tudo, a que estabelecia, para o próprio autor, a noção de discurso, e se dirigia, sobretudo mais diretamente, aos linguistas de quem ele se aproximara[2]. Porque, na conjuntura dos anos 60/70 do século XX, a interrogação posta nesta questão era a da *formalização* da Análise de Discurso, ou seja, ele se perguntava como "dar conta" de um objeto das Ciências Humanas. Como estabelecer uma "escrita" para a análise, um artefato analítico, com seu método? Pergunta sobre a modelização, recorrente neste momento do desenvolvimento das Ciências, e das relações das Ciências Humanas e Sociais com os modelos validados, com sua universalidade, legítimos, como os das Ciências Exatas e Naturais[3].

2. Modelização e Ciências da Linguagem

Toda ciência tem sua escrita. A da linguagem tem a sua. E a proposta de uma escrita para as ciências da linguagem, no século XIX, inaugura um seu lugar diferenciado entre as ciências humanas e sociais, o dos estudos histórico-comparados da linguagem (pl→ch/pluviam>chuvia>chuiva>chuva). Mas a escrita do século XIX, para os estudos da linguagem, não é suficiente, no século XX. Esta escrita não é a mesma nas diferentes conjunturas científicas, dos estudos da linguagem, que validam modelos e lhes dão legitimidade. Segundo sua definição, no nível epistemológico do que se discute desde o século XX, para a linguagem, a modelização exige mais, ela consiste, essencialmente, na arte de transformar situações da realidade em

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

problemas *matemáticos* cujas soluções devem ser interpretadas na linguagem usual (BASSANEZI, 2002, p.24). Tanto que um dos investimentos fortes dos estudos da linguagem foi, inicialmente, o de aplicar o modelo dos quadros formais da matemática à linguagem. Além daquele que propõe a informatização, como é o caso desta proposta da AAD69.

A forma dominante de modelização nos anos 60/70 do século XX, questão insistente da época, como dissemos, se declinava como *formalização*. Lembremos que esta busca era a de tornar formal algo considerado "subjetivo"[4]; tornar, então, palpável, visível, perceptível, através de papeis, documentos e outros procedimentos formais. Quando posta em relação à Linguística, a resposta já estava circulando, e era favorável ao mérito, à legitimidade dessa ciência da linguagem: a Linguística era o modelo, no campo das Ciências Humanas, de uma ciência bem sucedida em sua formalização (cf. a Gramática Gerativa e as regras de reescrita e seus indicadores sintagmáticos)[5]. Tanto, que era reconhecida como ciência-piloto das Ciências Humanas. Já quando se tratava deste objeto obscuro de desejo do cientista, o discurso, em que entravam sujeito e situação, a pergunta ficava indecisa, tinha suas oscilações. Seria possível? A informatização[6] foi uma iniciativa de resposta forte de M. Pêcheux, nesta direção[7].

Esta possibilidade se vincula, nesta perspectiva a que estamos referindo – que é a da *legitimidade* do conhecimento, e sua *validação* por um padrão, que aspira à universalidade –, à normatividade da escrita da ciência, padronizada na lógica e na matemática[8]. Sem esquecer que os algoritmos e a presença das tecnologias da informação já eram uma realidade incontornável.

Para se formalizar, a Linguística se produziu uma escrita, mas, para isso, teve de "esquecer" o sujeito e a situação. Esquecimento voluntário. Já por seu lado, a Análise de Discurso, para se constituir, tem de trazê-los para sua consideração. Não o sujeito e a situação, como tal, ou seja, como formulados pelas teorias da época (penso fundamentalmente nos funcionalismos e na pragmática), mas o sujeito decentrado e a situação, concebida, não em si, mas metaforizada pela articulação entre o simbólico e o político. Projeção da situação, no discurso, através das formações imaginárias. Relação da linguagem com sua exterioridade. O que resulta na conceituação do que vem a se denominar "*condições*

de produção", e em seus desenvolvimentos, no texto da AAD69. Implicando a relação linguagem e ideologia.

Esta é a natureza da situação, ou melhor, da "exterioridade" que se configura, se conforma, toma lugar teórico, segundo os princípios da Análise de Discurso. Daí a afirmação de M. Pêcheux, fazendo intervir a noção de *funcionamento*, criticando a noção de função:

> (...) enunciaremos, a título de proposição geral, *que os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar, imediatamente, que *este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual do termo*, e que não se pode defini-lo senão em referência *ao mecanismo da colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos "as condições de produção" do discurso (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 35).

No mesmo gesto teórico, M. Pêcheux (2019 [1969], p. 35), fala do não fechamento do texto, na sua relação com os discursos possíveis:

> (...) Isto supõe *que é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas é necessário referi-la ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção, como mostraremos em seguida[9].

Poder-se-ia interrogar: o que torna a Análise de Discurso possível é a "sobra" para a qual a Linguística não tem procedimento nem resposta? Sobra esta que põe em estado de questão não só a Linguística como as Ciências Humanas e Sociais, e estabelece o espaço teórico para o que virá a ser a Semântica Discursiva? A resposta não é tão fácil assim.

3. Uma relação e um distanciamento

M. Pêcheux (1988 [1975]) distingue a *Semântica Linguística* e a *Semântica Discursiva*. A Semântica Linguística é uma semântica formal que, segundo ele, ainda não estava feita[10]. Seria "uma teoria do funcionamento material da língua na sua relação com ela mesma, isto é, uma sistematicidade que não se opõe ao não sistemático (língua/fala),

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

mas que se articula sobre processos" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 173). Já a Semântica Discursiva "é a análise científica dos processos característicos de uma formação discursiva, que deve dar conta da articulação entre o *processo de produção* de um discurso *e as condições*[11] em que ele é produzido. Não é uma semântica lexical, e deve ter como objeto os processos de arranjo dos termos em uma sequência discursiva e em função das condições em que a sequência discursiva é produzida" [grifo meu] (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 174)[12].

Dois pontos, eu diria, nesta definição de *Semântica Discursiva*, nos colocam em estado de interrogação: a. arranjo dos termos em uma sequência discursiva; b. em função das condições em que a sequência discursiva é produzida. Em a. temos de saber observar/descrever o "arranjo dos termos"; temos, além disso, de saber o que é uma "sequência discursiva". Ele diz sequência discursiva (não diz enunciado, embora, em sua análise ele fale em enunciado), o que, certamente, nos indica que não é uma sequência linguística. Em b. intriga-nos como entender "em função das" condições em que a sequência discursiva é produzida. O que significa aí "em função de"? É a noção de determinação que aí se aloja? E, nesta sua formulação, está a distinção da Semântica Discursiva em relação à Semântica Linguística, que coloca a perspectiva da modelização. Uma, a linguística, já se mostra, embora ainda não feita, passível de um tratamento formal, portanto, modelizável. E a outra, a discursiva, que inclui as condições de produção? Ela é possível?[13] Certamente o é, mas não como a semântica linguística.

Um dos elementos, que faz a distinção, diz respeito à questão do *efeito-sujeito*. Segundo Pêcheux, com esta distinção, entre semântica formal e semântica discursiva, é possível atingir o lugar específico da língua que corresponde à construção deste efeito. Desse modo, a análise não reproduziria o efeito-sujeito e, ao mesmo tempo, reconheceria sua existência. O linguístico e o discursivo permanecem distintos, heterogêneos, mas não há entre eles uma distinção estanque. Como afirma Pêcheux (1988 [1975]), as sistematicidades da língua não existem sob a forma de um bloco homogêneo de regras organizadas à maneira de uma máquina lógica. As fronteiras entre língua e discurso são sempre colocadas em causa, pois é próprio desta relação que as

regras fonológicas, morfológicas e sintáticas[14], que são as *condições materiais de base* sobre as quais se desenvolvem os *processos discursivos*, sejam objeto de recobrimentos e de apagamentos parciais. Por outro lado, não esqueçamos que, para Pêcheux (1988 [1975], p. 258): "a exterioridade do pensamento *não está ligada a puras propriedades linguísticas*, mas dependem de um "exterior" bem diferente que é o conjunto dos efeitos, *na esfera da ideologia*, da luta de classes sob suas diversas formas" [grifo meu]. Daí resulta a proposta da análise de discurso, que demanda uma teoria não subjetiva da enunciação, e que exige que se considere o texto não como um nível superior de análise, mas que se observe a relação das *condições materiais de base* e o *processo*, trabalhando com a noção de *funcionamento* e de *ideologia* (efeitos, formações imaginárias). Como mudam as condições de produção e a ideologia dos sujeitos, mantém-se a base comum para não nos encontrarmos frente a um pluralismo heterogêneo de microlínguas.

Retomo aqui a busca, deste autor, de um modelo ao gosto da época em sua validação científica e à proposta da análise automática do discurso feita por ele. Busca que passa pela informatização, como escrita própria. Que lhe dá um instrumento para pensar a análise, tomando como unidade o enunciado, procurando abranger a relação da linguagem com suas condições de produção (sujeito e situação; e eu acrescento: memória). Podemos dizer que este modelo não teve o sucesso esperado/desejado[15], mas é heurísticamente muito produtivo. O que se pode depreender pelos desenvolvimentos posteriores a esse seu livro AAD/69, sobretudo no *Les Vérités de La Palice* (1975) e em seu artigo, com C. Fuchs, na revista Langages 37 (também de 1975, 1975a). Mas, se, com a informatização, ele não ganha ainda a legitimação de seu modelo e de uma sua escrita formal, no entanto, seu interesse pela informatização, em uma conjuntura em que se pensa a tradução automática, modelos matemáticos para a linguagem, e em que as tecnologias de informação começam seu enorme desenvolvimento, o coloca como um *precursor*. Esta sua posição se constitui não só pela natureza das questões que suscita, mas também pela qualidade das respostas que busca. Não se trata, portanto, de pensar os conteúdos daquilo que vai se construindo com seus "andaimes", mas de seus procedimentos na busca das noções que vão constituindo seu caminho e as possibilidades de analisar discursos. Ele está, ao mesmo tempo,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

produzindo uma teoria e estabelecendo procedimentos de análise na construção de um método.

Resta, neste sentido, falar da maneira que o autor discute a relação língua/fala. Podemos aí inserir suas questões sobre a busca dos sentidos do texto, em várias disciplinas, que o leva à crítica dos modelos que ele chama de infra-linguísticos ou supra-linguísticos, assim como daqueles que não superam dificuldades para passar da função ao funcionamento. Ainda a este respeito, frente ao que o autor (idem) chama de métodos para-linguísticos, há já um desenvolvimento em relação a esta questão, quando M. Pêcheux parte de uma afirmação de Levi-Strauss (1964, p.13) – "Como os ritos, os mitos são intermináveis....Assim o livro sobre os mitos é ele próprio um mito" – que o leva a considerações importantes, para a análise de discurso nascente (e sua possibilidade), a respeito de seu objeto, e ao funcionamento da língua. De início, mostrando que não há homogeneidade epistemológica entre fatos da língua e os fenômenos da dimensão do texto. Não se pode transportar os mesmos instrumentos conceptuais de um para outro. O exemplo que ele dá é o da relação paradigma/sintagma e sua forte presença na linguística, que não pode ser meramente transposta, pois há *resistência do objeto*. A disjunção entre a teoria da língua e a prática do locutor, para a linguística, foi adquirida, alcançando-se o funcionamento da língua, separando-a da prática do locutor.

Mas não é o caso quando se trata do discurso. Nesse caso, se fosse se "aplicar" os mesmos instrumentos resultaria em que o funcionamento do texto avizinha ainda sua função e o deslocamento necessário para o analista de discurso não se daria. Ou seja, não é possível transpor para a análise de discurso um instrumento descritivo como o da relação paradigma/sintagma. Mas sabemos que, com a noção de *efeitos metafóricos* (AAD69), e a noção de *deriva*, M. Pêcheux (1990) estabelece procedimentos e instrumentos próprios[16] à análise discursiva, para tratar de uma questão fundamental, a de deslizamento de sentido, elaborando o desenvolvimento da relação entre estrutura/acontecimento que leva ao batimento, como diz Pêcheux, entre descrição/interpretação. E à articulação entre paráfrase (repetição) e metáfora (transferência), entre o estabilizado e o sujeito à equívoco. Com a noção de *efeitos metafóricos*, temos um instrumento de análise com suas consequências. E temos, paralelamente, um corte na

continuidade entre teoria e prática, no caso, discursiva. Trata-se, como Pêcheux diz (AAD69), de um problema que concerne "o acesso ao objeto"[17].

4. Na ruptura epistemológica a conquista de outra região de conhecimento

Em relação à linguística trata-se da mudança de terreno que o autor propõe já em seu AAD69 quanto à relação língua/fala. Para tal, ele explora o que diz Ulmann (1952) sobre a antinomia, na Linguística, entre língua e fala. A fala é um ato, diz Ulmann (idem), que pressupõe um contexto, uma situação concreta e determinada, enquanto a língua é "um sistema virtual que só se atualiza na e pela fala". Sendo a fala um "ato individual", ele se opõe "ao caráter social" da língua. Com suas reflexões, Pêcheux, vai mostrar que esta forma de considerar a relação língua/fala faz com que a operação de exclusão da fala, feita por Saussure, mesmo que ele não tenha querido explicitamente, autoriza o "reaparecimento triunfal do sujeito falante como *subjetividade em ato*, uma unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios postos à sua disposição". Se passa, assim, da necessidade do sistema à contingência da liberdade. Nada mais estranho à análise de discurso que este sujeito e esta língua, e esta noção de fala assim concebidas.

Em suas "questões conceptuais para uma teoria do discurso", M. Pêcheux (AAD69), entre suas muitas elaborações, afirma – já de início, na mudança de terreno estabelecida epistemologicamente – que o estudo dos processos discursivos supõe o estudo das variações específicas ligadas aos processos de produção particulares considerados, e o estudo da ligação entre as "circunstâncias" de um discurso – que ele propõe chamar de *condições de produção* – e seu *processo de produção*. Este, por sua vez, designa o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de um tipo dado em "circunstâncias" dadas. Ora, é aí que se pode situar a disjunção entre teoria e prática, e a relação não entre língua e fala, mas língua e *discurso*, este definido como *efeito de sentidos entre locutores*. Que não são tomados como subjetividades, mas considerados como parte das condições de produção do discurso: não indicam "organismos humanos individuais" (PÊCHEUX, 2019 [1969], p.39), mas lugares determinados em uma estrutura social determinada, com a diferença, em relação à sociologia, que não são representados *como feixes de*

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

traços objetivos nos processos discursivos, mas estão presentes mas transformados; o que funciona no discurso, diz o autor, é uma série de *formações imaginárias*. Em outras palavras, já está aí presente não a subjetividade em ato, mas a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito, e a constituição da posição-sujeito. Assim ele ultrapassa o que era a fala como ato individual oposta à língua, que teria caráter social, em Saussure; não ficando, pois, na estrita oposição indivíduo e sociedade. Pensando a ideologia como constitutiva do sujeito e dos sentidos, esta oposição (indivíduo e sociedade) não é vigente na teoria do discurso[18]. São estas algumas "mudanças" teóricas que achamos oportuno lembrar deste imenso programa intelectual que se inicia com o livro AAD69 de M. Pêcheux.

5. Funcionamento, exterioridade e processo discursivo: as formações discursivas e a ideologia

Na realidade, este é só o início de um projeto forte que se faz impulsionado por um intelectual de vasta formação em Filosofia e que está atento às Ciências Humanas, à questão da Ideologia e dos Sujeitos, na sociedade e na história. Pensando, sobretudo, a conjuntura político-intelectual dos anos de 1960, e olhando para a Linguística (língua) como um de seus campos metafóricos de debate. Os outros campos, como sabemos, são a Psicanálise (inconsciente) e o Marxismo (história).

É na relação contraditória entre estes campos que insistimos com nosso olhar para melhor abranger a crítica ao modo de se considerar a modelização que a própria forma da análise de discurso se desenvolver mostra. Nessa direção, uma das questões, postas para o encontro de que resultou o livro *Materialidades Discursivas* (2016 [1981]), nos toca mais de perto: "de que natureza é a decepção diante das disciplinas que pretendem falar da língua, do texto, do discurso, da fala...?". Ou outra das interrogações, sobre a qual já me debrucei, mas permanece desafiando minha reflexão: "De que nos protegemos ao nos declararmos linguistas, historiadores ou psicanalistas?". O que não é isto, nem cabe aí, me pergunto, quando tratamos do discurso? Do que estamos *desprotegidos*, nós, analistas de discurso, já que não nos situamos em nenhuma das possibilidades acima postas? Seria da modelização, o que nos afastaria da legitimidade da ciência? Da

modelização, tal como concebida na época, talvez, mas, certamente, o projeto de tornar a Análise de Discurso possível, não nos afasta da legitimidade da ciência. Essa, adquirida, só que em outros modelos com outras interrogações. Trata-se de um corte epistemológico nos estudos e pesquisas da linguagem.

Para isto vamos tomar a noção de *condições de produção*, que está na base da formulação da especificidade e da possibilidade mesma da análise de discurso, e que é um conceito fundamental em seu discurso fundador da análise de discurso, em sua obra AAD69. O que mostra a necessidade de se manter uma relação consistente entre teoria, método e análise de um objeto de ciência em sua definição.

Esta noção, que é, como dissemos, uma *noção fundadora*, presente no AAD69, desenvolve-se arrebanhando sentidos de "exterioridade", "interdiscurso", "processo discursivo", "domínio semântico e circunstâncias", produzindo, ao mesmo tempo, um suporte metodológico. Nesta direção, da constituição de um método, por exemplo, trazemos a afirmação de que "em uma situação de análise temos condições que remetem, a um mesmo domínio semântico, diferentes discursos", em "circunstâncias" dadas (PÊCHEUX, 2019 [1969], p.74). Também a definição, neste passo de sua reflexão, do que é "processo de produção do discurso" que, como a noção de "condições de produção", vai sendo retomada e significada incessantemente em relação ao conjunto de noções em que está inserida. O "processo de produção: conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso de tipo dado em circunstâncias dadas" (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 31). Já no *Vérités de La Palice*, o processo aparece da seguinte maneira, agora, já significado, dito, como "processo discursivo": "(...) a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc, que funcionam entre elementos linguísticos – "significantes" – em uma formação discursiva dada" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.161). Penso que aí se pode flagrar um desenvolvimento da reflexão, em que ele já está mais posto na possibilidade da análise – menos preocupado com a modelização, pois, de certo modo, já a realizando – não precisa pensar só a língua (mecanismos formais) e o discurso (tipo de discurso de acordo com as circunstâncias), mas já o processo discursivo (paráfrase, metáfora, substituição, formação discursiva). Algo aí já se articulou. Isto, a meu ver, se deve às noções de *formação discursiva*[19], já se constituindo na

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

AAD69, junto à noção de *interdiscurso*, já bem estabelecidas, em seguida, no *Vérités*. O importante, a meu ver, quanto à modelização, é a formulação de noções que permitem pensar desde o início – AAD69 – a relação do discurso com o seu fora. A relação da língua com a ideologia. Do ponto de vista da prática analítica, dos procedimentos, a relação entre noções como "condições de produção" e "processo de produção" do discurso – este último já definido como "estado do processo discursivo" – é um início fundante rigoroso e extremamente produtivo para as reflexões que o autor provoca e que serão desenvolvidas em muitas retomadas e em vários outros textos. Como a noção de formação discursiva como projeção, no discurso, de formações ideológicas. Dessa forma, tratando da relação ideologia-linguagem, ele produz um deslocamento fundamental que é o de considerar a ideologia não como "sintoma", mas como parte da materialidade mesma da linguagem. A ideologia como constitutiva do discurso, sua materialidade específica. Pêcheux articula, ao mesmo tempo, pela noção de interpelação ideológica, linguagem e ideologia, sujeito e sentidos, no que ele propõe como formação discursiva. Liga a esta, a produção dos sentidos, e a identificação dos sujeitos. A formação discursiva, cujo tratamento vai sofrendo ressignificações – como a ideia de suas fronteiras fluidas ou da heterogeneidade que constitui a relação entre elas – torna-se um fundamento analítico-metodológico fundamental, na medida em que se trabalha não só a simbolização do político, mas também a movência dos sentidos, dos sujeitos, e a noção de equívoco.

Por seu lado, a definição de "processo discursivo" traz nela as muitas possibilidades de *procedimentos* na análise, como referimos mais acima. Uma questão de método: sistema de relações, substituição, paráfrases, sinonímia, que remetem aos "efeitos metafóricos", já presentes no AAD69 (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 54-61). E estes à noção de *deriva* (PÊCHEUX, 1990, p.53*)*, ligada ao fato de que não há metalinguagem e à afirmação de que toda descrição está exposta ao equívoco: "todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar de seu sentido para derivar para outro", a não ser que haja "proibição explícita de interpretação". Esta, própria ao "logicamente estável". A possibilidade de deriva, de deslizamentos, já está anunciada no AAD69, quando o autor refere que

"toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de suas formas possíveis, e que estas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis (...) constituem precisamente os sintomas pertinentes do processo de produção dominante regendo o discurso submetido à análise" (PÊCHEUX, 2019 [1969], p. 63). Esta afirmação, pensamos, pode remeter, considerando-se os efeitos metafóricos (AAD69), à concepção de "famílias parafrásticas" que se formam ao longo dos enunciados, noção bastante desenvolvida em seu texto com C. Fuchs (1975a), e que é um instrumento de análise muito produtivo. Desse modo, queremos apontar para muitas das elaborações do autor em seu AAD69, enquanto noções, propostas nascentes, que se desenvolvem, depois, continuamente, em seus outros textos, constituindo uma consistente relação entre teoria-método-objeto.

6. Apontamentos sobre a produção da Análise de Discurso brasileira, a partir do AAD69

A questão da modelização foi uma questão que se apresentou para todos os pesquisadores de linguagem que se filiavam à Análise de Discurso[20], em qualquer parte do mundo: um objeto novo que requeria, para sua análise, procedimentos específicos e particulares às noções que se desenvolviam então.

É neste ponto que gostaria de me manifestar, em minha formação de linguista, que me permitiu, em meus inícios, encontrar os lugares teóricos, na leitura de M. Pêcheux (1969), por onde proceder a uma análise que nem era automática e nem se curvava ao formalismo linguístico. Em minhas análises, sempre atenta à teoria, trabalhava na explicitação/constituição de um método. E isto se deu, já no início, pela tensão entre paráfrase e polissemia[21] (ORLANDI, 1983) que propus como eixo do funcionamento da linguagem. Aí eu significava a relação entre o mesmo (reprodução, repetição) e o diferente (substituição, diferença). E, ainda sem conhecer o texto "Discurso: estrutura ou acontecimento?", texto apresentado em Congresso, por Pêcheux, em 1983, em inglês (Urbana, USA), e em tradução brasileira em 1990, minhas análises, desde os anos 70 do século XX, trabalhavam essas relações em geral, e, em particular, as de substituição, que produzem aproximação e diferença. Isto me chegou também pela leitura atenta (PÊCHEUX, 2019 [1969], p.35) de que, como já citamos anteriormente, "é impossível analisar um discurso como um texto[22], isto

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

é, como uma *sequência linguística fechada* sobre ela mesma, mas é preciso referi-la ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um *estado* definido das *condições de produção*". Além, claro, de levar em conta as posições-sujeito – constituídas pela projeção, através de *formações imaginárias*, da situação, do lugar do sujeito, no discurso – observando sempre as relações de força, as de sentido e a antecipação, já propostas desde o AAD69. A consideração da noção de processo e de estado do processo discursivo, assim como a relação, em um texto, do que ali se apresenta frente aos muitos discursos possíveis – que são alguns entre muitos outros princípios que vão se alinhando ao longo de sua escrita – foram propícios à formulação que dei à noção de *versões* (ORLANDI, 2001).

Com estes instrumentos e sua proposta teórica com seus princípios, este texto fundador de Pêcheux, a AAD69, já possibilitava – a mim, pelo menos[23] – a aventura da busca de possibilidades analíticas[24], sem temer o fantasma da modelização[25]. Em minha formação, a sintaxe, ou melhor, o real da língua, em sua *ordem*, eu já havia intuído nas minhas aulas de latim, onde aprendi em profundidade o que é "estrutura"[26]. Fui estruturalista, o que foi importante em minha formação de linguista, mas, para fazer Análise de Discurso, tive de questionar o método, e realizar análises, que demandavam outra iniciativa, que Pêcheux propõe com a articulação da estrutura com o "acontecimento" (PÊCHEUX, 1990). Esta articulação permite à Análise de Discurso, como diz Pêcheux, questionar teoricamente "o estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estáveis (...) e formulações irremediavelmente equívocas" (1990, p.28). A relação entre processo de produção e condições de produção do discurso (AAD69), abria para esta possibilidade de análise que leva em conta o movimento e a não estabilidade, tão bem posta por Pêcheux (1990) em seu *Discurso: estrutura ou acontecimento*.

Podemos, enfim, dizer que o livro AAD69 é extremamente sensível, em suas interrogações, ao que é situação, ao que é sujeito, ao que é discurso; assim como interroga como se pode apreender a ideologia, através de noções como a de exterioridade (condições de produção) e também a de formação discursiva; propondo-se, como dissemos, produzir uma análise, deslizando da noção de função para a de funcionamento, atento à relação sujeito, sentido, ideologia, e à noção de

processo. São fundamentos, princípios teóricos e analíticos, que estão já postos no AAD69 e que lhe dão o mérito de ser um livro fundador, em que se reconhece o lugar de corte epistemológico que o autor produz nos estudos da linguagem e também no da ideologia. Quanto à ideologia, podemos afirmar que esta sua obra produz um grande deslocamento, frente as Ciências Humanas e Sociais, ao considerar a ideologia através da sua relação com a linguagem, e, através desta, o autor produz forte crítica à análise de conteúdo, que era o instrumento comum da análise de linguagem nesse campo. Assim, Pêcheux atinge também um ponto fundamental que constitui as Ciências Humanas e Sociais desde o século XIX.

7. A interrogação que abriu espaço para constituir um novo objeto de ciência.

São estes, penso, os caminhos que Pêcheux abre para instituir o modelo que, se, em seu livro AAD69, apresenta-se com a informatização, abre, também, ao mesmo tempo, perspectivas que, confrontando-se com as diferentes conjunturas epistemológicas, continuam, vivamente, interrogando a relação entre a linguagem e a exterioridade, em outras palavras, o sujeito, a articulação entre o simbólico e o político, e a ideologia, na constituição dos sentidos. O que permite que se encontrem muitos caminhos para responder à modelização e a sua questão: a Análise de Discurso é possível?

Se foi esta a questão que se impôs a Pêcheux, logo em suas primeiras formulações, pensando a questão de teoria/método, foi também no que ela implicava para este autor fundador, em sua própria trajetória, que essa interrogação se constitui na formulação de base da teoria que ele aí funda com sua proposta de nos fazer compreender o que existe, afinal, entre a linguagem e a ideologia, implicando os sujeitos e os processos de significação. Esta, pois, a questão que realmente traça o sulco de uma reflexão que não se submete às teorizações de sua época, embora se relacione a elas. E é na sua dúvida, no não fechamento de uma resposta, que sua teoria constrói as possibilidades de um programa de reflexões que resulta na constituição de uma teoria, de um método e um novo objeto teórico: o discurso. Que nos faz navegar continuamente entre o possível e o impossível, em busca do real.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Referências Bibliográficas

BASSANEZZI, R. C. (2002). *Ensino–aprendizagem com modelagem matemática*: *uma nova estratégia.* São Paulo: Editora Contexto.

FELIPPO, A. Di, DIAS-DA-SILVA, B. C. (2009). "O processamento automático de línguas naturais enquanto engenharia do conhecimento linguístico". In: *Caleidoscópio*, v.7, n.3, p.183-191. São Leopoldo: Unisinos.

FUCHS, C. e PÊCHEUX, M. (1975a). "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: *Langages*, Paris: Larousse.

HENRY, P. (1993). "Sentido, sujeito, origem". Trad. Eni Puccinelli Orlandi. *In*: ORLANDI, E. (Org), *Discurso Fundador*. Campinas, SP: Pontes.

LEVI-STRAUSS, C. (1964). *Mythologiques*. Paris: Plon.

ORLANDI, E. P. (1983). *A Linguagem e seu Funcionamento – as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.

_____. (1996). *Interpretação*. Campinas, SP: Vozes.

PÊCHEUX, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.

_____. (2019). *Análise Automática do Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores.

____. (1975). *Les Vérités de la Palice*. Paris: Maspero.

_____. (1988). *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

____. et alii (1981). *Matérialités Discursives*. Lille: PUL.

____. (2016). *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

____. (1990). *Discurso: estrutura ou acontecimento?* Campinas: Pontes.

ULMANN, F. (1952). *Précis de Sémantique Française*, Berna: A. Francke.

Palavras-chave: Análise de Discurso, linguagem e exterioridade, efeito-sujeito, efeitos de sentidos, ideologia.

Mots-clés : Analyse du discours, langage et extériorité, effet-sujet, effets de sens, idéologie.

Notas

---

* Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade de Paris/Vincennes (1976). É pesquisadora-fundadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente colaboradora do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da UNICAMP. É pesquisadora 1A do CNPq.

[1] Paris, Dunod, 1969.

[2] Entre eles, não só os que faziam parte da sua equipe, mas, também, outros, como M. Culioli e J.J. Milner.

[3] Garantindo a especificidade de cada área, são quatro os pontos relacionados ao processo de modelização: o método de raciocínio; o objeto de representação; as relações entre os objetos; as formas de representação gráfica.

[4] Quanto à Análise de Discurso, a dificuldade com que se confrontava mais frequentemente era a de formalizar questões relativas ao sujeito, mas também ao político e ao estatuto do simbólico.

[5] Vista por este ângulo, o *gerativismo* ou *teoria gerativa* é a busca de formalização dos fatos linguísticos aplicando-se um tratamento matemático preciso, explícito e finito às propriedades das línguas naturais. A figura mais representativa é a de Noam Chomsky. A gramática é um sistema de regras e de princípios, formalizado ou explícito, automaticamente aplicado desde que satisfeitas as condições necessárias, podendo criar infinitas frases. Este é considerado o aspecto de "criatividade" deste modelo. Para isto distingue competência e performance: competência é a capacidade que todo sujeito (sujeito ideal) tem de produzir e compreender infinitas frases da língua; a performance é o desempenho, ou seja, a realização da competência. Vamos voltar a esta questão no corpo deste texto.

[6] Ele gostava de "máquinas" e era um visionário.

[7] Mas há diferentes trabalhos que têm sido feitos, mesmo mais recentemente, como o PLN, que assim se apresenta: "neste trabalho, busca-se fornecer uma breve apresentação do domínio de pesquisa multidisciplinar denominado Processamento Automático de Línguas Naturais (PLN), que visa a capacitar um computador para lidar com a língua. Por meio dessa apresentação, traça-se uma determinada concepção de PLN, segundo a qual essa área é uma espécie de "engenharia do conhecimento linguístico". Dessa forma, o PLN requer a descrição e formalização de dados linguísticos nas dimensões morfológica, sintática, semântico-conceitual e até mesmo pragmático-discursiva. Tratamento computacional da língua" (FELIPPO e DIAS-DA-SILVA, 2009).

[8] Eu mesma fiz o curso de "Quadros formais da matemática aplicados à análise da linguagem", ministrado por Y. Gentilhomme, nos anos 70 do século XX, uma disciplina do curso de linguística, no IFCH, da Unicamp, onde estava a Linguística.

[9] Vale observar que, em meus trabalhos, não tomo o texto como unidade linguística, mas discursiva, como unidade de sentido em relação à situação, isto é, em relação às condições de produção. Daí a possibilidade de tomá-lo como unidade de análise. E

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

chego à prática de análise efetiva, ao levar em conta o "conjunto de discursos possíveis", com a noção que desenvolvo de "versões".

[10] E penso que ainda não está feita. Lembro aqui a afirmação de P. Henry ("Sujeito, sentido, origem") de que a questão semântica é uma questão aberta porque é uma questão filosófica; e também L. Hjelmslev para quem a questão semântica é uma questão antropológica.

[11] Não seria preciso, mas não custa acentuar, aqui, que a noção de "condições de produção", presente em todos os recortes que fiz do texto da AAD69, sustenta-se como noção fundadora da Análise de Discurso, ligada à noção de "processo de produção" do discurso. A tentativa de evitar estas noções é a de não se vincular ao materialismo histórico.

[12] Penso que, neste caso, a Semântica Discursiva se realiza com a Análise de Discurso proposta por ele e desenvolvida por diferentes modelos de análise, como se desenvolveu no Brasil. Tomo, como exemplo, os trabalhos analíticos em que se dá consequência à definição da Teoria do Discurso como determinação histórica dos processos de significação, e, metodologicamente, com a produção de procedimentos analíticos a partir da distinção do dispositivo teórico e dispositivo analítico da interpretação, que faço (ORLANDI, 1996), e o trabalho de análise com a noção de formação discursiva e interdiscurso.

[13] Veja-se que já fazemos um deslocamento: não perguntamos se a Análise de Discurso é possível, pois já a praticamos desde os anos 70 do século XX, tendo produzido desenvolvimentos importantes, sobretudo no Brasil. O que nos fica é a questão se a Semântica Discursiva é modelizável, tal como a Semântica Linguística seria.

[14] Não estamos, aqui, ignorando a possibilidade de a análise de discurso trabalhar com outras linguagens que não a verbal. Tomamos apenas o que diz Pêcheux quando fala da questão da análise face ao discurso. Neste caso, ele toma a língua como material de base face aos processos discursivos. Condição de desenvolvimento das discursividades.

[15] Pelo menos nesta época.

[16] Do mesmo modo, com a noção de interdiscurso, são elencados procedimentos para se considerar, na análise, a questão da repetição e do deslocamento.

[17] Lembremos que outra ruptura também é objeto da proposta feita por Pêcheux, no caso das Ciências Humanas e Sociais: a da continuidade existente entre a ideologia e as ciências constituídas nesta região.

[18] Em uma passagem do *Vérités de la Palice* (1975) – traduzido e publicado no Brasil como "Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio", em 1988 – Pêcheux diz que a fala "não é o conceito de um elemento contraditório dialeticamente ligado ao conceito de língua, mas um tipo de anti-conceito, um puro excipiente ideológico que vem "completar", por sua evidência, o conceito de língua, logo um tapa-buraco, um remendo que oculta a "lacuna" aberta pela definição científica de língua como sistematicidade em funcionamento", e que, como ele diz, é um "excipiente ideológico" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 245), que sutura. Para sair desta armadilha teórica, o autor mobiliza a noção de "exterioridade" (condições de produção, que, como a penso, inclui sujeito, situação e memória discursiva) e a de ideologia. Ao fazer esta crítica à noção de fala, M. Pêcheux não atribui um "erro" a Saussure, mas como ele diz, "sua falha constitutiva, o lugar central em que o pensamento saussuriano transborda e é recoberto

pelo impensado, de que tinha se separado" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 245). Esta é uma contradição de que vive a Linguística desde Saussure, entre a existência e o uso da língua.

[19] Distinta do que é em M. Foucault.

[20] Ou outra teoria qualquer.

[21] O meu interesse pela polissemia me levou a receber muitas críticas dos linguistas que me diziam que esta não era uma questão linguística, mas da literatura.

[22] Vou propor mais tarde a noção de texto, redefinida, como unidade de análise em relação à situação. Não é, em minha definição, nem uma unidade "linguística", nem é fechada.

[23] Resta acrescentar que, a partir da crítica à Linguística saussuriana (oposição língua/fala; sociedade/indivíduo) desenvolvi a proposta de uma teoria do sujeito em que trago para a análise a relação entre a forma-sujeito histórica (de Pêcheux) e o que chamo de processo de individuação do sujeito pelo Estado (instituições e discursos), que resulta na constituição do indivíduo sócio-político, distinto do indivíduo biopsíquico, que, segundo Pêcheux (1975), precederia a interpelação do indivíduo em sujeito. Com isto pude ir além da oposição indivíduo-sociedade, trazendo a simbolização do político para a constituição mesma do sujeito individuado pelo Estado, uma vez constituída a forma-histórica sujeito pela interpelação ideológica.

[24] Estes meus adquiridos, mais a leitura exaustiva de análises de discurso que ia encontrando em diferentes bibliografias, me preparavam para praticar o método e os procedimentos analíticos face a teoria do discurso e a caracterização já feita de seu objeto: o discurso. Com estes elementos, dei muitas aulas e orientei muitos mestrandos e mesmo doutorandos, que iam aprendendo, na relação com os materiais que escolhiam para a análise, que tinham de enfrentar o ineditismo de seu objeto de análise e encontrar procedimentos adequados, relacionando teoria e análise o tempo todo. E assim foi se constituindo, a partir de minhas aulas e orientações, um conjunto de analistas de discurso em sua práxis analítica. Que se desenvolveram e se tornaram independentes em suas propostas de análise a partir desta práxis. A pergunta recorrente, quando chegavam a mim era: tem alguma análise já feita que pode me servir de base? E a resposta era, invariavelmente: não; você tem de ler muita teoria, considerar os conceitos fundamentais para sua análise e encontrar procedimentos analíticos que se inscrevam no método de análise de discurso. Noções como formação discursiva, interdiscurso, recorte, etc, orientavam no estabelecimento do método de análise. A partir de certo momento desenvolvi a relação entre dispositivo analítico e dispositivo teórico da interpretação, o que tornou mais explícitos certos procedimentos de análise e mais posto o método.

[25] Posso dizer que, ao contrário, eu temia o excesso de modelização e os magros resultados obtidos na Linguística. Onde ficavam os sujeitos e o mundo, se não fosse in vitro?

[26] Insisto em afirmar como foi importante, na minha formação, a noção de estrutura, que me ensinou a passar ao largo do "conteudismo" ou da separação entre forma e conteúdo, quando elaborei, impulsionada pela análise de discurso, outros sentidos para a noção de "forma material" (presente em L. Hjemslev).

AAD-69 - O MARCO HISTÓRICO DE UM DISCURSO FUNDADOR

Freda Indursky*
UFRGS

Resumo: *No ano em que a Análise Automática do Discurso, de Michel Pêcheux, completa cinquenta anos, foi de fundamental importância examinar o modo como o autor produziu essa obra fundadora que estabeleceu um novo objeto de análise no campo dos Estudos da Linguagem. Este artigo vai acompanhar o duplo movimento teórico empreendido por Pêcheux: por um lado, demarcar seu objeto dos demais objetos que compõem a área e, por outro, formular e teorizar o novo objeto de análise - o discurso.*

Abstract: *On the year the work Automatic Discourse Analysis (1969) by Michel Pêcheux completes fifty years, it is of utmost importance to examine the way the author produced this foundational text that established a new object of analysis in the field of Language Studies. This article will follow the double theoretical movement conceived by Pêcheux: on the one hand, to establish the demarcation line of his object in relation to the other objects that comprise the field and, on the other, to formulate and theorize the new object – discourse.*

É o ponto de vista que cria o objeto.
Ferdinand de Saussure, 1916
É impossível analisar um discurso como um texto,
isto é, como uma sequência linguística
fechada sobre si mesma.
[...]
Discurso é efeito de sentido entre interlocutores.
Michel Pêcheux, 1969.

1. O cenário intelectual dos anos 60, na França

Era o ano de 1969. Ano em que veio a público o livro *Análise automática do discurso* de Michel Pêcheux, o qual se constituiu em um

marco histórico, pois agitou profundamente os saberes inscritos na área dos Estudos Linguísticos, o chamado núcleo duro dessa área, dedicado ao estudo da língua *stricto sensu*, isto é, uma língua dotada de homogeneidade. Por conseguinte, é preciso fazer trabalhar o que significou essa agitação nas redes de memória desse campo de conhecimento.

Por outro lado, e contrapondo-se ao núcleo duro, havia igualmente o campo dos *Estudos da Linguagem*, compartilhado por vertentes teóricas bastante diversificadas entre si, tais como Teoria da Enunciação, Pragmática, Linguística Textual, Semiótica, Sociolinguística, *etc*. Áreas que se dedicam a estudar a *linguagem*, mas que são bastante diferentes entre si, em função de seus pressupostos teóricos, seus objetos de estudo e suas concepções de língua. Por conseguinte, este campo de conhecimento, embora trabalhe com a linguagem, não compartilha um conjunto uniforme de princípios nem de procedimentos. Ao contrário, trata-se de um campo fortemente heterogêneo, no interior do qual não se recorta um objeto único, mas vários objetos não-coincidentes, embora todos reivindiquem a língua como objeto de análise de seu interesse. Esse campo tem em comum o fato de reconhecer que a homogeneidade da língua é uma ficção e, por conseguinte, aceitar o risco de desafiar o estatuto de sua cientificidade ao ultrapassar os estritos limites da língua tal como formulada por Saussure. Trata-se de um campo heterogêneo por excelência. E é nele que a Análise do Discurso viria a se integrar.

Acrescente-se a esse cenário específico, o fato de que os anos 60 foram um período de efervescência teórica extraordinária no campo das Ciências Sociais e Humanas, com grande produção em Filosofia, Psicanálise, Linguística, Marxismo, Sociologia, Ciências Políticas, *etc*.

Foi nesse caldeirão de cultura que o teórico e militante Michel Pêcheux foi formado e sua obra inaugural, a AAD-69, veio à luz, produzindo muita perturbação nesses dois núcleos dedicados à reflexão linguística.

2. A conjuntura política dos anos 60, na França

Paralelamente ao cenário intelectual, faz-se necessário observar a conjuntura em que a ADD-69 foi publicada, pois este livro fundador veio a público no contexto sócio-histórico e político da década de 60, na França, um ano após as agitações político-culturais de Maio de 1968.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Ou seja, sua produção - reflexão e escrita - deu-se no contexto político francês dos anos 60, marcados pelas agitações universitárias e sindicais que culminaram com as Jornadas de Maio de 1968. Aquelas manifestações refletiram os intensos debates em torno do Governo de Charles de Gaulle. Na política externa, a França enfrentou a Guerra da Argélia, que culminou com a Independência daquela colônia e dividiu profundamente os franceses, dentro e fora da França. Na política interna, a França vivia uma forte efervescência no âmbito das esquerdas que queriam mais liberdades: *Il est interdit d´interdire* foi uma das principais palavras de ordem ditas em manifestações, panfletadas e pichadas pelos muros de Paris.

Imerso nesse contexto histórico, político e teórico, Pêcheux produziu sua tese, sob a orientação de Louis Althusser, a qual, posteriormente, foi publicada com o título de *Análise Automática do Discurso,* também conhecida como *AAD-69*, marco teórico que sinaliza o surgimento de um *novo objeto de estudo* - o *discurso*.

Diria, pois, que a ADD-69 foi, por um lado, uma reação teórico-política à conjuntura daqueles anos e uma resposta à Linguística hegemônica estabelecida e tomada como modelo pelas Ciências Humanas e Sociais, por outro lado.

3. Um mergulho na AAD-69: a construção de um novo objeto

Antes de iniciar a leitura, alguns esclarecimentos se impõem:

1. Não vou fazer uma leitura linear da AAD-69 nem, tampouco, examiná-la em sua totalidade. Minha leitura vai incidir sobre a primeira parte desse livro, com o propósito de acompanhar as ideias e leituras mobilizadas por Pêcheux para realizar o trabalho teórico de demarcação de seu objeto, ainda por formular, dos demais objetos já instituídos e reconhecidos nos campos dos estudos linguísticos e da linguagem, por um lado, e, por outro, observar o trabalho teórico empreendido para formular o novo objeto objeto - o *discurso*;

2. em função de meu objetivo, não vou trabalhar com a segunda parte de AAD-69, dedicada à apresentação do dispositivo, ainda provisório, de *análise automática do discurso*;

3. vou trabalhar com a AAD-69 a partir da primeira edição da tradução brasileira, publicada no livro organizado por Gadet e Hak *Por uma análise automática do discurso,* de 1990. Em função disso, não vou datar as citações, pois todas foram extraídas da mesma edição.

O que me move neste trabalho é, pois, a observação do duplo movimento teórico de Pêcheux, tal como explicitado mais acima.

3.1. Dos resíduos saussurianos ao esboço de um novo objeto

Antes de iniciar, cabe um esclarecimento: não vou fazer uma leitura do *Curso* de Saussure, mas acompanhar a leitura que dele foi feita por Pêcheux. Em função disso, as citações saussurianas serão aquelas feitas por Pêcheux e referenciadas a partir de suas ocorrências em AAD-69.

Chama a atenção de imediato o modo como Pêcheux inicia a AAD-69, pois, já na segunda linha da primeira página (p.61), o autor refere-se ao *Curso de Linguística Geral*. Tal fato determinou meu primeiro *ponto de observação*: acompanhar a leitura que Pêcheux produziu em torno das noções formuladas por Ferdinand de Saussure nessa obra.

Em 1916, 53 anos antes da publicação de AAD-69, outro livro fundador vinha a público: o *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure[1]. E, com ele, surgia o estabelecimento de um objeto teórico e científico para o núcleo duro da linguística: a *língua.* Por conseguinte, esse livro constituiu um marco teórico que viria separar os estudos linguísticos em antes e depois de Saussure.

Portanto, se este livro representou um marco teórico-fundador para a Linguística e o estabelecimento de seu objeto cientifico de estudo, nada mais natural, necessário mesmo, que Pêcheux se voltasse para essa obra para examinar algumas das noções que nela foram formuladas e, sobretudo, para refletir sobre as implicações teóricas que delas adviriam.

Por outro lado, é importante deixar claro que a preocupação teórica de Pêcheux era o *discurso* e não as categorias saussurianas, porém, para esboçar as propriedades teóricas do objeto *discurso*, necessitava passar pelas noções de *langue e parole*, ou, como as conhecemos em português, *língua e fala*. Foi sobre esse par opositivo que Pêcheux se debruçou inicialmente e este é o *primeiro fio teórico* que vou acompanhar, a seguir, em minha leitura da AAD-69.

A *PARTE I* da AAD-69 abre-se com o título *Análise de conteúdo e teoria do discurso* (p.61). Por conseguinte, pode-se supor que o autor vai comparar os princípios e procedimentos de ambas. No entanto, se, por um lado, já havia uma metodologia conhecida como Análise de Conteúdo, bastante utilizada para analisar textos das áreas de Ciências Humanas e Sociais, por outro lado, ainda não tinha sido formulada uma

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

teoria da Análise do Discurso. Isso permite depreender, então, que essa seção vai contrastar o modo de funcionamento da análise de conteúdo para demarcá-la da teoria que o autor está vislumbrando formular. E, efetivamente, a seguir, são apresentadas várias abordagens teóricas da categoria *texto*.

Esse modo de dar início a sua reflexão dá a ver, desde o princípio e em primeiro lugar, que o objeto que está em seu horizonte possui em comum com a categoria *texto* sua *dimensão*, superior a da frase e, em segundo lugar, que esse objeto não se confunde com o que se entendia por texto nem com os métodos da análise de conteúdo.

E, já na segunda página, Pêcheux apresenta uma síntese de parte da reflexão dispersa ao longo do *Curso* sobre um ponto extremamente fundamental, decorrente da passagem da noção de *função* para a de *funcionamento*:

> a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um *sistema*, deixa de ser compreendida como tendo *a função de exprimir sentido;* ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o *funcionamento* (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.62). (Destaques do autor).

Como se vê, Pêcheux enfoca, desde o início, uma questão que é imprescindível para a teorização do objeto *discurso* que está começando a esboçar: o *sentido*. Assim procedendo, aponta igualmente que a teoria que pretende formular deve levar em conta o *sentido* e não o *conteúdo*.

Pode-se, neste ponto, fazer um *primeiro levantamento das propriedades do objeto* que está no horizonte teórico de Pêcheux: assemelha-se ao texto por sua extensão. E, ao indicar que a língua como sistema deixa de exprimir sentido, aponta duas outras propriedades que vão reter igualmente sua atenção - esse objeto se constitui linguisticamente e produz sentido.

Mais adiante, neste mesmo segundo parágrafo situado à p. 62, Pêcheux enumera algumas formulações saussurianas que serão importantes para contrastar o objeto da Linguística - a *língua* - com o objeto da Análise do Discurso que está sendo delineado:

> o que funciona é a *língua*, isto é, um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições [...] cujos mecanismos

> são de dimensão inferior ao texto (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.62). (Os destaques são do autor).

Assim, se a língua saussuriana produz combinações linguísticas de dimensão inferior ao texto, pode-se inferir igualmente que essa concepção de *língua* não será capaz de produzir texto nem, tampouco, *discurso*. Eis aí mais um traço do novo objeto: o *discurso* possui dimensão superior à frase e é tecido com a *língua*, a qual se distingue daquela que é objeto de estudo da Linguística.

Ainda neste mesmo parágrafo, Pêcheux continua sua leitura do *Curso* com base nas formulações saussurianas que seguem: "Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1. o que é social do que é individual; 2. o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental" (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.62). Donde, conclui Pêcheux, "*A língua, como objeto da ciência, se opõe à fala, como resíduo não-científico da análise*" (*id.ibid*.). (Os destaques são meus).

Saussure, ao delimitar a noção de *língua*, separa a *língu*a da *fala* e, com esta separação, acaba por dela retirar também o *sujeito*, pois em sua concepção sistêmica de língua não há lugar para o sujeito e sua atividade linguageira. Assim, o sujeito, para Saussure, atua na fala, e, portanto, é exterior ao sistema. Eis aí mais um descarte teórico saussuriano que vai interessar a Pêcheux, pois a produção do discurso e do sentido resultam exatamente do trabalho discursivo do sujeito.

De tudo quanto precede, percebe-se que Pêcheux estava montando seu objeto a partir de uma leitura crítica do corte epistemológico produzido por Saussure e dos argumentos teóricos que sustentaram a "higienização" de seu objeto *língua*. Saussure buscava uma língua asséptica, sem contato com a exterioridade e cuja existência era psíquica. Já Pêcheux visava a um objeto diferente, dotado de materialidade linguística, produzido pelo sujeito sem, entretanto, identificá-lo com a fala saussuriana, como ver-se-á, a seguir.

Assim, o objeto *discurso* pode ser visto, nesse primeiro momento, como *o avesso do objeto concebido por Saussure: superior à frase, é linguisticamente formulado pelo sujeito e produz sentido.* Ou seja, pode-se mesmo dizer que *um é o que o outro não é*, sem querer fazer nenhum trocadilho com a noção de valor saussuriano. Por outro lado, a fala tampouco equivale ao discurso, embora ambas as noções convoquem a atividade do sujeito.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Esse modo de construir o objeto *discurso* foi considerado por muitos linguistas como uma crítica às formulações saussurianas, produzindo muita agitação nas redes discursivas dos estudos linguísticos. De fato, foi uma leitura crítica, entretanto, não se trata de uma crítica pela crítica, mas de uma interlocução teórica destinada a por em relevo a empreitada científica que Saussure realizou e a apurar o custo teórico que o linguista precisou pagar para definir seu objeto. Pêcheux tomou os elementos residuais de Saussure, não com o objetivo de falsificar sua teoria, mas por perceber que estes são essenciais para configurar u*m outro objeto, o discurso*.

Dito ainda de outro modo: Pêcheux recolhe inicialmente o que Saussure descartou e com esses rejeitos produz uma *colagem provisória e bastante vaga ainda*, mas já possível de nela perceber o esboço inicial de seu *objeto*. Por outro lado, é preciso salientar que essa colagem foi apenas *o ponto de partida para evidenciar a necessidade de um novo objeto*, com propriedades distintas. E a noção de *discurso*, uma vez teorizada, não vai se confundir com a colagem provisória configurada acima, como será visto na próxima seção, pois, como afirma Pêcheux em sua Conclusão Provisória da AAD-69,

> *ler um texto científico é referi-lo àquilo de que ele se separa* [...] [pois] a prática da análise precisa da *evidenciação daquilo que [...] produz um descompasso, uma diferença assinalável* [...] em relação a um processo de produção (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.150). (Os destaques são meus).

E foi com *esses descompassos e essas diferenças assinaláveis* que acompanhamos ao longo dessa seção, que Pêcheux demarcou-se do *objeto saussuriano*, a língua, já plenamente estabelecido e aceito no campo dos estudos linguísticos, para dar início à formulação do objeto *discurso.*

3.2. Do esboço ao início de uma teorização

Meu segundo ponto de observação se situa à seção *II - Orientações conceptuais para uma teoria do discurso* (p.69), onde Pêcheux inicia um primeiro gesto de teorização.

Nas páginas iniciais dessa seção, Pêcheux lê alguns teóricos pós-saussurianos dos anos 50-60. Aí situa-se o *segundo fio teórico* que vou

destacar e acompanhar. Trata-se de uma passagem do texto *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*[2] de Jakobson, o qual também será citado a partir da leitura feita por Pêcheux.

É interessante examinar a reflexão desse linguista, pois ele não acompanhou plenamente o pensamento saussuriano, o que é absolutamente compreensível, dado que o texto em questão foi publicado 40 anos após o *Curso.* Ou seja, Jakobson nesse intervalo de tempo certamente leu outros autores como Bakhtin e Benveniste, por exemplo, o que explica que seu entendimento não coincida totalmente com o de Saussure. Enquanto as combinações saussurianas tinham como limite a frase, Jakobson acompanha e concorda com os postulados do *Curso*. Entretanto, a partir do momento em que esse linguista passa a refletir sobre "*a combinação das frases em enunciados*" (JAKOBSON, *apud* PÊCHEUX, 1990 [1969], p.72), ele demarca seu pensamento em relação ao de Saussure, apontando que, nesse estágio, "*a ação das regras coercitivas da sintaxe pára e a liberdade do locutor aumenta substancialmente*" (*id.ibid*.).

Jakobson refere-se claramente a *extensões que ultrapassam a frase* e passa a designá-las de *enunciados* e, ao mesmo tempo, aponta que eles são o resultado da *atividade de um locutor.* Assim, reflete sobre *a língua posta em uso por um locutor* que, ao produzir seus enunciados, goza de uma *liberdade que escapa às regras coercitivas da sintaxe*.

No meu entendimento, porém, é a partir das páginas 74-75 que Pêcheux começa a se descolar tanto de Saussure, deixando de esboçar seu objeto como o avesso do objeto saussuriano, quanto dos linguistas pós-saussurianos, e principia um primeiro gesto de teorização de seu objeto, o *discurso*. É o que se pode constatar a partir da citação que segue:

> Propomos designar por meio do termo *processo de produção* o conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso dado em "circunstâncias" dadas.
> Resulta do que precede que o estudo dos processos discursivos supõe duas ordens de pesquisas:
> - o estudo das variações específicas (semânticas, retóricas e pragmáticas) ligadas aos processos de produção particulares considerados sobre o "fundo invariante" da língua (essencialmente a sintaxe como fonte de coerções universais).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> - O estudo da ligação entre as "circunstâncias" de um discurso - que chamaremos daqui em diante de suas *condições de produção* - e seu processo de produção [...] (Pêcheux, 1990 [1969] , p. 74-5). (Os destaques são do autor).

Nessa longa citação, ao introduzir a noção de *processo discursivo*, percebe-se a presença de saberes alheios ao campo linguístico. Trata-se de um objeto produzido linguisticamente e, por conseguinte, afetado pelas regras coercitivas da sintaxe, como diria Jakobson, mas, ao mesmo tempo, essas regras não são plenamente coercitivas, pois esse objeto é afetado pelas *condições de produção*. Ou seja: ao introduzir as *condições de produção*, Pêcheux desprende-se de Saussure e dos demais linguistas pós-saussurianos, indo além.

É verdade que *processo de produção, processo discursivo* e *condições de produção* ainda carecem de uma teorização mais aprofundada, mas essas noções, ao serem mobilizadas, dão uma *feição própria* ao objeto *discurso*[3].

A noção de *processo discursivo* é fundamental para sinalizar que não há superposição com a categoria *texto*, nem tampouco se confunde com o que Jakobson referiu ao mencionar "a combinação das frases em enunciados". A noção de *processo* explicita a *especificidade do discurso*: trata-se de um *processo* que não se caracteriza pela finitude, bem ao contrário. Tampouco se assemelha com a noção saussuriana de fala (à qual o sujeito foi relegado por Saussure). Ao mesmo tempo, ao mobilizar o *processo de produção*, Pêcheux deixa implícita a presença da *atividade linguageira do sujeito*, responsável pela *produção discursiva*. Por fim, a noção de *condições de produção* aponta que o *processo de produção* não se limita ao linguístico, pois a ele estarão relacionadas as *circunstâncias* daquela produção, isto é, o *contexto* em que essa produção foi realizada. Um *processo discursivo*, ou seja, um *discurso*, nas palavras de Pêcheux,

> é tomado [...] como uma *parte de um mecanismo em funcionamento*, isto é, como *pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais nem globalmente universais*, mas que derivam da estrutura de uma *ideologia política*, correspondendo, pois, a um certo *lugar* no interior de uma *formação social dada*.

> Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas* (PÊCHEUX, 1990 [1969] ,p. 76-7). (Destaques são meus).

Se o *processo discursivo* não se inscreve nem em *normas individuais* nem em *normas universais*, podemos inferir que as normas que o afetam são *específicas* e essa *especificidade deriva de uma ideologia política*, retomando as palavras de Pêcheux, que decorre de um determinado *lugar inscrito em uma formação social dada.*

Como pode-se perceber, entram explicitamente postas as noções de *ideologia*, de *lugar* e de *formação social*, mesmo que não teorizadas. Ou seja, questões provenientes do campo do materialismo histórico passam a ser mobilizadas para a formulação teórica do objeto *discurso.* E são essas propriedades que determinarão esse novo objeto. Dito de outra forma: o objeto *discurso* sofre coerções, não apenas as provenientes da sintaxe, mas aquelas decorrentes do enquadramento teórico que acaba de ser exposto. E um pouco adiante, Pêcheux explicita essa questão:

> *Fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento*, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos "condições de produção" do discurso (PÊCHEUX, 1990 [1969] , p.78). (Destaques são do autor).

Ou, como a epígrafe deste trabalho já sinalizava:

> É impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesmo, mas é necessário *referi-lo ao conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.79).

Vale dizer: um discurso não tem início nele mesmo, mas se refere/dialoga/polemiza com discursos já produzidos e aponta para um

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

possível futuro *processo discursivo* e suas *relações de sentido*. E mais: se um discurso é produzido a partir de uma *ideologia política*, ele reflete uma "relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado" (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.77).

Nessas formulações, percebe-se que, para teorizar seu objeto, Pêcheux procede a uma *mudança de terreno*, de tal sorte que o objeto *discurso* situa-se num enquadramento teórico que mobiliza saberes ressignificados da linguística e os associa a saberes provenientes do materialismo histórico. Esse novo objeto foi forjado no *entremeio* (ORLANDI, 1996, p. 23) desses dois campos de conhecimento. É essa relação que torna o objeto *discurso* não inteiramente linguístico, pois envolve também noções que são alheias à linguística. De modo que, para alcançar o *funcionamento discursivo*, é preciso passar inicialmente pela *materialidade linguística do discurso*.

Essa *mudança de terreno* constituiu mais um ponto nodal em torno do qual houve muita discussão. A resistência à mobilização de saberes do materialismo histórico foi muito intensa e provocou muita polêmica.

A seguir, minha leitura me conduziu à p.81, onde encontra-se meu *próximo ponto de observação*. Nele, Pêcheux vai retomar dois outros elementos que entraram em seu esboço inicial: *sujeito e sentido*. Para tanto, retorna a Jakobson e a seu *esquema informacional*[4], formulado por Jakobson no texto *Linguística e poética*, de 1960, 44 anos após a publicação do *Curso*.

Entendo este *esquema informacional* como uma reteorização do *circuito da fala* proposto por Saussure, a partir do qual Jakobson demarca com clareza seu pensamento do de Saussure. Já Pêcheux, por sua vez, vai reler Jakobson em busca dos "protagonistas do discurso" e, para tanto, vai promover outros deslocamentos.

O que vai me interessar nesse novo *fio teórico* é a releitura feita por Pêcheux, ao cabo da qual promoveu reteorizações essenciais para a formulação das noções de *sujeito*, *sentido* e *discurso*, descoladas, agora, tanto de Saussure quanto de Jakobson.

Não vou me ocupar da íntegra desse esquema informacional. Dele interessa-me inicialmente a releitura que Pêcheux produziu para *remetente* e *destinatário*, renomeando-os respectivamente *A* e *B* e, logo a seguir, a releitura da noção de *mensagem*.

Inicio com os interlocutores. Ao substituir o par *remetente e destinatário* por *A* e *B*, Pêcheux elimina qualquer identificação com

possíveis características de um sujeito individual e empírico. Ou seja: o *indivíduo empírico sai de cena* e, em seu lugar, entra o *lugar social*, pois o que interessa a Pêcheux é o fato de que "*A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social*" (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.82). Trata-se de um deslocamento teórico fundamental, pois *A* e *B* designam *lugares historicamente determinados, situados na estrutura social, não guardando nenhuma semelhança com os locutores de Jakobson.*

Dito de outra forma: essa reformulação *desloca a inter-relação empírica de pessoa a pessoa para a inter-relação entre diferentes lugares sociais existentes em uma formação social dada*, isto é, estabelece "relações entre as forças produtivas e as relações de produção" (INDURSKY, 2014, p.114) e é com esses lugares que os interlocutores discursivos se identificam e, a partir deles, se inter-relacionam.

Embora Pêcheux não esteja trazendo a noção de ideologia para refletir sobre os lugares *A* e *B*, esses lugares são apresentados como historicamente determinados e assim marcam o posicionamento teórico de Pêcheux, o qual vai distanciá-lo das teorias da enunciação e das teorias linguísticas de comunicação.

Este deslocamento colocou Pêcheux em condições de dar início a uma reflexão teórica sobre o *sujeito da análise do discurso*, o qual não se confunde nem com o indivíduo empírico da *fala saussuriana*, nem com o sujeito da enunciação de Benveniste, nem tampouco com o remetente e o destinatário de Jakobson. Reflexão essa aqui esboçada, foi desenvolvida a partir de seus trabalhos seguintes.

Em trabalho anterior (INDURSKY, 2014), tratando dessa reescrita do esquema informacional de Jakobson, sustento que essa *substituição do indivíduo pelo lugar social* tem sido tomada como *sintoma da morte do sujeito* por alguns linguistas, críticos da Análise do Discurso. Essa crítica, entretanto, não procede e decorre de uma má interpretação. Senão vejamos: o indivíduo está lá, mas o que interessa a Pêcheux *não é o indivíduo empírico*, mas o *lugar social com o qual esse indivíduo se identifica e através do qual se constitui em sujeito de seu discurso*. Caso contrário, voltaria a ser o indivíduo do qual Saussure se desvencilhou.

A seguir, Pêcheux toma a noção de *mensagem*, mas *não assume* uma concepção de língua que suporte *operações de codificação/decodificação de mensagens* que o *remetente envia ao*

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

destinatário. Em função disso, substitui *mensagem* por *discurso* (PÊCHEUX, 1990 [1969], p.82.), esclarecendo que "*não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas, de modo mais geral, de ´efeito de sentidos` entre os pontos A e B*" (PÊCHEUX, *id.ibid*.).

Nesse passo, não só a noção de *discurso* é inserida na reflexão como também a de *efeito de sentidos* entre *A* e *B*. Ou seja: Pêcheux traz mais uma formulação para o que entende por *discurso* e, ao mesmo tempo, retoma a noção de *sentido*, recuperada entre os elementos descartados por Saussure, e a reteoriza. Não é mais possível pensar em transmissão de informação, pois isso conduz a uma concepção de sentido prévio, estabilizado, sem ambiguidade. No novo enquadramento teórico, *não se trata* do envio de uma mensagem, mas de *efeito de sentidos trocados entre A e B*.

Dito diferentemente: entre esses *lugares sociais há um intervalo que vai além do espaço físico*. Ou seja: *A* e *B* são lugares que não implicam a presença física dos interlocutores que com eles se identificam. Mas não só. Esse intervalo é marcado pela *ideologia política* a que se referiu Pêcheux, a qual pode determinar *efeito de sentidos não-coincidentes*. Nada garante, pois, que o *efeito de sentido* produzido pelo sujeito situado em *A*, vai produzir o mesmo *efeito de sentido* ao chegar ao lugar social *B*. E isso em função de que os sentidos não existem a priori, nem, tampouco, a língua é transparente. Vale dizer que *o discurso produz relações de sentido*, mas não garante nem transparência, nem transmissão fidedigna de sentido. A relação entre *A* e *B* é tão somente da ordem de *efeitos de sentido*. E Pêcheux acrescenta mais um elemento que vai intervir nessas trocas entre *A* e *B*:

> o que funciona nos processos é *uma série de formações imaginárias* que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (Pêcheux, 1990 [1969], p. 82). (O destaque é meu).

Mais adiante, Pêcheux esclarece que essas *formações imaginárias* decorrem "de processos discursivos anteriores (provenientes de outras condições de produção)" os quais estão na origem de "'tomadas de posição' que asseguram a possibilidade do processo discursivo em

foco". De modo que *tais formações imaginárias "são sempre atravessadas pelo 'já ouvido' e o 'já dito'* através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas" (PECHEUX, 1990 [1969], p.85). (O destaque é meu).

Como pode-se ver, há na formulação de *formações imaginárias* o embrião de várias noções que seriam desenvolvidas teoricamente em *Semântica e Discurso*. Dentre elas, destaco *tomadas de posição do sujeito, pré-construído, interdiscurso, inconsciente.* Aqui, elas entram de forma ainda muito intuitiva. Faltava o trabalho de teorização.

Da mesma forma, o *referente* de que trata o discurso trocado entre os lugares sociais *A* e *B* também é atravessado pelas formações imaginárias, constituindo-se em um "*objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito)* e não a realidade física", acrescenta Pêcheux (1990 [1969], p.83).

As *formações imaginárias* são, pois, igualmente constitutivas das *condições de produção* do discurso e vão intervir fortemente na produção dos *efeitos de sentidos* trocados entre *A* e *B.* Dito de outra forma: tais formações imaginárias, ao atravessarem o discurso, acabam por *refletir as relações de força que se manifestam através das relações de sentido.*

As *formações imaginárias* também constituíram um ponto nodal em torno do qual muitas criticas foram tecidas e reformulações foram feitas nos textos que se seguiram. Entretanto, as *condições de produção,* com todos os demais elementos que elas convocam, continuam sendo mobilizadas por muitos analistas de discurso.

4. Enfim...

Pêcheux, como vimos ao longo deste artigo, resgatou elementos descartados por Saussure e os reteorizou, dando-lhes uma feição adequada ao objeto proposto, de modo que se pode depreender desse trabalho teórico que:

1. no que tange ao *sujeito do discurso*, não se trata de indivíduos concretos, mas de *lugares inscritos na estrutura social* a partir dos quais os sujeitos se identificam e formulam seu discurso. E esse sujeito não se confunde com o sujeito da fala, nem com o sujeito da enunciação;

2. *discurso* não se confunde com *texto* por ser um *processo discursivo*, sem finitude. Tampouco se superpõe à fala nem equivale a uma mensagem trocada entre indivíduos;

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

3. a troca entre *A* e *B* não consiste na transmissão de *um sentido*, mas na produção de *efeito de sentidos* entre esses lugares da formação social, pois nada garante que a interpretação feita em *A* seja idêntica à interpretação produzida em *B*, pois trata-se de lugares determinados historicamente e situados em uma formação social dada. O *discurso é efeito de sentidos entre os lugares sociais A e B;*

4. o discurso é tecido pela língua, mas não é um objeto inteiramente linguístico, pois também sofre determinações provenientes de suas *condições de produção*, ou seja, a exterioridade é constitutiva desse novo objeto de análise.

Assim, com essas reformulações e teorizações, Pêcheux concebeu um novo objeto, o *discurso*. Com a AAD-69, buscou lançar as bases de uma *teoria materialista do discurso e do sujeito*.

O caminho que empreendi ao longo desse artigo visou a observar o percurso trilhado por Pêcheux nesse livro inaugural. No meu ponto de vista, a AAD-69 não formulou uma Teoria da Análise do Discurso, pelo menos não um quadro teórico completo. Muito ainda restava por elaborar e muito haveria ainda de ser retomado e reformulado, posteriormente. Mas entendo que *o trabalho fundamental realizado nessa obra consistiu essencialmente em configurar um novo objeto*, o *discurso*. É aí que reside o *valor substantivo* dessa obra: ao conceber esse novo objeto, a AAD-69 se constituiu em um *discurso fundador*. E o trabalho de formulação/reformulação/teorização da *teoria materialista da análise do discurso e do sujeito* seria feito sobretudo em seu próximo livro, *Semântica e Discurso*[5].

Antes, porém, de colocar um ponto final no presente artigo, lanço um breve olhar ao estado atual da arte, no que se refere ao objeto *discurso* nos dois lados do Atlântico.

A *mudança de terreno* que sinalizei anteriormente constituiu, como disse, o ponto mais polêmico em torno do novo objeto. Mais especificamente: a resistência se constituiu em torno da mobilização de saberes do materialismo histórico. Ela foi muito intensa e provocou muita discussão.

Posteriormente, com o desaparecimento de Michel Pêcheux, em 1983, o objeto *discurso* sofreu transformações radicais que o higienizaram de suas relações "espúrias" com o campo do materialismo histórico e, por conseguinte, com a ideologia, e, dessa forma, o domesticaram. Em nossos dias, na França, fala-se em *discurso*, mas

esse objeto está naturalizado e pertence a um quadro teórico bem diverso daquele em que foi concebido, em 1969.

Já do lado de cá do Atlântico, a referida mudança de terreno inicialmente provocou forte rejeição por parte dos linguistas. Entretanto, o objeto *discurso* resistiu bravamente às investidas e permanece com *praticamente* todas as propriedades essenciais com que foi inicialmente idealizado. Digo praticamente, porque, hoje, no Brasil, no âmbito da teoria da Análise do Discurso, o *objeto discurso* remete a uma materialidade *que pode ser linguística*, mas não obrigatoriamente, pois o *discurso* pode se manifestar através de outras formas materiais.

Por outro lado, diria que esse *objeto* e suas propriedades convivem muito bem ao lado dos demais objetos que constituem o campo dos Estudos da Linguagem. E a Análise do Discurso, hoje, no Brasil, apresenta uma trajetória pujante e uma produção teórica forte e consistente.

Referências Bibliográficas

INDURSKY, F. (2014). "A interlocução discursiva urbana". In: TFOUNI, L.V.; MARTHA, D. J. B. (Orgs.) *O (in)esperado de Jakobson.* Campinas: Mercado de Letras. p.107-131.

JAKOBSON, R. ([1960]1969). *Linguística e comunicação.* Trad.: Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

ORLANDI, E.P. (1996). *Interpretação*; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes.

PÊCHEUX, M. ([1969] 1990). "Análise automática do discurso (AAD-69)". Trad.: Eni P. Orlandi. In: GADET, F.; HAK. T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso;* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da UNICAMP.

SAUSSURE, F. de. ([1916] 1974). *Curso de linguística geral.* 6.ed. Org.: Charles Bally e Albert Sechehaye. Pref. ed. bras.: Isaac N. Salum. Trad.: Antônio Chelini; Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

Palavras-chave: Objeto de análise, Discurso, Discurso fundador.
Keywords: *Object of analysis, Discourse, Foundational discourse.*

Notas

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

* É licenciada em Letras pela UFRGS (1965). Possui Licence en Lettres - Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Besançon (1967); Maîtrise en Lettres - Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Besançon (1970). Doutora em Ciências da Linguagem pela Universidade Estadual de Campinas (1992). Professora Titular, aposentada, atua, como Professora Convidada, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministrando disciplinas e orientando mestrandos e doutorandos cujos projetos se inscrevam na Linha de Pesquisa Análises Textuais e Discursivas, onde sua pesquisa também está inscrita. Publica em periódicos científicos nacionais e internacionais. Autora e organizadora de vários livros e capítulos de livros.

[1] Este livro é uma obra póstuma, composta a partir das anotações feitas por Saussure para ministrar diferentes cursos de Linguística, por dois de seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye.

[2] *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*, foi publicado originalmente em 1956. No Brasil, foi publicado no Livro *Linguística e Comunicação, em 1960.*

[3] Digo *feição própria* porque essa noção também estava sendo mobilizada por outros linguistas, como Benveniste, por exemplo, sem, entretanto, superpor-se, em função dos saberes provenientes do materialismo histórico que Pêcheux mobilizou em sua formulação.

[4] O texto *Linguística e poética*, de 1960, foi publicado no Brasil, no livro *Linguística e comunicação*. em 1960.

[5] O livro *Les vérités de la Palice*, de 1975, foi publicado no Brasil em 1988, com o título de *Semântica e Discurso*, pela Ed. da Unicamp.

ALGORITMIZAR A LÍNGUA? AUTOMATIZAÇÃO, INFORMATIZAÇÃO, MATERIALISMO DISCURSIVO

Guilherme Adorno*
UNIVÁS

Resumo: *O objetivo deste trabalho é compreender o funcionamento das dificuldades e dos obstáculos decorrentes dos procedimentos automáticos no desenvolvimento da teoria discursiva. Para esta tarefa, o material de análise é composto pelos textos analíticos resultados do projeto da Análise Automática do Discurso (AAD). A pesquisa toma o prisma de investigação da História das Ideias Linguísticas na relação com os princípios da Análise de Discurso, buscando o funcionamento discursivo do material em sua relação com os processos político-ideológicos nas suas formas institucionais, disciplinares e textuais. Na releitura do arquivo disciplinar, cotejando com algumas notas, relatos e contextualizações, são descritos aspectos menos conhecidos sobre a história da AAD, mostrando a força do que é designado neste artigo como um "materialismo discursivo" desenvolvido também pelo seu encontro com a automatização/informatização.*

Abstract: *The objective of this paper is to understand the functioning of difficulties and obstacles from automatic procedures in the development of the discursive theory. For this task, the analysis material is composed by the analytical texts of the Automatic Analysis of Discourse (AAD) project. The research takes the investigative prism of the History of Linguistic Ideas in relation with the principles of Discourse Analysis, seeking the discursive functioning of the material in its relationship with the political-ideological processes in their institutional, disciplinary and textual forms. In the rereading of the disciplinary archive, collating with some notes, reports and contextualizations slight known aspects of the history of AAD are described, showing the strength of what is designated in this paper as a "discursive materialism" developed also by its encounter with automation / informatization.*

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

1. Introdução

Entendo que a leitura como problemática, levando Michel Pêcheux a produzir uma obra fundadora, é uma convocação política: é preciso ousar ler! É justamente a ousadia de ler um certo percurso na Análise de Discurso que me coloco nessa escrita: ler uma história da Análise Automática do Discurso! Uma ousadia porque existem riscos, tomadas de posição e confronto material. Uma ousadia também porque não é uma tradição de leitura no Brasil, talvez até estigmatizada, pouco compreendida e muito julgada. Ainda uma ousadia porque sou interpelado desde meus primeiros passos na Análise de Discurso a ler desse lugar: o garoto da matemática que encontrou o discurso (ainda que, como matemático, poucas vezes tenha me deparado com o saber computacional).

Esta leitura é resultado de uma parte da minha pesquisa de pós-doutorado, realizada no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre 2016 e 2018, sob a supervisão de Suzy Lagazzi, a quem agradeço pela já eterna parceria intelectual cheia de afetos.

De início, explicito que meu interesse pela análise automática não é o de relançar um projeto contemporâneo de informatização na Análise de Discurso (apesar de considerar uma iniciativa desse tipo como legítima), mas trata-se de um interesse epistemológico e político em compreender o embate entre uma teoria materialista e os procedimentos formais. Não irei, portanto, detalhar todos os meandros da proposta de automatização, mas recorrerei a eles na medida em que a análise exigir uma descrição mais específica.

Investigar a história da Análise Automática do Discurso implica na desmontagem de sua sistematicidade, apurando os mecanismos que constroem esse "todo" informático. Minha proposição é, sem desconsiderar os outros constituintes, indagar pelo mecanismo que mais interessa à Linguística: a ligação entre teoria e análise da língua. Tendo em vista, portanto, tanto o trabalho sobre a língua quanto a relação teoria e análise nos procedimentos algorítmicos, formulei, como para a pesquisa de pós-doutorado, o seguinte problema: *Que sentidos de língua são mobilizados na relação entre uma teoria materialista e análises formais nos procedimentos da Análise Automática de Discurso proposta por Michel Pêcheux entre o final dos anos 1960 e início de 1980?*

Para este artigo, a partir dessa ampla pergunta, trago apenas um recorte com o objetivo de *compreender o funcionamento das dificuldades e dos obstáculos decorrentes dos procedimentos automáticos no desenvolvimento da teoria discursiva*, deixando outros aspectos da pergunta para publicações futuras.

Para o embasamento da pesquisa, assumo o prisma de investigação da História das Ideias Linguísticas (HIL) tal como é estudada no Brasil a partir da cooperação com Universidades e Centros de Pesquisa da França, particularmente através do "Laboratoire d'Histoire des Théories Linguistiques", fundado por Sylvain Auroux. Esta área tem apresentado produtivos trabalhos, tanto no Brasil, quanto na França, sobre diferentes processos de disciplinarização e institucionalização nos estudos da linguagem (CHISS; PUECH, 1999; ORLANDI, 2001; ORLANDI; GUIMARÃES, 2002; LAGAZZI-RODRIGUES, 2002; LAGAZZI-RODRIGUES, 2007; FERREIRA, 2013; PFEIFFER, 2014). No Brasil, é patente a relação profícua entre HIL e AD, de modo que seus conceitos também são afetados pela maneira de significar teoricamente o discurso.

O material de estudo é composto por textos analíticos de Michel Pêcheux em que o uso dos procedimentos algorítmicos está explicitado, assim como os textos que trazem, de modo tematizado, formulações teóricas sobre a análise automática, sem perder de vista os textos sobre a teoria do discurso, teoria das ideologias e prática política. A metodologia privilegia o trabalho com os textos analíticos, sendo que os textos teóricos são retomados ao estabelecerem relações intertextuais e/ou interdiscursivas com os textos analíticos.

2. A autoria de um projeto de automatização

Com formação em filosofia na École Normale Supérieur de Paris, Michel Pêcheux encontrou justamente nos departamentos e seminários de Linguística (particularmente com Antoine Culioli e Jean Dubois), uma maneira de trabalhar questões da história e da política, sem cair em uma instrumentação que, para ele, seria "ingênua", "idealista" e "não científica" (MALDIDIER, 2003; MAZIÈRE, 2007; HENRY, 2010). Pêcheux formulou, assim, a Análise Automática do Discurso, projeto desenvolvido em sua tese de doutorado, defendida em 1968 e parcialmente publicada em 1969. O "Automático" é uma referência aos algoritmos que compunham algumas etapas analíticas, mas que ganhou

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

programação utilizável apenas em 1971, com a formulação informática desenvolvida pelo filósofo em parceria com Philippe Duval (LEON, 2010). Em 1975, a revista *Langages* (volume 9, número 37) publicou um texto que revia alguns aspectos abordados em 1969 e já denunciava uma decalagem entre a teoria e a análise (PÊCHEUX e FUCHS, 1975). A partir de 1975, os procedimentos informatizados desenvolvidos até então foram gradativamente se mostrando pouco produtivos, sendo, até o final da década de 1970, parcialmente abandonados por Pêcheux e a equipe por ele formada (PÊCHEUX et al, 2010). No entanto, o fundador da Análise de Discurso não descartou totalmente o projeto de uma possível análise automática e, ainda no início nos anos de 1980, acaba por organizar outra equipe para desenvolver os novos algoritmos da Análise de Discurso (uma parceria que tinha como protagonistas Jean-Marie Marandin, dedicando-se à produção dos algoritmos, e Alain Lecomte, responsável pela relação entre AD e a Matemática, na forma de uma "topologia discursiva") que, apesar do avanço da pesquisa, não ganhou sua forma técnica e aplicável até a morte do autor, em dezembro de 1983 (MAZIÈRE, 2007).

Na França, o trabalho de Pêcheux foi gradativamente desaparecendo a partir da década de 1990 (COURTINE, 2006), diferentemente do modo como os estudos discursivos se realizaram no Brasil, onde o interesse foi crescente, com equipes de pesquisa formadas em diferentes regiões do País (SCHERER *et al*, 2014), merecendo destaque o trabalho de Eni Orlandi, no IEL/UNICAMP, que tanto se empenhou em traduzir a obra de Pêcheux e avançar na discussão da Análise de Discurso. Importantes trabalhos já foram publicados sobre a relação da área com outros autores e disciplinas, como com Foucault, com Althusser e com a Psicanálise, recorrentes nas escritas de dissertações e teses da área. No entanto, apesar da referência sempre presente aos algoritmos informatizados, é quase inexistente trabalhos de ampla circulação que os tomaram como objeto de estudo na *história da AD*. Considerando teoria e análise como uma relação constitutiva, uma especificidade encontrada em parte das teorias linguísticas, sobretudo a partir dos elementos descritivos da língua, decidi explorar a *abordagem discursiva dos procedimentos automáticos* no meu pós-doutoramento.

O fato de os procedimentos informatizados não estarem presentes no modo como a AD é praticada no Brasil é um indício da diferença instituída pelos processos de institucionalização e disciplinarização da

AD. Se tomarmos "a instituição como uma organização discursiva resultante de processos e percursos de institucionalização dos sentidos" (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 12), a compreensão do projeto informático de Pêcheux pode fornecer elementos para o maior entendimento de alguns desdobramentos da AD em território brasileiro, ao mesmo tempo em que pode assinalar as formas como as teorias (linguísticas, sociais e informáticas) da época eram esquadrinhadas nos algoritmos.

Considerei que o foco específico no modo como a língua é mobilizada, teorizada e analisada no projeto de Pêcheux traz subsídios para a reflexão de uma singularidade da Linguística em algumas de suas diferentes áreas. "Na sua incompletude constitutiva, a língua configura um espaço político. E o saber que se constrói sobre ela delimita trajetos, propõe continuidades, silencia percursos" (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11). É o trabalho específico com a língua que deu a Pêcheux os elementos para problematizar os procedimentos formais da análise, como quando se perguntou pela ambiguidade e os riscos da pura representação lógica.

> Quanto à recusa histórica de toda linguagem lógica de representação a priori, parece cada vez mais justificada no domínio da informática em ciências humanas, face ao alargamento previsível da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, importados do domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos (PÊCHEUX, 2011, p. 281).

Apesar de se voltar para um programa bem delimitado que é a Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux, a pesquisa de pós-doutorado obrigatoriamente convocou a área da Linguística em geral, porque o próprio filósofo francês não pretendeu fundar uma outra teoria linguística, mas dialogar com a área por um caminho arenoso, com a dificuldade implicada em virtude da sua diversidade. Gramática Gerativo-Transformacional, Sociolinguística, Linguística Textual, Semântica Formal, Semântica Enunciativa e Pragmática são apenas alguns dos campos de contato estabelecidos por Pêcheux em uma perspectiva crítica. Crítica aqui não significa, no entanto, recusa ou descarte. O trabalho de Noam Chomsky, por exemplo, algumas vezes

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

lido na história da AD como em oposição, incompatível ou uma relação impensável com as propostas de Pêcheux, é constantemente referenciado, de 1969 a 1983 (PÊCHEUX, 1969[1]; 1975; 2011; GADET e PÊCHEUX, 2010), o que mostra a atenção de Pêcheux para a produtividade do autor norte-americano para compreender a materialidade própria da língua através da análise sintática. Não se poderia chegar, por outro lado, à interpretação simplória que relataria uma apropriação da teoria gerativa. Como já afirmei, trata-se de uma relação crítica que implicou um trabalho cuidadoso de Pêcheux e seu grupo. A Gramática Gerativa era "menos o objeto de empréstimos formais, conceptuais ou metodológicos do que a designação de um horizonte teórico estimulante" (GADET *et al*, 2010). No entanto, para este trabalho, trago mais a frente apenas um recorte que coloca em jogo a teoria e o método de um professor de Chomsky: a busca pelas "equivalências" de Harris.

A perspectiva de investigação adotada aqui acompanha os preceitos apontados por Lecourt (1980) ao questionar a unidade, sempre uma fabricação imaginária, das práticas científicas, buscando olhar, para além das referências significadas como evidentes, a historicidade da ciência como um percurso em movimento, não linear e contraditório e, a um só tempo, uma prática demandada pelo efeito de autoria, isto é, pelo efeito de consistência e continuidade do trabalho científico:

> [...] ao atribuir a este conjunto [das práticas científicas] a unidade dum todo, este pressuposto 'desfaz' – anula imaginariamente – a realidade destas práticas, que reside na sua **distinção** – tendo cada uma respectivamente um objeto, uma teoria e protocolos experimentais específicos – e no seu **desenvolvimento desigual** – tendo cada uma a sua história particular. Afirmamos que é a própria realidade destas práticas que é, deste modo, dissimulada, pois não existem fora do sistema que constituem. Ora, este sistema, longe de se desenvolver sob o signo da calma identidade que se lhe pretende conferir, só tem ele próprio realidade pelas diferentes contradições que as disciplinas teóricas, que aí estão representadas, mantêm entre si. É o entrelaçamento destas contradições que dá forma à sua **história** (LECOURT, 1980, p. 11, grifos do autor).

Ao lado da perspectiva epistemológica de Lecourt, o conceito que desenvolvi sobre *composição autoral* (ADORNO de OLIVEIRA, 2015; ADORNO, 2017) sustenta a leitura discursiva dos textos de Michel Pêcheux. Este é um modo de estudar a autoria em suas diferentes práticas, inclusive a científica, colocando em relevo o jogo contraditório que constitui toda textualização. Entendo a composição autoral justamente como a composição equívoca de posições-sujeito e/ou de diferentes materialidades funcionando sob um efeito imaginário de unidades concomitantes de texto e de autor. No caso da autoria científica, esse efeito imaginário de unidade é ainda mais resistente pela força legitimadora, histórica e política, que um *nome de autor* pode ter no interior de uma disciplina, protegida pelas práticas institucionais sedimentadas.

Assim, destaco algumas consequências de uma leitura discursiva que considere os apontamentos anteriores:

1) Como não é trabalhada a intenção do autor como determinante para a produção do sentido, meu gesto tenta deslinearizar a argumentação e explicação teórica de Michel Pêcheux nos textos analisados. E intenção aqui não se confunde com o desejo. Aquilo que move o sujeito não se formula como tal em um projeto (teórico ou político), mas produz efeitos outros.

2) Não trato a temporalidade dos textos em uma progressão evolutiva do pensamento, como, por exemplo, a consideração de que os textos sobre a chamada 3° época da AD são "mais desenvolvidos" que o da chamada 1º época. Não se trata de trabalhar nem com o "mais desenvolvido" e nem a separação estanque entre "épocas".

3) Não considero o arquivo de textos separados em blocos a priori. É pelo dispositivo analítico que regularidades e diferenças podem ser compreendidas na relação com a pergunta, materiais e recortes delimitados.

4) Contradição e equívoco são constitutivos, como em todo discurso. Porém, eles são balizados por esse efeito imaginário de unidade, produzindo certas dominâncias de sentidos e não outras. As forças da unidade e da contradição podem mudar de acordo com as práticas autorais. A contradição discursiva, portanto, se materializa tanto na relação com a conjuntura político-ideológica, quanto com o

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

funcionamento institucional e com efeito (imaginariamente e simbolicamente eficaz ou não) da autoria.

3. Análise Automática do Discurso: muitas histórias, vários arquivos

A pergunta apresentada anteriormente já enuncia um primeiro recorte do estudo: os sentidos de língua nos procedimentos formais da AAD, isto é, nos algoritmos. Como explica Pêcheux (2011, p. 278), o projeto da AAD constituiu um esforço em levar "a linguística moderna a sério". São observadas, por exemplo, quais categorias linguísticas (morfológicas, sintáticas, enunciativas, semânticas e discursivas) são eleitas como entrada para o tratamento algorítmico (palavra-pivô, sinonímia, anáfora, determinação do verbo, paráfrase, metáfora, etc.). Um método aqui mobilizado busca recuperar os princípios e diretrizes de um trabalho discursivo. Esta leitura analítica fornece as regularidades que dizem respeito às circunstâncias em que os estudos sobre a língua são reclamados nos algoritmos. Uma problematização do vínculo entre procedimentos informáticos, leitura e interpretação, um dos focos teorizados na AAD:

> Os procedimentos informatizados visam antes a intervir de maneira regulada sobre o gesto espontâneo ou culto de leitura. Propondo ao olhar leitor recortes heterogêneos do texto a ler, atraindo-o a considerar os níveis opacos à ação de um sujeito (sintaxe, léxico, enunciado), uma Análise de discurso pode mudar a natureza do gesto de leitura: não mais um gesto globalizante no qual a interpretação se confunde com o reconhecimento, mas vários gestos nos quais a interpretação se efetua na tensão. Não se trata de leitura plural na qual um sujeito joga, multiplicando os pontos de vista possíveis para nela melhor reconhecer-se, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despossuído e responsável pelo sentido que ele lê (PÊCHEUX e MARANDIN, 2011, p. 113-114).

Se o objeto analítico é tomado como os sentidos de língua mobilizado pelos algoritmos no projeto da AAD, quais textos selecionar? Como fazer um trabalho de arquivo? De certo modo, esta é uma pesquisa possível hoje devido à disponibilização digital de alguns

textos, antes de circulação restrita e de difícil acesso, tanto no Brasil quanto na França, e também pelo fato de o Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp manter o Fundo Michel Pêcheux, com alguns textos não publicados no Brasil. Ainda existe o amparo de trabalhos que, na história da AD, se indagaram sobre a relação entre teoria e análise, proporcionando uma base de estudos já realizados nos quais são importantes para este meu empreendimento (MAINGUENEAU, 1976; MAINGUENEAU, 1997; MARANDIN, 1979, BONNAFOUS, 1983; LIMA, 1990; COURTINE, 2009).

Esse conjunto de "textos **sobre o** projeto da AAD" aponta para uma falta de acesso a vários "textos **do** projeto da AAD". Ademais, meu próprio gesto é afetado pelo encontro com um outro arquivo: com o Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine (IMEC), próximo a Caen, na França, em 2014, durante meu doutorado-sanduíche. No instituto, tive contato com muitas notas de trabalho, relatórios, projetos de novos algoritmos e centenas de páginas com impressões dos resultados dados pelo programa utilizado na AAD. Consegui ler apenas uma pequena parte e a cópia era proibida. Mais lacunas nessa relação com o arquivo.

No entanto, cair na evidência documental seria ceder justamente a uma posição conteudista ou historiográfica que toma o arquivo como pedra-de-toque do real. O arquivo é sempre lacunar, ou, para retomar Barbosa Filho (2016), um intervalo entre um acontecimento e uma textualização. Trata-se, simultaneamente, de um encontro e um hiato entre uma pergunta de pesquisa e um arquivo faltante. É a materialidade lacunar do arquivo que delimitará as (im)possibilidades da pergunta e das interpretações sustentadas pela descrição. É o encontro com esses arquivos, heterogêneos e não permanentes, que produziu, de certo modo, o incômodo primeiro da pesquisa: que formulações sobre o automático são essas que permanecem desconhecidas?

Não se trata de buscar o "objeto perdido", mas reconhecer teoricamente o estatuto lacunar do arquivo. Há consequências para a análise. O procedimento trabalha com os rastros que ficam na materialidade significante do (encontro com o) arquivo, com a descrição vigorosa que transforma o corpo interpretativo. No intervalo entre o acontecimento e a textualização, as marcas são deixadas no arquivo. Cabe ao analista tentar compreendê-las a partir da (des)montagem, da trituração, do recorte discursivo.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Antes de especificar um recorte, exploro um pouco a história da AAD textualizada por Michel Pêcheux. Um dos textos mais citados do autor para falar da AAD, além do próprio livro fundador, é justamente aquele que separa a disciplina em três épocas, a partir do qual o significante "maquinaria discursiva" ganhou reverberação disciplinar. Não é esse texto que escolho para este percurso. Como não pretendo esgotar a complexidade dessa narrativa, limito-me a trazer pontos que me chamaram atenção para o seu efeito de raridade e de ineditismo que produziram em mim e, talvez, possa produzir para outros leitores brasileiros. Nesta releitura do arquivo disciplinar, o cotejo com algumas notas, relatos e contextualizações escritas por Jacqueline Léon (2010; 2015) foram primordiais para confrontar interpretações sobre a história da análise automática.

3.1 Formulação da análise automática: anedotas históricas outras

Após segunda guerra mundial, os computadores, não digitais, eram utilizados no campo da linguagem principalmente em dois domínios: a tradução automática e a documentação automática (LÉON, 2010; 2015). Apesar de estes serem os horizontes experienciais no início do projeto, sobretudo pela proximidade com os laboratórios de Psicologia Social, Michel Pêcheux pouco a pouco se afastou destas aplicações para se aproximar da linguística estrutural e construir seu próprio método de automatização pela formalização linguística.

Antes da publicação do *Analyse Automatique du Discours*, segundo Léon (2010), Pêcheux apresentou e discutiu o trabalho ao menos em dois grupos institucionais diferentes: durante um dos cursos que ministrou, ao lado de Paul Henry, no *Enseignement Préparatoire à la Recherche Approfondie en Sciences Sociales* (EPRASS) e também com um grupo de trabalho no *Centre d'Etudes de Traduction Automatique* (CETA). Ao mesmo tempo que esses dois lugares deram aparato institucional, eles mostram uma característica que vai permanecer no empreendimento de Pêcheux: uma prática científica realizada coletivamente.

Posteriormente à publicação de 1969, o investimento foi colocar os algoritmos para funcionarem. Somente dois anos depois, em parceria com Philippe Duval, que os algoritmos formulados por Pêcheux na AAD ganharam um programa informático em *linguagem de programação FORTRAN IV*, uma das mais avançadas e utilizadas pelos

cientistas que se arriscavam na aventura computacional nessa época (LÉON, 2010; 2015; PÊCHEUX, 1976).

Ressaltar o uso de *FORTRAN IV* não é apenas anedota historiográfica, porque ela se caracteriza por ser uma linguagem de programação procedural/procedimental, isto é, no caso da AAD, impunha uma determinação material que impedia certos usos de recursividade, deixando a fase automática mais linear e mais sequencial. Somado ao fato de que os computadores ainda dependiam de cartões perfurados, o que era um desgaste manual grande e pouco chamativo para as Ciências Humanas (ROBIN; ADORNO, 2019), a análise apresentava limites visíveis e que incomodaram desde o princípio. Pêcheux ressalta, na tradução espanhola da AAD69, publicada em 1976, que esses problemas já compunham um projeto de melhoria futura desde antes dos algoritmos se tornarem informatizados. Uma melhoria impossível de se concretizar com as ferramentas existentes naquele momento (PÊCHEUX, 1976; PÊCHEUX et al, 1982).

No texto de "Advertência" escrito para a edição espanhola, Pêcheux (1976) assinala que o texto de 1969 ensaiou um primeiro contato com a linguística, mas que não se deveria encarar as proposições realizadas como soluções definitivas. Ele afirma, no presente daquela data, que o sistema de análise sintática estava em constante "re-elaboração", reconhecendo que as incoerências terminológicas só poderiam ser superadas por uma total restruturação linguística, porém, faltando ainda um caminho longo para percorrer até atingir esse objetivo. Ao final da advertência, o autor reitera o "caráter inacabado" do trabalho.

Em uma nota acrescida na edição espanhola, Pêcheux (1976, nota 98, p. 140-141) demonstra a insatisfação constante em relação ao esquema dos oito lugares morfo-sintáticos baseado na teoria da lexis de Culioli por sua estabilidade estrutural e pouco produtividade para uma análise discursiva. Ele cita a nova versão dos algoritmos que Cl. del Vigna produziu e que poderia colaborar com essa dificuldade em relação à análise sintática. Já no texto de 1969 está marcada a necessidade de uma "gramática de reconhecimento do francês" que viria a colaborar com a automatização também de uma análise sintática, desde o início realizada manualmente, que fosse mais favorável para uma análise discursiva. O projeto dessa gramática nunca foi finalizado, apesar dos anos de dedicação, como relatou Paul Henry (2019).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Com a programação em funcionamento, vieram as publicações de algumas análises. Considero relevante listar os textos citados por Michel Pêcheux (1976) como resultado de análises baseadas no procedimento descrito pela AAD 69, visto que, em sua maioria, são trabalhos não traduzidos e pouco conhecidos, muitas vezes levando à falsa conclusão de que Pêcheux se dedicou à teoria e não realizou análises.

- M. Pêcheux : *Étude expérimentale de conditions déterminant la plausibilité d'une théorie psychologique* ;
- Cl. Haroche e M. Pêcheux : *L'étude expérimentale de l'effet des représentations sociales sur la résolution d'une épreuve logique á présentation variable* ;
- G. Gayot e M. Pêcheux : *Recherches sur le discours illuministe au XVIIP siècle: Louis-Claude de Saint- Martin et les circonstances ;*
- M. Pêcheux e J. Wesselius : *A propos du mouvement étudiant et des luttes de la lasse ouvrière; trois organisations étudiantes en 1968* ;
- G. Gayot : *Discours fraternel et discours polémique*.

Além destes, ainda é citado um outro texto não publicado até aquele momento:

- M. Pêcheux, P. Henry, J.-P. Poitou e Cl. Haroche: *Un exemple d'ambiguité idéologique: le Rapport Mansholt*

Essas pequenas anedotas históricas, em seu conjunto, formam uma regularidade discursiva importante para compreender a história da Análise Automática do Discurso: *uma posição inconformada com os limites da automatização* desde as primeiras publicações e os primeiros resultados, tendo como consequência a *busca incessante de alternativas para sanar as dificuldades*, ao mesmo tempo que há um registro de insatisfação com o possível daquele momento. Um trecho de um pequeno texto apresentado em um colóquio realizado em 1973 me parece significativo em relação a esta regularidade:

> contra a ideia de uma prática definitivamente fixada em um ritual que refletiria um dogma (eu uso essas palavras de propósito), parece útil certamente enumerar as mudanças que foram realizadas e aquelas que estão previstas, mas também designar as transformações de natureza global que podem e devem ser consideradas (tradução minha, Pêcheux, 1974, p. 11).

De certo modo, o trecho acima é sintoma de uma posição materialista fundamental: a teoria e o procedimento devem se transformar na medida em que a materialidade é confrontada. Reconhecimento do erro, insatisfação com o resultado, crítica da premissa e retificação são formas do Materialismo lutar contra o Idealismo que insiste em tomar o "pensamento teórico" (PÊCHEUX, 1975).

3.2 Um automático não automatizado

Vejamos mais de perto uma breve captura analítica com vistas a apresentar algumas considerações que poderiam ser levadas para os outros textos analíticos de Pêcheux em relação ao trabalho de segmentar o corpus para fornecer as entradas para o programa informático.

No texto *Recherches sur le discours illuministe au 18e siècle: Louis-Claude de Saint-Martin et les "circonstances"*, publicado em 1971, na revista Annales, Pêcheux e Gayot buscaram analisar a obra *Portrait historique et philosophique*, escrita por Louis-Claude de Saint-Martin, na França do final do século XVIII. O objetivo dos autores foi compreender o modo como a ambiguidade entre o discurso iluminista e o discurso religioso-cristão se manifestava no texto de Saint-Martin, com a hipótese de que tal análise permitiria compreender também algumas condições de produção da passagem da Formação Social Medieval para a Formação Social Capitalista. Os autores assim formulam:

> nós visamos aqui o tratamento de um discurso-monólogo, em um estado definido e dominante das condições de produção, este estando no trabalho com o processo discursivo pela imagem que Saint-Martin tem de sua própria situação e daquela dos destinatários de sua mensagem... na medida em que ele se dirige a eles (PÊCHEUX; GAYOT, 1971, p. 683, tradução nossa).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Pêcheux e Gayot (1971, p. 684, tradução nossa), ao delimitarem a entrada analítica pela ambiguidade patente em diferentes textos de Saint-Martin, isto é, "um combate para a promoção e a liberação do indivíduo e um convite imperativo para a submissão a Deus deste 'menor em privação' de conhecimento que é a criatura humana", elaboram as seguintes questões: "o Portrait conservaria os traços da duplicidade inerente ao pensamento de Saint-Martin? Quais eram, no nível da organização do discurso, as condições de possibilidade desta duplicidade? Se, enfim, esta condição estava duravelmente e de maneira dominante em ação no Portrait, qual era sua função?" (PÊCHEUX; GAYOT, 1971, p. 684, tradução nossa). Na disposição do procedimento analítico, são circunscritas três fases distintas e consecutivas: 1) análise sintática das sequências; 2) o tratamento automático do corpus de sequências sintaticamente analisadas; 3) e a interpretação das substituições colocadas em evidência no interior do corpus pelo tratamento automático. Para este breve recorte, nos deteremos em algumas passagens da primeira para a segunda fase da análise de Pêcheux e Gayot (1971).

Na primeira fase, "para cada unidade do corpus, começa-se por recortar a sequência em frases, em função da pontuação" e, posteriormente, "analisa-se esta frase em proposições, identificando as relações de dependência que ela conservam entre elas, o que permite, eventualmente, reestabelecer a ordem canônica mudando a proposição principal em questão" (PÊCHEUX; GAYOT, 1971, p. 688, tradução nossa). Os autores apresentam um exemplo desse procedimento, mostrando, primeiramente, a sequência discursiva recortada respeitando a ordem sintática contida no texto tomado como material e, em seguida, a desintagmatização da referida sequência:

> ***Portrait***, paragraphe 396. « J'ai senti dans cette circonstance combien les hommes étaient aveugles de solliciter les emplois publics, puisque cela les plaçait dans des positions qui les condamnaient à ne pas croire à l'honnêteté. »

Imagem 1: sequência discursiva recortada respeitando a ordem sintática contida no texto tomado como material

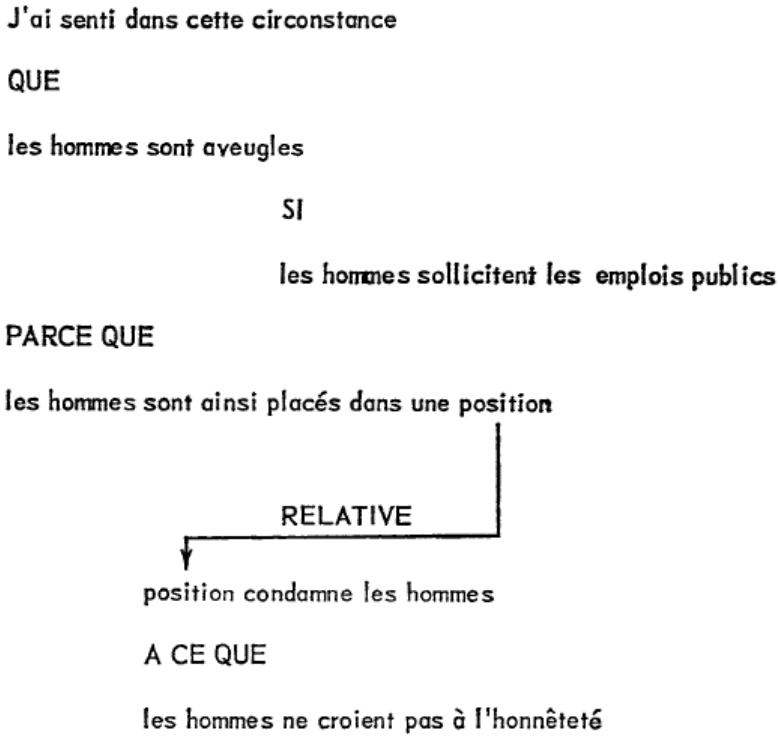


Imagem 2: Desintagmatização da sequência anterior

Segundo Pêcheux e Gayot (1981, p. 689, tradução nossa), "observa-se pela análise em proposições que as modificações introduzidas (sobre o conteúdo de certas conjunções e sobre o tempo de certos verbos) deixam intactos os substantivos, verbos e adjetivos tal qual eles aparecem na sequência". No entanto, se nos atentarmos para os aspectos modificados, compreendemos que a desintagmatização do texto original transforma as orações com o propósito de obter a "ordem canônica", isto é, a ordenação sintática marcada com "Sujeito, Verbo e Predicado". O objetivo é fornecer as categorias de entrada analítica no interior do algoritmo. Este procedimento de transformação da sequência pela desintagmatização acaba por não explorar outros funcionamentos morfossintáticos que poderiam ser relacionados com os funcionamentos discursivos, como a topicalização, a variação lexical, as anáforas, a modalização (enunciativa) e o modo como as

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

orações relativas aparecem materializadas no texto de análise (e não após a transformação sintática). Críticas que serão, posteriormente e parcialmente, formuladas em Pêcheux e Fuchs (1975).

Depois de obtida as orações, "as proposições são então descompostas, por sua vez, em enunciados elementares (unidade mínima de asserções) de maneira a conduzir ao esquema seguinte, em que os enunciados são munidos de seu número de identificação no corpus" (PÊCHEUX; GAYOT, 1971, p. 689, tradução nossa):

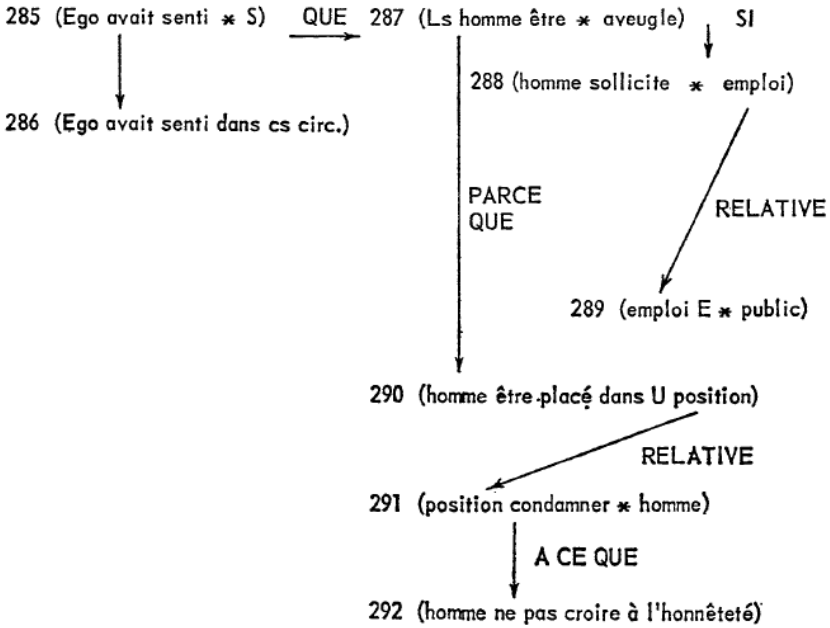


Imagem 3: Esquema de enunciados munidos do número de identificação no corpus.

Remarques :

— Le signe * représente la place vide de la préposition, absente en français devant le complément d'objet direct,

— La lettre S représente l'image, dans l'énoncé 285, de la complétive, constituée par l'énoncé 287,

— Le signe E représente le verbe être en tant qu'il fonctionne comme simple copule, dans le cas de l'adjectivation par exemple.

Imagem 4: Anotações sobre o significado de alguns elementos do esquema anterior.

Para o tratamento automático deste grafo, os autores estabelecem um código numérico que identifica as relações binárias e, com os resultados obtidos com o trabalho do algoritmo, começa a fase interpretativa da análise. Não irei explorar aqui o seguimento dos procedimentos metodológicos com o corpus, porque a problemática de estudo já está apresentada. Os recortes elencados mostram pistas do que analisamos de maneira mais consequente com o conjunto dos textos de Pêcheux.

Ao delimitar, por um lado, a desintagmatização de uma sequência discursiva para fornecer as entradas que serão tratadas pelo algoritmo e obter como saída interpretativa as formas gramaticais, e, por outro, o princípio teórico de homogeneidade das condições de produção, Pêcheux exclui uma parte da materialidade sintática e enunciativa, isto é, o encadeamento que lhe é próprio e também o trabalho com as heterogeneidades discursivas. Conclusões apresentadas pelas próprias retificações do autor, como as que estão explicitadas parcialmente no texto já citado de Fuchs e Pêcheux (1975) e em Pêcheux (1975; 2010).

O que me parece importante, no que concerne ao procedimento de pesquisa, é observar a maneira como as fases de análise foram realizadas para compreender as aberturas deixadas neste texto, isto é, não assumir a priori a racionalização do autor nos textos de retificação como explicação única da prática teórica e analítica, mas também trabalhar as falhas e aberturas e seus efeitos em tais práticas.

Quando Pêcheux e Gayot (1971) afirmam que não é possível realizar a análise de uma só sequência, mas sim pela relação estabelecida entre várias delas, os autores também sustentam uma importante compreensão discursiva da linguagem: o processo de deslocamento do sentido [teoricamente formulado também como “efeito metafórico” em Pêcheux (1969)] só pode ser “capturado” nas relações estabelecidas entre diferentes sequências discursivas, mais tarde trabalhado a partir das “paráfrases discursivas” (PÊCHEUX;FUCHS, 1975).

O trabalho das transformações das orações pela desintagmatização vão colocar um problema também para os resultados fornecidos pelo programa informático. O conjunto de análises realizadas por Pêcheux em suas parcerias (com Haroche, Gayot e Wesselius) mostraram como a busca pelas “classes de equivalência” segundo a teoria de Harris não

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

era suficiente para a análise discursiva. Ao chegar na fase de intepretação (não-automática) dos resultados fornecidos pela fase automatizada, as "classes de equivalência" agrupadas pelos chamados "domínios semânticos" não davam conta de explicitar um funcionamento "qualificado" para além de uma paráfrase linguística.

Como mostra o suplemento do anexo 4 da AAD69, inédito no Brasil e presente apenas na edição espanhola, Pêcheux (1976, p. 211, tradução minha) mostra que é justamente a partir da análise da fase informatizada que se chegou a um refinamento sobre as "substituições contextuais" em termos de "sinonímia não orientada" e "sinonímia orientada": "a noção de subsequências semanticamente equivalentes é demasiado restritiva para dar conta dos efeitos de paráfrases obtidos mediante o cálculo". É, então, que ele propõe (1976, p. 212) diferenciar dois tipos de relações: as substituições do tipo *equivalência* (não orientadas ou simétricas) e as substituições do tipo *implicação* (orientadas ou não-simétricas). Com essa diferenciação, surge a necessidade de acrescentar ao programa informático a possibilidade de fornecer os chamados "hiperdomínios", que poderiam conter um conjunto de "domínios semânticos"

É possível ler ali os indícios e proximidades com o que posteriormente passaria a ser chamado de efeitos do interdiscurso. Ainda que não formulada teoricamente e analiticamente como efeito de pré-construído e discurso transverso, nem mesmo sob outro conceito ou nome, a transformação das orações pela desintagmatização já é um procedimento que torna possível visibilizar relações entre o assertado (presentificado) e o não-assertado (uma ausência presente) das frases (sequências discursivas).

Também pelo confronto material com a desintagmatização, formas sintáticas como as relativas foram apresentando impasses para a transformação das sentenças em entradas (de dados) para os algoritmos do programa, visto que a deslinearização, seguida da re-linearização, mostrava uma perda de elementos (que poderiam afetar a produção dos sentidos).

Um último ponto ainda a se destacar sobre esse embate com a desintagmatização, uma demanda técnica do próprio programa informático, e que mescla as considerações anteriores: ao trabalhar para fornecer a entrada (de dados) do programa e ao interpretar a saída (de dados) do programa, Pêcheux (1976) e Pêcheux e Fuchs (1975) já

apontavam a possibilidade e necessidade de ter uma *reversibilidade dos dados*, ou seja, essa "saída" fornecida poderia se tornar novamente "entrada", mas isto não era realizado automaticamente, porque a linguagem de programação ainda não tinha essa opção. Esse jogo entre "começo" e "fim" da análise pode ser uma paráfrase do que, posteriormente, justamente no texto sobre as três épocas, vai ser chamada de uma *análise em espiral*.

4. Entre automatizações, um materialismo discursivo!

São poucos textos disponíveis que tratam do projeto de uma nova Análise Automática do Discurso, constantemente designada nesses raros textos de AAD80[2]. Um ponto essencial dessa nova análise automática é o encontro com os trabalhos de Pierre Plante sobre o DEREDEC (PÊCHEUX *et al*, 1981), um programa de leitura automática de textos. Textos e não discursos. Não faz parte do escopo deste artigo trabalhar a especificidades do novo projeto, mas quero destacar algumas possibilidades que o DEREDEC passou a oferecer:

1) O lugar de uma nova definição de análise sintática. Com a chamada "gramática de superfície" do DEREDEC, os casos de ambiguidade poderiam ter outro tratamento pelo que ficou designado como uma "sintaxe interativa".

2) Um tratamento dos textos com recursividade, ou seja, aquilo que era oferecido como "saída de dados" do programa poderia servir novamente como "re-entrada", tirando a sequencialidade da análise e deixando-a em um movimento sem marcação exata de "início" e "fim".

3) A confecção de múltiplos algoritmos que trabalhassem, simultaneamente, com várias dimensões do texto, divididos inicialmente em dois tipos inter-relacionados: horizontais (trabalhando com o "fio do discurso" em um sistema mais complexo de lugares de enunciação e disposição retórica) e verticais (trabalhando com a série de enunciados que pertenceriam à várias sequências anteriores, remetendo, de certo modo, às dimensões históricas do discurso). Jean-Marie Marandin era o principal responsável por coordenar a formulação dos novos algoritmos.

4) Uma atenção maior ao desenvolvimento de uma "morfologia discursiva" ao lado do que já vinha sendo trabalhado como "topologia discursiva" para que as sequências discursivas fossem reagrupadas e

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

distribuídas pelas heterogeneidades das formas pertencentes a diferentes aspectos da língua.

5) Consideração de um item lexical ou um enunciado como um ponto em uma rede de formulações ou enunciados.

Ainda poderiam ser levantadas outros elementos que compunham o projeto da AAD80, porém, destaco esses justamente por mostrarem uma relação com as falhas da AAD69 e que eram reconhecidas como tais e justificadas pelos limites técnicos da linguagem de programação e das máquinas utilizadas até então: a gramática de superfície, a recursividade, os múltiplos algoritmos, a morfologia heterogênea e a rede de enunciados já eram pontos elegidos como hipóteses de trabalho desde os primeiros trabalhos resultantes da análise automática. Portanto, considero que, nas diferenças e deslocamentos entre os dois projetos, há também uma repetição de uma problemática que se manteve, guiada por certos princípios discursivos. Ao mesmo tempo, as limitações fizeram olhar para materialidade da língua de outro modo. A transformação manual dos textos em sequências para fornecer as entradas do programa exigiram uma repetição do exercício parafrástico, apresentando as impossibilidades de realizar uma paráfrase com o mesmo sem mostrar o diferente. Conceitos como os de *paráfrase discursiva, pré-construído, discurso transverso e interdiscurso* também são efeitos desse confronto árduo com a materialidade da língua exigidos pelo processo de automatização. Trata-se de um processo de automatização que é uma formalização como um modo de trabalho consequente com a forma, mais ainda, a forma-material. É nesta direção que se pode dizer que a automatização/informatização teve efeitos teóricos tanto quanto os estudos vindos do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise. Não há teoria sem prática!

Assim, não tomo a posição de ler a linearidade das três épocas da AD (PÊCHEUX, 2010), mas como estas épocas podem ser consideradas como formações teóricas que atravessam diferentes períodos delimitados no tempo cronológico, mas não no tempo discursivo. Um jogo entre continuidades e descontinuidades, em relações equívocas e contraditórias da prática teórica e analítica da AD. Um modo de compreender as continuidades e descontinuidades dos sentidos de língua que atravessam o projeto da Análise Automática do Discurso.

Não quero com isso dizer que esses são os únicos fatores que levaram às formulações teóricas que tanto sustentam nossa prática científica, mas ressaltar como o procedimento informático, para além de uma "maquinaria discursiva" homogeneizadora fez também trabalhar a força significante da língua, fez trabalhar sua materialidade. Uma teoria materialista não se sustenta apenas por um jogo de formulações teóricas, mas, para não ceder ao idealismo, precisa, necessariamente, se ancorar na materialidade. É preciso ousar ler o *materialismo discursivo* para além das falsas seguranças de uma epistemologia apartada da materialidade da prática científica. Nesse sentido, não há, nunca houve e nunca haverá uma posição materialista pura ou acabada, porque não existe um "começo ou término absoluto" para o materialismo, porque não há teoria materialista universal e porque a materialidade não é estática, não cessa de se transformar.

Referências bibliográficas

ADORNO DE OLIVEIRA, G. (2015). *Discursos sobre o eu na composição autoral dos vlogs*. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

ADORNO, Guilherme. (2017). Sujeito, autoria e as materialidades significantes. In: ADORNO, G; JESUS, F. T. *Análise de Discurso*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., p. 83-122.

BARBOSA FILHO, F. R. (2016). Língua, arquivo, acontecimento: trabalho de rua e revolta negra na Salvador oitocentista. Tese de Doutorado em Linguística. Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

BONNAFOUS, S. (1983). Processus discursifs et structures lexicales: le congrès de Metz (1979) du Parti socialiste. In : *Langages*, v. 71.

CHISS, J.-L.; PUECH, C. (1999)**.** *Le langage et ses disciplines*. Paris, Bruxelles: Duculot.

COURTINE, J.-J. (2006). *Metamorfoses do discurso político*: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz.

____. (2009). *Análise do discurso político:* o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar.

FERREIRA, A. C. F. (2013). *Uma história da lingüística*: entre os nomes dos estudos da linguagem. Campinas: RG Editores.

HENRY, P. (2010). Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michael Pêcheux (1969). IN: HAK, T.; GADET, F. (Orgs.).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michael Pêcheux. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp.

HENRY, P.; ADORNO, G. (2019). Entrevista com Paul Henry: "Nunca conseguimos encontrar nosso lugar nessas instituições". In: ADORNO, G. et al. (Orgs.). *Encontros na Análise de Discurso*: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas: Editora da Unicamp, p. 205-244.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. (2002) A Língua Portuguesa no processo de institucionalização da lingüística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. (Orgs.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*: a disciplinarização das idéias lingüísticas. Campinas: Pontes, p. 13-22.

____. (2007). O Político na Lingüística: Processos de representação, legitimação e Institucionalização. In: ORLANDI, E. (Org.). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 11-18.

LECOURT, D. (1980). *Para uma crítica da epistemologia*. 2 ed. Lisboa: Assírio e Alvim.

LEON, J. (2010). AAD69 : archéologie d'une étrange machine. In : *Semen* [Online], n 29, 2010. Disponível em < http://semen.revues.org/8823 >, acesso em 29 set 2015.

____. (2015). *Histoire de l'automatisation des sciences du langage*. Lyon : ENS Éditions.

LIMA, M. E. A. T. (1990). *A construção discursiva do povo brasileiro*: os discursos de Primeiro de Maio de Getúlio Cargas. Campinas: Editora Unicamp

MALDIDIER, D. (2003). *A inquietação do discurso*: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes.

MAINGUENEAU, Dominique (1976). *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*: problèmes et perspectives. Paris: Hachette.

____. *L'Analyse du Discours*. (1997). Paris: Hachette, 2 ed.

MARANDIN, J.-M. (1979). Problèmes d'analyse du discours: essai de description du discours français sur la Chine. *Langages*, 55.

MAZIÈRE, F. (2007). *A Análise de Discurso*: história e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, E. (Org.). (2001). *História das ideias linguísticas*: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat Editora, 2001.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). (2002). *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*: a disciplinarização das idéias lingüísticas. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (Org.). (2007). *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.

____. (1974). Sur l'AAD. In : OPPEL, Y. Colloque sur L'Analyse du Discours : Divergences e Convergences. Neuchâtel : Université de Neuchâtel, p. 9-12.

____. (1975). *Les vérités de la palice*. Paris: Maspero.

____. (1976). *Hacias el Análisis Automático del Discurso*. Madrid: Editorial Gredos.

____. (2010). A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, p. 307-315.

____. (2011). Análise de Discurso e Informática. In : PÊCHEUX, Michel. *Análise de discurso*: textos ecolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, p. 275-282.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975). Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: *Langages*, n. 37, 1975.

PÊCHEUX, M. ; LÉON, J. ; BONNAFOUS, S. ; MARANDIN, J.-M. (1982). Présentation de L'Analyse Automatique du Discours (AAD69). In : *MOTS*, p. 95-123.

PÊCHEUX, M.; GAYOT, G.; (1971). "Recherches sur le discours illuministe au XVIIIe siècle : Louis-Claude de Saint-Martin et les « circonstances »". In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26e année, n. 3-4, p. 681-704.

PÊCHEUX, M.; WESSELIUS, J. (1977). A Respeito do Movimento Estudantil e das Lutas da Classe Operária: 3 Organizações Estudantis em 1968. In: ROBIN, Régine. *História e Lingüística*. São Paulo: Cultrix.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P.; POITOU, J.-P. (1979). Un exemple d'ambiguïté idéologique: le rapport Mansholt. *Technologies, Idéologies, Pratiques*, 2, p. 1-83.

PFEIFFER, C. R. C. (2014). Percursos de institucionalização da Língua Portuguesa e de um saber sobre ela: conhecimento linguístico, Estado, sociedade. In: Bressanin, J. A.; Zattar, N.; Karim, T. M.; Renzo, A. M. Di. (Org.). *Linguagem e Interpretação*: a institucionalização dos dizeres na história. 1ed.Campinas: RG Editora, v. 1, p. 87-102

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

ROBIN, R.; ADORNO, G. Entrevista com Régine Robin: "Uma crítica da História, uma vontade de saber como os linguistas que se interessam pelo discurso trabalham". In: ADORNO, G. et al. (Orgs.). *Encontros na Análise de Discurso*: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas: Editora da Unicamp, p.139-159.
SCHERER, A. E.; ROMAO, L. M. S.; Medeiros, V; SILVEIRA, V. F. P. (2014). O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil. *Letras* (UFSM), v. 48, p. 13-28.

Palavras-chave: Análise Automática do Discurso, História da Análise de Discurso, Materialismo Discursivo.
Keywords: Automatic Analysis of Discourse, History of Discourse Analysis, Discourse Materialism.

Notas

---

* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem e em Educação na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
[1] Agradeço à Bruna Delgado por ter tornado acessível para mim uma das minhas consultas ao livro em francês.
[2] Eu e Claudia Pfeiffer temos um projeto de tradução de um conjunto de textos que fazem parte desta história da Análise Automática do Discurso com o intuito de favorecer as condições de circulação dos textos que tratam da formalização, da informatização e da automatização para os leitores brasileiros.

O SENTIDO DA *AUTOMATIZAÇÃO* NA ANÁLISE DE DISCURSO: SOBRE A MAQUINARIA DOS SENTIDOS

Cristiane Dias*
LABEURB/UNICAMP

Resumo: *O presente artigo discute os sentidos de automatização nos trabalhos da análise de discurso desenvolvidos pelo grupo de Michel Pêcheux na França ao longo da segunda metade do século XX. Destaca-se aqui principalmente o modo como esses sentidos afetavam as concepções de leitura e arquivo dos trabalhos. Ao final, questiona-se como a análise de discurso pode questionar a automatização hoje quando se propõe investigar o discurso digital e o modo como aí se relacionam leitura e arquivo.*

Abstract: *This article discusses the senses of automation in the discourse analysis works developed by Michel Pêcheux's group in France during the second half of the twentieth century. The main point here is how these senses affected the reading and archiving conceptions of the works. In the end of this article, we question how discourse analysis can challenge automation today when it proposes to investigate digital discourse and how reading and archiving relate to it.*

1. A Linguística e a cibernética

O que pensar a *automatização* enquanto processo discursivo pode nos fazer compreender a propósito da constituição dos sentidos? Mais do que isso, ou a partir disso, o que a *automatização* pode nos fazer compreender sobre o discurso e sobre a maquinaria dos sentidos? Seria a *automatização* ela própria essa maquinaria, determinante dos processos de leitura?

Essas são algumas questões que mobilizaram essa reflexão, que não começa aqui, mas que é a continuidade e também um desdobramento de um trabalho que comecei mais ou menos em 2012, sobre a cibernética e os saberes linguísticos, publicada sob o título *Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito*[1]. Nesse texto, a partir de um estudo sobre o grupo de pesquisadores que fizeram

parte das conferências Macy, que deu origem à cibernética, busquei compreender a "ideologia da comunicação" numa sociedade significada pela urgência do dizer. E mais do que isso, como essa ideologia funciona no campo da Linguística, pelo/no estabelecimento de suas teorias e disciplinas, em busca da língua perfeita, o sentido exato, a minimização da polissemia, das ambiguidades, dos equívocos do dizer pela negação da poesia da língua, a fixação pelo significado, pela estrutura ideal, ou seja, a assepsia do sentido, o trabalho mesmo de sua maquinaria…

Naquele texto, que retomo aqui rapidamente, me interessava o movimento intelectual da cibernética no que diz respeito à conjuntura do pós-guerra e ao papel das ciências humanas nessa conjuntura. Como esse projeto tecnocientífico saído da guerra poderia ter deixado marcas na constituição das ciências humanas e sociais?

Segundo estudo de Dupuy (1996, p. 101-102), o contexto social e político pós-guerra se definia por um trauma generalizado pelas sociedades estupefatas. Nessa conjuntura, a saúde mental foi um tema de grande importância. E a Fundação Macy (uma fundação médica filantrópica) financiava organizações criadas ou desenvolvidas para promover a saúde mental e o estudo do cérebro humano. É, portanto, afirma Dupuy (p. 102) "a fé no poder curativo, libertador e pacificador das ciências do homem" que anima os ciberneticistas.

Um novo campo chamado "personalidade e cultura" se desenvolve no período pós-guerra e nele se reconhecem os participantes das Conferências Macy. A psiquiatria entendida como ciência social e também a psicologia são parte desse campo.

Dentre os representantes do campo personalidade e cultura, encontram-se Franz Boas e Edward Sapir, conhecidos da Linguística. Sapir, segundo Câmara Jr. (1961, p. 7-8), ao lado de Bloomfield, "desempenhou papel fundamental para o desenvolvimento da escola linguística norte-americana. Eles têm de comum a concepção antropológica da linguística, que lhes foi sugerida por Franz Boaz". Porém, "ao contrário de Bloomfield, Sapir não encara a forma linguística dissociada do conteúdo significativo, e procura colocar a língua em suas associações inelutáveis com a psicologia e a lógica" (CÂMARA JR., idem, p. 11). Com uma abordagem mentalista da linguagem, Sapir adotou uma escolha teórica diferente da de Bloomfield, um mecanicista confesso, um anti-mentalista (PAVEAU e

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

SARFATI, 2006). Assim, entre cientistas sociais, psiquiatras, psicólogos, a antropologia culturalista e social de Boas e Sapir, representava esse grupo fundador da cibernética, para o qual deveria "ser possível agir sobre a psicologia dos indivíduos a fim de induzir as mudanças desejadas na sociedade global. (…) Compreendendo que o lugar já estava preparado para acolher as ideias novas da cibernética, da teoria da informação e da teoria dos jogos, as quais ofereciam a caução científica e técnica indispensável." (DUPUY, 1996, p. 102-103).

Conforme Breton (1991, p. 147),

> vários domínios especializados [do conhecimento] emergiam progressivamente dessa efervescência inicial. [Esses domínios] irão estabelecer-se atrás de fronteiras mais ou menos estáveis: a cibernética a partir de 1948, a inteligência artificial a partir de 1956, as teorias de auto-organização, a teoria dos sistemas a partir da década de sessenta, a tecnologia das comunicações de massa (telefone, televisão), que levanta vôo no pós-guerra, mas tarde a telemática, as teorias da comunicação interpessoal e, é claro, a informática que irá tornar-se uma especialidade integral desde o início da década de cinquenta.

Nessas condições de produção históricas que compreendem a conjuntura dos encontros da cibernética ao estabelecimento da informática, as ciências humanas, sobretudo a psicologia, mas também a antropologia, a sociologia, a filosofia e a linguística, interessadas nas questões relativas ao funcionamento do cérebro, têm uma atuação muito importante, embora muitas vezes conturbada.

Quanto à Linguística, Jakobson é um de seus representantes no grupo de cibernéticos. Ele participou da 5ª conferência Macy, dedicada à linguagem. Pouco depois de sua participação com o grupo, Jakobson escreve as seguintes palavras a Wiener:

> Em cada momento, eu estava surpreso pelo extremo paralelo entre os problemas da análise linguística moderna e os problemas fascinantes que vocês discutiam. O modelo linguístico convém perfeitamente nas estruturas que vocês analisam e compreende-se ainda melhor a importância das perspectivas que nascem de uma cooperação consequente entre a linguística moderna e as

> ciências exatas (24 de fevereiro de 1949 – Arquivos do MIT) (SEGAL, p. 407).

As repercussões nos estudos do linguista e, consequentemente, no campo da linguística, da sua relação com esse grupo são muitas, sobretudo, a partir do conhecido texto *Linguística e Comunicação* (2007), que faz referência direta às ideias do grupo cibernético, sobretudo às de Claude Shannon e Warren Weaver… Ele chega a fazer uma analogia entre o computador e as ideias da cibernética, ao dizer que "o engenheiro da comunicação aproxima-se de modo mais adequando da essência do ato de fala e o que ouve têm a sua disposição mais ou menos o mesmo 'fichário' de representações pré-fabricadas" (JAKOBSON, 2007, p. 37).

Nessa perspectiva, vale trazer a definição de cibernética. Segundo David Aurel (1965, p. 35), a definição mais bela e mais completa da cibernética é aquela dada por M. Couffignal, a saber: "A cibernética é a arte de tornar a ação eficaz". Essa definição vai ao encontro do pensamento de Wiener (1965 [1950], p. 16), para o qual a definição de cibernética comporta o controle e a comunicação como estando na mesma classe. Também colabora com o pensamento de Jakobson (2007) sobre a eficácia dos atos de fala e seu estudo sobre combinação e seleção e o duplo caráter da linguagem.

Numa retomada desse estudo, em 2017, ainda numa perspectiva da História das Ideias Linguísticas, trabalhei, a partir de notas de trabalho sobre a história da linguística e da cibernética, a noção de corte epistemológico, que, segundo Pêcheux, nada tem a ver com o projeto voluntarista de efetuar, na ciência, um ""salto" fora da ideologia (...)", para pensar a construção da noção de informação, já que, segundo Segal (2009) "duas ideias estão no centro da cibernética: a universalidade dos princípios de regulação e a definição da noção de informação para caracterizar esses fenômenos de regulação".

Creio que, nesse sentido, a questão da universalidade e da cientificidade seja talvez o aspecto central que aproxima a linguística e a cibernética. A busca por encontrar uma língua universal ou uma estrutura universal das línguas ou, ainda, uma *língua pivôt* (AUROUX, 2000, p. 392) rondou sempre a história da linguística. Em outros termos, como diria Pêcheux e Gadet (2004, p. 19): "curar a ferida narcísica aberta pelo conhecimento da divisão."

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Como disse, trabalhei muito mais com notas esparsas sobre essa história longa e cheia de cruzamentos e controvérsias, do que com uma pesquisa profunda sobre a constituição e atravessamento constitutivo desses campos, mas, ainda que desse modo, os indícios apontam que seria preciso explorar Chomsky e sua aproximação com a máquina cibernética, que deu vida à teoria da gramática gerativa, na busca por uma "gramática universal fundada sobre as técnicas emprestadas às linguagens formais", como nos lembra de Auroux (idem). Segundo Pêcheux e Gadet (2004, p. 22), "a linguística recomeça no MIT, inaugurando uma teoria científica da sintaxe que iria se tornar a Gramática Gerativo-Transformacional (GGT), associada ao nome de Chomsky."

Emmon Bach (1979, p. 25-26), em *A Linguística Estrutural e a Filosofia da Ciência*, fala a respeito de Chomsky e o prefácio de Estruturas Sintáticas (1957), no qual o autor buscava dar mais clareza aos debates linguísticos modernos: "Um tipo de corolário desta tentativa de se chegar a uma teoria formalizada da linguística é o aumento do uso da linguagem da matemática e da lógica moderna na construção de um modelo linguístico."

Mas essas "linhas de demarcação" disciplinares que foram constituindo politicamente a história da linguística me interessam para compreender como se constituem as teorias e como elas se demarcam no campo da ciência por relações de entremeio.

No caso da Linguística com a cibernética, como fizemos menção até aqui, mas também no da Análise de Discurso com a informática, já que, como nos conta Maldidier (2003), a relação de Pêcheux com a informática é talvez a sua maior originalidade. Para a autora, Pêcheux

> não queria se servir [da informática], ele queria a fazer servir. Contrariamente aos primeiros procedimentos da inteligência artificial, a informática devia segundo ele permitir reformular as hipóteses, ir mais longe em uma leitura 'em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo que lê' (MALDIDIER, 2003, p. 97).

É nesse sentido que a automatização se coloca para mim como questão central para reformular as hipóteses a respeito da própria AAD69, 50 anos depois.

2. A Análise de Discurso e a Informática

Pensar a automatização, hoje, é pensar no modo como os sentidos se constituem sócio-historicamente determinados pelo digital e os dispositivos técnicos que lhe dão "forma material" (ORLANDI, 1998). Nessa perspectiva, a automatização, tal como a compreendo, a partir do discurso digital, não se definiria apenas pelas máquinas (ou dispositivos técnicos) – compreendendo como parte desses dispositivos os algoritmos, os programas, os aplicativos, os dados – capazes de automatizar processos e discursos para deles extrair uma "série combinatória de suas variações superficiais" (PÊCHEUX et. al. 2014, p. 253), mas se definiria também pelas práticas sociais, políticas, teóricas e discursivas dos sujeitos. Práticas de leitura.

É preciso não esquecer a afirmação de Pêcheux, Léon, Bonnafous e Marandin (2014, p. 251), que as referências teóricas que a partir de 1966 presidiram a construção do dispositivo da AAD, se inscrevem no estruturalismo filosófico dos anos 60, que queria romper com uma "concepção religiosa da leitura". Assim, essa compreensão da automatização está situada, evidentemente, na reflexão empreendida por Pêcheux sobre a automatização como capaz de tirar a leitura da "subjetividade interpretativa sem limites", "prática espontânea" ou "objetivismo quantitativo". Nesse sentido, o lugar da "prática" foi problematizado por Herbert/Pêcheux (2011, p. 24) que, ao pensar a prática científica, compreende prática como "todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados".

A partir dessa definição, Herbert/Pêcheux (2011, p. 25) vai estabelecer a "rede de determinações do todo complexo das práticas que constituem a prática social", e indica como fatores determinantes da prática social, seu *modo de produção:* "quer dizer, a organização complexa das *forças de produção* (instrumentos de produção e forças produtivas)", o que ele situa, no interior do todo complexo, do lado da prática técnica, "e das *relações de produção* (formas de relações sociais entre os produtores)", o que ele situa do lado da prática política. Ancorado em Althusser, Herbert/Pêcheux segue observando que tanto a prática técnica quanto a prática política constituem a relação concreta da vida dos homens. É aí que reside meu interesse em pensar o processo

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

da automatização como relação concreta da vida dos homens, ou seja, prática técnica e política.

Toda essa reflexão de Herbert/Pêcheux está na base de sua empreitada para a construção de uma máquina de ler. Prática técnica, prática teórica, prática científica, prática social.

Ao comentar esse mesmo texto de Herbert/Pêcheux, Paul Henry (2014, p. 13), em *Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969)*, destaca que o autor "objetivava ao desenvolver a análise automática do discurso fornecer às ciências sociais um instrumento *científico* de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo."

Nas palavras de Maldidier (2003, p. 22), "A 'máquina discursiva' da *Análise Automática do Discurso* é a oficina em que se apreende o objeto novo. Aqui ele tem nome: 'processo discursivo', 'processo de produção do discurso'. O *discurso* deve ser tomado nas relações e nos procedimentos imaginados pelo mecânico-teórico Pêcheux".

Esses procedimentos têm a informática como recurso primordial, mas sempre ligados à teoria. A análise *automática*, segundo Maldidier, diz respeito a um "dispositivo técnico complexo informatizado" inscrito nas práticas e instrumentos científicos. Esse dispositivo que se quer um instrumento científico seria "o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade."

Se nesse primeiro momento, o de uma "construção febril", na expressão de Maldidier (2003), o problema da leitura se liga ao de uma máquina de leitura não subjetiva, que passa pelo tratamento informático, ele é também um momento de reflexão sobre esse objeto novo, o discurso, e sua constituição por uma dupla espessura, a sintática e a semântica. É um momento crucial para a compreensão de Pêcheux e seu grupo, como sabemos, sobre a determinação exterior do discurso, por meio das condições de produção. No entanto, a construção do algoritmo da AAD69, coloca muitos "entraves" ao problema da constituição do sentido, no que diz respeito às metáforas e deslizamentos, por exemplo. Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 281), num texto originalmente publicado em 1981, alguns dos procedimentos da AAD69 "ficam distantes de um acordo, quanto à apreensão deste jogo entre o mesmo e o outro, que caracteriza a heterogeneidade contraditória de todo campo de arquivo." Ainda segundo o autor, "os

procedimentos da AAD69 ficam bem mais próximos do que eu poderia supor na época das evidências empírico-lógicas da leitura.”.

E, nessa retrospectiva crítica da AAD69, reflete ainda:

> Quanto à recusa histórica de toda linguagem lógica de representação *a priori,* parece cada vez mais justificada no domínio da informática em ciências humanas, face ao alargamento previsível da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, importados do domínio das ciências naturais, das tecnologias industriais ou dos dispositivos de gestão-controle administrativos. Mas manter essa posição não implica necessariamente que a análise de discurso informatizada deve tender a realizar uma auto-leitura da estrutura do corpus pelo corpus ele mesmo, como a AAD69 subentendia: não seria finalmente senão uma nova teologia, uma *teologia da estrutura* escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento; em síntese, a informática como prótese da leitura, máquina de lavar dos textos, ou aparelho de raio X!

Há uma inquietação e uma recusa, como afirma Pêcheux, sobre o domínio da informática em ciências humanas, cuja expansão tendia a corroborar e produzir referentes unívocos. Tomada como “prótese da leitura, máquina de lavar dos textos, ou aparelho de raio X!”

3. Da AAD69 ao RCP Adela: a questão do corpus e do arquivo

Podemos dizer que desde o início, com a Análise automática do discurso, até o fim, com a RCP Adela (Recheche Coopérative Programée - Analyse du discours e lecture d'archive), o problema da leitura foi central. Como mostrou Maldidier:

> No título de ADELA se ouve a novidade do ângulo de ataque escolhido por Michel Pêcheux. À questão da análise de discurso se junta agora a das leituras de arquivo. Se o problema da leitura colocado desde AAD69 ressurge, é de uma maneira radicalmente nova que é abordado. De pronto, o termo foucaultiano de “arquivo” coloca a leitura em um horizonte que não é mais o da máquina de ler”, mas o do confronto com os textos sócio-históricos mais diversos (MALDIDIER, 2003, p. 70-80).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

É nesse sentido que, no início dos anos 80, já com o colóquio das Materialidades Discursivas (1981), o problema da leitura, que nunca deixou de estar no centro das reflexões em torno da construção do objeto discurso, se liga à questão do arquivo, "em confronto com os textos sócio-históricos mais diversos" (MALDIDIER, 1980). Nesse colóquio, a questão do arquivo, do corpus e do objeto discursivo se colocam como centrais para se pensar as materialidades a partir da questão posta por Pêcheux na Abertura do colóquio: sabemos nós o que é ler? Como se desprender da evidência teológica do sentido? Naquele momento, a questão da construção de um dispositivo de leitura que permitisse ao leitor "ver de fora aquilo no interior do qual o olhar é tomado" (PÊCHEUX, 2016) se dá em torno do trabalho com as formulações.

Como afirmei, para a Análise de Discurso, essa relação com as "linhas de demarcação" é completamente singular, pela sua natureza. É ainda Maldidier (2003, p. 80) que afirma que "de uma maneira grandiosa, ela [a AD] buscava, sob o signo da Ciência, estabelecer relações entre "continentes de saber", ela atravessava recortes universitários impostos pela ideologia dominante. Ela convocava a História, à distância da historiografia, dos trabalhos disciplinares da sociologia ou da etnologia. O retorno às disciplinas é um retorno ao real."

Particularmente, o que me interessa nesse momento, tendo como ponto de partida esse "retorno ao real", esse atravessamento dos recortes universitários impostos pela ideologia dominante, é aquilo que em torno do projeto Análise Automática do Discurso (AAD 69) e do Análise do Discurso e Leitura de Arquivo (Adela), permanece como uma questão central: o debate sobre o corpus e a questão do arquivo, do qual a leitura é inseparável, já que toda a reflexão sobre os grande corpora, no projeto da AAD69 coloca a leitura no horizonte das máquinas de ler, ao passo que no ADELA, com a noção de arquivo, a leitura ganha um outro estatuto, "em confronto com os textos sócio-históricos mais diversos" (MALDIDIER, 1980)

No texto "Curta crítica para uma longa história", publicado em 1979 na revista *Dialectiques*, Guilhaumou e Maldidier dizem o seguinte sobre o procedimento inaugural da Análise do Discurso.

> Desde a origem a análise de discurso se pretendeu uma disciplina rigorosa e emprestou seu modelo de cientificidade da linguística distribucional americana: análise formal, exaustividade, sistematicidade, e corolário, recusa da intuição, do recurso ao sentido e ao saber extralinguístico. Esses princípios são geralmente comuns aos pesquisadores que nós situamos no campo da análise do discurso, tenham eles recorrido ou não ao método harrisiano.
> Após alguns anos de prática, parece que esta "cientificidade" tem uma contrapartida: ela se torna fonte de dificuldades. Como se o próprio procedimento induzisse a bloqueios. Uma hipótese explicativa: este procedimento não imitaria o modelo linguístico?

Essa questão teórica sobre a própria teoria foi levada sempre muito a sério por Pêcheux. No texto "Análise de discurso e informática", escrito em 1981, o autor faz uma retomada do procedimento da AAD69, mostrando suas fragilidades no tocante ao tratamento "automático" da leitura. Mas também mostrando diferenças em relação ao distribucionalismo americano, ligado a Harris. Para o autor (PECHEUX, 2011, p. 275), os domínios dos estudos do "discourse analysis" no espaço anglofone é "ocupado principalmente por métodos de análise de conteúdo, pondo em prática, sobre corpora textuais de dimensão variável, uma leitura que podemos chamar "artificial", na medida em que esta leitura supõe o retorno a um certo número de operações sistemáticas de lematizações, extração, contagem, comparação, etc..." E prossegue: "O caráter artificial desta leitura apenas se torna mais evidente quando o recurso à informática impõe a explicitação dessas operações através dos algoritmos."

O trabalho de Jacqueline Léon (p. 144) sobre a "história da automatização da linguagem", publicado em 2015 traz em linhas gerais, a importância do trabalho de Harris para a documentação automática, e também para "a implementação da paráfrase como pedra angular da construção discursiva".

Sobre o momento documental, cabe dizer a partir da leitura de Alves (2019), em seu estudo de doutorado:

> No pós-guerra, a documentação automatizada, que inclui a análise automática de documentos e a pesquisa automática de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> informações, ganha, junto com a tradução automática, desenvolvimento acelerado. Colóquios acerca de tratamento da informação são realizados no final da década de 1950 nos Estados Unidos. Na França, o desenvolvimento da automatização de sistemas documentários se dá no início dos anos 1960.
> Um dos primeiros sistemas de análise e classificação documental na França é o Syntol (Syntagmatic Organization Langage), em torno do qual reside todo o interesse de automatização de textos no país. Concebido pelo lógico e arqueólogo Jean-Claude Gardin, o Syntol tinha dois objetivos: traduzir um texto escrito da linguagem natural a uma linguagem normatizada, com uma sintaxe própria, e proceder a pesquisas automáticas nesses documentos.

A pesquisadora prossegue, com Léon (2015, p. 139-140):

> a ideia era de que o sistema fosse um 'léxico de base' comum a todas as ciências humanas e sociais em função da necessidade de cada uma. O Syntol era, portanto, uma linguagem artificial cujas unidades deviam ser unívocas e não ambíguas.

É aí que Pêcheux e Paul Henry passam, de maneria crítica, a questionar já trazendo isso para a Análise Automática do Discurso, em 1969, os procedimentos da análise documental do Syntol. Conforme Léon (2015, p. 147) "eles criticam particularmente a redução das sinonímias e das polissemias da linguagem natural nas linguagens documentais, onde os termos têm um sentido unívoco e consensual para uma disciplina dada."

Segundo Léon (2015 p. 148), Henry vai mostrar que a análise efetuada pelo Syntol não guarda nenhum traço do deslizamento de sentido. Quanto à Pêcheux (1968), questiona as classes de equivalências dadas a priori, como as do Syntol, e propõe uma

> 'técnica de análise do discurso' onde as classes de equivalências não são dadas a priori, mas são resultados: depois de ter avaliado a comparabilidade semântica de duas configurações, formam-se cadeias de similitudes semânticas suscetíveis de serem reagrupadas em classes de equivalências ou *domínios*

> *semânticos*. Podemos dizer que a AAD69 foi concebida como um sistema de análise do discurso alternativo aos sistemas documentais.

Vejamos aqui que toda a construção teórica e técnica da AAD69 vai ser pensada a partir do corpus, o que vai colocando a teoria num lugar de não anterioridade em relação à análise. O problema do corpus e do tratamento automático, da leitura automática de grandes corpora.

No texto Análise de discurso e informática, Pêcheux (2011, p. 275) afirma que:

> o objetivo da análise textual informatizada seria o de construir procedimentos automáticos de *leitura-tradução*, indo da superfície dos textos a uma representação formalizada não ambígua suscetível de se prestar a diversos cálculos (lógicos, semânticos etc…) que não suportam as línguas naturais: em resumo, se trataria de "limpar" os textos para deles extrair o sentido unívoco, como se quiséssemos nos livrar dos embaraços (ambiguidades, deslizamentos etc…) da linguagem natural, a fim de nos encontrarmos o mais rápido possível nesses espaços logicamente estáveis que convém chamar de "linguagens de representação".

É, pois, essa evidência da leitura que ele vai colocar em questão em torno da noção de ideologia, da leitura ideológica. No entanto, sublinha que "os procedimentos da AAD 69 ficam bem mais próximos do que poderia supor na época, das evidências empírico-lógicas da leitura. Ainda uma vez: o equívoco da relação com Harris!"

Mas Pêcheux (2011, p. 280) direciona esse "balanço sobre os diferentes aspectos filosóficos, sócio-históricos, linguísticos e informáticos engajados neste empreendimento interdisciplinar" (o da AAD69), para algumas conclusões, dentre elas, especialmente a de que o grupo tem meios de

> sustentar sobre o terreno da informática, a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, que se diferencia por essa razão mesma de toda

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> perspectiva estritamente informacional, documentária ou "intelectiva". Um corpus de arquivo textual não é um "banco de dados" (PÊCHEUX, 2011 [1981], p. 281).

Toda a discussão sobre a abertura do corpus, empreendida por Guilhaumou e Maldidier (2016 [1986]), no texto *Efeitos de Arquivo*, mostra que, com o desenvolvimento da Análise de Discurso, os autores passaram a considerar a complexidade do fato arquivístico, ou seja, passaram a considerar a opacidade do arquivo. Num primeiro momento, porém, segundo os autores, "a Análise de Discurso clássica recortava seu *corpus* de um arquivo que tinha como origem séries textuais impressas, já compiladas e analisadas pelos historiadores. Quando nos interessávamos pela sua materialidade, nós a tomávamos com uma evidência" (p. 115). Em *Breve Crítica para uma longa história*, escrito em 1979, Guilhaumou e Maldidier (2016, p. 97) contam que "o *corpus* resultava de uma 'operação de extração', por palavra-chave, assim como o *corpus* do gramático."

É mais tarde que o trabalho com o *corpus* por meio de um dispositivo de arquivo vai permitir observar o arquivo em sua espessura semântica, em sua materialidade.

Nessa perspectivai, Léon e Pêcheux (2011 [1982], p. 165) afirmam que "um corpus é um sistema diversificado, estratificado, disjunto, laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas." Ou seja, o que a Análise de Discurso chama dispositivo de arquivo é o confronto do objeto de análise (texto, imagem, filme, etc.) com a história, o trabalho com o *corpus*, o que nos permite, do ponto de vista do método, construir o discurso como objeto.

Ainda num outro texto, também de Guilhaumou e Maldidier (2016 [1990], p.237), os autores dizem:

> A interpretação se constrói no próprio modo como se agenciam os argumentos, os relatos, as descrições. Assim, o sentido não é jamais colocado em relação a um exterior não linguageiro: ele se constrói por dispositivos de arquivo em que se manifesta a materialidade da língua. (…) Assim, do lado do arquivo, o sentido é convocado a partir de uma diversidade máxima de

textos, de dispositivos de arquivo específicos sobre um tema, um acontecimento, um itinerário.

Todos esses deslocamentos que vão se produzindo, no âmbito da Análise de Discurso em relação ao arquivo e à construção dos *corpora* ao longo dos anos 80, até os anos 90, vão constituindo o arquivo enquanto materialidade constituída pelo interdiscurso, aquele que "caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva", que "se inscreve através de uma língua" (PÊCHEUX, 2011 [1983], p. 313-314). Daí, a dupla materialidade do arquivo e da língua constituírem a base da Análise de Discurso, já que é dessa dupla materialidade, no movimento de descrição, que se constrói o sentido, nunca dado *a priori*.

4. A Análise do discurso digital e o problema da leitura dos arquivos e da construção de corpora

Feito todo esse longo percurso introdutório que situa minha reflexão no âmbito de uma problemática epistemológica mais ampla, mas também objetiva mostrar a fluidez das linhas de demarcação do problema da automatização no campo da Linguística e no da Análise de Discurso, trago, mais para o foco desse artigo, o sentido da automatização tal como venho pensando pelo discurso digital e seus efeitos para a maquinaria dos sentidos. Uma questão que dirige os sentidos do que direi a seguir é: estaríamos lidando hoje, considerando a leitura e a constituição dos arquivos de pesquisa, bem como a delimitação de corpus em Análise de Discurso com os "dispositivos tranquilizadores" de que Pêcheux se afastou ao propor as máquinas paradoxais: um trabalho sobre os algoritmos? (PÊCHEUX, 2014 [1983], p. 311). Estaríamos pegos nas evidências empírico-lógicas da leitura que se daria por um processo de automatização das práticas discursivas? Automatização dos modos de circulação dos discursos pelo digital que vem produzindo mudanças importantes em distintos campos disciplinares, como o jornalismo, a educação, mas também na sociedade como um todo: nos relacionamentos, na mobilidade, na empregabilidade, na política, na democracia.

Nesse sentido, é preciso que os diferentes campos de conhecimento, as diferentes áreas disciplinares comecem a se mobilizar para debater formas de produção de saberes, de instrumentos teóricos para enfrentar

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

esse processo em curso, que diz respeito à automatização da produção e da circulação dos sentidos, que diz respeito à automatização da leitura.

Como procurei mostrar, a cibernética e a teoria da informação marcaram o campo das ciências humanas em geral e o da linguística em particular. Quanto à Análise de Discurso, não resta dúvida que a informática e os processos de automatização pela tradução automática e pela pesquisa documental foram determinantes no seu início.

Pêcheux (2011), ao escrever o texto *Foi "propaganda" mesmo que você disse?* talvez não imaginasse onde as técnicas de propaganda nos levariam. Talvez, hoje, ele dissesse sobre as tecnologias digitais, o que disse sobre a propaganda "Guerra permanente preventiva instalada no interior da paz social, dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos. É, pois, evidentemente, um negócio de psicologia." (id., p. 74)

Paveau (2017), chama a atenção para o fato de que a Analyse du Discours Numerique (ADN) recoloca a questão da construção do corpus, já largamente debatida na Análise de Discurso. Na esteira dessa posição, meu interesse nessa discussão seria pensar o corpus como materialidade do arquivo, sendo este último inseparável do problema da leitura. Lembremos, com Guilhaumou (2009) que o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa sobretudo de um *gesto de leitura* no qual se atualizam as configurações significantes.

Como ler milhares de dados produzidos a cada minuto nas redes sociais, blogs, vídeos, fotos, comentários, postagens, tuítes, enfim, nas mídias sociais em geral? Como ler um arquivo digital hoje, produzindo nele estratificações, disjunções, como enfim, construir *corpus* de uma estrutura de dados que em geral chega ao pesquisador como um "um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas"?

Se nos anos 80 é o termo arquivo que faz ressurgir o problema da leitura de uma maneira nova, para além do horizonte das máquinas de ler, hoje, é o termo digital que a faz ressurgir no horizonte dos dispositivos móveis e das mídias sociais. É dessa maquinaria discursiva estrutural digital que o processo de interpretação se produz.

Num texto escrito em 2005, intitulado: *Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos*, eu abordei a banalização da "prática do arquivo" com o digital. Basta que tenhamos um computador ou um

smartphone e estamos em relação com os arquivos, tomados "em sua estabilidade, enquanto um conjunto de materiais dados" (DELA-SILVA, p. 259). Como tenho dito, desde aquela época, mesmo que a internet tenha mudado muito: nunca se arquivou tanto. A arrogância dos literatos que se protegem em seu arquivo particular ou a modéstia dos cientistas de arquivo que não se perguntam quem os utiliza, como nos mostrou Pêcheux (2010 [1981]), está aí com toda força e somos todos nós arrogantes ou modestos acumuladores de arquivo.

Somos, hoje, exploradores desse material "de arquivo", criando uma gigantesca maquinaria de esquecimento? Ou somos acumuladores de arquivo criando uma gigantesca maquinaria de não/esquecimento.

Serviços de armazenamento e sincronização de arquivos, ou apenas de armazenamento em nuvem, como Google Drive, One Drive, Dropbox, ou mecanismos de busca como o Google, automatizam nossa relação com o arquivo e mesmo com o gesto de arquivar e com a pesquisa e o gesto de pesquisar. Qual a consequência dessa automatização para o trabalho de leitura dos arquivos?

Minha questão, nessa perspectiva, é:

> que relação com o não/esquecimento ou com um esquecimento "barrado", temos estabelecido quando lidamos com bilhões de dados em expansão e sob a ilusão de uma memória infalível, sempre que recorremos aos dispositivos digitais, providos de uma memória que rege os espaços de circulação dos sentidos e onde tudo se mantém? (DIAS, 2018, p. 68)

A questão trazida por Pêcheux (2011, p. 282), "um corpus de arquivo textual não é um banco de dados" cabe muito bem, hoje, para pensarmos nossa relação com a leitura. Estaríamos construindo uma "teologia da estrutura escorada em uma concepção ortopédica do conhecimento; em síntese, a informática como prótese de leitura?".

Essa grande quantidade de dados digitais arquivados constrói as coisas-a-saber como "puras potencialidades", como afirma Robin: "não se sabe se alguém vai utilizá-las um dia [a mordaz modéstia dos cientistas de arquivo], mas sua conservação está (pelo menos na teoria) assegurada. É para esse fim que o arquivamento funciona" (ROBIN, 2016, p. 216).

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

É aqui que a Análise de Discurso entra, como espaço polêmico das leituras de arquivos em meio ao sentido da automatização da leitura, como venho trabalhando.

Não é que não havia, com a imprensa, a televisão, o rádio, os museus, os arquivos históricos etc. uma *massa gestora do sentido*, o que muda com o digital é que essa massa institucionalizada se automatizou e produziu de modo mais profundo a ilusão de uma neutralidade política, sobre um modo de gestão dos arquivos. E esse modo de gestão de arquivo é também um modo de gestão da vida do sujeito.

Desse modo, o que estou afirmando é que os arquivos, as tecnologias baseadas em transmissão de arquivos digitais, etc., que estão presentes em várias instâncias da nossa vida cotidiana, têm produzido espaços estabilizados que fazem parte do nosso gesto de leitura e de interpretação enquanto sujeitos, que se dá, segundo Orlandi (1998, p. 84), por "um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência".

Ainda refletindo sobre esse dispositivo ideológico, caberia apontar para a afirmação de Orlandi (idem.) de que a injunção à interpretação tem sua forma e suas condições. Se formos pensar na forma dessa injunção, hoje, diríamos que o digital coloca o sujeito numa relação com a interpretação que é determinada por essa maquinaria do sentido, por essa "injunção ao arquivamento", cuja condição de produção é a do "capitalismo do *like*", que faz arquivo, pois, a cada *like* que damos em uma rede social, os arquivos do sujeito se atualizam.

Isso tem consequências importantes para a leitura, pois lemos ao mesmo tempo em que somos lidos pelos algoritmos que, talvez, tenhamos a ilusão de fazer trabalhar a nosso favor quando novamente, buscamos na rede, ajustamos os elementos da busca, utilizamos alternativas tecnológicas que consideramos mais "neutras".

Essa é uma característica não negligenciável dos arquivos digitais que deve se definir pelos modos de produção e pelo funcionamento discursivo e, portanto, ideológico, do digital.

Estou aqui apontando para uma gestão administrativa dos arquivos que não passa pelo controle do Estado (o que não significa que a figura do Estado não esteja presente) mas pelo chamado Clube dos Cinco (ZUAZO, 2018): Google, Microsoft, Facebook, Apple e Amazon. Seriam eles os grandes gestores da nossa relação com os arquivos? Nessa perspectiva, estaria também apontando para um processo de determinação do sujeito por essas Grandes Plataformas.

Diante dessas inquietações a questão dos arquivos digitais se impõem naquilo que diz respeito à "divisão social do trabalho de leitura" ou ao risco, como mostrou Pêcheux (2010, p. 52) em *Ler o arquivo hoje*, de se "considerar os procedimentos de interrogação de arquivo apenas como um instrumento neutro e independente e não ver o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritas em novas práticas intelectuais de massa." Precisamos interrogar o arquivo digital e, no campo teórico-analítico, realizar "um real trabalho de arquivos", como alertou Orlandi (2012), em tempos em que o Google tem o monopólio dos dados, o Facebook o monopólio da informação, e assim por diante. Retomemos, ainda, Pêcheux (2010, p. 55) que apontando para o risco de uma "normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica" cita Kundera: "quando se quer liquidar os povos, se começa a lhes roubar a memória".

Com isso, voltemos para a maquinaria dos sentidos produzida por esse modo de gestão de arquivos pelas Grandes Plataformas. A questão mais direta que a partir dessas primeiras reflexões quero colocar é: como se produz essa maquinaria?

No que se refere ao gesto de interpretação do sujeito comum, basta cada um de nós refletir sobre nossas práticas cotidianas. Como nos deslocamos, como compramos, como nos relacionamos, como buscamos nos informar, como buscamos nosso lazer? Os sistemas lógico-digitais não estão aí para tudo organizar, para arranjar todas as unidades, facilitando a gestão cotidiana da vida? Tudo está ranqueado para facilitar nossas "escolhas"... O melhor restaurante, o melhor caminho, o mais rápido, o filme melhor avaliado etc. Ao utilizarmos ferramentas de busca, por exemplo, para encontrar o que ler, prática cotidiana e automática, estamos lidando com espaços logicamente estabilizados de gestão de leitura. Nesse sentido, os arquivos digitais, em primeira instância, são espaços logicamente estabilizados com poucas chances, dentro da maquinaria dos sentidos, de desestabilização. Um lugar confortável com o qual se identificar.

Mas e no que se refere ao gesto de interpretação do sujeito analista? Aí reside minha questão fundamental. Como organizamos nossos arquivos de pesquisa afetados por essa maquinaria dos sentidos que passa pela automatização da leitura?

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Como lidamos teoricamente com algo que está naturalizado na nossa prática cotidiana de vida? Que dispositivo construímos para nos distanciarmos do arquivo nosso de cada dia? Como passamos do ato de arquivar para o gesto de ler, que implica a construção do dispositivo teórico de leitura de arquivos?

É preciso destacar, com Orlandi (1998, p. 85), que não se trata de supor em nenhuma hipótese "uma posição neutra do analista em relação aos sentidos. Não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma posição em relação a outras." No entanto, o dispositivo, segundo a autora, "é capaz de deslocar a posição do analista, trabalhando a opacidade da linguagem, a sua não-evidência, e, com isso, relativizando a relação do sujeito com a interpretação."

O digital ampliou as possibilidades de constituição dos arquivos, ele mexeu num certo modo de gestão da memória pelas instituições. Se na AAD 69 o arquivo da pesquisa era selecionado pelo pesquisador e depois ele passava pelo tratamento automático, hoje, ele já vem automatizado.

Se num determinado momento histórico da Análise de Discurso a mídia impressa (imprensa, sindicatos, etc.), mas também movimentos organizados e com filiações bem marcadas, com palavras de ordem equívocas, mas localizáveis, se prestavam à constituição de nossos arquivos (imprensa revolucionária, manifestação do partido comunista, revista ligada ao movimento dos trabalhadores, Atas das reuniões do Comitê de Defesa Proletária, etc.) por um processo de leitura de arquivo, hoje, em muitos casos na pesquisa, reunimos os materiais por um processo de busca na Internet, pelo qual já somos lidos.

Diante disso, como construímos nossos arquivos digitas, já que basta um comando, uma palavra-chave e o buscador ou o programa e eles lêem por nós, fazendo surgir o "arquivo" da nossa pesquisa. Com que consequências e procedimentos discursivos?

Dito de outro modo, quais implicações em termos de procedimentos de leitura tem um arquivo de natureza digital? Como pensamos o arquivo diante dessa mudança na divisão social do trabalho de leitura e interpretação?

No meu entender, é preciso discutir a natureza do digital ao refletir sobre arquivo? A questão aqui seria se a Análise de Discurso preside a constituição do corpus ou é o digital e seus dispositivos algorítmicos que preside essa constituição?

É aí que venho questionar a relação de leitura dos arquivos digitais no fazer científico: ao produzirmos nosso arquivo de pesquisa por meio de um sistema de busca ou programa de raspagem de dados, por palavras-chave, não estaríamos produzindo universos logicamente estabilizados? O problema da leitura não se reduziria aí a um "tratamento da informação" por meio de uma "operação" tecno-lógica que seleciona "sequências" algoritmicamente? Não produziria esse modo de construção do arquivo um "fechamento da situação de interpretação"? Um fechamento do próprio *corpu,* na medida em que esses sistemas fazem uma espécie de "operação de extração"?

Como venho sinalizando, é o procedimento analítico e o dispositivo teórico que podem nessa instância, fazer a diferença. Penso que é a ideia da materialidade do arquivo que nesse sentido deve sempre ser retomada em relação à constituição de *corpus*, e, desse modo, é preciso lembrar que a materialidade do arquivo é constituída na discursividade digital.

A partir disso, considero que a questão do "dispositivo teórico da interpretação" em Análise de Discurso é o lugar de investimento mais importante que devemos enfrentar, pois esse dispositivo é "aquilo que permite ao sujeito, pelo trabalho da interpretação e da descrição, uma leitura outra do que está dito", do que está posto, do que está dado, do que é dado. O dispositivo teórico é a possibilidade, enfim, de saída da maquinaria de esquecimento em que se transformou nossa mania de arquivo, pois é desse modo que construiremos instrumentos teóricos para compreender o funcionamento dos discursos no interior do arquivo.

Não esqueçamos da advertência de Pêcheux (2010, p. 59): "a prática da informática exige dos analistas de discurso uma construção explicita de seus procedimentos de descrição..." Continuando com o autor, "é a este preço que se poderá evitar substituir questões por "objetivos operacionais" (…) que derivam mais da gestão administrativa e do sonho logicista de língua ideal que da pesquisa científica fundamental".

Lembremos, por último, que a análise de discurso tem como objeto as discursividades de espaços discursivos não estabilizados logicamente e isso resulta em um certo número de consequências teóricas e de procedimento que não podemos negligenciar ao trabalharmos com os arquivos digitais.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Referências Bibliográficas

AUREL, D. (1965). *La cybernétique et l'humain*. Paris: Gallimard.

AUROUX, S. (2000). *Histoire des idées linguistiques.* Tome 3: L'hégémonie du comparatisme. Paris: Mardaga.

BRETON, P. (1991). *História da informática*. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo. Editora Unesp.

CAMARA JR., M. (1961). "Do tradutor ao leitor". In: SAPIR, E. *Linguística como ciência.* Trad. Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.

DIAS, C. (2018). *Análise do discurso digital*: *sujeito, espaço, memória e arquivo*. Campinas: Pontes,

____. (2012). "Movimento da cibernética, saberes linguísticos e constituição do sujeito". In: FERNANDES, A. C.; MARTINS, R. (orgs.). *Linguagem e tecnologia.* Campinas: Editora RG, p. 11-23.

____. (2005). "Arquivos digitais: da des-ordem narrativa à rede de sentidos". In: GUIMARAES, E.; BRUM DE PAULA, M. (orgs.). *Sentido e Memória.* Campinas: Pontes, p. 41-56.

BACH, E. (1979). "A lingüística estrutural e a filosofia da ciência". In: *Novas perspectivas linguísticas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

GUILHAUMOU, J. (2009). *Linguística e história*: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro & João Editores.

DUPUY, J-P. (1996). *Nas origens das ciências cognitivas.* Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp.

GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. (2016). "Efeitos de arquivo". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo*: experimentações em análise do discurso. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 115-140.

____. (2016). "Breve crítica para uma longa história". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo*: experimentações em análise do discurso. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 95-114.

____. "Novos gestos de leitura ou o ponto de vista da Análise de Discurso sobre o sentido". In: GUILHAUMOU, J. et. al. *Discurso e arquivo*: experimentações em análise do discurso. Trad. Carolina Fedatto; Paula Chiaretti. Campinas: Editora da Unicamp, p. 235-246.

HENRY, P. (2014). "Os fundamentos teóricos da "análise automática do discurso" de Michel Pêcheux (1969)". In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel

Pêcheux. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª ed.

HERBERT, T. (2011). "Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social". Trad. Mariza Vieira da Silva e Laura Parisi. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 21-54.

JAKOBSON, R. (2007). *Linguística e comunicação.* Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix.

LEON, J. (2015). *Histoire de l'automatisation des sciences du langage*. Lyon: ENS Editions.

MALDIDIER, D. (2003). *A inquietação do discurso*: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (1998). *Interpretação:* autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2ª ed.

____. (2012). *Discurso em análise.* Campinas: Pontes.

PAVEAU, M-A; SARFATI, G-E. (2006). *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. Rosário Gregolin et. al. São Carlos: Claraluz.

PAVEAU, M-A. (2017). *L'analyse du discours numérique*: diccionnaire des formes et de pratiques. Paris: Hermann Éditeurs.

PÊCHEUX, M. (1997). "Ler o arquivo hoje". In: ORLANDI, E. (org.). *Gestos de leitura*: da história no discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2ª ed.

____.; GADET, F. (2004). *A língua inatingível*: o discurso na história da Linguística. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Pontes.

____. (2011). "Foi "propaganda" mesmo que você disse? Trad. Eni Puccinelli Orlandi. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 73-92.

____. (2011). "Leitura e memória: projeto de pesquisa". Trad. Tânia Clemente de Souza. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 141-150.

____.; LÉON, J. (2011). "Análise sintática e paráfrase discursiva". Trad. Claudia Pfeiffer. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 163-173.

____. (2011). "Análise de Discurso e informática". Trad. Cristiane Dias. In: ORLANDI, E. (org.) *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados. Campinas: Pontes, p. 275-282.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

____. et al. (2014). "Apresentação da análise automática do discurso (1982)". In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania Mariani et. al. Campinas: Editora da Unicamp, 5ª ed., p. 251-279.
____. (2016). "Abertura do colóquio". In: CONEIN, B. et. al. (orgs.) *Materialidades discursivas*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 23-29.
ROBIN, R. (2016). *A memória saturada*. Trad. Cristiane Dias; Greciely Costa. Campinas: Pontes.
SEGAL, J. (2003). *Le zéro et le un*. Histoire de la notion scientifique d'information au 20e siècle. Paris: Editions Syllepse
WIENER, N. (1965). *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2ª ed.
ZUAZO, N. (2018). *Los dueños de internet*. Buenos Aires: Debate.

Palavras-chave: Automatização, Arquivo, Leitura, Discurso Digital
Keywords: Automation, Archive, Reading, Digital Discourse.

Notas

---

* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente, é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb-Nudecri-UNICAMP. Também, é docente do Mestrado em Divulgação Científica e Cultural e da Especialização em Jornalismo Científico do Labjor.
[1] Ver DIAS (2012).

DA AAD-69 AO SINALÁRIO: LEITURAS DA/SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO

Maraisa Lopes*
UFPI

Resumo: *Este artigo tem por objetivo apresentar o processo de produção de um instrumento linguístico, que permite a abertura da possibilidade de leituras da/sobre a análise de discurso de base materialista, pela comunidade surda brasileira. Promove-se, inicialmente, um breve repasso histórico acerca da Análise de Discurso (AD), recuperando a produção teórica de Michel Pêcheux. Em um segundo momento, apresentamos nossa escuta analítica e o modo pelo qual tem se dado a produção do Sinalário de AD. Versamos sobre a proposição de três sinais (Ideologia, Posição-sujeito e Michel Pêcheux) para demonstrarmos nosso movimento de análise e posterior formulação dos sinais. Com base em nossa produção, esperamos que que os sujeitos surdos saiam dos processos de reprodução mnemônica e passem a uma reprodução histórica, em que, como sujeitos, se relacionem simbolicamente com os sentidos produzidos sobre a AD.*

Abstract: *This article aims to present the production process of a linguistic instrument, which allows the opening of a possibility of reading about the materialistic discourse analysis, by the Brazilian deaf community. It promotes a brief history of Discourse Analysis (DA), recovering the theoretical production of Michel Pêcheux. In a second moment, we present our analytical procedure and the way the production of the DA Sinalário has been given. We have talked about the proposition of three signs (ideology, position-subject and Michel Pêcheux) to demonstrate our movement of analysis and subsequent sign formulation. Based on our production, we expect deaf subjects to be out of a mnemonic reproduction process and to start a historical reproduction movement in which, as subjects, they symbolically relate to meanings produced on DA.*

1. Considerações Iniciais

Em "Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969)", Paul Henry (1997) indica que Michel Pêcheux aspirava a abrir uma fissura teórica e científica no campo das Ciências Sociais e para isso teria publicado textos em seu nome e sob o pseudônimo de Thomas Herbert, alicerçando as bases de discussão para tal abertura.

Nesta tentativa, Pêcheux se apoiou naquilo que, para ele, outrora, havia corroborado com certa ruptura: o materialismo histórico, relido por Althusser; a psicanálise, reformulada por Lacan e o estruturalismo, numa vertente não reducionista em relação à linguagem (HENRY, 1997).

Suas reflexões culminam na elaboração de uma tese, a Análise Automática do Discurso (1968), a qual fora publicada em 1969, sendo tomada como marco inaugural de uma nova ciência, de uma nova forma de produzir conhecimento. Colocando questões fundamentais sobre os textos, a leitura e o sentido (MALDIDIER, 2003), o texto publicado por Pêcheux é fundamental para a compreensão do objetivo do desenvolvimento de uma Análise Automática do Discurso (AAD): fornecer às Ciências Sociais um instrumento científico, já que para esse estudioso, o campo referido encontrava-se num estágio pré-científico e o alcance da cientificidade dependia da criação/ apropriação de instrumentos (HENRY, 1997).

Pêcheux ratifica a ideia de que haja um momento na constituição de uma ciência em que essa crie seu próprio espaço de jogo, faça variar questões e ajuste seu discurso teórico a si mesma, desenvolvendo sua consistência e necessidade e, acrescenta ainda, o que seria um momento antecessor: o da transformação produtora do seu objeto, uma vez que uma ciência apenas se constitui enquanto tal na medida em que produz uma mutação conceitual num campo ideológico e coloca-se como a ciência da ideologia com a qual rompe (HENRY, 1997).

Nesse sentido, para que fosse possível promover uma ruptura no campo das Ciências Sociais, crucialmente ligadas às ideologias e às práticas políticas, Pêcheux elegeu o discurso e a análise de discurso como 'peças' fundamentais. Podemos dizer que suas razões, para tal, subsidiaram-se numa relação entre a prática política e as Ciências Sociais e numa ligação entre a prática política e o discurso, uma vez

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

recusada a visão de que a linguagem se traduz em informações (HENRY, 1997).

Para Pêcheux, o lugar da formalização na ADD-69 tem uma dupla perspectiva: epistemológica, visando definir procedimentos repetíveis e comparáveis que definissem heurísticas para a análise de discurso; e operacional, permitindo ter resultados empíricos para propor uma alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo (GADET *et al*., 1997).

Gadet *et al*. (1997) nos lembram de que não se tratava apenas de formalizar o dispositivo da ADD, mas de informatizá-lo, de realizar um programa informatizado que permitisse preencher essa dupla exigência. A ideia formalizadora de Pêcheux se situava num quadro essencialmente algébrico, com empréstimos do domínio das gramáticas formais. Tratava-se de um "primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade" (MALDIDIER, 2003, p.21).

Pêcheux *et al*. (1997) afirmam que as referências teóricas que presidiram a construção do dispositivo da AAD inscrevem-se no espaço do estruturalismo filosófico dos anos 60, em torno da questão da ideologia. A AAD-69 previa um momento de construção sócio-histórica dos corpora submetidos à análise, um momento de deslinearização sintática das superfícies textuais do corpus e um momento de tratamento automático dos dados resultantes da análise sintática, o qual justifica a pretensão "automática" da AAD. A objetividade de um processo funcionando por si mesmo visava explicitamente a eliminar as "evidências subjetivas" da leitura, esperando trazer à tona traços dessa famosa "estrutura subjacente" do corpus textual estudado.

A AAD-69 era, segundo Maldidier (2003, p. 25), "uma máquina de abrir questões mais que de dar respostas". "A utilização de procedimentos algorítmicos efetivos era, pois, uma condição essencial do empreendimento [...]" (PÊCHEUX *et al*., 1997, p.256). Dessa forma, em uma primeira época, ocorrera a exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-estrutural – uma única máquina discursiva, uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma. No horizonte, a ideia de uma álgebra discursiva, que permitisse construir formalmente a estrutura geradora de um processo associado a um corpus fechado de

sequências discursivas produzidas por sujeitos num espaço discursivo estabilizado, em condições de produção supostamente homogêneas.

Postos os questionamentos à ADD-69, dá-se início a uma segunda época da Análise de Discurso (AD) marcada pelos questionamentos ao dispositivo analítico da maquinaria-discursivo-estrutural, principalmente, no que se refere à construção dos corpora discursivos, que deixam de se relacionar entre si pelo efeito de justaposição, além de a noção de formação discursiva (FD), tomada de empréstimo de Michel Foucault, ter sido trazida para a teoria, funcionando juntamente com o conceito de formação ideológicas (FI).

Numa terceira época, empurra-se "até o limite a crise da noção de máquina discursiva estrutural" e o "procedimento da AD por etapas, com ordem fixa, explode definitivamente" (PÊCHEUX, 1997b, p.315). Para Pêcheux (1997b), esta terceira fase da AD se permite a abordar o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, numa forte relação com a heterogeneidade enunciativa, desconstruindo as maquinarias discursivas, incluindo o outro no processo de formulação dos sentidos, com o traço interdiscursivo se inscrevendo pela e na língua, pensando-se as relações (desiguais) de forças e de sentidos que se produzem.

Orlandi (2019) assevera que não concorda que Pêcheux tenha produzido um distanciamento, na década de 80, daquilo que havia produzido anteriormente. A autora nos diz que se trata de um aprofundamento, um processo histórico de produção de uma ciência, marcado por contradições, por idas e vindas que não estão isoladas. "O que Pêcheux tinha muito presente, e isso está dito em muitas passagens de seus escritos, é que a análise de discurso era um campo em construção" (ORLANDI, 2019, p.41).

E é pensando nessa construção e na necessidade de ajustamento de um discurso científico a si mesmo (HENRY, 1997) que, cinquenta anos depois das primeiras formulações de Pêcheux sobre a análise de discurso, nos colocamos em posição de pensar uma questão que se nos apresenta: se a análise de discurso é "uma provocação à leitura" (PÊCHEUX *et al.*, 1997, p.278), não se propondo somente a ser uma disciplina de interpretação, mas ela própria, como disciplina, está sujeita à interpretação, como permitir uma leitura menos ingênua, por sujeitos surdos, sobre a teoria, uma vez que a língua se constitui como

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido e os sujeitos surdos (se) significam por uma língua outra que não a da comunidade ouvinte, que não a utilizada para a base de toda a produção científica.

Com base nessa inquietação, apresenta-se, a seguir, o processo de produção de um instrumento linguístico, que permite a abertura da possibilidade de leituras da/sobre a análise de discurso de base materialista, pela comunidade surda brasileira.

2. O Sinalário de Análise de Discurso materialista: de uma escuta analítica a um instrumento linguístico[1]

Desde que me tornei professora de um curso de Letras-Libras, me deslocar da posição de professora de Linguística para alunos ouvintes para a posição de professora de Linguística para ouvintes e surdos tem me afetado diariamente.

Recentemente, propus algumas reflexões acerca do processo de institucionalização dos cursos de Letras-Libras no Brasil. Procurei pensar, especificamente, que lugar tem cabido a esses alunos, no espaço da Ciência, em meio a políticas afirmativas que instrumentalizam as relações próprias de uma divisão social do acesso à universidade (LOPES, 2018).

Muitas são as discussões, no Brasil, que envolvem a temática da educação para as pessoas com deficiência, num movimento de (in)visibilidades possíveis em estratos históricos particulares (HASHIGUTI, 2016) – memória e produção de sentidos que vão dizendo sobre esses espaços regulares de escolarização e sobre que sujeitos os constituem.

Se quando pensamos a inclusão escolar, muitos são os problemas que se nos apresentam, quando essas diferenças perpassam algo como a língua falada pelos alunos, os enfrentamentos são ainda maiores.

Nesse sentido, uma outra questão tem me inquietado: como pensar o sujeito surdo na relação com o processo de leitura de uma língua outra, de uma língua oral, que por lei acaba sendo colocada como obrigatória para a modalidade escrita da relação cotidiana dos sujeitos surdos no Brasil? Como os surdos leem os textos-base para as disciplinas de um curso como o Letras-Libras, para disciplinas como as de Linguística, como a de Análise de Discurso?

Embora no Brasil tenha-se tentado pensar sobre a questão da leitura por sujeitos surdos, ainda não tenhamos disponíveis estudos como os já realizados nos EUA acerca dessa temática (AZBEL, 2004). Assumindo outro lugar teórico que aqueles que frequentemente discutem essa questão no Brasil, tenho tentado promover uma escuta analítica de minha experiência empírica, constituída por falas como a de um aluno surdo, prestes a terminar um curso de formação de professores, que, ao ser questionado sobre o que é leitura, diz: "Ler? Para mim, é muito difícil. Quando eu leio, não entendo muitas informações, eu só consigo compreender frases simples pelo celular, mas em português, na universidade, não entendo".

Como não se engajar em buscar compreender mais sobre esse processo? Como, então, em minha posição de professora de Linguística, de analista de discurso, não me angustiar ao pensar de que ordem é a relação desses alunos com os textos selecionados para a disciplina, como é a aula, como se dá a questão da interpretação, em língua de sinais, pelos intérpretes, das discussões promovidas em sala-de-aula.

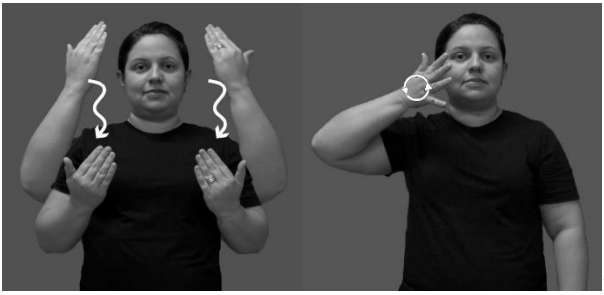
Remontando mais especificamente à disciplina de Análise de Discurso nos cursos de Letras-Libras, devemos considerar que nacionalmente, nestes cursos, trata-se da AD pelo olhar de Fairclough, já que quando pensamos as *condições de produção* que corroboram a criação desses cursos, observamos que o currículo proposto pela Universidade Federal de Santa Catarina, primeira universidade a ter um curso de Letras-Libras, conforme nos informam Quadros e Stumpf (2009), é tomado como um *dizer sobre* o que "deve" ser um curso de Letras-Libras, o qual traz no bojo de sua constituição uma *memória* (PÊCHEUX, 2007) que remete àquilo que é estudado na Gallaudet University – universidade cujos programas são voltados para pessoas surdas e que assume nas disciplinas que envolvem o discurso a perspectiva da Análise Crítica do Discurso.

Esse domínio da perspectiva crítica significa, pois os sinais pensados em Libras para a área de Análise de Discurso voltam-se para aquilo que fora proposto por essa teoria. Outro acontecimento que produz efeitos é o de que a AD não é uma disciplina que angarie muitos seguidores nos cursos de Letras-Libras, fato que, em certa medida, explica a existência de pouquíssimos textos publicados tratando dessa relação.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Em nossa experiência, a disciplina de Análise de Discurso teve como base teórica Pêcheux, Orlandi e o conjunto de autores que se inscreve nessa mesma esteira. Como esperado, imaginávamos que os alunos surdos teriam dificuldades quanto à leitura dos textos selecionados, já que estes se apresentam em língua portuguesa. Entretanto, uma outra questão se colocou: os sinais que seriam usados para significar cada um dos conceitos que estávamos discutindo.

De início, já há um incômodo com relação ao sinal para "Análise de Discurso". Vejamos:



2

Figura 1- Sinal de Análise de Discurso em Libras.

Figura 2 – Sinal de Discurso (1) em Libras

Quando observamos o sinal convencionado para AD, especificamente, naquilo que se refere a *discurso*, vemos funcionar um sinal que se apresenta numa cadeia de significação que nos permite tomá-lo para dizer "palestra", "conferência", um sinal amplamente marcado pela base do oral, da língua que não é a do surdo. Não há como não pensar na equivocidade de sinalizarmos *discurso* perto do ouvido; equivocidade, tal qual discutida por Pêcheux (2002), que é constitutiva da linguagem, "nos colocando a importância de perguntarmos pelos sentidos em suas condições de produção, de colocarmos as interpretações em suspenso" (LAGAZZI, 2011, p.504).

Nesse meandro, algo a ser analisado é o fato de que há uma outra possibilidade de sinalizar *discurso* que traria em si a marca da Libras na relação com a produção discursiva, mas que tem sido colocada em

desuso pela própria comunidade surda, num movimento, em uma primeira análise, motivado pelo contato com a língua oral, remontando à acepção mais reproduzida pelo discurso lexicográfico, em sua evidência, que toma o *discurso* como uma "mensagem oral, geralmente solene e prolongada, que um orador profere perante uma assistência" (HOUAISS, 2019).

Figura 3 - Sinal de Discurso (2) em Libras.

Nas primeiras aulas da disciplina, notamos que o processo entremeado pela leitura dos textos em língua portuguesa e pela tradução das aulas para Libras não permitia que o sujeito-surdo ocupasse uma *posição-sujeito* que o colocasse a possibilidade de um gesto de interpretação acerca da teoria.

Pensando na formulação de Orlandi (1998) de que

> [...] há uma injunção à interpretação. Diante de um objeto simbólico o homem tem necessidade de interpretar. Ele não pode não interpretar. Esta é uma injunção. E o homem interpreta por filiação, ou seja, filiando-se a este ou aquele sentido, inscrevendo-se nesta ou naquela formação discursiva, em um processo que é um processo de identificação: ao fazer sentido, o sujeito se reconhece em seu gesto de interpretação (ORLANDI, 1998, p. 19),

um processo que permite a abertura da possibilidade de leituras da/sobre a análise de discurso materialista, à comunidade surda, passou a ser gestado.

Fazendo das aulas nosso próprio material de análise, uma compreensão nos fora possível: muitas das palavras utilizadas nos textos para abordar conceitos próprios da AD eram tomadas na evidência dos sentidos e de modo análogo, traduzidas para a Libras: sinais como o de sentido na relação com sentir; o de pessoa utilizado numa relação de sinonímia com o de posição-sujeito; o de ideologia numa relação de algo que está escondido, que está por trás de algo; o de textos na linearidade do escrito sobre o papel; dentre outros.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

A partir dessa compreensão, percebemos a necessidade de produzirmos um sinalário de Análise de Discurso, trazendo à tona o papel dos instrumentos linguísticos para a constituição de um dizer sobre a língua, em nosso caso, um dizer sobre a Libras e, em sua extensão, um dizer sobre a AD.

Da perspectiva da História das Ideias Linguísticas, consoante Nunes (2008), gramáticas e dicionários são vistos como instrumentos linguísticos e têm sido estudados também como objetos discursivos, conforme os trabalhos de A. Collinot e F. Mazière (1997). Ao que o autor acrescenta que se possa dizer o mesmo a respeito de outros instrumentos linguísticos; formulação que tomo para compreender o sinalário, que para Stumpf (2005), trata-se de um conjunto de expressões que compõe o léxico de uma determinada língua de sinais, nessa mesma esteira.

Observar esses instrumentos como parte da relação com a sociedade e a história transforma os "em objetos vivos, partes de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana" (ORLANDI, 2001, p.08).

Tomar as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise permite efetuar leituras que as remetam às suas *condições de produção*, considerando-se a materialidade linguística na qual são produzidas, bem como os modos pelos quais se produzem conhecimentos em determinadas conjunturas históricas, observando-se e descrevendo os funcionamentos discursivos (NUNES, 2008).

É fundamental ressaltar que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, 1992). Tais instrumentos são importantes elementos para nossa reflexão quando pensamos a gramatização de uma língua, pois observar a constituição destes é tratar do modo como uma sociedade constrói elementos de sua identidade, uma vez que a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente (GUIMARÃES; ORLANDI, 1996).

Nesse ponto, sobre os sinalários, numa extensão daquilo que fora dito por Nunes (2006) sobre os dicionários, tomo-os como um objeto de consulta, uma obra de referência, à disposição dos leitores nos momentos de dúvida e de desejo de saber. "Trata-se de um dos lugares

que sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos" (NUNES, 2006, p.11).

Concordamos com Nunes (2006), na medida em que o autor afirma que os estudos discursivos e de história das ideias linguísticas trazem condições metodológicas para se ler com outros olhos os dicionários e as gramáticas (e em nosso caso, o sinalário), como lugares eficazes de descrição das línguas, importantíssimos para a sua reprodução, transformação e circulação na sociedade.

Para pensarmos, então, no processo de formulação deste instrumento linguístico, alguns sujeitos se colocaram na base de sua produção: alunos surdos e ouvintes, mestrandos e doutorandos em Análise de Discurso, assim como professores das áreas de Tradução, Libras, Linguística e Análise de Discurso, surdos e ouvintes.

Como metodologia, procedemos a um levantamento coletivo de todos os conceitos ou termos que se colocavam como relevantes para a teoria, discutimos um a um, para que depois começássemos a pensar em possíveis sinais, um *brainstorming* de sinais fora feito e, *a posteriori*, um processo analítico sobre cada um deles. Este processo de formulação do sinalário já dura cerca de um ano e, atualmente, estamos em fase de gravação e edição do material para que ele possa ser publicizado, ainda em 2020, em sua primeira versão sistematizada.

Para explicitar um pouco do gesto analítico que tem sido feito para pensarmos os sinais, selecionamos dois para apresentá-los: o de ideologia e o de posição-sujeito.

O sinal de *ideologia* já convencionado na comunidade surda traz em si a questão da ocultação, de que algo se esconde, opondo-se à ideia de ideologia enquanto o próprio funcionamento simbólico, em que as direções de sentido ganham corpo, ideologia não tomada como conteúdo, mas como processo. Como diria Orlandi (1994, p. 56), "a ideologia não é 'x', mas o processo de produzir 'x'".

Figura 4 - Sinal de Ideologia em Libras.

Então, se o simbólico se dá pelo atravessamento da ideologia, se a ideologia é algo que interpela o indivíduo enquanto sujeito (ALTHUSSER, 1976), se é processo, se é

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

constitutiva dos próprios processo de significação, da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação (ORLANDI, 1994), passamos a significá-la a partir do seguinte sinal:

Figura 5 - Sinal para Ideologia em Libras proposto para o Sinalário de AD.

A discussão sobre o sinal para *posição-sujeito* oferece um lugar de análise interessante. Nas primeiras vezes em que, como professora da disciplina de AD para alunos surdos, utilizei o termo em sala-de-aula, notei que os intérpretes usaram os sinais abaixo, que remetem a *pessoa*.

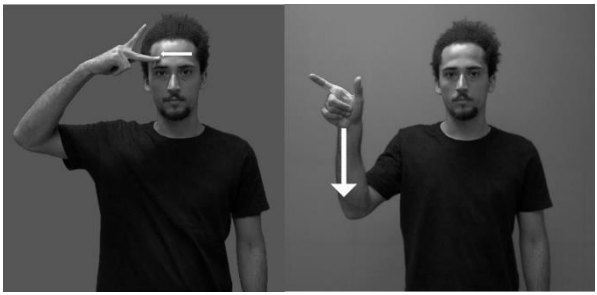


Figura 6 - Sinais para Pessoa em Libras.

Havia aí um efeito de sentido que colava a pessoa, o indivíduo, o sujeito biológico à noção de *posição*. Deixava-se de fora o simbólico, o histórico e a ideologia, que tornam possível a interpelação do indivíduo em sujeito. Para Orlandi (2005), *posição* é aquilo que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito do que diz, não é uma forma de subjetividade, mas um 'lugar' que ocupa para ser sujeito do que diz. Pêcheux (1995), chama de *posição-sujeito* a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). Isto

posto, passamos a formular o sinal para *posição-sujeito* da seguinte maneira:

Figura 7 - Sinal para Posição-sujeito em Libras proposto para o Sinalário de AD.

Muitos poderiam ser os sinais a serem discutidos aqui. Mas, para finalizar a apresentação daquele que tem sido nosso investimento teórico-analítico que dá vazão à produção do sinalário de AD, gostaríamos de falar de um outro processo fundamental para a constituição do sinalário: o "batismo" dos autores pela comunidade surda, como parte da Cultura Surda. Pelo viés da AD, eu o tomo como um acontecimento discursivo, um processo de nomeação, perpassado pelo simbólico, afetado ideologicamente. Como disse Costa (2012),

> o gesto de nomear para nós é um dos modos de formular, de se interpor na relação indireta, opaca, da representação linguagem/pensamento/mundo pelo homem. É interpretar. É, por isso, também, dar corpo aos sentidos. É, ainda, levando em conta o que explica Orlandi [...], o gesto de nomear situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível (COSTA, 2012, p.134).

E, em se tratando de AD, e, de pensar os pontos de constituição de uma memória sobre a teoria, na qual o "trabalho de Pêcheux retoma seu sentido e lugar", como diria Courtine (2005), não poderíamos finalizar este texto sem apresentar o sinal dado a Michel Pêcheux, como vemos abaixo:

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Figura 8 - Sinal de Michel Pêcheux em Libras.

3. Um fecho aberto

Finalizamos nosso texto, retomando Pêcheux (2016, p.26), ao afirmar "a escuta analítica transforma alguma coisa pelo viés da 'intervenção'". Temos tentando, em nossos investimentos teórico-analíticos, compreender como os sujeitos surdos e suas práticas acadêmicas têm sido significadas em nossa sociedade. Mais especificamente, neste trabalho, para permitir uma leitura produtiva dos textos de Análise de Discurso por sujeitos surdos, buscamos formular um instrumento linguístico que se coloca-se como um discurso sobre a AD, uma memória sobre a AD para os surdos: um sinalário de AD.

Com isso, esperamos que os sujeitos surdos saiam dos processos de reprodução mnemônica e passem a uma reprodução histórica, em que, como sujeitos, se relacionem simbolicamente com os sentidos.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. (1976). Idéologie et appareils idéologiques d'État. In: Positions. Paris: Éditions Sociales.

AUROUX, S. (1992). *A Revolução Tecnológica da Gramatização.* Campinas, SP: Editora da Unicamp.

AZBEL, L. (2004). *How do the deaf read?* The paradox of performing a phonemic task without sound. IntelScience Talent Search. Disponível em: http://psych.nyu.edu/pelli/docs/azbel2004intel.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2019.

COSTA, G. C. da. (2012). "Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos". In: *RUA* [online]. Campinas, n.18, vol.1.

COURTINE, J. J. (2005). "A estranha memória da Análise do Discurso". In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs). *Michel*

Pêcheux e a análise de discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz.

GADET, F. *et al*. (1997). "Apresentação da Conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969". In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). (1996). *Língua e Cidadania*: o português no Brasil. Campinas, SP: Pontes.

HASHIGUTI, S. T. (2016). "Corpos e formas (in)visíveis: entre a regularização e a ruptura de sentidos". In: COSTA, G. C.; CHIARETTI, P. (Orgs.). *Arte e Diversidade.* Trilogia Travessia da Diversidade. Campinas: Pontes, v. 3, p. 83-96.

HENRY, P. (1997). "Os Fundamentos Teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969)". In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

HOUAISS, A. (2019). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#0. Acesso em 11 de setembro de 2019.

LAGAZZI, S. (2011). "A equivocidade na circulação do conhecimento científico". In: *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 497-514, set./dez.

LOPES, M. (2018). "A institucionalização do curso de licenciatura em Letras-Libras no Brasil: língua, sujeitos e sentidos". In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, CNPq – Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, n.42, jul.dez., p.57-71.

MALDIDIER, D. (2003). *(Re)ler Michel Pêcheux Hoje.* Campinas, Pontes.

NUNES, J. H. (2006). *Dicionários no Brasil*: Análise e História. Campinas, SP: Pontes Editores – São Paulo, SP: FAPESP – São José do Rio Preto, SP: FAPERP.

NUNES, J.H. (2008). "Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas". In*: Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez.

ORLANDI, E. P. (1994). "Discurso, Imaginário Social e Conhecimento". In: *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

ORLANDI, E. P. (2005). *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 2.ed. Campinas, SP: Pontes.

ORLANDI, E. P. (2019). "Entrevista com Eni Orlandi". In: OLIVEIRA, G. A. de; NOGUEIRA, L. (Orgs.). *Encontros na análise de discurso*: efeitos de sentidos entre continentes. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

ORLANDI, E. P. (Org.). (1998). *A Leitura e os Leitores*. Campinas, SP: Pontes.

ORLANDI, E. P. (Org.). (2001). *História das Ideias Linguísticas*: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora.

PÊCHEUX, M. (1995). *Semântica e Discurso*: uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

PÊCHEUX, M. (1997a). "Análise Automática do Discurso (AAD-69)". In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1997b). "A Análise de Discurso: três épocas (1983)". In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (2002). *O Discurso*: Estrutura ou Acontecimento. 3.ed. Campinas, SP: Pontes.

PÊCHEUX, M. (2007). "Papel da memória". In: ACHARD, P. *et al*. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. (2016). "Abertura do Colóquio". In: CONEIN, B. *et al*. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. *et al*. (1997). "Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982)". In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso*. Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp.

QUADROS, R. M. de; STUMPF, M. R. (Orgs.). (2009). *Estudos Surdos IV: série pesquisas*. Petrópolis, RJ: Arara Azul.

STUMPF, M. (2005). *Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting*: Línguas de sinais no papel e no computador. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Disponível em: http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/919079-ARQ/919079_5.PDF.

Palavras-chave: Análise de Discurso, Sinalário, Michel Pêcheux.
Keywords: Discourse Analysis, Sinalário, Michel Pêcheux.

Notas

---

* Mestra e Doutora em Linguística pela Unicamp. Estágio Pós-Doutoral em Educação de Surdos desenvolvido na Flagler College (Florida/USA). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí e atua junto ao Curso de Licenciatura em Letras-Libras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras.
[1] Agradeço aos colegas da Universidade Federal do Piauí: Pedro Júlio Santos de Oliveira, Mestre em Comunicação Social pela UFPI, Técnico em Multimídia, pela edição das imagens; Adila Silva Araújo Marques, Mestra em Estudos da Tradução pela UFSC, Professora do Curso de Letras-Libras, e Heron Ferreira da Silva, Graduado em Letras-Libras, Intérprete de Língua de Sinais/Português, pela cessão das imagens relativas aos sinais em Libras.

ANÁLISE DE DISCURSO: UM PERCURSO DE LEITURA E DE GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

Mariza Vieira da Silva*
UCB/LABEURB

Resumo: *Pensar e compreender o discurso pedagógico no processo histórico e político mais amplo da escolarização do português no Brasil, em diferentes conjunturas, em que uma memória histórica estruturada pela escravidão continua funcionando, tem sido nosso objeto de estudo. Neste artigo, visamos analisar duas noções – "texto" e "linguagens"-, introduzidas nos anos 1960/1970 nas práticas escolares, através de políticas públicas e de sua didatização, sob a ideologia da comunicação, marcadas pela dominância do tecnicismo, do pragmatismo e do funcionalismo, sustentados, por sua vez, pelo empiricismo, pelo positivismo, na instrumentalização da(s) língua(s) do Brasil, pressupostos em certas teorias. Objetivamos, neste percurso, fazer uma leitura discursiva, da perspectiva materialista, das formas de subjetivação em seus desdobramentos, que indique caminhos a serem explorados se queremos construir a sempre adiada escola republicana de qualidade como direito de todos os brasileiros em que o ensino do português como língua nacional não silencie a diversidade individual e coletiva.*

Abstract**:** *To think about and understand the pedagogical discourse in the broader historical and political process of Portuguese schooling in Brazil, in different conjunctures, in which a historical memory structured by slavery lingers on, has been our object of study. In this article, we aim to analyze two notions - "text" and "languages" -, introduced in the 1960s and 1970s in school practices, through public policies and their didatization, under the ideology of communication, marked by the dominance of technicism, pragmatism. and functionalism, supported in turn by empiricism, positivism, in the instrumentalization of the Brazilian language(s), presupposed in certain theories. We aim, in this path, to make a discursive reading, from the materialist perspective, of the forms of subjectivation in its unfolding, which indicate ways to be explored if we are to build the ever*

postponed republican school of quality as the right to all Brazilians in which the teaching of Portuguese as a national language does not silence individual and collective diversity.

Eu tenho à medida que designo – e este é o esplendor de se ter uma linguagem. Mas eu tenho muito mais à medida que não consigo designar. A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é o do buscar e não achar que nasce o que eu não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. Por destino tenho que ir buscar e por destino volto com as mãos vazias. Mas – volto com o indizível. O indizível só me poderá ser dado através do fracasso de minha linguagem. Só quando falha a construção, é que obtenho o que ela não conseguiu.
Clarice Lispector, 1986.

É a partir desse conseguir-nãoconseguir-conseguir, do indizível, da falha que entramos na cadeia significante para escrever este texto em que devemos exercitar uma autoria, sustentada por uma leitura discursiva e por gestos simbólicos em ato, da qual se cobrará coesão,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

coerência, não contradição, continuidade, unicidade, responsabilidade pelo dito, mesmo sabendo que ele se construiu em relação ao não-dito e ao já-dito histórico ali presentes pela ausência. E o fazemos como alguém que tem se dedicado a esse impossível de educar, à apreensão do ensinar-aprender uma língua materna e nacional para um sujeito cidadão brasileiro: a compreender o discurso pedagógico em sua transparência e opacidade.

Trata-se, pois, de trazer para pensar a relação língua-sujeito-história como um lugar de movimento do sujeito, de errância do sentido, de conflito/confronto com o não-dizível e, ao mesmo tempo, de busca de um espaço-tempo para construção da unicidade do sentido e do sujeito cidadão letrado no deslizamento do significante.

Começando este percurso

Desde inícios dos anos 1990, trabalhamos com a análise de discurso fundada por Michel Pêcheux, na França dos anos 1960, sobre a *escolarização do português no/do Brasil em diferentes conjunturas históricas e teóricas*. Um trabalho inicial com os séculos XVI, XVII, XVIII, marcados direta e fortemente pela colonização e escravidão, trabalhando noções como as de condições de produção, formações imaginárias, formações discursivas, ideologia, processos discursivos, autoria dentre outras, criou condições para uma compreensão mais ampla e consistente sobre a construção de uma memória nacional, oficial sobre a(s) língua(s) do Brasil e de seus falantes, feita de silenciamentos e apagamentos de sentidos, de falhas e faltas estruturantes dos processos de significação e de subjetivação (SILVA, 2015). Uma história que começa ser construída a partir do quê Michel de Certeau chama de "escrita conquistadora", uma colonização do corpo pelo discurso do poder, que:

> Utilizará o Novo Mundo como uma página em branco (selvagem) para nela escrever o querer ocidental. Transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um *querer escrever* e um *corpo escrito* (ou a escrever) fabrica a história ocidental. A *escrita da história* é o

> estudo da escrita como prática histórica (CERTEAU, 2006, p. 9-10 – grifos do autor).

Nos últimos anos, o eixo espaço-temporal de nossos estudos e pesquisas deslocou-se para a *escolarização do português do Brasil* a partir da segunda metade do século XX, em que vemos funcionar essa memória pelo modo de tratar a desigualdade, a diferença, quando, pela primeira vez, começa um acesso efetivo da maior parte de brasileiros à escola fundamental. É também um período em que "a linguística" como um domínio teórico homogêneo, científico, objetivo, neutro, imparcial, imaginariamente, passa a dar sustentação às políticas públicas de Estado e aos programas e projetos nacionais, estaduais e municipais delas decorrentes, o que acontece de maneira mais explícita e forte a partir da redemocratização nos anos de 1980, após vinte e um anos de ditadura (PFEIFFER e SILVA, 2014). Há uma exploração ideológica da linguística à medida que ela aparece também como uma ciência piloto com possibilidades de reinscrição fora de seu campo.

Mais de trinta anos depois, podemos observar os avanços pedagógicos e socais em termos de acesso e disseminação de ideias linguísticas, mesmo que, às vezes, de forma simplista e reducionista, sobre a não homogeneidade do português e, ao mesmo tempo, a camisa de força imposta a essas ideias pela dominância de um tecnicismo e um pragmatismo, sustentados pelo empiricismo e positivismo, na instrumentalização da(s) língua(s) do Brasil, pressupostos em certas teorias. A entrada da linguística na escola correspondeu a uma transformação profunda na prática do professor e do aluno. No caso dos professores da Educação Básica, um de seus efeitos, talvez o principal, seja o de solapar sua autonomia intelectual, precarizar sua autoria, desresponsabilizando-os pelas suas atividades profissionais para, em movimentos paralelos, responsabilizá-los pelo fracasso escolar e pela má qualidade do ensino de forma cada vez mais frequente e acirrada.

Observamos, ainda, que uma memória histórica estruturada pela escravidão (SCHWARCZ e GOMES, 2018) continua funcionando nas práticas linguísticas e pedagógicas, em que o trabalho com a língua foi se apagando, diluído conteudisticamente em meio a outras linguagens, pedagogizando a língua em termos de *x* ou *y*, de forma que equívocos, lapsos, ambiguidades, incompletude, conflitos e contradições próprias de práticas sociais sempre divididas, fiquem significadas no interior de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

consensos, sem lugar para a diferença, para o outro, contribuindo para polarizações que movem a nossa sociedade no século XXI. Nessa trajetória entre prática-teoria-prática, fomos descrevendo e interpretando a partir da autonomia relativa da língua porque afetada pela história, processos discursivos dominantes em que faltas e falhas do sujeito, da língua e da escola, estão sempre presentes.

Neste artigo, tomando como ponto de partida nossa prática pedagógico-política e de nossa trajetória de apropriação-produção-distribuição de conhecimentos linguísticos entre sujeitos, visamos discutir sobre e analisar duas noções introduzidas nos anos 1960/1970 nas práticas escolares através de políticas públicas de ensino de língua portuguesa e de sua didatização, sob a ideologia da comunicação tomada como teoria da informação: a de *texto* e a de *linguagens*[1], estando aí incluída a língua e sua instrumentalização, produzindo como efeito a diluição, o silenciamento, o apagamento do que há de equívoco, de falha, de possibilidade de rupturas e transformações nas relações linguísticas e sociais, de compreensão da diferença sempre presente no outro.

Objetivamos, pois, neste momento do percurso, fazer uma leitura discursiva, da perspectiva materialista, das formas de assujeitamento em seus desdobramentos, representadas por um sujeito empiricamente situável que toma posição com conhecimento de causa e liberdade, e por um sujeito universal que representa todos e ninguém, situado em toda parte e em lugar nenhum. Uma leitura que indique caminhos a serem explorados se visamos uma mudança de terreno na forma de tratar com as nossas desigualdades econômicas, sociais e educacionais, que são históricas; de construir a sempre adiada escola republicana de qualidade como direito de todos os brasileiros em que o ensino do português como língua nacional não silencie a diversidade individual e coletiva. Uma leitura que está inscrita no interdiscurso como esse complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas, que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas (PÊCHEUX, 1988), o que nos possibilita questionar evidências fundadoras do processo histórico de escolarização do português como língua nacional.

História, memória, interpretação

Em "Os livros que devoraram meu pai: a estranha e mágica história de Vivaldo Bonfim", Afonso Cruz narra a história de um personagem – um leitor voraz – que desaparece submerso entre um significante e outro, naqueles espaços em branco entre as palavras em que tudo pode acontecer. Ele nos diz o seguinte: "As nossas histórias nunca são verdadeiras ou absolutamente verdadeiras, são apenas uma interpretação [...] As nossas memórias vão sendo vistas de diferentes perspectivas, conforme aquilo que aprendemos e conforme aquilo que sentimos no instante em que as relembramos" (CRUZ, 2018, p. 118-119). Essas palavras nos colocam em diálogo com a análise de discurso, pois para ela, "a questão crucial é construir interpretações sem jamais neutralizá-las nem no "não-importa-o-quê" de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal" (PÊCHEUX, 2011, p. 294).

Os anos de 1960 marcam a fundação da análise de discurso por Michel Pêcheux na França e, do lado de cá do Atlântico, nosso percurso, sem ainda saber, como futura analista de discurso, entendido como "efeito de sentidos entre locutores" (PÊCHEUX, 1990), a partir de nossa prática acadêmica, pedagógica e política. Era o início de um curso de Letras em uma faculdade de interior do Brasil em que a linguística era ensinada diluída em meio a estudos gramaticais; e de nossa prática profissional, como professora de português em escola pública de educação fundamental e média em que os estudos da linguagem difundiam-se de forma simplista e de cima para baixo como sinal de renovação e modernização com noções como as de "português através de textos", "esquema informacional" (derivado das teorias sociológicas e psicossociológicas), "comunicação", "diferentes linguagens" (que não só a verbal). Essas inovações conceptuais tinham como tecnologia fundamental de difusão o livro didático. Elas chegavam como evidências (e continuam a chegar) através do discurso de quem sabia (sabe) das coisas: manuais, legislação, políticas públicas, novas formas de avaliação por competência e habilidades, teorias científicas.

Vivíamos um acontecimento discursivo de encontro de uma atualidade com uma memória que remetia a um conteúdo-político ao mesmo tempo, perfeitamente transparente e profundamente opaco (PÊCHEUX, 1990a), que produziria efeitos duradouros. Ali estavam sendo lançadas as bases de uma política de educação mais ampla,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

necessária ao capitalismo de pós-guerra e seus desdobramentos, criando condições para o estabelecimento de novas alianças entre Ciência, Educação e Sociedade sob as formações discursivas da comunicação/interação e do culturalismo (SILVA, 2016), que iriam nos anos que se seguiram sofrendo descontinuidades que não descontinuavam certas finalidades e objetivos dominantes mais amplos nacionais e internacionais. Finalidades e objetivos estes que determinavam (e determinam) os processos de significação e subjetivação dos indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia como agentes das práticas educativas (PÊCHEUX, 1988).

Os anos 1960 foram também momentos de produção artística intensa em termos de movimentos sociais, musicais, teatrais, literários e, paradoxalmente, o início de uma ditadura que duraria 21 anos. Essa mudança de paradigma no campo educacional nos parecia, nos primeiros momentos, fazer parte dos mesmos movimentos de rebeldia, de luta contra a opressão da sociedade naquele momento. Para nossa geração, a prática acadêmica e profissional significava prática política, em que a escola era local de aprendizagem do fazer político, lado a lado, com o saber-fazer pedagógico. E a conjuntura da ditadura não cansava de nos mobilizar para pensar, para refletir sobre e buscar soluções para a escola e o ensino de língua e, para começar a perceber o lugar da prática científica nessa luta.

Na busca de novos caminhos, para sanar as dúvidas sobre esse "novo português escolar", fizemos uma pós-graduação em que as discrepâncias entre a prática e a teoria só fizeram aumentar, uma vez que se dizia que a linguística era científica, séria, neutra e que a prática política era algo a ser desenvolvida em outros espaços institucionais e sociais. A teoria dominante era o logicismo gerativista articulado à sociolinguística variacionista de Labov chegada recentemente ao Brasil. Tentamos ingenuamente driblar a ideologia dominante com a escolha conteudística de um tema gerador – "Valores reais e valores proclamados" de Anísio Teixeira (1976) – e de um objeto de estudo – apagamento da preposição nas orações relativas preposicionadas –, mas tendo como referencial teórico o gerativismo. No entanto, mais questões que respostas surgiam a todo momento no processo de análise: diferença entre relativas – restritivas e apositivas – e sobre o apagamento da preposição. E o que dizer dos valores reais e

proclamados? Chegamos a ensaiar respostas, cujo capítulo retiramos da dissertação por poder parecer não sério. Preparávamo-nos, sem saber, para o encontro com a análise de discurso posteriormente.

Esse percurso depois dessa fase de desencanto, contudo, ganhou um reforço e uma base fundamental para o desenvolvimento de uma leitura discursiva: o acesso ao campo teórico da educação da perspectiva materialista em que se trabalhavam fundamentos e determinações presentes no processo educativo, a que tivemos acesso a partir dos anos 1980, convivendo cotidianamente com investigações em órgão financiador de pesquisa do Ministério da Educação. Essa aprendizagem nos ensinou a transitar entre linguística e educação de modo novo, a pensar em como estabelecer elos teóricos entre linguística e educação, ou seja, entre teorias linguísticas usadas nas políticas públicas que norteiam o ensino de língua(s) na escola e na formação de professores e as finalidades e objetivos da educação nacional decorrentes de demandas econômicas, sociais e políticas de diferentes grupos da sociedade.

Pudemos, assim, apreender e compreender a noção de condições de produção propostas desde o primeiro modelo da AD não como mero contexto, ou como fatores extralinguísticos que se correlacionariam a fatores linguísticos suficientes para explicar as políticas públicas e a prática linguístico-pedagógica. Tratava-se de elementos estruturantes do discurso pedagógico, envolvendo relações de força e relações de sentido, processos de identificação do sujeito brasileiro em sua dimensão histórica. Compreender a historicidade dessas condições fazia-se (e faz-se) um verdadeiro desafio constante em seus movimentos e desdobramentos.

Acresça-se a isso, o aprendizado das relações entre linguística e filosofia, lendo Pêcheux, posteriormente, o que criou condições para observarmos o funcionamento de uma “filosofia espontânea” em seus fundamentos e determinações, presentes nas políticas públicas formuladas e implementadas com o trabalho dos linguistas como críticos de uma educação tida como conservadora e, ao mesmo tempo, de parceiros do Estado na formulação dessas políticas. A sustentação da linguística tomada como campo homogêneo, pressupunha que um conjunto de práticas científicas se configurasse como uma realidade homogênea, constituindo uma unidade de um todo indiferenciado, movimentando lutas teóricas e ideológicas[2]. Pêcheux e Gadet (1998)

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

afirmam que a história da linguística pode ser compreendida como uma espécie de luta entre o logicismo e sociologismo, formando os elementos de uma contradição que, ao longo da história, toma múltiplas formas. Eles argumentam que

> [...] esta contradição oculta pode-se tornar aparente a partir do momento em que se reconhece a existência de um elemento, ele também recoberto pela 'neutralidade' cientificada Linguística, mas sempre presente em seus efeitos: este elemento é a filosofia espontânea dos linguistas, sendo ela precisamente constitutiva dessa contradição fundamental (ibid., p. 5-6).

Não há prática discursiva sem sujeito e os indivíduos agem sempre na forma sujeito como sujeitos, o que nos leva necessariamente, ao efeito do complexo das formações discursivas na forma-sujeito, ou seja, que todo sujeito é constitutivamente colocado como autor de e responsável por seus atos, condutas, palavras em cada prática que se inscreve pela determinação das formações ideológicas no qual é interpelado em sujeito responsável pela identificação com a formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 1988). No entanto, a filosofia espontânea apaga, como efeito, a historicidade de conceitos e teorias, e produz uma relação imaginária dos cientistas com sua própria prática. Ela mascara, assim, a realidade de práticas científicas que residem em sua distinção: cada uma com objeto próprio e seus procedimentos analíticos, sua história, seus pressupostos (ORLANDI, 1998), seus limites e obstáculos epistemológicos, suas contradições, seus efeitos sociais, políticos, ideológicos. O discurso científico pode, através desse funcionamento, enunciar sem sair de si os princípios de sua teoria de modo autônomo, sendo os obstáculos formais, tidos como momentâneos, questão de técnica, apagando o fato de que a técnica é parte integrante da teoria. O que traz para a discussão a relação entre teoria e aplicação (LECOURT, 1978).

Nosso primeiro desafio em trabalhar com a análise de discurso, dialogando com a educação e a filosofia, em um trabalho de maior fôlego deu-se com uma tese sobre a história da alfabetização no Brasil, tendo como eixo mobilizador de formações discursivas a constituição de sentido e sujeitos em relação a um saber escolarizado. Tomamos

como objeto discursivo a *alfabetização* no período colonial: o aprendizado das primeiras letras nos primeiros trezentos anos do Brasil, em uma conjuntura de formação social capitalista periférica (FERNANDES, 1975), forjada pelos braços escravos de índios e negros. Para tanto, construímos e analisamos um extenso arquivo de fontes primárias – cartas jesuíticas, relatos de cronistas, viajantes e missionários – e de obras de autores representativos de diferentes áreas do conhecimento, consideradas clássicas, que se apoiaram também nessas fontes primárias e em outras, para a construção de uma memória nacional. Isso nos possibilitou avançar na compreensão do interdiscurso, das formações discursivas sempre heterogêneas referidas a formações ideológicas, bem como da autoria como uma função do sujeito (ORLANDI, 1988), ou seja, de um indivíduo já interpelado em sujeito pela ideologia (SILVA, 2015).

As análises e os gestos de interpretações feitas nesse percurso foram ao longo dos anos sendo compreendidas em seus desdobramentos e deslocamentos, ao estender nossas análises para outras conjunturas históricas (SILVA, 2002), sempre procurando enfrentar o desafio de dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas que supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua e o real da história, em que o simbólico se confronta com o político, com a divisão da sociedade, do sujeito, da educação, da escola.

Pudemos, então, retomar dúvidas, questionamentos antigos sobre as grandes inovações instaladas quando de nossa prática pedagógica nos anos de 1960 que, em suas continuidades e rupturas, sustentam o que Pêcheux (2011) chama de "lutas ideológicas de movimento": que "devem ser pensadas como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação etc.)" (id., p. 97), por meio das quais adaptações e transformações reproduzem a exploração-dominação de sentidos e de individualização do sujeito (ORLANDI, 2001). Sabendo, contudo, que "uma multiplicidade de resistências e revoltas heterogêneas se entocam na ideologia dominante, ameaçando-a constantemente" (ibid., p. 96). Não se trata, assim, de pensarmos a relação ideologia dominante X ideologias dominadas como pares opositivos em que temos vencedores e vencidos em embates com um placar final, mas como elementos contraditórios presentes nessas lutas. As ideologias dominadas produzem "efeitos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

ideológicos que emergem da dominação e que trabalham contra ela por meio das lacunas e das falhas no seio dessa própria dominação" (ibid., p. 96-97).

Dessa perspectiva discursiva, os objetos com que lidamos na prática educativa como o trabalho, o desejo, a natureza, a ciência, a(s) língua(s) não são objetos lógicos e formais, sujeitos a uma comunicação, a um ensino unívoco, sem ambiguidades e equívocos. "Esses objetos apenas existem como relações de força historicamente móveis, como movimentos flexíveis que são surpreendentes por causa do paradoxo que eles possuem" (PÊCHEUX, 2011, p. 97). São idênticos e antagônicos entre si, funcionando como unidades divididas em processos assimétricos, heterogêneos e contraditórios (SILVA, 2018). E ainda com Pêcheux, podemos dizer que a análise de discurso busca explorar "esse jogo de heterogeneidades discursivas móveis que geram eventos específicos às lutas ideológicas de movimento" (ibid., p. 98).

A língua e o texto, a língua e a(s) linguagem(ens)

Orlandi (2001) ao tratar da relação discurso/texto no que se refere à formulação e circulação de sentidos, na conjuntura da globalização e das novas tecnologias de linguagem, diz que à primeira vista a noção de texto parece obsoleta. No entanto, para ela, o texto deve ser objeto de nossa atenção por estar na base dessa conjuntura. O nosso trabalho sobre a escolarização do texto a partir de meados do século XX na busca de compreender o movimento das formações discursivas, referidas às formações ideológicas, em suas descontinuidades contínuas, confirmam o valor de suas palavras.

> [...] saber como se elabora um texto é saber elaborar teoricamente as novas formulações que hoje se produzem. Novas formas de textualidade. Em novos contextos de realização, ou seja, como se diz em análise de discurso, novas condições de produção (ORLANDI, 2001, p. 15).

Desde que fez sua entrada na escola, a noção de texto, em seus desdobramentos, não mais perdeu sua centralidade na formação dos sujeitos letrados, reafirmando, assim, sua importância em tomá-lo como objeto de estudo. Nos "Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua

Portuguesa", produzidos na década de 1990 como parte de uma política pública que se aplica a toda Educação Básica, em um contexto de globalização e da ideologia do neoliberalismo, encontramos dito na sequência linguístico-discursiva recortada:

> SLD 1
> [...] não é possível tomar como unidades básicas do processo de ensino as que decorrem de uma análise de extratos – letras/fonemas, sílabas, palavras, sintagmas, frases – que, descontextualizadas, são normalmente tomadas como exemplos de estudo gramatical e pouco têm a ver com a competência discursiva[3]. Dentro desse marco, a unidade básica do ensino só pode ser o texto (BRASIL, 1998, p. 23).

Em 2018, foi aprovada e homologada, outra política nacional de educação "Base Nacional Comum Curricular" em que o *texto* mantém a centralidade, mas não apenas o texto verbal, pois já está consolidada a noção de *linguagens*. Embora apareça junta com a noção de multimodalidade concernente ao quadro teórico da semiótica, observamos aí um retorno aos anos 1970 em que junto com a ideologia da comunicação que trata a língua como um código dentre outros, vêm a multiplicidade de linguagens (SILVA, 2012, 2017).

> SLD 2
> O texto é o centro das **práticas de linguagem** e, portanto, o centro da BNCC para Língua Portuguesa, mas não apenas o texto verbal em sua modalidade verbal. Nas sociedades contemporâneas textos não são apenas verbais: há uma variedade de composição de textos que articula o verbal, o visual, o gestual, o sonoro – o que se denomina **multimodalidade de linguagens** (BRASIL, 2018, p. 63 – grifos do autor).

Essa centralidade do *texto* e das *linguagens* no processo de escolarização do português a partir de meados do século XX, que se sustenta na cientificidade da linguística, indicou também a importância, em nossos trabalhos, de reler Saussure e de compreender como se deu a apropriação de sua teoria e de seus pressupostos na universidade e na escola, como o faz Pêcheux. Neste

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

espaço textual sinalizaremos, apenas, alguns aspectos dessa releitura discursiva que nos permita avançar na compreensão de como se dá essa fusão entre teoria e prática em sua relação com o Estado.

Pêcheux, em seu primeiro modelo de análise de discurso, em 1969, começa discutindo o lugar do *texto*, considerando o corte epistemológico proposto por Saussure na fundação da linguística como ciência da linguagem – "língua e fala" –, como algo excluído desse domínio teórico. Questão central para nós.

> Até os recentes desenvolvimentos da ciência linguística cuja origem pode ser marcada com o *Curso de Linguística Geral*, estudar uma língua era, na maior parte das vezes, estudar *textos*, e colocar a seu respeito questões de natureza variada provenientes, ao mesmo tempo, da prática escolar que ainda é chamada de compreensão do texto, e da atividade do *gramático* sob modalidades normativas ou descritivas; perguntávamos ao mesmo tempo: "De que fala este texto?", "Quais são as 'ideias' principais contidas neste texto?" e "Este texto está em conformidade com as normas da língua na qual ele se apresenta?", ou então "Quais são as normas próprias a este texto?" [...] Em outros termos, a ciência clássica da linguagem pretendia ser ao mesmo tempo *ciência da expressão"* e *ciência dos meios desta expressão*, e o estudo gramatical e semântico era um meio a serviço de um fim, a saber, a compreensão do texto, da mesma forma que, no próprio texto, os 'meios de expressão' estavam a serviço do fim visado pelo produtor do texto (a saber: fazer-se compreender) (PÊCHEUX, 1990, p. 61- grifos do autor).

Saussure propõe, prossegue Pêcheux, um deslocamento conceitual referente ao objeto da linguística – a "língua" – que desfaz "essa homogeneidade cúmplice entre a prática e a teoria da linguagem" (ibid, p. 61); uma "língua", pensada como um sistema – um objeto teórico - que pode ser descrita em seu funcionamento pela observação de relações entre seus elementos. O sistema é um modo de organização de elementos de uma língua em um momento dado, o que possibilita seu estudo internamente, sem adotar princípios de explicação exteriores: uma busca pelo próprio da língua.

Em torno da noção de sistema, produz-se um conjunto de noções: sincronia/diacronia, significado/significante, mutabilidade/imutabilidade do signo, diferença, analogia, valor, que vão construindo uma oposição à preexistência do pensamento em relação à linguagem, a uma origem e hierarquia. Essa linguística científica com objeto, noções e procedimentos próprios, com a passagem da "função" ao "funcionamento" exclui o texto de seu quadro teórico. Observando as palavras de Pêcheux que se seguem, relendo os conceitos de sua teoria e tomando em consideração nossos trabalhos, observamos que ao excluir o texto, deixa-se em suspenso a questão do sentido e do sujeito, da semântica.

> Mas, como é de regra na história da ciência, a inclinação pela qual a linguística construiu sua cientificidade, deixou a descoberto o terreno que ela estava abandonando, e a questão que a linguística teve que deixar de responder continua a se colocar, motivada por interesses a um só tempo teóricos e práticos:
> - "O que quer dizer este texto?"
> - "Que significação contém este texto?"
> - Em que o sentido deste texto difere daquele de tal outro texto?" (PÊCHEUX, 1990, p. 62-63).

Tendo em vista essa exclusão do texto da teoria saussuriana, Pêcheux irá examinar as práticas de análise que irão buscar dar conta desse excluído: a análise de conteúdo e a análise de texto e propor a análise de discurso como uma mudança de terreno. Diríamos que, considerando o nosso percurso de análise da escolarização do português sob a caução de linguística na segunda metade do século XX, no Brasil, irá predominar a análise de conteúdo do texto, sustentada por noções vindas de uma psicossociologia no interior de uma ideologia da comunicação/interação que direcionam determinados sentidos e não outros. Tal análise coloca a compreensão-interpretação-produção do texto escolarizado como outro nível de língua e/ou em uma dimensão supralinguística ou correlacionando o que é interno e o que é externo à língua.

"Língua' e 'linguagem" em termos saussurianos não são noções intercambiáveis uma vez que a primeira é um objeto bem definido no conjunto heteróclito dos fatos de linguagem. A língua não é algo

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

inscrito no real dos fenômenos, dos fatos da linguagem, mas o princípio organizador de uma disciplina, uma manifestação da linguagem. Como diz Saussure, "é o ponto de vista que cria o objeto" (SAUSSURE, 1974, p. 15). No entanto, nosso arquivo de estudos e pesquisas construído sobre nosso tema de trabalho, mostra de forma consistente, um deslizamento contínuo entre essas duas noções em um quadro teórico-político mais amplo do empirismo renovado pelo formalismo, desenvolvendo, a partir daí um conjunto de práticas, e abrindo espaço para a retórica do sociologismo (SILVA, 2018).

> SLD 3
> Acredito ainda que a chamada norma-padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita (KATO, 1986, p. 7).
> Neste livro, porém, focalizarei apenas os aspectos de ordem psicolinguística. [...] Um segundo aspecto a ser entendido refere-se à leitura e à produção da linguagem escrita como atividades cognitivas. Quais são os comportamentos e os processos mentais de um leitor maduro e de um escritor eficiente, ao contrário do texto escrito, que é abordagem empiricamente, o que ocorre na leitura e na produção em linguagem escrita nem sempre é passível de observação direta (ibid., 8).

Esse deslizamento entre língua e linguagem em um momento em que se dissemina uma ideologia da cultura como um conjunto de sistemas simbólicos, englobando a linguagem, favorece a disseminação das *linguagens* na escola como procedimento metodológico de tratamento do texto para enfrentar o fracasso escolar na leitura e na produção textual. As linguagens vêm como pluralidade de sistemas em uma tentativa de resolver a contradição entre o sistema e a liberdade individual, vinda com a oposição língua/fala, reaplicando à fala conceitos e operações de análise definidos para o estudo do sistema, trazendo o fora da língua para seu interior.

Pêcheux, em artigo da década de 1980, mostra que o corte saussuriano continua evanescente de modo que, em relação a ele, as

diferentes teorias linguísticas produzem afastamentos e retornos. E em relação a esse próprio da língua diz que "Saussure pôs-se a *pensar contra seu tempo*, rompendo com uma série de interrogações pré-linguísticas sobre a origem da linguagem e suas determinações biológicas, lógicas, sócio-históricas ou filosóficas...". No entanto, para ele, quando da escrita do artigo – e hoje ainda, nós acrescentaríamos – "A maior parte das forças da Linguística pensa neste momento "*contra Saussure*", assemelhada à legislação de um professor-de-escola-atrás-de-sua-escrivaninha, e debanda para a sociologia, a lógica, a estética, a pragmática ou a psicologia" (PÊCHEUX, 1998, p. 9).

Para Saussure, "Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental" (ibid., p. 22). Uma leitura funcionalista da oposição saussuriana "língua-fala", autoriza a reaparição do sujeito falante como "subjetividade em ato" (PÊCHEUX, 1990): um sujeito intencional, psicológico, capaz de usar a língua para exercer sua liberdade e autonomia, de forma adequada (a quê? a quem?), em situações de comunicação, de interação: de compreensão e de interpretação do texto na escola. Essa oposição faz-se, ainda, sob a coberta de uma ideologia individualista e subjetivista.

Para Saussure, a língua não é uma nomenclatura; e o "valor" domina a significação: uma noção crucial muito pouco trabalhada na formação de professores e ausente das políticas públicas e de sua didatização. Uma oposição essencial para pensarmos o processo de produção da significação e da subjetivação que estão em jogo na leitura e produção do texto na escola; um conceito fundamental para colocar em discussão o conteudismo dominante e trazer a língua, em sua forma material, diferente das outras linguagens, para análise e compreensão. Os significados, na teoria saussuriano, são puramente diferenciais, definidos não pela positividade de seus conteúdos, mas negativamente pela sua relação com os outros termos de sistema. A significação está subordinada ao valor, não sendo, pois, a representação de um conteúdo prévio e fora da língua.

O livro didático: formas de silenciamento do que há de equívoco e de falha na língua

O *português através de texto* que entrara na escola nos anos 1960 de forma sistemática, como vimos, vai desdobrar-se, na década de 1970,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

em novos sentidos com a difusão da ideologia da comunicação pelos moldes do esquema informacional – emissor, mensagem, recebedor, código, canal –, que se legitima com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 5.692/71 –, e outras legislações dela decorrentes, em que o "português" torna-se conteúdo da matéria "comunicação e expressão". Ensinar português é ensinar comunicação e expressão, sendo o/a professor/a de português denominado professor/a de comunicação e expressão, conferindo-lhe uma nova identidade (SILVA, 2012, 2019).

Nesse quadro teórico político, a palavra torna-se um dentre vários códigos – som, cor, imagem, fotografia, formas plásticas, gesto, símbolos etc. –, face à multiplicidade de meios de comunicação – rádio, televisão, cinema, jornal, revista, publicidade, música –, dando entrada a outras *linguagens* na prática pedagógica. O texto, nesse contexto, torna-se mensagem codificada pelo emissor e decodificada pelo recebedor a ser aprendida "através" do uso da língua.

Em nossos trabalhos, observamos que o *texto escolar* e as diferentes *linguagens*, aí estando incluída a língua como mais um código e, sua instrumentação, funcionou, e funciona, como estruturantes de uma educação pragmática e tecnicista, via uma aliança entre o sociologismo, o logicismo e o funcionalismo, silenciando a língua em sua relação do simbólico com o político, produzindo como efeitos novos processos de significação, novas formas de assujeitamento: professor e alunos adequados ao mercado, ajustados ao consumismo, fragilizados em sua autonomia intelectual e cultural. Essas noções foram/são tomadas como um método, uma técnica para se tratar a língua em sua concretude, em seu uso, aproximando a prática escolar da vida, da experiência cotidiana de comunicação, de participação ativa nas novas tecnologias que apareciam, ainda, timidamente em nossa sociedade naquele momento.

O texto sempre esteve presente na escola nas atividades de leitura e de produção textual, acompanhadas da apreensão das normas gramaticais nele presentes, bem como do estilo ali expresso; a instrumentalização da língua é desde sempre parte do processo de escolarização[4], uma vez que uma noção deve integrar em sua constituição as condições técnicas de sua realização. Mas, considerando nosso objeto de estudo e nosso arquivo com seus recortes, podemos perguntar: Que nova forma material escolarizada vinha com a noção de

português através de texto e, posteriormente, nela se sustentando a noção de *linguagens*, sob a ideologia da comunicação e da interação?

Uma primeira entrada na compreensão dessa noção leva-nos a pensar na relação que essa locução prepositiva "através de" estabelece entre língua e texto, em termos de possibilidade de análise de se tomar a forma empírica do texto como ponto de união entre o abstrato (língua como um sistema (SAUSSURE, 1974)) e o concreto (a fala: "que é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor" (ibid., p. 21)), como caminho para o trabalho escolar, construindo novas representações imaginárias para esses referentes discursivos. Estaríamos construindo um "novo português" e uma noção de *texto* como um nível linguístico preexistente, expressão de um conteúdo, de uma visão de mundo, de uma intenção de um sujeito-autor fonte e origem de seu dizer, capaz de ser reconhecível pelo sujeito leitor?

Vincent, Lahire e Thin (1994) discutem a noção de "forma escolar" da perspectiva da sociologia histórica que, ajuda-nos a refletir sobre a mudança de paradigmas, a compreender a emergência de uma forma material, distinta da forma empírica e da forma abstrata (ORLANDI, 1996), colocando-a em relação a outras transformações: compreender aquilo que faz a unidade de uma configuração histórica particular. A noção de "forma escolar", em uma leitura discursiva, traz para a discussão uma questão, para nós, central: a da materialidade linguística, analisando o modo como o texto "através" de exercícios vai produzindo um texto escolarizado pela criação, repetição e multiplicação de atividades que têm por função apreender o significado correto das coisas-a-saber (PÊCHEUX, 1990a) presentes no texto, e de produzir representações determinadas de língua, de leitura, de escrita, bem como um efeito-leitor (ORLANDI, 2004). Homogeinizar para universalizar gestos de interpretação.

Um pequeno desvio para avançar na apreensão dos efeitos de determinada forma material escolar. O trabalho de Vidal (1998) sobre a caligrafia mostra como, no início do século XX, os efeitos de sentido entre sujeitos, agentes da prática pedagógica constituíam-se em formações discursivas higienistas com o objetivo de normatizar a escrita, mas também o corpo, proporcionando hábitos de ordem e asseio e disciplina mental.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> Para manter a saúde das crianças, indicava-se a caligrafia vertical como a mais adequada ao trabalho escolar. "*papel direito, corpo direito, escrita direita"* pareciam resumir as prescrições da higiene. [...] Ressaltavam-se, ainda, a clareza e a paridade de elementos constitutivos da letra vertical. A nova escrita, homogênea e impessoal, trazia para o universo escolar, a legibilidade e a simplicidade do texto produzido em máquina de escrever. Adaptado aos signos da modernidade, o tipo vertical era aquele indicado como o único capaz de preparar o/a aluno/a para o exercício da escrita eficiente necessária ao trabalho no comércio e na indústria (VIDAL, 1998, p.126 – grifos do autor).

Como se configura essa forma material do texto escolar a partir da segunda metade do século XX?

O livro didático, tal como o conhecemos hoje – e outros materiais que o tomam como referência mesmo que não explícita como os chamados sistemas de ensino – é de certa forma recente, datando da segunda metade do século XX[5]. Essa nova forma de recurso didático consiste grosso modo do Livro do Aluno que se faz acompanhar do Livro do Professor, trazendo orientações metodológicas, detalhamento do planejamento de cada unidade, incluindo respostas das atividades, exercícios, formas de avaliação, referências bibliográficas etc.

Esses materiais didáticos assumem, com o passar dos anos, a tarefa de educar, de ensinar, ou seja, ocupam o lugar do/a professor/a, des-responsabilizando-o/a pela docência ao separar prática técnica de prática política. Nesse sentido, o/a professor/a cada vez necessita menos de uma competência teórica que lhe permita ter uma capacidade crítica em relação às teorias mobilizadas nessa instrumentação. Um dos principais motivos alegados para a elaboração de novos instrumentos pedagógicos para o aprendizado de língua(s) é o desenvolvimento cada vez mais acelerado dos conhecimentos científicos e as condições materiais de existência dos docentes. Vejamos um recorte de algumas palavras iniciais dirigidas ao professor em um Livro do Professor de 5ª série da década de 1980.

> SLD 3
> São bem conhecidas as condições de trabalho do professor, no Brasil, hoje. É preciso dar muitas aulas, para sobreviver; não há, quase tempo para preparar essas muitas aulas, nem para corrigir exercícios, muito menos para planejar atividades que complementem ou enriqueçam o livro didático.
> Foi pensando nisso que criamos – a editora e a autora – este tipo de **livro do professor** que aqui está: não apenas informações sobre a estrutura do livro, a indicação dos objetivos, especificação de conteúdos e procedimentos de ensino e as respostas aos exercícios – tudo isso está, sim, incluído. Mais que isso, porém: procuramos estar junto do professor em todos os momentos, apresentando comentários a cada página do livro do aluno, justificando as respostas aos exercícios, fundamentando, teoricamente, o conteúdo desenvolvido e a didática adotada, sugerindo procedimentos de complementação, fixação, correção e avaliação, e atividades de enriquecimento.
> A autora gostaria de estar, assim, tornando menos difíceis as condições em que o professor de língua materna realiza seu trabalho, esse trabalho que forma os alunos para o exercício mais fundamental do ser humano: a comunicação (SOARES, 1982 – grifos do autor).

O diagnóstico fixa-se na constatação dos fatos a partir das condições materiais de existência do professorado naquele momento, transferindo para o livro didático a solução do problema, que está ligado também a questões de outras ordens.

> Na medida em que a escola se universalizou ou tendeu a se universalizar – especialmente o ensino das primeiras quatro séries, depois o Ensino Fundamental – também mudou o perfil do professor. O professor é cada vez mais oriundo da classe média baixa e de classe popular. Nós que trabalhamos nas licenciaturas sabemos disso. Então do ponto de vista da sociedade, este é um trabalhador menor. Tanto que se você olhar a curva de salários até os anos 40, 50, um professor ganhava o mesmo que um economista, um contador, um profissional liberal.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

> Hoje o salário está lá embaixo. E a justificativa é que são muitos (FRIGOTTO, 2018, p. 101).

Paradoxalmente, como bem lembra Frigotto, esse aumento quantitativo de alunos com acesso a escolas e de professores necessários para atender às demandas do mercado, com rebaixamento do salário e do valor social e simbólico da profissão, fará com que, pouco a pouco, esses professores provenientes das classes populares busquem maior formação e, assim, possam, de alguma forma, decidir sobre sua prática, como observa Frigotto, mesmo eles sejam em número bastante reduzido no conjunto maior do professorado brasileiro, acrescentaríamos.

> [...] foram-se formando, fazendo especialização, fazendo Mestrado e Doutorado, eles foram tendo outra leitura da realidade política, social e econômica de nosso país. Isto se reflete na emergência de sindicatos docentes, de associações científicas e culturais onde se disputa a visão de mundo dominante (FRIGOTTO, 2018, p. 101).

Prossigamos em nossa questão. Como o texto verbal e o não verbal se escolarizaram? Trazemos dois pontos que consideramos essenciais nesse processo: o deslocamento da cena enunciativa e os exercícios e/ou atividades.

Quanto à cena enunciativa, os textos trabalhados na escola são produzidos em outro lugar, com outras finalidades e objetivos. Eles estão, pois, inscritos, originalmente, em outros discursos – literário, jornalístico, científico etc.–, que se produzem em condições determinadas em termos de interlocutores, da situação e do contexto histórico e ideológico mais amplo, sob diferentes formas textuais, em relações de intertextualidade e de interdiscursividade específicas. Pensando na noção de valor saussuriano, podemos dizer que as palavras podem mudar de sentido, conforme a posição de sujeito que as emprega, ou seja, a relação entre os sentidos de um texto e as condições sócio-históricas deste texto é constitutiva dos sentidos produzidos e do efeito-leitor.

Assim, o livro didático trabalha um exemplar de língua deslocado da cena enunciativa própria, assim como é deslocada a relação entre sujeitos, produzindo outros efeitos. A relação não é mais direta entre o autor e o leitor, mas implica na integração de uma terceira posição sujeito que se pretende mediadora entre o autor e o leitor em termos de movimento dos sentidos, mobilizando gestos de interpretação considerados adequados, corretos, envolvendo outras formações discursivas, o que pode e deve ser dito a partir de determinada posição: a do autor do livro, da editora, do Ministério da Educação através das políticas do livro didático que, a partir da redemocratização, incorporaram especialistas da comunidade acadêmica na proposição de normas para a produção e a avaliação do material produzido.

Essas outras posições sujeito e seus efeitos, resultante de relações de força e relações de sentidos intervêm na seleção dos textos, nos procedimentos metodológicos, na instrumentação da prática pedagógica cotidiana, por quem se coloca em uma posição de domínio e controle da função autor de professores e alunos. Nesses movimentos de luta ideológica, a formação discursiva dominante submete o enunciador – professor e aluno – a suas regras e, ao mesmo tempo, o legitima, atribuindo-lhe, imaginariamente, autonomia e autoridade vinculada institucionalmente a esse lugar. Trabalhando-se o modo de apropriação do sentido, do dizer institucional, o texto torna-se mais um artefato pedagógico: um trabalho da ideologia não como conteúdo, mas como mecanismo de produzir "x" em termos de sentidos, dando-lhes uma direção (ORLANDI, 1996), tendo em vista as demandas educacionais de grupos sociais heterogêneos em determinado momento histórico, construindo consensos aos processos de significação e de identificação do sujeito.

O texto**,** trazido para o espaço enunciativo da escola, produzido em outro lugar, independentemente, é um novo objeto teórico que se constrói. O sujeito nesse trabalho com o texto no interior do discurso pedagógico constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa (sobre o sentido) e determina para si e para os leitores, os lugares que este tipo de trabalho textual requer para ser legitimado/autorizado, produzindo, assim, determinados efeitos-leitor. Nesse novo espaço enunciativo nada é deixado ao acaso no tratamento desse novo objeto teórico. É preciso uma indicação precisa de acompanhamento dos trajetos dos sentidos para serem lidos e compreendidos. É a estabilização funcional da cena

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

enunciativa e a estabilização escritural que torna o sentido objetivo, correto, verdadeiro, fixo e, imaginariamente, impessoal. Trata-se da construção de uma relação distanciada do sujeito em relação à linguagem e ao mundo, relação esta que se intensificou com as novas tecnologias, as redes sociais, criando condições para um descolamento do social como lugar da diferença, do heterogêneo.

Isso se faz através de certos funcionamentos do livro didático como um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua (AUROUX, 1992): 1. a estrutura do próprio livro, dividido em leitura, gramática e redação/produção de texto; 2. a estrutura dos exercícios, como a de dividir o texto em começo, meio e fim, o que implica cortes na exterioridade (discursiva), supondo um domínio pleno do sujeito sobre o simbólico e sobre a construção de um imaginário de forma a criar a representação de um campo disciplinar, de uma matéria escolar. Com a entrada massiva da ideologia da comunicação e das outras *linguagens*, o livro ganhou também uma profusão de textos ligados pelo conteúdo, de cores, imagens, diagramas etc. Isso implicou uma fragmentação cada vez maior em termos de estrutura do livro e dos exercícios e atividades, para dar uma forma específica aos sentidos, linearizando-os e os tornando localizáveis no texto, ordenando-os, tornando-os inteligíveis, avaliáveis, administráveis.

Trazemos aqui o recorte de um exercício sobre o texto de Humberto de Campos: “Meu cajueiro”, para alunos de 5ª série da década de 1980.

SLD 4
COMPREENSÃO DO TEXTO
1 -- O texto pode ser dividido em três partes:
- na primeira parte, o autor anuncia a separação entre ele e o cajueiro;
- na segunda parte, o autor conta como foi a despedida;
- na terceira parte, o autor conta o recebimento do presente que lembra o cajueiro.
As partes podem ter os seguintes títulos:
1ª parte (Introdução) – **A separação**
2ª parte – **A despedida**
3ª parte – **O presente-lembrança**

> Indique onde começa e onde termina cada parte. (SOARES, 1982, p. 6).

Hoje, as questões se tornaram mais variadas mesmo com uma base comum; e, com a profusão de textos de outras linguagens e um projeto gráfico moderno produzem o efeito de atualidade. Contudo, as antigas estruturas do livro e os conceitos e teorias dominantes, em novos desdobramentos e alianças se mantém hegemônicas nos quadros de uma ideologia neoliberalista. Vejamos um livro didático adotado na maioria das escolas brasileiras há alguns anos, denominado "Português Linguagens", direcionado ao 6 º ano, em sua 9ª edição de 2018. Em sua Apresentação dirigida ao estudante, observamos a continuidade dessas alianças mediadas pela pragmática e pelo funcionalismo em sua relação com um sujeito fonte e dono de seu dizer.

> SLD 5
> Este livro foi escrito para você.
> Para você que é curioso, gosta de aprender, de realizar coisas, de trocar ideias com a turma sobre os mais variados assuntos, que não se intimida ao dar uma opinião... porque tem opinião.
> [...] para você que é "plugado no mundo, viaja pela palavra, lendo livros, jornais ou revistas; viaja pelo som, ouvindo música ou tocando um instrumento; viaja pela imagem, apreciando uma pintura, lendo quadrinhos, assistindo à tevê ou a um vídeo, ou navega pela Internet, procurando outros saberes e jovens de outras terras para conversar.
> [...] Para você que transita livremente entre linguagens e que usa, como um de seus donos, a língua portuguesa para emitir opiniões, para expressar dúvidas, desejos, emoções, ideias e para receber mensagens (CEREJA e VIANNA, 2018).

A estrutura de cada Unidade segue a velha estrutura: 1. "Estudo do texto"; 2. "A língua em foco"; 3. "Produção de texto", com alguns acréscimos que significam mais fragmentação, como: "Para escrever com expressividade", "De olho na escrita", "Para escrever com adequação" etc. A fragmentação também é uma constante no interior de cada tópico. Se, inicialmente, tínhamos para o "Estudo do texto" apenas "Interpretação, Vocabulário e Estilo" (SOARES, 1968), vemos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

ao longo do tempo, esse estudo do texto ir desdobrando-se em termos de segmentação, de linearização.

Como não pretendemos uma análise sistemática deste livro no momento, trazemos como indicativo dessa fragmentação alguns recortes do Capítulo 1 - O "Estudo do Texto" que se desdobra em: 1. Compreensão e interpretação; 2. Linguagem do texto; 3. Cruzando linguagens; 4. Trocando ideias; 5. De olho na oralidade escrita de conto maravilhosa. Chamou a nossa atenção a divisão entre compreensão e interpretação e a linguagem do texto, indicando que são coisas distintas, ou seja, não se atinge o sentido pelo funcionamento da língua; e traz um deslocamento de questões que faziam parte da Compreensão do Texto para a "Linguagem do Texto, conforme SLD 4. Seguem alguns recortes como convite ao leitor a prosseguir nessa leitura discursiva.

SLD 6

Compreensão e interpretação

1. No início do conto maravilhoso "As três penas", o narrador apresenta os membros de uma família real e, em seguida, faz a caracterização dessas personagens.

a) Como são caracterizados os filhos mais velhos do rei?

b) Como é caracterizado o filho mais jovem? Suas características eram semelhantes ou opostas às dos irmãos?

A linguagem do texto

1. O conto "As três penas" tem unidade de sentido, ou seja, suas partes principais – o começo, o meio e o fim – estão correlacionados. Ele está dividido em partes menores, os parágrafos. **Parágrafos** são partes do texto que agrupam ideias. A indicação de início de parágrafo é feita pelo afastamento em relação à margem esquerda do texto.

a) Quantos parágrafos há no texto?

b) Em que parágrafo a sapa gorda entrega um tapete ao Bobalhão?

(CEREJA e VIANNA, 2018, p. 15-16).

Importa lembrar que "A linguagem do texto" não está incluída na gramática aqui denominada "A língua em foco", com os seguintes subtítulos: "Linguagem: ação e interação" e "Construindo o conceito"

que, no caso, é o de **Linguagem** e de **Interlocutores.** Observamos uma conceituação em um discurso de evidências, sem autoria, sem indicação de uma fonte: é porque é...

> SLD 7
> **Conceituando**
> Na tira que você leu, o garoto e a mãe, usando a língua portuguesa, se referem a um desenho feito por ele na parede da sala. Todas as formas de expressão que mãe e o garoto usam na situação – as palavras, os gestos, os desenhos, a escrita – são linguagem. Tanto o que falamos como nossos gestos, desenhos e escritas são linguagem.
> Por meio da linguagem as pessoas interagem, isto é, se entendem se desentendem, dão ordens, fazem pedidos, convencem uma às outras, são menos ou mais simpáticas, etc.
>
> | Linguagem é um processo comunicativo pelo qual as pessoas interagem entre si. |
>
> (ibid. p. 20).

Mas, como diz Pêcheux (1984, p. 17), "levar até as últimas consequências a interpelação ideológica como *ritual* supõe o reconhecimento de que não há ritual sem falha, desmaio ou rachadura: 'uma palavra por outra' é uma definição (um pouco restritiva) de metáfora, mas é também o ponto em que um ritual chega a se quebrar no lapso ou no ato falho"; quebrar o silenciamento desde sempre presente em nossa história, em nossa memória, pois como dizia o padre Manoel da Nóbrega no século XVI com a escrita conquistadora: "Poucas letras bastariam aqui, porque tudo é papel branco e não ha que fazer outra cousa, sinão escrever á vontade as virtudes mais necessarias e ter zelo em que seja conhecido o Creador destas suas creaturas" (NÓBREGA, 1988, p. 94). Mas, o ritual se quebra no trabalho anônimo, não midiático de inúmeros professores desse imenso e diverso país em sua prática cotidiana e dos alunos sobre os quais dizem "não entender nada do que leem, de serem incapazes de interpretar mesmo um texto simples"; quebra-se na voz, na palavra, no gesto de jovens das periferias dos grandes centros e de pequenas cidades que sabem desenvolver a contradição da unidade e diversidade linguísticas como força em sua

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

luta diária através da música, do teatro, da poesia, da ficção, das feiras culturais, de cursos de escrita, de filosofia, da arte de rua.

Continuando o percurso

Como trabalhar os conceitos em sua historicidade, em suas condições de produção, formulados-reformulados em campos teóricos diferentes, sob o efeito de determinações ideológicas contraditórias? Como construir uma história das ideias linguísticas presentes na escolarização do português do Brasil em relação aos processos de significação e de subjetivação do interior de uma memória de um país escravocrata em sua formação, que nunca se cansa de negar direitos, repelir diferenças e reafirmar desigualdades?

Referências Bibliográficas

AUROUX, S. (1992). *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp.

BRASIL. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*: educação é a base – Educação fundamental. Brasília: MEC. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf Acesso em 04/07/2017.

BRASIL. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais:* terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**.** Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. (1971). Lei nº 5.692. Brasília: DOU. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/internet/legislação/legin.html/textos/visualizarTextohtml. Acesso em 26/12/2009.

CEREJA, W.; VIANNA, C. D. (2018). *Português: Linguagens* 6º ano. São Paulo: Atual, 9ª ed.

CERTEAU, M. de. (2006). *A escrita da história.* Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

CRUZ, A. (2018). *Os livros que devoraram meu pai*: a estranha e magia história de Vivaldo Bonfim. Alfragide: Editorial Caminho, AS, 11ª ed.

FERNANDES, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil:* ensaios de interpretação sociologia. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

FRIGOTTO, G. (2018). "Educação democrática, sem medo e sem mordaça: entrevista". In: *Desidades*, n. 21, ano 6, out-dez, p. 94-110.

LECOURT, D. (1978). *Pour une critique de l'épistémologie* – Bachelard, Canguilhem, Foucault. Paris : Maspero.

LISPECTOR, C. (1986). *Paixão segundo GH*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

NÓBREGA, M. da. (1549-1560) *Cartas do Brasil.* Cartas Jesuíticas 1 - Coleção Reconquista do Brasil (2ª série). Vol. 147. Belo Horizonte: Edit.Itatiaia e São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ORLANDI, E. P. (1988). "Nem escritor, nem sujeito, apenas autor". In: ____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, p. 75-84.

____. (1998). "Ética e política linguística". In: *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 1. jan./jun. Campinas: Pontes, p. 7-16.

____. (2001). *Discurso e texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes.

____. (2004). "História das ideias X história de vida – Entrevista com Eni Orlandi". In: *Fragmentum*, n. 7. UFSM: Santa Maria.

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp.

____. (1990). "Análise automática do discurso (AAD-69)". In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso:* uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, p. 61-162.

____. (1990a). *O discurso:* estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora Pontes.

____. (1990a). "Delimitações, inversões, deslocamento". Trad. José Horta Nunes. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 19, jul./dez. 7-24. Campinas: IEL/Unicamp.

____. (1998). "Sobre a (des)construção das teorias linguísticas". Trad. Celene M. Cruz; Clémence Joüe-Pastré. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 2. Campinas: Pontes, p.07-32.

____.; GADET, F. (1998). "Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?" In: *Escritos*: discurso e política, n. 3. Campinas: Nudecri/Labeurb, p. 5-16.

____. (2011). "A língua inatingível". Trad. Sérgio A. Freire de Souza. In: ORLANDI, E. (org.). *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Editora Pontes, p. 93-106.

____. (2011). "Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso". Trad. Eni P. Orlandi. In: ORLANDI, E. P. (org.). *Análise de discurso*: Michel Pêcheux. Campinas: Editora Pontes, p.283-294.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

RATIO STUDIORUM (1997). Édition bilingue latin-français. Trad. Léone Albrieux et Dolorès Pralon-Julia. Annotée et commentée par Marie-Madeleine Compère. Paris: Belin.

PFEIFFER, C. C. e SILVA, M. V. da. (2014). "Estado, Ciência, Sociedade. Por entre línguas e teorias". In: *Revista Letras*: sujeito, língua, memória, n. 48. Santa Maria: UFSM.

SAUSSURE, F. de. (1974). *Curso de linguística geral* – organizado por Charles Bally & Scherehaye, Albert. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Orgs.). (2018). *Dicionário da escravidão e liberdade* – 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, M. V. da. (2002). "Colégios do Brasil: Caraça. 87-99". In: ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). *Institucionalização dos estudos da linguagem:* a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, p. 87-99.

____. (2007). "A escolarização da língua nacional". In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, p. 141-161.

____. (2012). "Le mouvement et les déplacements de la disciplinarisation des savoirs linguistiques au Brésil : historicité, sujet et société contemporaine" . In : *HEL - Histoire Epistémologie Langage* [*online*]. n. 5. Paris, SHESL. Disponível em: http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/num5/num5.html

____.; PFEIFFER, C. C. (2014). "Pedagogização do espaço urbano". In: *RUA*: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, da Universidade Estadual de Campinas [*online*]. Edição Especial. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua

____. (2015). *História da alfabetização no Brasil*: sentidos e sujeito da escolarização. Campinas: Editora da Unicamp.

____. (2016). "Língua e sujeito: falha e resistência". In: ORLANDI, E. P.; MASSMANN, D. (Orgs.). *Cultura e diversidade*, vol. 1. Coleção Trilogia: Travessia da diversidade. Campinas: Pontes, p.19-50.

____. (2017). "Manuais escolares e saberes linguísticos". In: *Boletin de la sociedad espanõla de historiografia linguística – BSEHL*, vol. 11, p. 209-224. On-line: http://www.sehl.es/uacuteltimo-nuacutemero.html

____. (2018). "Estado, escola, língua: unidades divididas". In: ORLANDI, E. P.; MASSMANN, D.; DOMINGUES, A. S. (Orgs.). *Linguagens, instituições e práticas sociais*. Pouso Alegre: Univás, p. 103-117.

____. (2018a) "La disciplinarisation des savoirs linguistiques dans l'espace scolaire brésilien : le logicisme et le sociologisme" . In: *Fragmentum*, n. Especial. jul./dez., p. 121-139. Santa Maria: UFSM.

____. (2019). da. Instrumentalização da língua: a filosofia espontânea e o sujeito pragmático (no prelo).

SOARES, M. (1982). *Novo Português através de Textos*: Livro do Professor, 5ª série. São Paulo: Abril, 5ª ed.

____. (1982a). *Novo Português através de Textos:* 5ª série. São Paulo: Abril.

TEIXEIRA, A. (1976). "Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras". In: *Educação no Brasil*: textos selecionados. Rio de Janeiro: MEC, p. 7-27.

VIDAL, D. G. (1998). "Da caligrafia à escrita : experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30". In: *Revista Faculdade de Educação*, v. 24, n. 1., jan., p. 126-140. São Paulo. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100009. Acesso em 15/7/2019.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. (1994). "Sur l'histoire et la théorie de la forme scolaire". In : VINCENT, G. (Org.) *L'Éducation prisonnière de la forme scolaire*? Scolarisation et socialisation dans les societies industrielles. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, p. 11-48.

Palavras-chave: Análise de discurso, Texto, Linguagens.
Keywords: Discourse Analysis, Texts, Languages.

Notas

---

* Mariza Vieira da Silva é doutora em Linguística: Análise de Discurso pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em História das Ideias Linguísticas na École Normale Supérieure Lettres & Sciences Humaines, em Lyon, França; professora aposentada na Universidade Católica de Brasília; pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos da Universidade Estadual de Campinas.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Seus objetos de estudo concentram-se em alfabetização, escolarização do português, políticas públicas de línguas. *e-mail*: marizavs@uol.com.br

[1] Não pretendemos trabalhar de forma extensiva a bibliografia existente em relação a esses conceitos, mas sinalizar para as possibilidades que uma leitura discursiva de um arquivo determinado nos dá de compreendermos essas lutas ideológicas de movimento no campo da ciência e da prática pedagógico-política.

[2] Compare a bibliografia dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua portuguesa (1998) com as definições no corpo do texto em que não se nomeia a autoria, apagando as filiações.

[3] No texto se diz que "Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que aqui se chama de competência linguística e estilística" (Brasil, 1998, p. 223). Este recorte coloca em movimento outros funcionamentos linguístico-discursivos no que diz respeito a apropriação de conceitos de teorias antagônicas, apagando as filiações, tendo como efeito uma autoria neutra, sem nome próprio.

[4] Basta lembrar da Ratio Studiorum proposta pelos jesuítas para direcionar a educação em todo mundo.

[5] Até então, em se tratando do ensino do português no Brasil, professores e alunos, utilizavam para o trabalho escolar, gramáticas, dicionários, livros de leitura, antologias, manuais de estilo etc.

AS FORMAS DISCURSIVAS E A AMEAÇA COMUNISTA

Bethania Mariani*
UFF/CNPq/LAS

Resumo: *A partir do arcabouço teórico da Análise do discurso, considerando, sobretudo, o conceito de formas discursivas remissivas (PÊCHEUX, 1969), objetiva-se depreender e analisar os processos de produção de sentidos para as palavras comunismo, comunista e esquerda na discursividade política brasileira, tal como estão circulando na mídia social.*

Abstract: *From the theoretical perspective of Discourse Analysis, considering particularly the concept of remissive discoursive forms (PÊCHEUX, 1969), we intend to detect and analyse the processes of meaning production involved in the use of the words comunismo (communism), comunista (communist) and esquerda (left) in Brazilian political discourse, such as they are circulating in social midia.*

1. Introdução

No Brasil, sobretudo nos últimos três ou quatro anos, as palavras *comunismo* e *comunista* deixaram de circular ligadas a siglas de partidos políticos institucionalmente estabelecidos, cujo funcionamento se encontra democraticamente assegurado desde a promulgação da Constituição de 1989. Associadas a críticas exacerbadas e frequentemente determinadas com adjetivações de baixo calão, as palavras *comunismo e comunista*, assim como *esquerda* (como hiperônimo) circulam de maneira célere, sobretudo em redes sociais (*blogs, twitter, instagram* e *whatsapp*), principalmente naquelas que divulgam discursos políticos vinculados às posições de poder neoliberais e de extrema direita vigentes a partir das eleições presidenciais de 2018. As palavras *comunismo, comunista* e *esquerda* foram progressivamente deslocadas do campo específico de debate sobre ideias políticas e, como efeito, produziu-se um forte movimento para o silenciamento de ideias sobre sociedade e sobre economia formuladas na ordem do discurso materialista. Em função deste

deslocamento e ressignificação, estas palavras, na atualidade, estão sendo determinadas por efeitos de sentidos variados, dentre os quais destaca-se o da criminalização. Destaco alguns, como, por exemplo, efeito de ameaça (uma ameaça no social genérica e indistinta), de feiúra e falta de higiene (quando associadas às mulheres de esquerda); de bagunça, balbúrdia, descrédito (quando estas palavras encontram-se referidas à Educação e ao combate à corrupção), de enfrentamento (quando vinculadas às ações policiais em situações de repressão a movimentos sociais), e, ainda, de efeitos que remetem para uma espécie de falta de moral (sobretudo quando vinculadas às diferenças religiosas, à igualdade de gênero, e aos movimentos culturais). Pode-se ler, nas redes sociais, gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) que constroem verdades locais (FOUCAULT, 1969) cuja materialidade linguageira tem sede em sítios de significação (ORLANDI, 2001) negativizados, visando convocar a sociedade para uma tomada de posição de negação, aversão e repulsa a qualquer sentido positivo atribuído à palavra *comunismo* ou de colamento a ideias como sendo esquerda, em geral. Está em jogo, na atualidade, dentre várias práticas, um processo jurídico de criminalização de qualquer ideia ou sujeito que possa estar associado ao que genericamente é denominado *de esquerda*.[1]

Propomos pensar que uma rede de enunciados nada aleatórios está na base da inflação desse imaginário linguístico (PÊCHEUX, 1988 [1975]). Nossa proposta é descrever aspectos do funcionamento desta rede de enunciados, tomando como base conceitos inaugurais formulados por Pêcheux em 1969. Sem pretender uma análise exaustiva, pretendemos compreender o funcionamento destes enunciados que estão na base dos sítios de significância em torno de *comunista*, *comunismo* e *esquerda*. O *corpus* discursivo foi organizado a partir de um breve mapeamento desses enunciados e das formas discursivas **(**PÊCHEUX, 1990 [1969]) *comunista*, *comunismo* e *esquerda* na mídia e em redes digitais.

2. Os enunciados, as formas discursivas e suas remissões

Na primeira parte da obra *princeps* de Pêcheux, *Analyse automathique du discours*, publicada em 1969, podemos ler tanto uma crítica ao estado da arte dos estudos da linguagem a partir de Saussure, quanto a formulação de uma proposta de trabalho que desloca a noção de funções da linguagem (em sua tradição funcionalista) para a de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

funcionamento da linguagem em relação aos processos de produção de sentidos intrinsecamente constituídos nas formações sociais e na história. Com este gesto teórico, aqui compreendido como um acontecimento teórico fundacional no campo dos estudos da linguagem, Pêcheux ao mesmo tempo realiza um gesto político: um deslocamento no modo de ler os textos é também o início de uma intervenção na práxis das ciências sociais. Pêcheux trabalha de modo crítico a metodologia da análise de conteúdo usualmente praticada nas Ciências Sociais, especialmente na Psicologia.

A leitura e a análise precisam estar revestidas teoricamente da compreensão de que um discurso não é algo que se poderia colocar em evidência por si só, pois está remetido a uma série de formas possíveis dos processos de produção em seu movimento dialético. Não se trata de buscar um conteúdo à moda de uma hermenêutica, nem de considerar nos textos um espelhamento da exterioridade sócio-histórica. Para Pêcheux, as condições em que qualquer texto foi produzido são constitutivas do próprio texto, elas estão significando no tecido da materialidade textual, isso não quer dizer, porém, que elas estejam significadas de modo transparente na superfície discursiva. Textos, ou melhor, essa materialidade linguageira que constitui a textualidade, passam a ser tomados como um objeto político, como sede da materialidade dos processos de divisão dos sentidos. Ler tal materialidade linguageira é deparar-se com vestígios dos sintomas de uma época. Em Pêcheux 69, a prática de leitura dos sintomas textuais encontra-se vinculada aos processos de produção e aos efeitos de sentidos em dadas condições de produção.

Pêcheux propõe essa prática de leitura como forma de detectar "*sintomas pertinentes* do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise" (Pêcheux, 1990 [1969], p. 105, itálicos do autor). Visando à construção de um dispositivo de análise que leve em conta os vestígios do que é sintomático de um processo de produção de sentidos, Pêcheux propõe um trabalho de desmontagem das superfícies discursivas. Em sua conclusão final e provisória, ele afirma: "O móvel desta empreitada é finalmente o de realizar as condições de uma prática de *leitura*, enquanto detecção sistemática dos **sintomas representativos dos efeitos de sentido** no interior da superfície discursiva" (PÊCHEUX, *op. cit*, p. 148, grifos nossos).

Lembremos aqui que o termo "sintoma", utilizado por Pêcheux, pode ser compreendido em relação à "leitura sintomal", expressão formulada por Althusser para referir-se ao modo como Marx lia os textos dos economistas clássicos. Segundo Althusser, esse modo próprio de leitura se apresenta como um dispositivo técnico para ler no texto do outro o jogo entre o dito e o não-dito, entre o que se diz não dizendo, e que estaria nos silêncios, nos equívocos. Leitura de sintomas do que se encontraria velada no movimento de escrita do sujeito, seja pela equivocidade seja pela repetição do que se mostraria, para o pensamento espontâneo, como evidência de sentidos.[2]

Discurso e discursividade, com uma teorização que vai se tornando precisa no correr das páginas iniciais deste primeiro livro de Pêcheux, são termos vinculados conceitualmente a processos de produção de sentidos, relações *de* e *entre* sentidos, e(m) suas condições de produção. A expressão *formas discursivas* corresponde a uma teorização que propõe um engendramento entre linguagem (forma linguística) e condições de produção. De acordo com Pêcheux (1990 [1969], p. 105) "toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis" em outras superfícies linguísticas. O jogo de remissões das formas discursivas para diferentes superfícies linguísticas constitui vestígios dos sintomas dos processos de produção do discurso. No movimento da linguagem e das condições de produção, os sentidos são sempre mais de um, produzem efeitos entre interlocutores, variam, deslizam, se enredam; são recalcados ou foracluídos; silenciados, parafraseados, negados, substituídos; colam (por repetição) ou se deslocam (também por repetição); vão (se) agregando e (se) desgarrando; podem produzir adesões, ilusões, rupturas e, mesmo o que se chama de indiferença, também é resultado do movimento dos sentidos e de seus efeitos na história e nos sujeitos, sendo que estes, os sujeitos, estão na história e nos sentidos, sofrendo seus efeitos. Não há história sem produção de sentidos e não há produção de sentidos fora dos processos históricos que constituem uma formação social. E esta relação não é direta, mas deixa vestígios, traços dessas condições de produção.

A linguagem não é transparente, nem completa, sua autonomia é relativa e os sentidos não são literais, fixos ou presos nas palavras. Os sentidos estão em movimento, são *relação a*, como já foi dito. A Análise do Discurso quer compreender seus processos de produção nas

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

redes de relações que estabelecem entre uns e outros, nas substituições, nas remissões, silenciamentos, e em deslizamentos aparentemente improváveis ou imprevisíveis. Tais movimentos nos processos de produção de sentidos, sua abertura[3], são compreendidos como inerentes ao próprio funcionamento interno da linguagem em termos do estabelecimento de relações, remissões e substituições entre formas discursivas na ordem do discurso.

Pêcheux chama a atenção para o processo discursivo – sem começo localizável e sem fim discernível – de remissões entre formas linguísticas particulares e outras tantas possíveis tendo em vista a relação constitutiva entre tais processos e os movimentos histórico-político sociais de reprodução, transformação e possível ruptura nas condições de produção. Tal engendramento constitutivo não tem uma estabilidade, não é homogêneo, não fixa sentidos, e produz efeitos de sentidos igualmente variáveis, mas sempre submetidos às instâncias político-sociais em luta na disputa por hegemonia.

Enquanto base material dos processos discursivos, a linguagem é sede dos efeitos metafórico[4], ou seja, "do fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual" (PÊCHEUX, (1990 [1969], p. 96). Efeito metafórico, portanto, é a noção que designa o movimento dos sentidos, ou seja, das possibilidades de substituição de uma palavra por outra, o que envolve remissões discursivas, silenciamentos, deslizamentos, em dadas condições de produção. A noção de enunciado dá base para se proceder à análise das formas discursivas em relação.

Para Pêcheux (*op. cit*, pp. 100-104), um enunciado é da ordem do discurso. São os enunciados que fornecem o contexto linguageiro das operações de combinação e substituição entre as formas discursivas. A ligação entre enunciados, por sua vez, tem um funcionamento que extrapola os limites de contiguidade, uma vez que é organizado por domínios semânticos em relação. De acordo com Pêcheux, dois termos podem ser substituídos em dois enunciados, sendo que os dois enunciados pertencentes a dois discursos podem ou não ter interpretações semânticas aproximadas. Tal substituição é dependente do efeito de dominância de um processo discursivo. Pêcheux conceitua a dominância discursiva caracterizando-a como responsável pelo processo de produção dominante e pela manifestação de sequências discursivas concretas, tanto as relacionadas ao mecanismo dominante

quanto aquelas que ele chama de secundárias, imprevisíveis e aparentemente aleatórias.

Ao descrever o efeito metafórico, Pêcheux (1990 [1969], p. 94, 97) exemplifica as operações de substituição de formas discursivas, considerando, em um dado estado do processo discursivo, duas palavras (ou termos), que tenham uma mesma gramaticalidade, e que possam, ou não, seguir no processo de substituição contextual. O processo metafórico de substituição incessante de formas discursivas em enunciados produzidos sob o efeito de dominância pode levar a um distanciamento tal que, em função de um recalcamento ou de um silenciamento, perde-se a cadeia de ligações entre o sentido (presumidamente) inicial e os demais. Mas mesmo assim ainda é possível, por definição, reconhecer uma equivalência semântica.

O que analisaremos a seguir representa um recorte do mecanismo do processo de produção de remissões discursivas em torno de *comunismo*, *comunistas* e *esquerda* considerando a questão: como o deslocamento de sentidos pode afetar o jogo das interpretações e da produção de evidências no todo social?

3. O comunismo como ameaça: retorno de um efeito de sentido

Em Mariani (1998), foi feito um longo percurso de análise sobre os sentidos de *comunismo* e *comunista* tal como circulavam em jornais cariocas entre 1922 (ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro em Niterói) e 1989, ano de candidatura de Roberto Freire do PCB à presidência da república. O levantamento exaustivo então realizado sobre o modo como eram significados os comunistas no discurso jornalístico permitiu compreender que ao longo de décadas ganhou consistência um imaginário polarizado entre o bem (o *status quo* burguês) e o mal (ou *inimigo da pátria*, como eram chamados os comunistas). *Comunismo e comunista* eram termos submetidos a processos de significação negativizados (como falta de apreço pela família, pelos valores pátrios, pela religião católica, dentre outros) e contrários ao que seria a "índole" do brasileiro. Produzindo um efeito de incompreensibilidade para os leitores (como seria possível que um brasileiro fosse comunista?), os dizeres sobre os comunistas que circulavam na imprensa tanto impossibilitaram que se tornassem visíveis as contradições sociais, quanto fortaleceram uma direção de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

sentidos para tornar visível uma certa noção de brasilidade em construção sobretudo a partir dos anos 1920 do século XX.

A imprensa escrita de referência, independentemente da posição discursiva dos jornalistas envolvidos, produziu uma intervenção ao contribuir no apagamento de possíveis rupturas e transformações sociais que a discursividade comunista poderia instaurar. Os rituais enunciativos inerentes à prática jornalística da época, fosse em época de ditaduras, fosse em época de governos democráticos, com suas propriedades discursivas de desambiguização e didatização do mundo, produziram uma homogeneização de dizeres e uma política de silenciamento (ORLANDI, 1992) com efeitos de verdade e literalidade. A análise do *corpus* permitiu verificar um processo dominante de produção de sentidos que instituiu o PCB no lugar de "inimigo da pátria e da família", "inimigo do Brasil", ou ainda, "mau brasileiro." Durante décadas, nos jornais do Rio de Janeiro, *comunismo* e *comunistas* foram substituídos por formas discursivas como *maus brasileiros, inimigos da liberdade, inimigos da concórdia, sectários ferozes, inimigos da lei e da pátria, extremistas, doutrina alienígena e ditadura vermelha, dentre outras* (MARIANI, 1998, p.124 a 131). Com o PCB na ilegalidade e a discussão política proibida de ser formulada pela maior parte de uma imprensa vinculada ao discurso político conservador e liberal, a forma dominante de discursividade estava voltada para as formas de existência e das cosias-a-saber do mundo capitalista.

Da análise desses 60 anos de discurso jornalístico sobre o PCB, foi possível propor um enunciado definitório: *O/Um comunista é um/o inimigo nefasto*. Este enunciado *O comunista é um inimigo*, que na historicidade de sua constituição encontra-se inicialmente remetida aos discursos contrários ao movimento anarquista, é parafraseado de várias maneiras em editoriais, em retomada de dizeres outros ou em matérias apresentados como *comunistas*. Formulados nessa discursividade que polariza e se inscreve no imaginário do bem contra o mal, os efeitos de sentido para *comunismo/comunista* sustentam, por outro lado, um imaginário de brasilidade a que, majoritariamente, repugna o ideário do materialismo.

Em Mariani (1998), também foi possível constatar que, pelo trabalho da metáfora discursiva, esse efeito de sentido para *comunismo* e *comunista* deslizou para *esquerda. Esquerda, esquerdista* e *esquerdismo* em relação com *comunismo/comunista* são palavras que

funcionavam como formas discursivas remissivas substituíveis entre enunciados constituídos anteriormente e os novos, formulados nesse período dos anos 80 do século XX. Assim, 'ser de esquerda' tinha sua referência construída discursivamente pela remissão a 'ser comunista', com os efeitos de sentidos já mencionados.

Um comunista é....um inimigo nefasto.

Um inimigo nefasto é... um esquerdista.

Nesse mesmo período, mais no início da década de 80, dois outros processos de produção de sentidos estavam em curso e circulavam no discurso jornalístico analisado. Um deles, relacionado à memória dos dizeres da ditadura, fazia incorporar outros sentidos para *comunista*s e *esquerdistas* a partir de denominações como "homens sedentos de poder" ou "falsos nacionalistas brasileiros" ou "agitadores esquerdistas, subversivos e antidemocráticos"[5]. O outro processo em curso de produção de sentidos, mais especificamente durante o período em que houve a queda do muro de Berlim, significava o fim do comunismo com enunciados do tipo "o marxismo acabou" , "bandeiras vermelhas ainda irritam X..." ou com expressões irônicas, como, por exemplo, em "dragõezinhos de esquerda")[6]. Mesmo assim, em 1993, tendo em vista a iminência de eleições presidenciais, manchetes jornalísticas ainda expressavam o sentido de ameaça: "'Perigo vermelho', versão 94. Militares da reserva temem vitória de Lula" (JORNAL DO BRASIL, 20/08, 1993, p. 5. a*pud* MARIANI, 1996). Entre aspas na manchete, *perigo vermelho* porta como efeito de sentido a memória uma temporalidade passada, remetendo para dizeres e sentidos de uma outra historicidade. Mas, como se sabe, o sentido nunca é apenas um só. Em outras palavras, as aspas na forma discursiva *perigo vermelho* também produzem eufemismo como efeito de sentido. Seja como memória de uma historicidade que não existiria mais, seja como eufemismo, em *perigo vermelho*, a evocação da ameaça pela reiteração da forma discursiva torna aquele *perigo vermelho* ainda materialmente presente, mas como possibilidade em um futuro próximo, tendo em vista a candidatura de Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), à presidência da República. Cumpre lembrar que essa manchete não corresponde a um enunciado isolado. Este deslizamento permite-nos pensar no trabalho metafórico em que se mantém um efeito de ameaça aos sentidos atribuídos à brasilidade. Podemos depreender nesse enunciado a dominância de um processo discursivo que produz um efeito de

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

sentido de *inimigo ameaçador*, formulando um imaginário linguístico repetido durante aproximadamente seis décadas com apoio na imprensa escrita. O trabalho metafórico está no deslizamento do efeito de sentidos que migra de um partido político específico – *PCB* – para uma generalização – *esquerda(s)* – para, em seguida, sua sombra recair sobre outro partido político específico – *PT* – e, na sequência, em Lula, nome do fundador do partido e candidato à presidência. Vejamos: *PCB....Esquerda(s)....PT....Lula....inimigo nefasto.*

Na conclusão do livro publicado em 1998, nossa última frase é formulada como uma pergunta: "A eficácia do imaginário construído sobre os comunistas teria chegado ao fim?" (MARIANI, 1998, p. 232). Esta é uma pergunta que nos dias de hoje ganha ares de atualidade. Vinte e um anos depois, durante o período de disputa eleitoral em 2018, mas também após as eleições, reencontramos em enunciados formas discursivas que re-parafraseiam o imaginário de inimigo tomando como referência o par *esquerda(s)-PT*. Ao mesmo tempo, renovam esses efeitos de sentidos em função da inclusão dos sítios de significância mencionados no início, sobretudo o da criminalização. Vejamos alguns enunciados, selecionados em 2019:

> SD1: "... Desta vez nos iríamos ganhar de qq maneira, com Bolsonaro ou com qualquer um outro que se posicionasse a direita desta **máfia esquerdista** instalada nos quatro cantos da nação. (...)" (via zap, em 03/02/1019, grifos nossos)
> SD2: "Se falar do **ladrão de nove dedos os demônios vermelhos** se manifestam na hora!" (via zap, 18/07/19, grifos nossos)
> SD3: "Vejam o que diz o item 9 do decálogo de Lenin!!! "9. Contribua para a derrocada dos valores morais, da honestidade e da crença nas promessas dos governantes. Nossos parlamentares infiltrados nos partidos democráticos devem acusar os **comunistas**, obrigando-os, sem perda de expô-los ao **ridículo**, a votar somente no que for de interesse da causa socialista." (via zap, em 18/01/19, grifo nosso)
> SD4: É sem tirar nem por, exatamente como dizem os **PETRALHAS (os que ainda não foram presos) e todo o coletivo DA esquerdalha COMUNISTÓIDE** do Brasil. (carta ao presidente, abril, 2019, grifo nosso).

SD5: A CNBB realmente é uma **facção comunista** dentro da Igreja Católica. (via zap, em 13/08/2019, grifos nossos)
SD6: Urgente! Índios confirmam!! A **esquerda bandida** e as ONGs estão botando fogo na Amazônia." (via zap, 26/08/2019, grifos nossos)

Máfia esquerdista / ladrão (de nove dedos) / demônios vermelhos / petralhas / esquerdalha comunistóide / esquerda bandida são sintagmas nominais que em seu funcionamento discursivo remetem a outras formas nominais cuja materialidade está em enunciados anteriores[7]. Tais enunciados anteriores, constitutivos da rede de sentidos de uma memória sobre o *comunismo* e os *comunistas*, funcionam como caução para processos de significação do que, na ordem das formações imaginárias, vai sendo construído discursivamente como uma única realidade, sobretudo a partir das eleições de 2018. Além disso, *vermelho*, *comunista* e *esquerda* passam a ser significados, sobretudo, no campo da corrupção e da criminalização.

Enquanto formas discursivas, são substituíveis contextualmente, ou seja, são produto de um processo de produção de sentidos cuja dominância não se inaugura hoje. Lembremos que a dominância discursiva está diretamente relacionada ao processo de produção de sentidos dominante que dá visibilidade à manifestação de sequências discursivas concretas, ou melhor efetivamente em circulação em dado momento histórico. No rastro destes enunciados, o efeito de sentido *inimigo nefasto* registra, nas superfícies linguísticas em análise, sintomas do retorno de gestos de silenciamento e apagamento do debate político propriamente dito.

Uma diferença importante entre o que foi analisado em Mariani (1998) e o que está sendo analisado agora está no modo de circulação digital desses processos de significação sobre PCB.....*comunistas*.....*esquerda(s)*.....*PT*....*Lula*. Não mais tão inseridas no discurso jornalístico, estas formas discursivas remissivas circulam em *zaps* (e outras redes digitais) organizados por grupos de apoiadores do atual governo. Os *zaps* se espalham velozmente, entrando em celulares outros, sem pedir licença, uma vez que são repassados e multiplicados por máquinas programadas para tal finalidade. A mídia jornalística impressa ou digital, por sua vez, cita os

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

zaps. Os *zaps* tornam-se notícia, antecipando o que a mídia irá anunciar, mesmo que seja como comprovantes de circulação de *fake news* ou de opiniões de grupos extremistas de direita.

Tenho chamado esse modo de circulação das mídias sociais digitais de discursividades *prêt-a-porter*, pois correspondem a textualidades que circulam prontas para serem vistas, lidas, espalhadas e repetidas sem muita reflexão, ou, em uma palavra, para serem consumidas, descartadas quase instantaneamente e serem substituídas por outras com efeitos de sentidos similares (MARIANI, 2018). A maioria dos *zaps*, neste funcionamento prê-à-porter, circulam sem autoria, interpelam o outro com um imperativo "repassem" ou "repasse a um amigo(s), colega(s)...", que genericamente representa todos e ninguém. Mesmo quando alguma autoria vem explicitada ("Sou Fulana de tal, dona de casa na cidade X..."), é uma autoria indeterminada (quem seria essa "fulana de tal"?) que interpela o outro. Como afirmei (MARIANI, 2018), a discursividade *prêt-à-porter* interpela os sujeitos que recebem esses zaps fazendo com que se apropriem subjetivamente deles ao repassá-los. Dizendo de outra forma, em muitos zaps, o anonimato inicial dessas postagens vai sendo subjetivado conforme vão sendo recebidos e repassados *por* e *para* sujeitos que supostamente compartilham sentidos. Produz-se, deste modo, uma rede de discursividades que alimenta uma ilusão de consenso. Ou dizendo de outra maneira: no repassar para uns e não para outros, supõe-se uma aliança, um compartilhamento de sentidos entre sujeitos situados em determinadas formações discursivas. No repasse dos zaps, tais sujeitos não apenas estariam tomando posição identificados pela formação discursiva na qual se inscrevem para serem sujeito do que dizem (PÊCHEUX, 1975 [1988], p. 214 e ss.), mas também estariam publicizando de modo eficaz e veloz essa posição. Como afirmei antes, produzindo um efeito de ilusão do consenso, estão em jogo as formações imaginárias (PÊCHEUX, 1990 [1969]), ou seja, a imagem que o sujeito faz de si, desse outro que lhe enviou o zap e daquele a quem ele reenvia o zap.

Antes de concluir, devo mencionar a circulação da expressão *fantasma esquerdopata* nessa mídia social digital. Essa expressão *fantasma esquerdopata* é composta por duas palavras com funcionamento lógico-retórico compreensível quando inserida em uma série remissiva. Tal série remissiva se espraia em mais de uma

temporalidade simultaneamente: a da atualidade, a da memória e a do silenciamento, aqui compreendido como uma temporalidade que, em função da censura, coloca em silêncio outros sentidos possíveis.

Fantasma esquerdopata circunscreve na materialidade discursiva as fronteiras de um sítio de significância organizado por um gesto de interpretação bem específico. Entendo que em "fantasma esquerdopata" encontra-se a materialidade de um sítio de significância que condensa várias formas discursivas remissivas. Sem pretender a exaustividade, apresento algumas sequências discursivas recortadas de superfícies discursivas variadas em que *fantasma esquerdopata* está mencionado. Vejamos:

> SD1: "...fantasma esquerdopata que ameaça o futuro do Brasil...." (por zap, em 18/07/19);
> SD2: "Margrit Schmidt chama Sigmaringa Seixas, falecido, de "**esquerdopata**". (*Diário do Centro do Mundo*, https://www.diariodocentrodomundo.com.br › essencial › irma-de-ex-ama..., em janeiro, 2019);
> SD3: "Sigmaringa Seixas "**esquerdopata**" e amigos dele q foram ao ..."(Monica Bergamo, via Twiter, https://www.google.com/search?q=fantasma+esquerdopata&oq=fantasma+esquerdopata&aqs=chrome..69i57j33.1410j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8, em janeiro de 2019);
> SD4: "Riobrazil Mudança. Parabéns procurador, vc não tem que dar explicação, acusação sem prova de um **fantasma esquerdopata**. Só no Brasil." (Portal IG, https://ultimosegundo.ig.com.br › Último Segundo › Política, em janeiro de 2019);
> SD5: "Censura: o **fantasma** que volta a assustar as bibliotecas brasileiras ..promovendo um "discurso **esquerdopata**" entre os alunos, como bem ..."(https://biblioo.cartacapital.com.br › censura-o-fantasma-que-volta-a-assusta. em abril de 2019).

Compreender como os sentidos circulam é compreender o quanto uma forma discursiva, seja ela remissiva ou não, pode estar em um processo de substituição metafórica. Em *fantasma esquerdopata* é possível depreender uma expressão que relaciona dois termos: *fantasma*, um termo com sentidos em dispersão e *esquerdopata*, um

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

neologismo que, em um primeiro gesto de leitura, pode indicar uma síntese da memória de sentidos para *comunismo* e *comunista* no Brasil. Mas não apenas isto.

Em seu funcionamento discursivo, tal como pode ser observado nas SDs acima, *fantasma esquerdopata* e *discurso esquerdopata* são formas nominais e como tal remetem para algo já sabido dentre as coisas-a-saber no mundo: "Há fantasma esquerdopata". Porém, pode-se questionar: *Fantasma* para quem ou para o quê? E o que o neologismo *esquerdopata* desloca?

Fantasma apresenta como sinonímia possível a forma discursiva *espectro*, ou seja, *fantasma* e *espectro* apresentam possibilidades de substituição em determinados enunciados, em dados contextos. *Espectro* é um termo que comparece inicialmente em *O manifesto comunista*, de Marx e Engels (1848), em uma referência direta à presença do comunismo na Europa[8]. Para Pêcheux, tomando o espaço revolucionário como espaço em que se manifestam processos de significação em ruptura e possível transformação, são *espectros* revolucionários que rondam e assombram a Europa há mais de dois séculos. Os discursos revolucionários, os espectros das revoluções, assombram a estabilidade do sujeito pragmático. No imbricamento da práxis revolucionária com a linguagem, os discursos revolucionários lutam contra o presente visível e apontam para o invisível, para um alhures ainda não-realizado, para um impossível. São discursos que marcam rupturas e transformações com efeitos de sentidos fronteiriços e móveis, e seguem produzindo deslocamentos e direções de sentidos outros para a sociedade na língua. Como nos lembra Pêcheux, a possibilidade de se dizer o invisível e a ausência está na ordem do dizível, na estruturação das línguas:

> Através das estruturas que lhes são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o que não está, o que não está mais, o ainda não está, e o nunca estará da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos o alhures, o além, o invisível (Pêcheux, 1990 [1982], p.8).

O fantasma ideológico do comunismo, podemos dizê-lo como sendo um imaginário que assombra o sujeito pragmático uma vez que se encontra além da percepção imediata. Uma fantasmagoria evocada como ameaça de perigo, falada pelo outro e que se encontra revestida por histórias e sentidos vindos de alhures.

Lembremos que Pêcheux (1990 [1982]) teoriza sobre o sujeito pragmático da atualidade, que busca a satisfação de suas necessidades, um mundo logicamente estabilizado, e com uma organização semântica sem equivocidades, organizada com enunciados opositivos e dicotômicos e, em certa medida, coercitivos. Para este sujeito, é imperiosa a necessidade deste mundo semanticamente compreensível e pragmaticamente organizado. Assim, é possível compreender que *fantasma*, no imaginário linguístico desse sujeito pragmático, designa o que pode desorganizar suas certezas, sua estabilidade em seu mundo. Se há fantasma é porque há algo que ameaça a estabilidade de seu mundo. Ora, esse lugar de fantasma está justamente atribuído à esquerda, que seria capaz de provocar deslocamentos no ordinário de sentidos já estabilizados. Propomos pensar que o efeito fantasmático de ameaça – em *fantasma esquerdopata* – estaria colado ao efeito de uma memória de ameaça das coisas-a-saber do marxismo como responsáveis pela desmontagem desse mundo lógica, semântica e pragmaticamente estabilizado.

Assim, para além de ser um espectro imaterial, tal como as crenças religiosas propõem, se há fantasma é porque há um ponto de real da história indiscernível, alhures, irrealizado e impossível de ser significado para esse sujeito pragmático que (se) imaginariza (em) uma estrutura sócio-semanticamente estabilizada e homogênea.

A historicidade dos sucessivos apagamentos de uma discussão político-econômico-ideológica consistente vem justamente dar sustentação para esse imaginário fantasmagórico atribuído à esquerda. Ao invés de se tentar simbolizar o real (e sabemos que o furo do real resiste à simbolização), ocorre um empobrecimento do simbólico – perceptível, na atualidade brasileira, nos xingamentos, na violência verbal, no uso de termos escatológicos como forma de sustentar argumentos, *etc.* – e uma exacerbação imaginária de um fantasma que se quer eliminar. Lembremos também que foi recorrente, na circulação de *zaps* durante a campanha presidencial em 2018, de enunciados como

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

"Só penso em exterminar o PT"; "Vamos acabar de vez com esses esquerdistas."

Na forma discursiva em análise, *fantasma* está determinado por *esquerdopata*, um neologismo que funciona em uma série associativa de remissões para dois sítios de significância: o das esquerdas e o da medicina psiquiátrica. Por associação, depreendemos a formação de *esquerd (o) pata*, como em *psicopata*: psic (o) pata. A etimologia de *psicopata* está na união de *psyché* e *pathós*, duas palavras gregas que significam alma ou mente, e doença ou sofrimento, respectivamente[9]. Por analogia com a construção de *psicopata*, podemos compreender que um *esquerdopata* seria um sujeito doente por ser de esquerda, ou melhor, por pensar como alguém de esquerda. Logo, a ideologia de esquerda seria uma doença. Há, porém, um efeito outro em *esquerdopata*, efeito ligado à ridicularização e humilhação da ideologia desse sujeito. O neologismo já se encontra em circulação e registrado no *Dicionário informal online* o qual traz uma definição para *esquerdopata:* "Esquerdista fanático e doentio contra todas as evidências"[10]. Um *esquerdopata* seria aquele "contra todas as evidências" justamente aquelas do sujeito pragmático, ou, como define Pêcheux, "cada um de nós, os 'simples particulares' face às urgências de sua vida..." (PÊCHEUX, 1990 [1988], p. 33). A definição acima já porta uma divisão dicotômica de sentidos, já porta a significação de uma posição contra, contrária. Memória dos sessenta anos de sentidos de exclusão para o PCB e para as esquerdas em geral. Nos tempos atuais, a discursividade contra a esquerda assume nos *zaps* uma forma polarizada com enunciados simplificados, dicotômicos.

Ainda de acordo com o *Dicionário informal*, são sinônimos para *esquerdopata* "petralha, esquerdismo, sinistria socialista, comunista, lunático, corruptos, ditadores" e palavras relacionadas são "esquerdista, fanático, lua negra, psicopata, doente, amputação do polegar esquerdo, deboche, comunista, ladrões...". Por outro lado, a rede de antônimos registra: "racional, coerente, à direita, destria, direitista, coxinha, inteligentes, honestos, equilibrados, sensatos, trabalhadores, norma...."[11]. Nos dois paradigmas organizados pelo *Dicionário informal*, as formas discursivas remissivas mostram o trabalho da metáfora, que vai produzindo um deslizamento que vai de *esquerdista* a *ladrões*..., por um lado, e, de outro, vai de *racional* a *norma.* De um lado, o desconhecido, que inspira medo, é merecedor de zombarias ou

de prisão, um desconhecido, ou, dizendo de outra maneira, o real indizível e que escapa à lei. De outro, aquele que se enquadra no mundo organizado, *racional*, *honesto*, *normal*... sofrendo as ameaças imaginárias de *esquerdopatas* multiformes.

Fantasma esquerdopata, enfim, é uma expressão composta por duas palavras com funcionamento lógico-retórico compreensível quando inserida em uma série remissiva. Tal série remissiva se espraia em mais de uma temporalidade simultaneamente: a da atualidade, a da memória e a do silenciamento, aqui compreendida como uma temporalidade que, em função da censura, tenta colocar em silêncio outros sentidos possíveis para esquerda, como já foi dito. Dizer *fantasma esquerdopata* é tentar colocar em silêncio outros sentidos possíveis.

4. Considerações finais

Nas condições de emergência da política brasileira, a partir das eleições de 2018, essa discursividade produzida por ideologias de direita extremamente contrária aos posicionamentos políticos que não sejam os seus vem significando e colocando em circulação uma generalização de tal forma contrária que quaisquer palavras, ideias e práticas, individuais ou coletivas, em instituições públicas ou particulares, que possam, desse ponto de vista, estar associadas ao pensamento de esquerda são incluídas nas mesmas tramas de significação. Engendrando uma discursividade que mescla sentidos vinculados à polícia, à corrupção e à moralidade, sendo regulada pelo discurso jurídico e replicada no discurso político oficial, as palavras *comunistas*, *comunismo* e *esquerda* passam a servir como sentido *prêt-à-porter* (MARIANI, 2018) para qualquer ideia ou prática que possa ser compreendida como contrária a ideias ultra-conservadoras e ao neoliberalismo. Vem sendo construído um imaginário linguístico (PÊCHEUX, 1988 [1975]) inflacionado, polarizado e agudizado, bem alimentado também por políticas de desinformação, ou as chamadas *fake news*, que circulam nas mídias digitais. É uma discursividade que não polemiza, não reconhece a alteridade nem qualquer tipo de diferença. Ao contrário, encerrada em si mesma, essa discursividade visa produzir uma política de silenciamento (ORLANDI, 1992) em tempos democráticos.

O estudo dos processos discursivos, ou seja, dos processos de significação que têm como base material a língua, como já foi dito,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

supõe a constituição mútua entre a linguagem (sua materialidade na história) e a historicidade[12] (em sua materialidade linguageira). Em outras palavras, se falamos em constituição mútua entre linguagem e historicidade é porque o acontecimento de uma palavra, expressão ou texto tomados como discurso é lugar material da produção de sentidos que podem ou não aparecerem como evidentes e óbvios para alguns sujeitos em dada formação social, mas nunca para todos. Dada a complexidade do discurso, tomado como objeto teórico, um trabalho de análise discursiva, precisa situar-se, simultaneamente, em duas ordens de pesquisas: uma voltada para as variações e para as relações entre esses processos de produção de sentidos, e outra que relaciona os processos, suas variações e suas relações com suas condições de produção.

Desse recorte teórico, enfatizamos o movimento dos sentidos tendo em vista o efeito de dominância produzido no interior de um enunciado dado (PÊCHEUX, 1990 [1969]). O processo discursivo de remissões entre formas discursivas particulares e outras tantas possíveis em dadas condições de produção não tem começo localizável (uma data ou lugar preciso) e nem um fim discernível. O sistema de remissões não é qualquer, os sentidos não são abertos para uma polissemia infinita, mas encontram-se regidos por traços dominantes de um dado processo de produção. Aqui se depreende o segundo ponto destacado: uma forma discursiva dada encontra-se em um jogo de remissões com outras formas possíveis, dadas as condições de produção. Neste jogo de remissões entre formas discursivas há vestígios de um processo de produção de sentidos dominante que, como vimos a partir da análise das superfícies linguísticas, podem ser lidos (ou escutados), enquanto sintomas de que o sujeito pragmático continua imerso nas evidências de seu pensamento, interpelado pela ideologia e submetido aos seus efeitos.

Tal trama de remissões, com o trabalho da metáfora, constitui o que chamamos de gramática do imaginário linguístico, ou gramática do corpo verbal. Essa gramática funciona na ordem da língua como base linguística de um domínio de sentidos atravessado por um interdiscurso (rede de ditos e não ditos, de silêncios, memória) e sustentado por um intradiscurso marcado com enunciações que formulam posições (com modalizações, ironias, emprego de advérbios, co-referências etc) em determinado temporalidade-espaço-social. A partir de Pêcheux (1988

[1975]), podemos pensar que as determinações de uma tal gramática na enunciação, enquanto trama produzida pelo interdiscurso em relação com o intradiscurso, atuam no sujeito e induzem à espontaneidade da evidência do pensamento sobre X / a respeito de X. Como sabemos, não há dominação sem resistência e a evidência do pensamento muitas vezes submerge com a equivocidade, os lapsos que fazem o sujeito tropeçar na língua e se indagar se o sentido não seria outro.

Termino este trabalho de forma provisória. À pergunta formulada em 1998 ("A eficácia do imaginário construído sobre os comunistas teria chegado ao fim?" em MARIANI, 1998, p. 232), e já evocada neste texto, faço outra: Como resistir a esta eficácia da violência simbólica do outro? Como resposta possível e provisória, posso dizer que foi com a escrita do presente artigo que encontrei uma forma de luta.

Referências bibliográficas

FEU, F. (2008). *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan.* Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de PG em Linguística.

MARIANI, B. (2018). *Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação*. Entremeios. Revista de estudos do discurso. Volume 17. UNIVAS: Universidade do Vale do Sapucaí, jul/dez.

MARIANI, B. (1998). *O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais.* Campinas, Rio de Janeiro: Editora da UNICAMP & Editora Revan.

MARX, K.; ENGELS, F. (1998). "Manifesto do Partido Comunista". In: *Revista Estudos avançados.* Dossiê Manifesto comunista. Volume 12, número 34, SP, set./dez. 1998.

ORLANDI, E. (1992). *As formas do silêncio no movimento dos sentidos.* Campinas: Editora da UNICAMP.

ORLANDI, E. (1996). *Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.* São Paulo: vozes.

ORLANDI, E. (2001). *Análise do discurso: princípios e procedimentos.* Campinas: Pontes.

Pêcheux, M. (1990). *O discurso. Estrutura ou acontecimento.* Campinas, Pontes.

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Editora da UNICAMP.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

PÊCHEUX, M. (2012). *Delimitações, inversões, deslocamentos*. Cadernos de Estudos Linguísticos, número 19, 2012, p. 7-24.
PÊCHEUX, M. (1990). "Análise automática do discurso". In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* Campinas: Editora da UNICAMP.

Palavras-chave: Análise do discurso, formas discursivas remissivas, *comunismo, comunista, esquerda*, mídia social.
Keywords: Discourse Analysis, remissive discoursive forms, *communism, communist, left*, social midia.

Notas

---

* Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É docente da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora 1C do CNPq.

[1] Na esfera legislativa, aguardando parecer, há uma proposta de releitura do projeto de lei Lei 7.716 (05/01/89), que trata da criminalização do preconceito por raça e por cor, com a inclusão do comunismo.

[2] Feu (2008), em sua tese de doutorado, sintetiza os gestos teóricos de Marx, Althusser e Pêcheux nisso que foi proposto por Althusser como *leitura sintomal*, afirmando: "A constatação de evidências para o pensamento é, portanto, o sintoma de que alguma coisa permanece velada para esse mesmo pensamento. Assim, o pensamento corre o risco de passar de uma evidência à outra, numa espécie de errância indefinida, quanto mais ele pretende coincidir consigo mesmo identificando-se com aquilo que ele enuncia. Contra essa tendência espontânea do pensamento de reproduzir-se indefinidamente é preciso convocar "a suspeita do que falar quer dizer", conforme a fórmula de Althusser, em "Lire le Capital", frequentemente citada por Pêcheux." (FEU, 2008, p. 45).

[3] Orlandi (1996) teoriza sobre a "abertura do simbólico", apontando para fronteiras móveis e disjuntas entre polissemia e paráfrase, fronteiras nem sempre definidas, precisas ou definíveis

[4] Uma observação a ser feita: o termo metáfora, em Pêcheux, neste livro, não vem associado diretamente a Lacan, mas podemos reter aqui alguns apontamentos da psicanálise que são pertinentes ao que se está apresentando. Nas palavras de Lacan, a leitura do inconsciente é a realização de uma escuta do sujeito, em transferência analítica, para além do que se ouve. O sujeito do inconsciente é representado e determinado pelo enodamento significante. E os significantes, autônomos e disjuntos dos significados, representam o sujeito que se encontra às vezes 'parado', às vezes 'em movimento', sendo representado de um significante para outro. Processos metafóricos, em Lacan, são processos de substituição significante, e constituem a lógica do funcionamento do inconsciente. Essas substituições não são conscientes e suas manifestações são enigmáticas para o sujeito. Um processo de análise permite ao sujeito

fazer sempre novas associações significantes, perceber-se neste processo para aos poucos tentar compreender o enigma do seu sintoma.

[5] Cf. Mariani (1998, p.195 a 218).

[6] Cf. Mariani (1998, p. 219, 220, 221).

[7] Pêcheux refere-se a "enunciado anterior / enunciação anterior como caução" quando discute as formas nominais e os pronomes que as substituem (PÊCHEUX, 1972 [1969], p. 113).

[8] "Um espectro ronda a Europa – o espectro do comunismo." (MARX e ENGELS, 1998 [XX]).

[9] Cf. Houaiss.

[10] https://www.diconarioinformal.com.br/esquerdopata/ (consulta em 30/08/2019)

[11] *Dicionário informal*, *idem.*

[12] Termo proposto por Orlandi (1996) para situar o trabalho dos sentidos no texto, visando desautomatizar, desta maneira, a proposta conteudística de que haveria uma ligação direta ou de causa e efeito entre acontecimentos históricos e a linguagem.

ENTRE O AMARELO E O AZUL: A HISTÓRIA DE UM PERCURSO

Suzy Lagazzi*
UNICAMP

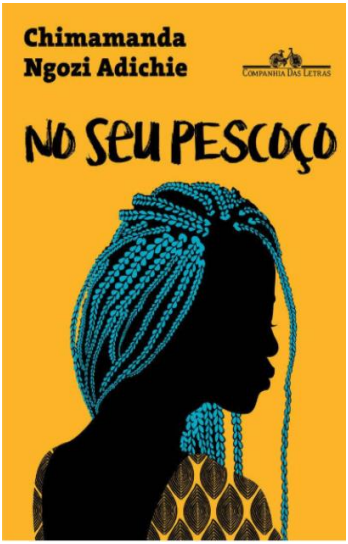
Resumo: *Este texto apresenta um percurso discursivo de análise que toma como ponto de ancoragem a "composição material", trabalhada na relação entre a capa e os contos do livro No seu pescoço, de Chimamanda Ngozi Adichie. Retomando conceitos fundantes de Michel Pêcheux, o percurso aqui apresentado vai delineando relações teórico-analíticas que mostram a potência do dispositivo de leitura concebido pelo autor, em seus desdobramentos propostos por Eni Orlandi. Ressaltando o primado do gesto de descrição, vou procedendo à deslinearização discursiva na "imbricação das diferentes materialidades significantes" e chego ao funcionamento da "resistência simbólica", marcada em contrastes diversos por meio dos elementos significantes materialmente distintos.*

Abstract: *This text presents a discursive path of analysis that makes the "material composition" its anchor point, worked out through the relation between the cover and the tales of the book The thing around your neck (No seu pescoço – in the Brazilian edition), by Chimamanda Ngozi Adichie. Returning to Michel Pêcheux's founding concepts, the path presented here delineates theoretical-analytical relations that show the power of the reading device conceived by the author, in its developments proposed by Eni Orlandi. Highlighting the primacy of the gesture of description, I proceed to discursive delinearization in the "imbrication of the different significant materialities", thus reaching the functioning of the "symbolic resistance", marked in different contrasts through the materially distinct significant elements.*

1. "A poesia não é o domingo do pensamento"[1]

Completamente tomada pela escrita de Chimamanda Ngozi Adichie, olho para a capa do livro que me prende há alguns dias: o amarelo, num tom muito vivo, recobre todo o fundo e faz saltar em preto o perfil de uma mulher, que se desenha com a mesma força e sutileza trazidas pela

narrativa de Adichie. Rosto, pescoço, nuca e costas ficam delimitados pela fronteira entre o preto, completamente opaco, e o amarelo. Uma estampa tribal tece o contorno dos ombros e marca o início de um decote que deixa à mostra parte das costas. Longas e finas tranças azuis turquesa se destacam e emolduram a cabeça, num caimento denso e um tanto irreverente, que deixa à mostra nuca e pescoço. O jogo das cores na disposição da capa dá foco à negritude, iluminada pelo amarelo e adornada pelo turquesa. Uma negritude que se desenha mulher, um feminino que canaliza a interpretação. O título, *No seu pescoço*, em preto e em caixa alta, está em destaque logo acima da cabeça, (re)direcionando nosso olhar, que se volta para o pescoço desenhado entre o turquesa das tranças. Com letras desiguais, que misturam maiúsculas e minúsculas em traços de pincel, o título lembra uma escrita à mão, um registro momentâneo, que parece compactuar com o indefinido do seu enunciado. O título desarranja o nosso olhar e aguça a nossa escuta, estabelecendo com a mulher em negro uma interlocução. A que nos remete este título? Aonde nos levará *No seu pescoço*?



Esta capa[2] traz uma composição aguda, que me arrastou para dentro do livro. A mesma estampa tribal recobre toda a segunda capa, reafirmando uma identidade (outra) que será dada a conhecer nos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

contos. Mais uma vez meu olhar é fisgado. A repetição ampliada do desenho tribal se impõe. Meu olhar ancora minha escuta. O encantamento fica por conta da maestria dos contos desta nigeriana que sabe a que veio:

> "Ela escutará a rádio BBC e ouvirá os relatos das mortes e da onda de violência – "um conflito étnico com matizes religiosos", dirá a voz. E jogará o rádio na parede, e uma fúria rubra irá percorrer seu corpo, pois tudo foi embrulhado, desinfetado e diminuído para caber em tão poucas palavras, todos aqueles corpos." (ADICHIE, 2017, p.61. Do conto *Uma experiência privada*).

Capas e contos se compõem em uma leitura que vai sendo tecida em muitos contrastes: o preto, o amarelo e o azul, o traçado das letras, o desenho do corpo, a estampa tribal, igbos e hausas, cristãos e muçulmanos, nigerianos, ingleses e americanos, ricos e pobres, as línguas nativas e a língua de colonização, as tradições locais e as imposições estrangeiras, os "nossos" costumes e as "nossas" comidas, que não são os costumes e as comidas "deles".

> Na Nigéria, ela teria usado inhame para fazer a sopa *ji akwukwo*, mas, ali, quase não se encontra inhame na loja de produtos africanos – inhame de verdade, não as batatas fibrosas que os supermercados americanos chamam de inhame. Uma réplica de inhame, pensa Nkem, e sorri. (ADICHIE, 2017, p.40. Do conto *Réplica*).

A diferença está presente em toda a narrativa de Adichie, na forma de contrastes contundentes, estranhamentos, comparações irônicas. Diferentes formas de a alteridade nos demandar. Idas e vindas que falam do eu no outro, no emaranhado de um social que não poupa consequências.

2. Diferença, deriva, alteridade

Ressalto aqui o "princípio da dupla diferença", formulado por Michel Pêcheux (1990, p. 148-150) e retomado por Eni Orlandi em seu convite para esta proposta de celebração dos 50 anos da publicação do

livro *Análise Automática do Discurso (AAD-69).* Um princípio potente e uma retomada sensível. A "dupla diferença" toma como foco o que está dito, no modo da sua formulação, para compreender como se marca no intradiscurso o processo discursivo dominante em análise, e ao mesmo tempo pergunta por aquilo que não está dito e que não poderia estar, dadas as condições de produção determinantes desse processo. Trata-se de pensar, na relação com o intradiscurso, o interdiscurso e o trabalho da memória. Nas palavras de Pêcheux (idem, p.150), "[...] o emprego do 'princípio da dupla diferença' deve permitir, ao mesmo tempo, definir o processo discursivo dominante e as ausências específicas que ele contém, em relação a outros processos, ao responder a outras condições de produção discursivas". Nas palavras de Orlandi (1999, p.34), "Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária".

O princípio da dupla diferença traz para a prática de leitura o exercício com a alteridade na relação com os sentidos: as derivas possíveis e as não possíveis, as fronteiras interpretativas que as diferentes posições-sujeito vão construindo. Nesse trabalho com a diferença, "o exercício parafrástico vem atualizar o efeito metafórico" (LAGAZZI, 2014). Esta elaboração vem na mesma direção do que afirmou Orlandi (1999), quando ressaltou que o analista "deve lançar mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem a operacionalização dos conceitos", e que "ao longo de todo o procedimento analítico, ao lado do mecanismo parafrástico, cabe ao analista observar o que chamamos efeitos metafóricos".

Pêcheux especifica, no texto de 1969, que o efeito metafórico "é esta repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas". É o que caracteriza, aos olhos do autor, "o mecanismo de um processo de produção" (PÊCHEUX, 1990, p.97). Portanto, para compreender o processo de produção dominante dos sentidos, é importante que o analista se dê conta dos limites dessa repetição do idêntico por meio do diverso. Quais as derivas possíveis? Quando uma deriva estará apontando para outro processo discursivo? É justamente o trabalho do analista com a reformulação, no intradiscurso, considerando as condições de produção desse discurso, o que vai permitir a delimitação

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

das famílias parafrásticas, para que o dizível a partir de uma posição-sujeito possa ser estabelecido frente ao não-dizível nessa mesma posição. Buscar as fronteiras entre as diferentes formações discursivas, entre as posições-sujeito faladas e que dão suporte a esse processo de produção de sentidos, é o trabalho do analista de discurso. Voltando a Pêcheux, a questão é "definir o processo discursivo dominante e as ausências específicas que ele contém, em relação a outros processos" (idem, p.150). É sempre na relação a outros significantes e a outros significados que o discurso pode ser compreendido, que a interpretação pode ser analisada.

Pêcheux nos fez compreender a importância da perspectiva relacional. Juntamente com Gadet (GADET; PÊCHEUX, 2004), em sua discussão sobre o lugar capital da noção de valor na obra de Saussure, Pêcheux retoma Benveniste para mostrar que foi este autor quem restituiu ao valor sua função primordial na descoberta saussuriana.

É em "Natureza do signo linguístico" que Benveniste questiona "o primado do arbitrário" na proposta de Saussure, insistindo que o caráter arbitrário absoluto diz respeito à significação entre o signo (significante/significado) e a realidade (substância), e à reflexão linguística cabe o "estudo da relação significante/significado como efeito do arbitrário relativo, o estudo do signo não em seu isolamento, mas na relação com outros signos". "Dizer que os valores são 'relativos' significa que eles são relativos uns em relação aos outros" (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.57). Não se trata apenas da dicotomia motivado ou imotivado, mas do caráter "relativamente motivado", que estabelecendo a relação de um signo com outro signo, nos coloca no terreno da linguística. O valor, que segundo Saussure, define que um signo vale por aquilo que todos os outros não valem, "ao mesmo tempo sustenta e limita o arbitrário": um signo será reconhecido como "relativamente motivado" sempre dentro de uma série, na relação com os outros signos dessa série ("macieira é um signo relativamente motivado em relação à maçã, numa série, e à cerejeira, numa outra série").

> Colocar a noção de valor como peça essencial do edifício [saussuriano] equivale a conceber a língua como rede de "diferenças sem termo positivo", o signo no jogo de seu

> funcionamento opositivo e diferencial e não na sua realidade; conceber o não dito, o efeito *in absentia* da associação, em seu primado teórico sobre a "presença" do dizer e do sintagma [...] (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.58).

É com a noção de valor que nossa escuta e nosso olhar se abrem em derivas possíveis e o processo de associação toma corpo no movimento analítico. Na tensão entre o mesmo e o diferente, o exercício parafrástico vai dando visibilidade ao analista de como o processo discursivo dominante se reafirma em distintas formulações, delimitando as fronteiras desse dizer, sempre afetado pela possibilidade do alhures, do que pode vir a ser. A paráfrase se localiza na tensão contraditória entre identidade e alteridade. A substituição de um termo por outro, na busca por manter o que é similar, abre a possibilidade para novos encadeamentos. O exercício parafrástico nos leva, pela similitude, à deriva. As sucessivas substituições vão atualizando as associações possíveis no contraponto com associações que configuram outras famílias parafrásticas, outras posições-sujeito. Um jogo entre significados e significantes, entre limites e fronteiras.

3. No jogo das diferentes materialidades

O mesmo no diferente. O mesmo se marcando na materialidade por diferentes relações significantes. Nesse movimento analítico, o trabalho com a "imbricação material" me apresentou um desafio importante. Compreender a "repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas" em materiais constituídos por diferentes materialidades significantes trouxe demandas que exigiram alguns refinamentos teórico-analíticos.

Em primeiro lugar, a noção de "materialidade significante" (ORLANDI, 1995; LAGAZZI, 2009) veio enfatizar a perspectiva materialista e o trabalho simbólico sobre o significante. Na correlação entre língua e história, passei a mobilizar a relação entre materialidade significante e história, entendendo a linguagem como abarcando diferentes relações estruturais simbolicamente elaboradas: verbal, visual, gestual, corporal, sonora, musical, olfativa...

Dar ênfase ao trabalho simbólico em diferentes formulações significantes foi fundamental. Na perspectiva materialista, sabemos que conceber o sentido como efeito significa trabalhar com o primado do

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

significante, compreendendo, a partir da leitura de Lacan, o sentido como efeito produzido na cadeia significante, com o significado deslizando sob o significante (DUCROT; TODOROV, 1982). Dar o primado ao significante é atribuir às relações associativas pelo eixo significante um estatuto primordial na produção da linguagem. Gadet e Pêcheux (2004) ressaltaram este ponto, lembrando que "a pura e simples homonímia" (idem, p.59), "a pura homofonia no nível do significante" (idem, p.61) dá possibilidade ao jogo, à confusão entre as palavras, ao absurdo, ao sem sentido, e

> dá abertura, na obra de Saussure, à formulação da questão da língua, sem que o horizonte da alíngua[3] seja imediatamente foracluído. O espaço do valor é o de um sistêmico capaz de subversão em que, no máximo, qualquer coisa pode ser representada por qualquer coisa (GADET; PÊCHEUX, 2004, p.59).

Essa imprevisibilidade na relação significante, abertura que subverte a ordem, implode o sistema, desorganiza a escuta e movimenta a deriva, é fundamental para o trabalho analítico discursivo, principalmente quando buscamos a repetição do idêntico em formas necessariamente diversas e em materialidades também diversas. Como se relacionam discursivamente as diferentes materialidades significantes entre si? Como localizar marcas materialmente diversas de um mesmo processo discursivo?

Para avançar nessas questões, as noções de "imbricação material" e "composição material" (LAGAZZI, 2009) me permitiram dar consequência ao dispositivo analítico discursivo materialista em sua potência descritiva. Tanto o termo 'imbricação' quanto o termo 'composição' reiteram que não se trata de buscar complementaridade entre as diversas materialidades, mas de considerar, a partir da pergunta de análise, os diferentes modos de estruturação do material em sua imbricação, com a especificidade desse conjunto formado, relacionando uma materialidade às outras pela contradição, o que significa fazer trabalhar a incompletude que as constitui, e que permite o movimento de substituições e encadeamentos, no contraponto do conjunto. "Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação

funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados, num movimento de constante demanda" (idem, p.68).

Como um mesmo funcionamento discursivo vai se marcar no verbal, no sonoro, no visual, no gestual, no corporal? Esta pergunta foi orientando minha escuta nas análises realizadas em filmes e documentários[4]. Ressalto que a noção de recorte, proposta por Orlandi (1984), foi fundamental para que essa diferença entre composição e complementaridade fizesse sentido analiticamente. Do mesmo modo que o recorte traz o investimento processual do analista sobre o material, também a composição demanda esse olhar processual, sempre buscando o contraponto no conjunto.

Retomo minha afirmação de que a capa do livro *No seu pescoço* apresenta uma "composição aguda". A captura do meu olhar por essa composição, especialmente pelo vibrante do amarelo e do azul em contraste com o preto, constituiu, nessa leitura, o primeiro momento em que o exercício parafrástico fez movimento em minha memória de leitura e na memória do dizer: o título *Meio Sol Amarelo*, de um dos romances de Adichie, imediatamente se fez presente. A capa vermelha com o desenho do meio sol amarelo no canto superior e embaixo o perfil de uma mulher negra com uma faixa de estampa tribal em verde prendendo os cabelos fez eco. Uma capa tão marcante quanto a capa do livro *No seu pescoço*, com vários pontos de convergência entre elas. Todos os sentidos de resistência, luta e busca de liberdade que o amarelo do sol nascente evoca na história de Biafra e da Nigéria vieram à tona. A capa de *No seu pescoço* me impactou fortemente pela densidade dos sentidos reunidos no amarelo, que projetaram expectativas e produziram antecipações sobre o que o livro traria.

Afirmei também que "capas e contos se compõem em uma leitura que vai sendo tecida em muitos contrastes", por meio de elementos muito distintos: as cores, as letras, o corpo, a estampa tribal, as etnias, as religiões, as nacionalidades, as classes, as línguas, as tradições, os costumes, as comidas. As diferentes marcas que mostram os contrastes em funcionamento se articulam e se demandam num movimento de constantes retornos.

Eu disse que a imagem da capa me arrebatou e me arrastou pra dentro do livro, e ressalto que essa imagem foi sendo reatualizada em cada uma das protagonistas com as quais fui me envolvendo em cada conto: a irmã de Nnamabia, em *A cela um*; Nkem e Amaechi, em

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Réplica; Chika e a mulher hausa, em *Uma experiência privada*; Ebere, em *Fantasmas*; Kamara, em *Na segunda-feira da semana passada*; Ujunwa e Chioma, em *Jumping Monkey Hill*; Akunna, em *No seu pescoço*; a mãe de Ugonna, em *A embaixada americana*; Ukamaka, em *O tremor*; Chinaza, em *Os casamenteiros*; a irmã de Nonso, em *Amanhã é tarde demais*; Nwamgba e Afamefuna, em *A historiadora obstinada*. Nomes que me estranham, difíceis de serem pronunciados por uma falante de português, nomes que trouxeram em uma nova língua o *des*conhecido. Nomes que narram diferentes conflitos em relações colonizadoras coercitivas e tão nossas conhecidas, nomes que nos falam de uma sociedade muito desigual e hierarquizada, marcada por extremos no que concerne ao poder econômico e ao poder dos homens sobre as mulheres, nomes que nos dão a conhecer costumes, tradições, comidas e gostos nigerianos e africanos, nomes pelos quais os contrastes circulam nos contos. Esses nomes ficam em realce, mesmo quando ausentes, ressaltados na constante menção aos outros nomes, o não-dito se fazendo notar pela repetição do dito, como é o caso da irmã de Nnamabia, da "mulher hausa", da "mãe de Ugonna", da irmã de Nonso:

> "Eu sou a mãe de Ugonna", dizia ela na creche, para os professores, para os pais das outras crianças. No enterro dele em Umunnachi, como suas amigas e parentes estavam usando vestidos da mesma estampa que ela, alguém perguntara "Qual delas é a mãe?". Ela erguera a cabeça, alerta por um instante, e dissera "Eu sou a mãe de Ugonna" (ADICHIE, 2009, p.152. Do conto *A embaixada americana*).

Ser nomeada como a "mãe de Ugonna", ser significada pelo laço materno que a constitui, atesta a dor da perda do filho justamente pela falta que passou a marcar sua vida. O não-dito realçado pelo dito, na força da sua eloquência.

Realce e contraste se imbricam nos efeitos produzidos em *No seu pescoço*. Na primeira capa, o tom vibrante do amarelo e do azul realça o contraste com o preto; a estampa tribal que na primeira capa envolve os ombros, ao ser reimpressa nas segunda e terceira capas realça o contraste entre a identidade que se enuncia pelo desenho da figura feminina e que vai se reatualizando nas protagonistas dos contos.

São mulheres que protagonizam *a* negritude, *a* africanidade e *o* feminino numa narrativa que vai sendo materializada em cada uma das histórias contadas por Adichie, num jogo de vozes que contrastam em realce e ressaltam um imaginário heterogêneo, que movimenta a memória discursiva no *des*conhecido.

'Negritude', 'africanidade' e 'feminino' são termos que me fazem voltar à diferença. A equivocidade presente em cada um desses termos produz um alerta: é mesmo possível determiná-los pelo artigo definido? Quando falamos de 'negritude', 'africanidade' e 'feminino', do que falamos?

No conto *Jumping Monkey Hill*, Adichie nos confronta com a diversidade, emaranhando negritude, africanidade e feminino:

> [...] Ujunwa ficou sentada na cama um instante e então se levantou para desfazer a mala, olhando pela janela de tempos em tempos para ver se havia algum macaco à espreita nas copas das árvores.
> Não havia nenhum, infelizmente, disse Edward para os participantes mais tarde, quando eles estavam almoçando no terraço à sombra de guarda-sóis cor-de-rosa, com as mesas empurradas para perto da grade, de modo a ver o mar turquesa. Ele apontou para cada pessoa e fez as apresentações. A sul-africana branca era de Durban, mas o sul-africano negro vinha de Johanesburgo. O tanzaniano era de Arusha, o ugandês de Entebbe, a zimbabuense de Bulawayo, o queniano de Nairóbi e a senegalesa que, aos vinte e três anos, era a mais jovem ali, viera de Paris, onde fazia faculdade.
> Edward apresentou Ujunwa por último: "Ujunwa Ogundu é nossa participante nigeriana e ela mora em Lagos". Ujunwa olhou ao redor da mesa e imaginou com quem se daria bem. A senegalesa era a mais promissora, com um brilho irreverente nos olhos, seu sotaque francófono e os fios prateados nos *dreadlocks* grossos. A zimbabuense tinha *dreadlocks* mais longos e finos, cujos búzios faziam clique-clique quando ela movia a cabeça de um lado para o outro. Parecia elétrica, hiperativa, e Ujunwa achou que talvez gostasse dela como gostava de álcool – em pequenas doses. O queniano e o tanzaniano pareciam normais, quase indistinguíveis – homens altos de testas largas com barbas desgrenhadas e

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

camisas estampadas de manga curta. Ujunwa imaginou que fosse gostar deles daquela maneira indiferente com que se gosta de pessoas que não nos causam nenhum desconforto. Mas não estava certa sobre os sul-africanos: a mulher branca possuía um rosto ansioso demais, sem humor e sem maquiagem, e o homem negro parecia paciente e piedoso, como uma testemunha de Jeová que ia de casa em casa e sorria a cada vez que lhe batiam a porta na cara. Quanto ao ugandês, Ujunwa sentira antipatia por ele desde o aeroporto [...]

Então, Edward falou sobre si mesmo, sobre como a literatura africana era sua causa há quarenta anos, a paixão de uma vida inteira que começara em Oxford. Ele olhava com frequência para o ugandês. O ugandês assentia avidamente [...]

O assoalho de madeira rangia barulhento enquanto os garçons andavam de um lado para o outro, entregando cardápios. Medalhões de avestruz. Salmão defumado. Frango ao molho de laranja. Edward aconselhou a todos que comessem avestruz. Era simplesmente ma-ra-vi-lho-so. Ujunwa não gostava da ideia de comer avestruz, nem sequer sabia que as pessoas comiam avestruz e, quando disse isso, Edward deu uma risada simpática e disse que é claro que avestruz era um prato típico da África.

[...] conversou com a senegalesa sobre as melhores maneiras de cuidar do cabelo crespo: nunca usar produtos à base de silicone, passar bastante manteiga de karité e só pentear quando estiver molhado. [...]

A fumaça do cachimbo de Edward tomou o cômodo. A senegalesa leu duas páginas de uma cena que se passava num velório, parando com frequência para dar goles de água, com o sotaque ficando mais forte conforme ela se emocionava, cada t soando como um z. No final, todos se voltaram para Edward, até o ugandês, que parecia ter se esquecido de que era o líder do workshop. Edward mastigou o cachimbo, pensativo, antes de dizer que histórias homossexuais daquele tipo não refletiam a África de fato.

“Que África?”, perguntou Ujunwa, num impulso. (ADICHIE, 2009, p.107-117).

Qual seria "a África de fato"? Que essência seria essa que poderia falar por tantos povos, tribos, etnias e nações diferentes? A pergunta de Ujunwa rebate com força a violência do olhar colonizador reafirmado por Edward. E eu volto à pergunta anteriormente lançada, que ressoa na pergunta de Ujunwa: Quando falamos de 'negritude', 'africanidade' e 'feminino', do que falamos? Que imagens essas noções nos trazem? Que memórias essas noções mobilizam?

Pêcheux, em *AAD-69* (1990), insistiu sobre a importância de analisarmos a língua em seu funcionamento, em lugar de nos atermos ao texto e à sua função de exprimir sentido. Este deslocamento da noção de função para a de funcionamento significou um investimento teórico forte contra o subjetivismo decorrente dos estudos textuais, que focavam nas intenções do autor, e abriu a possibilidade de que conceitos exteriores à região da Linguística pudessem intervir nos estudos linguísticos (idem, p.62-73). Pêcheux defendia a impossibilidade de se chegar ao funcionamento da língua sem que fossem consideradas as condições de produção do discurso, o que significava, naquele momento, fazer referência aos "protagonistas" e ao "objeto de discurso" (idem, p.78), trazendo para o dispositivo de leitura os conceitos 'formações imaginárias' e 'antecipação'.

Foi importante, no que concerne ao funcionamento do processo discursivo, Pêcheux discutir o "mecanismo de *colocação* dos protagonistas" para determinar a "série de formações imaginárias" que convergem para designar os diferentes lugares atribuídos a si e ao outro por cada participante do discurso, perguntando pela "imagem" que esse participante faz do "seu próprio lugar e do lugar do outro" na estrutura da formação social (idem, p.82). Para esse "mecanismo", o autor trouxe a compreensão de que a "representação" dos lugares nos processos discursivos vem atravessada por uma "transformação", que é resultado de "regras de projeção" que produzem a não-coincidência entre as situações que definem esses lugares e as "posições que ocupam os protagonistas do discurso" (idem, p.83). Nesse jogo de "antecipação" de imagens, o modo pelo qual cada protagonista projeta seu interlocutor vem atravessado pelo "já ouvido" e o "já dito", "através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas" (idem, p.85-86).

Esse funcionamento não-coincidente é fundamental para compreendermos "a eficácia material do imaginário", ressaltada por

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Pêcheux quando propõe "o exame da relação do sujeito com aquilo que o representa" (PÊCHEUX, 1988, p.125): o sujeito se reconhece tal como se projeta, identificando-se com essa projeção, assim como reconhece o outro tal como o projeta. É importante observar que essas projeções variam dependendo da posição discursiva em que o sujeito se constitui, o que, sabemos, produz sentidos e interpretações divergentes. Os sujeitos transitam discursivamente pelas formações imaginárias, na evidência de que suas projeções são a representação exata do outro e de si. Ao se dizer e ao dizer o outro, o sujeito apaga as condições de produção que determinam sua interpretação, tomado na eficácia de seu imaginário, atravessado pelo já-ouvido e pelo já-dito que constituem a memória para o seu dizer.

Vimos, nos excertos do conto *Jumping Monkey Hill*, a reação de Edward à declaração de Ujunwa, a nigeriana de Lagos, que afirmara que "não gostava da ideia de comer avestruz, nem sequer sabia que as pessoas comiam avestruz". Edward Campbell, londrino, acadêmico de Oxford, especialista em literatura africana, organizador do Workshop para Escritores Africanos, deu a todos os participantes um sorriso simpático e condescendente, afirmando: "É claro que avestruz é um prato típico da África". Ele sabia do que estava falando! As imagens que sustentaram sua certeza e permitiram a afirmação de sua prepotência têm como um de seus pontos de ancoragem na memória do dizer a legitimação do saber do colonizador sobre o saber do colonizado. Estamos diante do funcionamento do pré-construído.

Orlandi (1999, p.49) ressalta que o efeito do "sentido-lá" é um trabalho conjunto da memória e do esquecimento, pois é necessário o apagamento das condições do dizer para que este se torne anônimo e possa ser naturalizado nas suas evidências. Estamos falando do funcionamento da ideologia, em que a evidência dos sentidos, a evidência do sujeito e a evidência do mundo se impõem de maneira inquestionável. O "sentido-lá", em seu efeito de pré-construído – o "já ouvido" e o "já dito" – sustenta as possibilidades de formulação e reformulação, fornecendo, nas palavras de Pêcheux (1988), "a realidade e seu sentido" (p.162), "fornecendo a matéria prima na qual o sujeito se constitui como sujeito falante" (p.167) no espaço complexo, desigual e contraditório do conjunto das formações discursivas, nomeado por Pêcheux como interdiscurso (p.162).

> A característica essencial do *pré-construído* é a separação entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência deste último marcada pela discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado do seu pensamento, que pré-existe ao sujeito (PÊCHEUX, 1988, p.102).

O pré-construído remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é "construído" pelo enunciado e articula o sujeito em sua relação com o sentido, caracterizando o que Pêcheux vai denominar intradiscurso, o "fio do discurso" (idem, p.167).

Pêcheux (1999) vai nos mostrando que a memória do dizer se constitui entre "a regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula" e a "'desregulação' que vem perturbar a rede dos implícitos", entre o "'mesmo' da materialidade da palavra" e "o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... [...] em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase" (PÊCHEUX, 1999, p.53). O autor ressalta que a memória é um "espaço móvel" de sentidos, em que tem lugar a divisão, a disjunção, o deslocamento, a retomada... (idem, p.56).

Na busca pela compreensão do processo discursivo, é fundamental a remissão do intradiscurso ao interdiscurso. É justamente no fio do discurso que o analista encontrará as marcas que caracterizarão "a repetição do idêntico através das formas necessariamente diversas", e somente quando remetidas à memória do dizer, nas relações desiguais e contraditórias que a constituem, por meio de processos de paráfrases que ressaltem a tensão entre o mesmo e o diferente, essas marcas poderão ser compreendidas no funcionamento do discurso em análise. Trata-se de um trabalho de deslinearização discursiva, no qual damos o primado ao gesto de descrição.

Proceder à deslinearização discursiva em materiais constituídos por diferentes materialidades significantes traz a demanda analítica de buscar marcas materialmente diversas para a compreensão do processo discursivo em análise. Neste procedimento, o gesto de descrição precisa dar consequência à noção de composição material, que ao se pautar pela imbricação contraditória das distintas materialidades significantes, traz a necessidade de remeter as diferentes marcas umas às outras, num

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

entrelaçamento de conjunto que encontre as regularidades do funcionamento discursivo. As marcas, pontos de ancoragem do analista para o gesto de descrição, vão orientar o recorte do material nas diferentes materialidades significantes que o constituem, presidindo a remissão do intradiscurso ao interdiscurso, com a consequente intervenção da memória do dizer sobre as formulações recortadas, em suas diversas materialidades.

No "batimento entre descrição e interpretação", proposto por Pêcheux (1990, p.54), toda formulação, não importa qual seja seu suporte material, "é intrinsecamente suscetível de tornar-se outra, diferente de si mesma, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro" (idem, p.53). Trata-se, ainda a partir de Pêcheux, de realçar que toda descrição, em qualquer suporte material, está "intrinsicamente exposta ao equívoco" (ibidem).

Portanto, o analista, em meio à diferença que se marca na materialidade, vai buscar o mesmo na convergência de sentidos que constitui o processo discursivo em funcionamento, num jogo de paráfrases que vai configurando os limites do dizível para uma determinada posição-sujeito, num processo dialético de remissão do intradiscurso ao interdiscurso[5].

Em meu percurso pelo livro de Adichie, primeiramente seduzida pela capa, fui "livremente submetida" à injunção da leitura dos contos da autora. Uma captura simbólica muito bem sucedida. Mobilizada pelo contraste da capa, que colocou em realce a figura feminina negra, meu imaginário foi se movimentando a passos largos, mobiliza(n)do (pel)a memória: Quem são essas mulheres negras, nigerianas, igbos, hausas, africanas? Quem são essas mulheres que transitam entre a independência e a submissão de maneira tão complexa? Quem são essas mulheres cujas tradições permeiam a modernidade do dia a dia de maneira tão sensível? Quem são essas mulheres que Adichie me apresenta em seus contos?

> "Quando *oga* Obiora chegar na semana que vem, a senhora discute isso com ele", diz Amaechi com um ar resignado, colocando óleo vegetal numa panela. "Ele vai pedir para a mulher sair. Não é certo levar outra para a sua casa." "E depois que ela sair?" "A senhora perdoa. Os homens são assim mesmo." Nkem observa Amaechi, repara no modo como seus pés, calçados em

chinelos azuis, tão firmes, estão plantados no chão. "E se eu tivesse dito que ele tem uma namorada? Não que ela se mudou para nossa casa, mas só que ele tem uma namorada." [...]
No chuveiro, ao ensaboar as costas de Obiora, Nkem diz: "Nós temos que encontrar uma escola para Adanna e Okey em Lagos." [...]
"Vamos voltar para lá quando acabar o ano escolar. Vamos voltar a morar em Lagos. Vamos voltar." Nkem fala devagar, para convencê-lo e para convencer a si mesma. [...]
"Se é isso que você quer", diz Obiora, após alguma hesitação. "Nós podemos conversar."
Ela o vira de costas gentilmente e continua a ensaboá-lo. Não é preciso conversar sobre mais nada, Nkem sabe. Está decidido." (ADICHIE, 2009, p.42-49. Do conto *Réplica*).

Mesmo se não tivesse ouvido o forte sotaque hausa da mulher, Chika saberia que ela era do norte por causa do rosto estreito e das maçãs do rosto estranhamente altas; e saberia que é muçulmana, por causa do lenço. Ele está em volta do pescoço da mulher agora, mas antes devia estar solto escondendo o rosto, cobrindo as orelhas. É um lenço preto e rosa, longo e frágil, com a beleza chamativa das coisas baratas. Chika se pergunta se a mulher a está observando também, se sabe, por sua pele clara e pelo rosário de dedo feito de prata que sua mãe insiste em obrigá-la a usar, que é igbo e cristã. [...]
A mulher começa a chorar. Ela chora baixinho, com os ombros subindo e descendo em espasmos, sem os soluços altos das mulheres que Chika conhece, do tipo que grita "Me abrace e me console porque eu não consigo lidar com isso sozinha". O choro da mulher é privado, como se ela estivesse fazendo um ritual necessário que não envolve ninguém. [...]
Mas agora, ela se vira para a mulher e diz: "Posso ficar com seu lenço? Pode ser que minha perna volte a sangrar." (Idem, p. 51-63. Do conto *Uma experiência privada*).

Ela se virou, pensando que era Josh, mas Tracy apareceu, curvilínea com sua legging e seu suéter justo, sorrindo, apertando os olhos, tirando longos *dreadlocks* da frente do rosto com dedos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

manchados de tinta. Foi um momento estranho. Elas se fitaram e, de repente, Kamara sentiu vontade de perder peso e voltar a usar maquiagem. [...] porque o que acontecera na cozinha naquela tarde fora o florescer de uma esperança extravagante, porque agora, o que movia sua vida era pensar que Tracy ia subir as escadas de novo.
Kamara colocou os filés de frango no forno. [...]
"Nós vamos morar numa casa assim um dia, em Armore também, ou em outro lugar na Main Line", disse Tobechi.
Kamara não disse nada, porque o que lhe importava não era onde eles moravam, mas o que tinham se tornado. (Idem, p.89-92. Do conto *Na segunda-feira da semana passada*).
Quando seu turno acabou naquela noite, ele estava esperando do lado de fora, com fones enfiados nos ouvidos, pedindo que você saísse com ele porque seu nome rimava com *hakuna matata* e *O Rei Leão* era o único filme sentimental do qual já tinha gostado na vida. Você não sabia o que era *O Rei Leão*. Olhou para ele sob a luz forte e notou que seus olhos eram da cor de azeite extra virgem, um dourado esverdeado. Azeite extra virgem era a única coisa que você amava, de verdade, nos Estados Unidos. (Idem, p.131. Do conto *No seu pescoço*).

"Não é tão simples assim." Ukamaka sentiu-se um pouco irritada porque queria que Udenna ligasse, porque a foto ainda estava na prateleira, porque Chinedu falara aquilo como se só ele soubesse o que era melhor para ela. Só depois que eles estavam no prédio, quando Chinedu levara suas sacolas para seu apartamento e descera as escadas de novo até o dela, Ukamaka disse: "Sabe, não é mesmo tão simples quanto você pensa. Você não sabe como é ser apaixonada por um babaca." (Idem., p.171. Do conto *O tremor*).

Relaxei instantes depois, quando ouvi os roncos baixos do meu novo marido. Eles começavam como um ribombo profundo na garganta dele e terminavam num apito agudo, um som que parecia um assovio safado. Eles não mencionam esse tipo de coisa quando arranjam seu casamento. Não mencionam roncos ofensivos ou casas que na verdade eram apartamentos que

sofriam de uma falta de móveis." (Idem, p.181. Do conto *Os casamenteiros*).

Foi, no entanto, no verão em que você pegou piolho e você e seu primo Dozie enfiavam as mãos em seus cabelos espessos para encontrar os pequenos insetos pretos, esmagando-os contra suas unhas e rindo do estardalhaço de suas barrigas cheias de sangue explodindo; o verão em que seu ódio pelo seu irmão Nonso cresceu tanto que você podia senti-lo vazando pelas suas narinas, e em que seu amor pelo seu primo Dozie cresceu e inflou até envolver sua pele. (Idem, p.202. Do conto *Amanhã é tarde demais*).

Tudo o que queria era ver Afamefuna antes de ir se encontrar com os ancestrais, mas Anikwenwa disse que Grace estava em período de provas na escola e não podia vir para casa. Mas ela veio. Nwamgba ouviu sua porta ranger ao ser aberta e lá estava Afamefuna, sua neta [...]
Foi Grace quem, quando recebia prêmios da universidade, quando discursava para plateias solenes em conferências sobre os povos ijaw, ibibio, igbo e efik do sul da Nigério, quando escrevia relatórios para organizações internacionais sobre coisas que deviam ser óbvias para qualquer um que tivesse bom senso, mas pelas quais, mesmo assim, ela recebia remunerações generosas, imaginava sua avó observando tudo e rindo, muito divertida. Foi Grace quem, cercada por seus prêmios, seus amigos, seu jardim de rosas inigualáveis, mas sentindo-se, sem saber explicar bem por que, distante de suas raízes no fim da vida, foi a um cartório em Lagos mudar oficialmente seu primeiro nome de Grace para Afamefuna.
Mas, naquele dia, ao se sentar ao lado da cama da avó à luz do crepúsculo, Grace não estava nem contemplando o futuro. Ela simplesmente segurou a mão da avó, com sua palma áspera de tantos anos fazendo cerâmica. (Idem, 233. Do conto *A historiadora obstinada*).

As mulheres apresentadas por Adichie em seus contos constroem um imaginário diverso, contrastante, numa grande pluralidade de gestos

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

e emoções. São mulheres que falam *do* feminino, *da* negritude e *da* africanidade pelo cotidiano de suas vidas, um cotidiano às vezes mais, às vezes menos distante daquele que conhecemos. Um cotidiano que vai sendo narrado na alternância da (im)previsibilidade de observações as mais diversas, que parecem brincar com a prepotência de se compreender *o* feminino, *a* negritude e *a* africanidade:

> Nkem observa Amaechi, repara no modo como seus pés, calçados em chinelos azuis, tão firmes, estão plantados no chão.
> "E se eu tivesse dito que ele tem uma namorada? Não que ela se mudou para nossa casa, mas só que ele tem uma namorada."
> O choro da mulher é privado, como se ela estivesse fazendo um ritual necessário que não envolve ninguém.
> [...] de repente, Kamara sentiu vontade de perder peso e voltar a usar maquiagem.
> Kamara não disse nada, porque o que lhe importava não era onde eles moravam, mas o que tinham se tornado.
> Azeite extravirgem era a única coisa que você amava, de verdade, nos Estados Unidos.
> Só depois que eles estavam no prédio, quando Chinedu levara suas sacolas para seu apartamento e descera as escadas de novo até o dela, Ukamaka disse: "Sabe, não é mesmo tão simples quanto você pensa."
> Relaxei instantes depois, quando ouvi os roncos baixos do meu novo marido. Eles começavam como um ribombo profundo na garganta dele e terminavam num apito agudo, um som que parecia um assovio safado.
> [...] no verão em que você pegou piolho e você e seu primo Dozie enfiavam as mãos em seus cabelos espessos para encontrar os pequenos insetos pretos, esmagando-os contra suas unhas e rindo do estardalhaço de suas barrigas cheias de sangue explodindo [...]
> Mas, naquele dia, ao se sentar ao lado da cama da avó à luz do crepúsculo, Grace não estava nem contemplando o futuro. Ela simplesmente segurou a mão da avó, com sua palma áspera de tantos anos fazendo cerâmica.

Recortes de recortes que poderiam ser outros e que nos falam da alteridade, desse 'eu' sempre dividido que tantas vezes parece dois. As

protagonistas dos contos de Adichie nos confrontam com a vida em seus detalhes, muitas vezes desconcertantes, e nos levam ao encontro da resistência presente nos processos de identificação do sujeito, que tenho insistido em nomear como "resistência simbólica" (LAGAZZI, 2013a, 2016).

Desorganizar a regência do verbo resistir me parece produtivo para diferenciar resistência de oposição[6]. Resistir é também opor-se, mas não só. Resistimos em uma determinada posição, defendendo o que nos identifica, resistimos para mudar, ainda que não saibamos qual será essa mudança. Isso significa que a resistência abre possibilidades dentro do inesperado.

Pêcheux[7] ressaltou que a eficácia do dominador não está na coerção externa que ele exerce, mas na identificação do sujeito aos sentidos reafirmados em dominação (PÊCHEUX, 1990b). A partir deste entendimento, me debrucei sobre o processo de identificação para melhor compreendê-lo, e foi com a retificação iniciada por Pêcheux no Anexo 3 de *Semântica e Discurso* que pude reunir os elementos que me levam a insistir sobre a dominação e a resistência deverem ser consideradas como "relações de sentido que têm lugar na cadeia significante, sendo produzidas em sujeitos constituídos na incompletude da linguagem, estruturados pela falta de um desejo fundante que nunca cessa, mobilizados em associações e derivas que se abrem para o imprevisto na história". Com isso, "busco levar às consequências o simbólico como especificidade do sujeito". Considero o "alhures" como "uma transgressão nas fronteiras dos sentidos, o estranho que potencializa o social e se dispõe como novo ponto de ancoragem para diferentes processos de identificação do sujeito". "Somos sujeitos à ordem significante, demandados em um percurso histórico marcado por contradições". É importante deixar que "os incômodos abram espaço para a escuta (d)(n)a diferença, como modo de resistir na imprevisibilidade de um efeito de ressonância que toma a dimensão de um vacilo para o sujeito, um tropeço, algo que ecoa e faz retorno"[8], que toma a dimensão da "repetição histórica"[9], e pode produzir um novo sentido para o sujeito. Resistir sem que isso signifique ser tomado como "subjetividade em ato" (PÊCHEUX, 1990, p.71).

Nos contos de Adichie, os sentidos estão em movimento e o inesperado vai entrecortando o estabilizado, desorganizando o

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

previsível no que é contado e encadeado, surpreendendo, fazendo a leitura tropeçar na interpretação. As protagonistas transitam entre o estabilizado e o inesperado, mostrando a potência do que sempre pode vir a ser:

> "Quando *oga* Obiora chegar na semana que vem, a senhora discute isso com ele", diz Amaechi [...]
> Nkem fala devagar, para convencê-lo e para convencer a si mesma. [...]
> Ela o vira de costas gentilmente e continua a ensaboá-lo. Não é preciso conversar sobre mais nada, Nkem sabe. Está decidido.
> Chika saberia que ela [...] é muçulmana por causa do lenço. Um lenço preto e rosa, longo e frágil, com a beleza chamativa das coisas baratas. [...]
> Mas agora, ela se vira para a mulher e diz: "Posso ficar com seu lenço?"
> [...] o que movia sua vida era pensar que Tracy ia subir as escadas de novo.
> Você não sabia o que era *O Rei Leão*. Olhou para ele sob a luz forte e notou que seus olhos eram da cor de azeite extra virgem, um dourado esverdeado.
> Ukamaka sentiu-se um pouco irritada porque queria que Udenna ligasse, porque a foto ainda estava na prateleira [...] "Você não sabe como é ser apaixonada por um babaca".
> Eles não mencionam esse tipo de coisa quando arranjam seu casamento. Não mencionam roncos ofensivos ou casas que na verdade eram apartamentos que sofriam de uma falta de móveis.
> Foi, no entanto, no verão em que você pegou piolho [...] o verão em que seu ódio pelo seu irmão Nonso cresceu tanto que você podia senti-lo vazando pelas suas narinas, e em que seu amor pelo seu primo Dozie cresceu e inflou até envolver sua pele.
> Foi Grace quem, cercada por seus prêmios, seus amigos, seu jardim de rosas inigualáveis, [...] mas sentindo-se, sem saber explicar bem por que, distante de suas raízes no fim da vida, foi a um cartório em Lagos mudar oficialmente seu primeiro nome de Grace para Afamefuna.

A narrativa vai conduzindo o leitor e produzindo um percurso no qual o encadeamento vai sendo redirecionado sem fechamentos conclusivos. Muito fica a ser dito e muitas brechas se abrem. Há respiro entre as palavras e entre as frases e os sentidos ficam potencializados em suas possibilidades de deriva. Direi que há um constrangimento sobre o "logicamente estabilizado", sobre o qual Pêcheux (1990a) afirma:

> Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como "logicamente estabilizados") supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo [...] (PÊCHEUX, 1990a, p.31).

Não é o que caracteriza a narrativa de Adichie. Sua escrita vai abrindo espaço para o equívoco, para que a contradição constitutiva da memória discursiva faça trabalhar a alteridade na produção da interpretação, insistindo sobre o "discurso-outro como espaço virtual de leitura" (PÊCHEUX, 1990a, p.55), impedindo que a unicidade sobredetermine a equivocidade. Adichie pluraliza as imagens e vai produzindo estranhamento, encurralando as vozes que se manifestam pela dominação. Importa que continuemos a perguntar: Quando falamos de negritude, africanidade e feminino, do que falamos? Importa que Ujunwa possa perguntar a Edward: Que África?

No seu pescoço é um livro que incomoda porque não se fecha em uma interpretação, não produz o efeito de completude em suas narrativas. A autora nos confronta com a existência em dramas e conflitos que não poupam suas protagonistas e tampouco nos poupam como leitores. A vida não se mostra em qualquer "descrição adequada". É um livro que, em meio às contradições que vão se projetando, insiste, por exemplo, sobre o equívoco de se "ganhar a loteria do visto americano" (ADICHIE, 2009, p.125). É um livro de contrastes em realce, em que o amarelo da capa continua ressoando nas histórias contadas por Adichie.

4. Em movimento

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Michel Pêcheux, em *AAD-69*, propôs "realizar as condições de uma prática de leitura enquanto detecção sistemática dos sintomas representativos dos efeitos de sentido no interior da superfície discursiva" (PÊCHEUX, 1990, p.148), apresentando gestos teórico-analíticos fundadores, em forte contraposição ao conteudismo subjetivista. Investindo no conceito de língua, trazido de Saussure, Pêcheux elaborou tanto o conceito de 'efeito metafórico' quanto o de 'enunciado', e investindo no conceito de condições de produção na relação com os protagonistas do discurso, Pêcheux chegou às 'formações imaginárias' e à 'antecipação', o que fez ruir o esquema comunicacional pela discrepância entre a situação e a representação dessa situação.

Pêcheux buscava uma análise materialista, que foi se delineando cada vez com mais consequência e cujo ponto essencial "é colocar a independência do mundo exterior [...] em relação ao sujeito e simultaneamente a dependência do sujeito com respeito ao mundo exterior [...]" (PÊCHEUX, 1988, p.76). Portanto, uma proposta de "leitura não subjetiva da subjetividade" (idem, p.60), na qual a constituição do sujeito pela interpelação ideológica, a partir de Althusser, foi um dos grandes investimentos. Uma proposta de leitura que me ensinou a buscar na relação entre os elementos os pontos de ancoragem analítica.

Entendo que o caráter relacional dá consequência à filiação materialista, permitindo um olhar de conjunto, que acolhe a história em suas determinações sobre a produção dos sentidos. Minha aposta foi investir nessa prática de relações a_ em diferentes materiais concernidos com o trabalho do político no social, como modo de compreender a resistência do sujeito em sua espessura simbólica. Cheguei, assim, à análise de documentários e filmes e às noções de 'composição material' e 'imbricação material', aqui apresentadas, e que têm trazido alguns desdobramentos analíticos interessantes.

As diferenças entre os modos da formulação têm me capturado por efeitos vários, num processo de sensibilização material. A análise aqui apresentada, do livro *No seu pescoço*, é um exemplo dessa captura pelo inesperado do confronto com a materialidade. Uma captura do sujeito pelo simbólico transitando nas diferentes bases materiais que dão suporte à produção dos sentidos. No desvio do olhar, as possibilidades derivam e outros sentidos fazem paragem.

Bibliografia

ADICHIE, C. N. *No seu pescoço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ADICHIE, C. N. (2009). No seu pescoço. São Paulo: Companhia das Letras.

DUCROT, O; TODOROV, T. (1982). Dicionário das Ciências da Linguagem. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

GADET, F; HAK, T. (1990). Por uma Análise Automática do Discurso. Campinas: Editora da Unicamp.

LAGAZZI, S. (1998). A discussão do sujeito no movimento do discurso. Tese de Doutorado. Unicamp, IEL, PPGL.

LAGAZZI, S. (2009). "O recorte significante na memória". Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: O Discurso na Contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras. F. Indursky, M. C. L. Ferreira; S. Mittmann (orgs.). São Carlos: Claraluz, p.67-78.

LAGAZZI, S. (2013a). "Delimitações, inversões, deslocamentos em torno do Anexo 3". In: Estudos do Texto e do Discurso. O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. S. Lagazzi, E. C. Romualdo, I. Tasso (orgs.). São Carlos: Pedro & João, p.311-331.

LAGAZZI, S. (2013b). A imagem do corpo no foco da metáfora e da metonímia. REDISCO V.2., n.1, jan./jun. Vitória da Conquista: Edições UESB, p.104-110.

LAGAZZI, S. (2014a). "Metaforizações metonímicas do social". In: Linguagem, sociedade, políticas. ORLANDI, E. (org.). Pouse Alegre: UNIVÁS; Campinas: RG Editores, p.105-112.

LAGAZZI, S. (2014b). Um lugar à margem, quase invisível! Linguas e Instrumentos Linguísticos. n. 34. Campinas: Pontes, p.133-156.

LAGAZZI, S. (2015). "Paráfrases da Imagem e Cenas Prototípicas: em torno da Memória e do Equívoco". In: Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia. Flores, G. B., Neckel, N. R. M., Gallo, S. L. (orgs.). Campinas: Pontes, p.177-189.

LAGAZZI, S. (2016). Resistência simbólica: a identificação em diferentes regências. VII SIMPÓSIO GTDIS – Grupo de Teorias do Discurso. Laboratório de Arquivos do Sujeito – LAS, UFF.

LAGAZZI, S. (2017). "Trajetos do sujeito na composição fílmica". In: Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia – volume 3. Flores, G.,

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Gallo, S., Lagazzi, S., Neckel, N., Pfeiffer, C., Zoppi-Fontana, M. (orgs.). Campinas: Pontes, p.23-39.
MILNER, J-C. (2012). O amor da língua. Campinas: Editora da Unicamp.
ORLANDI, E. P. (1984). Segmentar ou recortar? Lingüística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba.
ORLANDI, E. P. (1995). Efeitos do verbal sobre o não-verbal. Rua, Campinas, n. 1, p. 35-47.
ORLANDI, E. P. (1999). Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.
ORLANDI, E. P. (2001). Discurso e Texto. Campinas: Pontes.
PÊCHEUX, M. (1988) Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp.
PÊCHEUX, M. (1990a). O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes
PÊCHEUX, M. (1990b) Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Caderno de Estudos Linguísticos. Campinas, n. 19, jul./dez. p. 7-24.
PÊCHEUX, M. (1999). Papel da memória. In: Papel da memória. P. Achard [et al.]; Trad.: José Horta Nunes. Campinas: Pontes.
PÊCHEUX, M. (2004) A língua inatingível. Campinas: Pontes.

Palavras-chave: Análise do Discurso, materialidade, resistência, alteridade, Michel Pêcheux.
Keywords: Discourse Analysis, materiality, resistance, alterity, Michel Pêcheux.

Notas

---

* Professora Colaboradora do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Integrante do Centro de Pesquisa PoEHMaS - Política, Enunciação, História, Materialidades, Sexualidades - do IEL/Unicamp. Líder dos Grupos de Pesquisa no CNPq: “O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes e tecnologias de linguagem” e “Linguagem e Cinema: o gesto em foco”.
[1] Cf. Michel Pêcheux (1990a, p.53).
[2] Capa e ilustração de Claudia Espínola de Carvalho.

[3] A alíngua excede a língua, nos mostra Milner (2012). "[...] é, em toda língua, o registro que a fada ao equívoco" (idem, p.21); "[...] é também o conjunto virtual de dizeres de desejo" (idem, p.100).
[4] Cf. Lagazzi (2015) e Lagazzi (2017), textos que apresentam essa trajetória de análises e elaborações teóricas.
[5] Tanto a "deslinearização da imagem" quanto a "remissão do intradiscurso ao interdiscurso" são procedimentos que elaborei a partir do fotograma de *Boca de Lixo*, de Eduardo Coutinho, que apresenta os catadores com o corpo fletido em meio ao lixo (LAGAZZI, 2013b, 2014a, 2015).
[6] Trabalhei este jogo na regência do verbo resistir em minha tese de doutorado (LAGAZZI, 1998).
[7] Delimitações, Inversões, Deslocamentos (PÊCHEUX,1990b) e o Anexo 3 de *Semântica e Discurso* – Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês (PÊCHEUX, 1988) são dois textos que me deram importantes subsídios para a reflexão sobre a resistência.
[8] Essas elaborações sobre a "resistência simbólica" foram apresentadas no VII-GTDIS, realizado na UFF em dezembro de 2016, sob a coordenação de Bethania Mariani.
[9] Sobre a repetição histórica vide Orlandi (2001).

DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO AO DISCURSO DO SUJEITO DO DESEJO: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE A TEORIA DO DISCURSO DE MICHEL PÊCHEUX

Sérgio Augusto Freire de Souza*
UFAM

Resumo: *A análise de Discurso de Michel Pêcheux tem seu momento inaugural com o livro Analyse automatique du discours (AAD-69). Desde seu início, a noção de sujeito se faz presente como organizadora dos processos epistemológicos. Mas não se trata de qualquer noção de sujeito. Convoca-se uma noção de sujeito contingente, interpelado pela ideologia e barrado pelo inconsciente. Este artigo se propõe a acompanhar o surgimento dessa noção e cartografar seus aggiornamentos em relação à teoria. De um lugar descritivo do sujeito do inconsciente, propomos que o barramento ideológico produz resistência pulsional que, em última instância, provoca e permite a desidentificação ideológica. O artigo se divide em três momentos. No primeiro, retomamos a constituição teórica da AD, revisitando brevemente suas fases e seus construtos para compreender como a Psicanálise vai aparecendo no deslocamento da teoria de Pêcheux. Em um segundo tempo, trazemos para a discussão o texto Só há causa daquilo que falha (PÊCHEUX, 1978), em que Pêcheux retifica posições anteriores e enfatiza o valor teórico, político e histórico da falha, evidenciando, com isso, o liame com a presença da Psicanálise em relação ao sujeito. Por fim, concluímos apontando para uma ampliação da análise que vá além das recorrências e que vise também à interpretação das políticas de resistência do sujeito, a partir do aporte da Psicanálise, para que se possa compreender o discurso na sua contradição constitutiva do mesmo e do diferente, em seu duplo plano, o da ideologia e o do inconsciente.*

Abstract: *Michel Pêcheux's Discourse Analysis has its inaugural moment when Analyse automatique du discours (AAD-69) came out in*

1969. From its inception, the notion of subject has been present as one of the many organizers of the epistemological processes of the theory. But the notion of subject is not any notion. A notion of contingent subject is called upon. The subject in the theory is summoned by ideology and barred by the unconscious. This article aims to follow the emergence of this notion and to map its pathway in relation to the theory development. From a descriptive place for the unconscious subject, we propose a move to a dynamic feature for this subject. At the same time ideology tries to define meanings within its scope, it also produces instinctual resistance that ultimately provokes and permits ideological disidentification. The article is divided into three parts. In the first part, we return to the theoretical constitution of Discourse Analysis, briefly revisiting its phases and constructs to understand how psychoanalysis appears in the aggiornamento of Pêcheux's theory. In a second moment, we bring to the discussion the text "There is only cause for what fails" (PÊCHEUX, 1978), in which Pêcheux rectifies previous positions and emphasizes the theoretical, political and historical value of failure, thus evidencing the link with presence of psychoanalysis in relation to the subject. Finally, we conclude by pointing to a broadening of the analysis that goes beyond recurrences and aims at the interpretation of the subject's resistance policies, based on psychoanalysis. By so thinking, discourse can be understood in its constitutive contradiction of the same and the different producing meaning and subjectivity in its double aspect, that of ideology and the unconscious.

E se [...] a revolta é contemporânea
da linguagem, é porque sua própria
possibilidade se sustenta na existência
de uma divisão do sujeito, inscrita no
simbólico.
Michel Pêcheux[1]

1. Introdução: a AAD69 e a convocação do sujeito

Bem sabem os que trabalham com sentido que datas carregam em si uma carga simbólica significativa. Sempre provocam o acontecimento que acompanha a estrutura, nos sentidos que Michel Pêcheux dá a ambos (Pêcheux, 1990). Foi assim com os "500 anos do Brasil", em

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

2000. Desde então, o acontecimento deslocou para a seara do *non-sens* falar em "descobrimento" do país. Os livros de História hoje modalizam a linguagem com expressões como "achamento do Brasil", "chegada dos portugueses" etc.

Em 2019, são cinquenta anos desde a publicação de *Analyse automatique du discours (AAD-69*), de Michel Pêcheux, consequência da tese defendida pelo autor em 1968. Um motivo a mais para reler e repensar os pressupostos epistemológicos articulados por Pêcheux à luz do benefício do tempo transcorrido e das consequentes elaborações e reelaborações teóricas que compõem a tessitura da Análise de Discurso (AD, doravante) com que trabalhamos.

Este artigo se divide em três momentos. No primeiro, retomamos a constituição teórica da AD, revisitando brevemente suas fases e seus construtos a partir de certos recortes para compreender como a Psicanálise vai aparecendo no deslocamento da teoria de Pêcheux. Em um segundo tempo, trazemos para a discussão o texto *Só a causa daquilo que falha* (Pêcheux [1978] 1988), em que Pêcheux retifica algumas posições anteriores e enfatiza o valor teórico, político e histórico da falha, evidenciando, com isso, o liame do discurso com a presença da Psicanálise em relação ao sujeito. Por fim, concluímos considerando alguns aspectos da relação Discurso-Psicanálise, apontando que a análise vai além das recorrências e demanda a interpretação das políticas de resistência do sujeito, a partir do aporte da Psicanálise. Essa ampliação da análise permite compreender o discurso na sua contradição constitutiva do mesmo e do diferente, em seu duplo plano, o da ideologia e o do inconsciente.

2. A AD, seus fundamentos, sua teoria e seus tempos

É sabido que Michel Pêcheux já trazia nos artigos que publicara em 1966 e 1968, sob o pseudônimo de Thomas Herbert, as inquietações que originaram a AD. No primeiro texto, Pêcheux questionava o papel que as ciências sociais desempenhavam no conjunto da prática social, discutindo a questão da técnica e do instrumento científico (Herbert, [1966] 2011); no segundo, ele propunha uma classificação das ideologias, desenhando o esboço de uma teoria ideológica da ideologia (Herbert, [1968] 1995) que viria a criar condições para que interpretássemos uma das teses centrais propostas mais tarde por Louis

Althusser e de fundamental importância para a AD, a tese de que "a ideologia interpela indivíduos como sujeitos." (Althusser, [1969] 1996).

No entanto, é no texto *Análise Automática do Discurso - AAD-69* que o Pêcheux apresenta os fios constitutivos de um objeto novo: o *discurso* (Pêcheux, [1969] 1997). A esse texto Denise Maldidier se refere como o "momento quase místico da fundação e do protótipo incessantemente remodelado, criticado, corrigido, finalmente abandonado, mas sempre presente" (Maldidier, 1990a, p. 11).

A Análise Automática do Discurso-1969 (AAD-69) surge em determinada conjuntura teórica. Essa conjuntura é apresentada detalhadamente por Françoise Gadet, Jacqueline Léon, Denise Maldidier e Michel Plon (Gadet; Léon, Maldidier; Plon, 1997), que a dividem em três tópicos: a linguagem, a informática e o sujeito.

Na linguagem, dizem os autores, Pêcheux é tributário às leituras de Ferdinand de Saussure (principalmente na passagem do interesse pela função ao interesse pelo funcionamento da língua), de Zellig Harris (cujo trabalho é a inspiração para o método de análise)[2], de Noam Chomsky (cujo trabalho suscita, ao mesmo tempo, resistência ao modelo da Gramática Gerativa e acolhimento da dicotomia "estrutura de superfície"/"estrutura profunda" para repensá-la no procedimento metodológico que desenvolvia), de Roman Jakobson (em quem encontra aberturas para ampliar os limites da linguística), de Émile Benveniste (cujo trabalho sobre enunciação só será reconhecido bem mais tarde por Pêcheux, se limitando então a emprestar a ideia de que é a frase a unidade do discurso) e de Antoine Culioli (de quem fez empréstimos terminológicos para a AAD-69).

Na informática, Michel Pêcheux tentava construir uma dupla perspectiva. Por um lado, buscava determinar procedimentos repetíveis que definissem heurísticas para a análise do discurso. Por outro, trazia a perspectiva operacional, com trabalhos computacionais empíricos, que se apresentasse como uma "alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo. [...] Todo dispositivo, enfim, foi representado sob forma de algoritmos, diretamente admissível à programação informatizada destes últimos." (Gadet; Léon, Maldidier; Plon 1997, p. 55). Para formalizar regras computacionais, Pêcheux recorreu ao domínio das gramáticas formais. O programa da AAD-69 foi escrito em linguagem Fortran IV. O procedimento informatizado seria

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

paulatinamente abandonado conforme a teoria avançava e ficava mais clara a inadequação do programa aos *aggiornamentos* teóricos do trabalho de Pêcheux.

Sobre a questão do sujeito, os autores afirmam que não era provável que Pêcheux não estivesse familiarizado com o trabalho do psicanalista Jacques Lacan. Dessa familiaridade quase certa se esperava o contato com a presença contundente de um sujeito de natureza psicanalítica, principalmente via trabalhos de Louis Althusser. Pêcheux foi *normalien*, aluno de Althusser e membro do *Cercle d'Epistémologie de l´Ecole Normale*. Apesar da quase certa familiaridade por sua circulação acadêmica junto a Althusser e da aproximação teórica com o sujeito da Psicanálise, as referências e tentativas dos conceitos freudianos e lacanianos na AAD sempre foram muito limitadas. Dizem os autores: "Nem Freud nem Lacan figuram na bibliografia da AAD, e a psicanálise, enquanto tal, se encontra aí apenas furtivamente mencionada." (Gadet; Léon, Maldidier; Plon 1997, p. 49). Tal discrição se deve tanto a uma questão de política acadêmica – não contrariar uma Psicologia mais positivista e ligada às ideias vigentes de Jean Piaget sustentada pela revista que deveria acolher seu texto – quanto a uma questão de política teórica – na AAD, o Materialismo Histórico ocupava um lugar central e a Psicanálise era vista como uma ideologia pequeno-burguesa, apesar do texto de Althusser (Althusser, 1984) dedicado a defender a Psicanálise como ciência de fato, compreensão esta que certamente abriu a porta para Pêcheux trazer a Psicanálise para sua teorização. Essas contingências das questões políticas, em direção contrária ao desejo de Pêcheux de se apropriar, pelo Materialismo Histórico, da noção de sujeito descentrado acabaram por determinar, pelo menos por um bom tempo, o lugar secundário, mas presente, e a forma como teoria psicanalítica se inscreveu nas teorizações do autor naquele final de década.

Em meio a essa conjuntura, Pêcheux produz a AAD-69. O autor faz uma opção teórica ao trazer a Psicanálise para pensar a ideologia e a questão do sujeito. Narzetti, (2012) a esse respeito, afirma:

> Ela [a Psicanálise] é colocada em prática para explicar três questões profundamente relacionadas: o modo como as ideologias levam os sujeitos a assumirem um lugar na sociedade, sem saber que se trata de uma determinação; o "processo

> ideológico", que tem como resultado o recalcamento das dissimetrias próprias das sociedades de classe; e, por fim, a natureza do discurso de uma "mutação ideológica" (p. 164).

Portanto, Pêcheux atravessa a subjetividade com o conceito de inconsciente. O assujeitamento ideológico ocorre sem o que o sujeito se dê conta e o apagamento da exploração presente na luta de classes se dá como um recalcamento psicanalítico de uma pulsão. Bem mais tarde, essa incipiente – mas importante – inscrição da Psicanálise na teoria de Pêcheux vai ser enunciada por ele em texto de 1975: "*o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na interpelação e na identificação*" (Pêcheux, [1975] 1988 , p. 133-134, grifos nossos).

A Psicanálise, portanto, aparece juntamente com o Materialismo e a Linguística como referências fundamentais para o quadro epistemológico da AAD-69. Entretanto, a ênfase na técnica informatizada do método secundarizou sua presença naquele primeiro momento. Aí veio a atualização da teoria, que apontou para novas perspectivas.

Em "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas", de 1975, publicado no número 37 da revista *Langages* (Pêcheux; Fuchs, [1975] 1997) e escrito com Catherine Fuchs, Pêcheux nos apresenta um dos textos mais importantes da AD. É sintomática da aproximação com a Linguística a presença de Fuchs, uma linguista que havia publicado no ano anterior com o especialista em informática Jacques André o livro *Ordinateurs, programmation et langues naturelles*[3] (André; Fuchs, 1974).

O foco desse artigo de Pêcheux e Fuchs é a apresentação de um quadro epistemológico de referência para a AD. Pêcheux e Fuchs ([1975] 1997) afirmam que esse quadro reside na articulação de três regiões do conhecimento:

1. O materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;
2. A linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

3. A teoria do discurso, como teoria de determinação histórica dos processos semânticos. (p. 164)

Os autores continuam: "Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)" (p. 164). É interessante apontar a modalização do atravessamento e da articulação ("*de certo modo*") e a inclusão entre parêntesis da qualificação da natureza psicanalítica da teoria de subjetividade. Para analistas de discurso é impossível não interpretar essas marcas como resquícios de uma resistência, seja pela memória da animosidade do Marxismo em relação à Psicanálise, seja por uma apropriação incipiente da Psicanálise pela própria teoria do discurso.

Com base na fórmula althusseriana de que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeito" (Althusser, [1969] 1996), Pêcheux reafirma a existência da relação entre ideologia e inconsciente. É nesse artigo que surgem as duas formas de esquecimento presentes no discurso (Pêcheux; Fuchs, [1975] (1997), p. 167-168). O *esquecimento número 1* é resultado da forma como somos afetados pela ideologia e dele decorre a ilusão de que somos a fonte do sentido quando, na verdade, retomamos sentidos pré-existentes. O *esquecimento número 2* situa-se na fronteira entre o dito e o não-dito, uma vez que o dizer pode ser outro. São retomados ainda os conceitos de *formação ideológica* e o de *formação discursiva*, apresentados anteriormente em Haroche, Pêcheux e Henry ([1971] 2007). O primeiro sendo definido como "um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classe* em conflito umas com as outras"; o segundo, *formação discursiva*, definido como "o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura" (Pêcheux; Fuchs, [1975] (1997), p. 166).

Os autores ainda apresentam a necessidade de se trabalhar com a materialidade linguística para fazer análise. Para isso, descrevem o processo de produção do sentido como surgindo numa formação ideológica, que se organiza então em uma ou mais formações discursivas. Essas formações discursivas, por sua vez, selecionam o que

pode e deve ser dito dentre as possibilidades de enunciação postas pelas condições de produção e, por fim, possibilitam a enunciação pelo sujeito, culminando com a superfície linguística e com o apagamento de todo o processo pelo sujeito, que acredita, então, que o sentido nasceu ali, na enunciação. Fazer análise de discurso é fazer o caminho inverso. Parte-se da superfície linguística, trabalha-se com as paráfrases das marcas para se chegar ao objeto discursivo no *esquecimento número 2* (enunciativo), delimita-se a formação discursiva e se circunscreve o processo discursivo, relacionando-se os discursos às formações ideológicas, no recalcamento primeiro do *esquecimento número 1* (o ideológico). (Pêcheux; Fuchs, [1975] (1997), p. 179-181)[4]. Em seguida, no texto, os autores descrevem os procedimentos automatizados de análise.

É importante registrar que Michel Pêcheux apresenta nesse artigo com Catherine Fuchs o primeiro esboço da relação entre enunciação e imaginário. Essa relação foi desenvolvida mais a fundo em *Les Vérités de La Palice (Semântica e discurso),* publicado em maio de 1975. Apesar da proximidade temporal das publicações do nº 37 de *Langages* (março de 1975) e *Les vérites...* (maio de 1975), o artigo foi escrito bem antes. É possível perceber essa distância pelo amadurecimento das reflexões de Pêcheux na leitura de cada um dos textos.

Em 1983, surge o texto *Análise de discurso: três épocas*, inédito em francês até a publicação em Maldidier (1990a). Nele, Pêcheux faz uma retrospectiva teórico-cronológica dos movimentos da teorização da AD. Como o próprio título diz, Pêcheux divide a cronologia em três épocas, arrumadas para fins didáticos, uma vez que há atravessamentos e deslocamentos que se perpassam e se sobrepõem de forma diacrônica pelos três momentos.

O que caracteriza a AD-1 é a noção de "maquinaria estrutural". A produção discursiva é pensada como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si. Os sujeitos acreditam que usam o discurso quando na verdade são seus "servos". Os processos discursivos são vários, mas são pensados como justapostos. Há uma crítica ao sujeito cartesiano intencional, que se crê origem de seu discurso. Os traços discursivos são analisados partindo-se do pressuposto de que há a dominação de uma, "e apenas uma", máquina discursiva. O *corpus* é fechado em sequências discursivas dominadas por condições de produção estáveis e homogêneas. A análise linguística é um pré-requisito para a análise

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

discursiva do *corpus*. Traz a ideia de uma "álgebra discursiva" que permitia construir formalmente e de forma informatizada a estrutura geradora do processo associado ao *corpus*. (Pêcheux, [1983] 1997, p. 312-313). Pêcheux conclui, sobre essa época:

> AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e um fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as "máquinas" discursivas constituem unidades justapostas. A existência do *outro* está pois subordinada ao primado do *mesmo* (p. 313).

Portanto, apesar de já se pensar em um sujeito não-intencional, o foco da subjetividade não era na alteridade enquanto constitutiva do sujeito. A alteridade era compreendida como o outro sujeito ideológico, fora, fechado em seu outro discurso.

Na AD-2, Pêcheux avança para desconstruir a ideia da justaposição de discursos e o foco em um discurso específico. "São as *relações entre* as 'máquinas' discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD" (p. 314). São relações de força desiguais entre processos discursivos diferentes. Pêcheux afirma que a noção de *formação discursiva* (FD), emprestada de Michel Foucault, faz "explodir" a noção de máquina estrutural fechada, já que o dispositivo de uma FD está em relação paradoxal com seu exterior, sendo invadida por outras FD, fornecendo evidências discursivas fundamentais, como o pré-construído[5]. "A noção de *interdiscurso* é introduzida para designar 'o exterior específico de uma FD enquanto este irrompe nesta FD para construí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada" (p. 314). Pêcheux, ainda no mesmo texto:

> [...] colocando uma relação de entrelaçamento desigual da FD com um exterior, a problemática da AD-2 obriga a se descobrir os pontos de confronto polêmico nas fronteiras internas da FD, as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica "estratégicas"; no horizonte desta problemática aparece a ideia de uma espécie de vacilação

> discursiva que afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras, até o ponto em que se torna impossível determinar por qual FD elas são engendradas. (p. 314)

O sujeito do discurso continua concebido como efeito do assujeitamento à maquinaria da FD com que ele se identifica, dentro da "ilusão subjetiva" de ser a origem do dizer. No entanto, esse sujeito se filia a uma FD atravessada por outra(s) FD, sendo, portanto, também tocado e assujeitado por outros processos ideológicos além daqueles da FD dominante.

A ultrapassagem da ideia de justaposição das FD se reflete também no nível da construção dos *corpora*, diz Pêcheux, comentando no texto, em seguida, os deslocamentos dos procedimentos informatizados nessa segunda fase.

Por fim, Pêcheux aborda a AD-3, fazendo a ressalva de que é difícil falar do que ainda estava acontecendo. Esse terceiro momento se configura a partir do colóquio *Materialidades Discursivas*, realizado em Nanterre, de 24 a 26 de abril de 1980[6]. Nesse colóquio e a partir dele, a AD passa por vários *aggiornamentos*. Maldidier (1990a) chama essa fase de "a desconstrução domesticada" (p. 64) e no livro que organizou sobre a obra de Pêcheux explica a influência dos trabalhos de linguistas, historiadores e psicanalistas. Pêcheux tentou adquirir novo fôlego ao trabalhar com novos parceiros, como Jacqueline Authier na questão na heterogeneidade, além de se aproximar da leitura de Michel Foucault, que criticara pesadamente em um simpósio no México em 1977[7], aproximação que se faz pela leitura de Foucault por meio do trabalho de Jean-Jacques Courtine. Outra influência que se faz presente é a de Jean Marie Marandin, que conhecia muito bem a teoria de Pêcheux, sendo, portanto, capaz de aproximá-la a outras referências linguísticas e filosóficas. Até 1983, ano de seu desaparecimento, Pêcheux caminhou sempre com o objetivo de mostrar que a língua está sempre em movimento, assim como também estão em movimento a ideologia, a história e o sujeito.

O sujeito, nessa configuração, segue assujeitado por processos ideológicos. No entanto, esses processos passam a ser vistos na sua contradição com o heterogêneo externo e interno, constitutivos dos processos de subjetivação.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Até aqui fizemos um breve passeio pela história da AD. Não temos a pretensão de abordar a fundo a história da disciplina em um artigo. Há vários outros trabalhos que o fazem bem (*cf*. Maldidier, 1990a; Mazière, 2007; Souza, 2006). Assim, os recortes históricos e teórico-metodológicos que fizemos nos são importantes para a contextualização do que abordaremos a seguir: o lugar da Psicanálise na tessitura da teoria de Michel Pêcheux.

Para entrar nessa discussão, traremos o texto de Pêcheux que mais privilegia a reflexão dessa relação entre o Discurso e a Psicanálise: *Só há causa daquilo que falha.*

3. Só há causa daquilo que falha: a falha como constitutiva e o registro do inconsciente

Nos primeiros textos de Pêcheux, a noção de sujeito que questionava o sujeito agente, cartesiano e fonte do sentido da Linguística e da Psicologia já estava presente. Desde muito cedo, Pêcheux percebeu que o sujeito da língua estava sujeito à língua e se a língua é uma ferramenta, nada mais é do que uma "ferramenta imperfeita", que mais usa o sujeito do que se permite ser usada (Henry, 2013). Pêcheux sempre esteve convencido de que falar do sujeito é falar do sujeito histórico, um histórico determinado historicamente por processos dos quais o sujeito não se dá conta, por via do inconsciente. Daí sua aproximação com a Psicanálise já nos textos de Thomas Herbert.

Podemos dizer que a noção de sujeito se ajustou ao caminhar da teoria. E se ajustar significa ser incorporada a partir das condições de produção da conjuntura teórica, social e intelectual da época. Na AD-1, como vimos, o sujeito já é pensado como inconsciente, não sabedor dos seus processos de interpelação pela ideologia. Na AD-2, quando se ultrapassa o conceito de FD fechada e justaposta, o sujeito começa a perder sua impermeabilidade e fica, por assim dizer, vulnerável às ideologias de outras FD que, nas inter-relações, atravessam a FD dominante a que o sujeito se filia. Por fim, na AD-3, no primado da heterogeneidade, o sujeito se pulveriza em sua constituição, sendo afetado mesmo pelo outro. Há uma alteridade constitutiva que transforma o outro em elemento fundamental na própria concepção do mesmo.

No primeiro momento, munido das reflexões de Althusser, Pêcheux insistiu em trazer o sujeito inconsciente da Psicanálise para dialogar com o Materialismo Histórico, capitão do barco da teoria e que, como já dissemos acima, considerava a Psicanálise disciplina pequeno-burguesa que esvaziava a luta de classe. Mesmo com o deslocamento do foco da análise do interior da FD para as relações entre FD, no segundo momento, o sujeito continua assujeitado à "maquinaria discursiva" e vivendo na "ilusão necessária" de se achar centro do dizer. Segue sendo um sujeito do inconsciente e, assim, a Psicanálise segue como coadjuvante da teoria, já sem a grande resistência do Materialismo. A diminuição da resistência se dá muito por conta de "uma difusão sem precedente da prática psicanalítica" na França da década de 1970, que rompeu algumas barreiras e preconceitos (Calligaris, 2019, p. 124). Ainda assim, Pêcheux reconhece que ainda faltava à AD se apropriar de fato de uma teoria do sujeito própria. "O que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador" (Pêcheux; Fuchs, 1997, p. 171). Na terceira fase da AD, as máquinas discursivas explodem e com elas os conceitos arrumados e assépticos que ainda insistiam na teoria. É o início do fim da metodologia informatizada[8] e o começo de uma outra fase para Pêcheux, que veio a ser interrompida abruptamente por sua morte em 1983.

A Psicanálise se faz presente de forma forte nas teorizações de Pêcheux, sendo a relação Discurso-Psicanálise objeto de discussão e debate no colóquio *Materialidades Discursivas*, em Nanterre, em abril de 1980. Pêcheux começa a enfatizar as contradições internas de um mesmo discurso, o que faz de forma veemente, defendendo Althusser das críticas de reprodutivismo com Françoise Gadet, em um artigo escrito em 1982, mas só publicado no Canadá em 1991 (Pêcheux; Gadet, 2011. p. 93).

Como já afirmamos, todo esse percurso para se pensar a Psicanálise na obra de Pêcheux é culminado com seu texto "Il n'y a de cause que de ce qui cloche", escrito em 1978. O texto só foi publicado em 1982, como anexo na versão em inglês de *Les Vérités de La Palice*[9].

No artigo, Michel Pêcheux começa apontando que a efervescência teórica que a França vivia demandava um retorno crítico à "Tríplice Aliança" (Althusser, Lacan e Saussure) que fundamentava a teoria do discurso. Pêcheux reconhece que os erros e "equívocos" apontados

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

correspondiam não a erros e equívocos, mas à própria natureza heterogênea e contraditória da teoria. Ele diz também que intervir filosoficamente é necessário para fazer nascer algo novo. (Pêcheux, [1978] 1988, p. 294).

Pêcheux afirma que Althusser enunciou teoricamente, com respeito ao sujeito da ideologia, que o Marxismo apresentava uma relação teórica com certos conceitos psicanalíticos, na linha do trabalho de Althusser sobre Freud e Lacan (p. 296). A despeito dessa interlocução, o trabalho de Althusser, lembra Pêcheux, recebeu pesadas críticas de ser funcionalista. Pêcheux, com isso, diz que já em *Les Vérités de La Palice* preferiu caracterizar a luta ideológica de classes como um processo de "reprodução-transformação" das relações de produção existentes. Trazia aqui, portanto, as contradições constitutivas da ideologia que permitiam e permitem sair de um mecanicismo automático de assujeitamento, evitando, assim, a reprodução das relações *ad infinitum.* Incluir a possibilidade de transformação permite pensar na possibilidade da ruptura do sujeito com a ideologia dominante que o assujeita.

A "ruptura" é um conceito fundamental para nós, neste texto, porque ele representa a falha, o espaço da deriva e, portanto, a existência de uma política da resistência do sujeito à ideologia que o domina. Pêcheux afirma que é no espaço da deriva que a AD pretende trabalhar (Pêcheux (1988] 1990, p. 53).

Michel Pêcheux segue o texto fazendo uma retificação, uma "autocrítica" à forma como punha o sujeito. Questiona o involuntário mas presente retorno idealista do primado da teoria sobre a prática em *Les Vérités...*, o que, obviamente era epistemologicamente incompatível com o Materialismo. Diz ele: "levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*" (p. 300). Pêcheux:

> Assim, ficava contornado, com toda obstinação filosófica possível, o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão escritos na

> simultaneidade de um batimento, de uma "pulsação" pela qual o *non-sens* inconsciente não para de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar" (p. 300).

E continua:

> Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura: o que falta é essa causa, na medida em que ela se "manifesta" incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho etc.) no próprio sujeito, pois os traços conscientes do significante não são jamais "apagados" ou "esquecidos", mas trabalham sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sense* do sujeito dividido. (p. 300)

Essa presença do discurso psicanalítico no texto traz implicações para a compreensão da interpelação ideológica, que ganha agonística. "Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual*, supõe reconhecer que não há ritual sem falhas, enfraquecimentos e brechas [...]." (p. 300-301)[10]. Pêcheux reconhece o registro do inconsciente como um plano que funciona exteriormente ao ideológico. E diz:

> Retraçar a vitória do lapso e do ato "falho" nas falhas da interpelação ideológica não supõe que se faça agora do inconsciente a fonte da ideologia dominada, depois do fracasso de fazê-lo o impulso do superego da ideologia dominante: a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente (p. 301).

Pêcheux traz a falha como constitutiva e afirma a existência de um registro do inconsciente que funciona em um plano diferente do ideológico, mas reconhece que ambos se tocam materialmente. Ele reconhece também que o inconsciente é fundamental na constituição do sujeito e diz que "se, na história da humanidade, a revolta é

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história". Pêcheux completa: "e se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico" (p. 302).

É como dizem Pêcheux e Gadet em texto apresentado em 1982: "Contra o narcisismo da comunicação bem-sucedida, tentamos afirmar o valor político e histórico da falha" (Pêcheux; Gadet, [1991] 2011, p. 105).

É inevitável pensar na subjetivação a partir da Psicanálise nesse momento.

A linguagem nos separou da natureza. A entrada no simbólico nos proíbe que os instintos se realizem plenos. Portanto, a linguagem subverte as determinações do instinto. Não comemos só por fome, não fazemos sexo só para procriar, nosso sono não é só fisiológico. Perdemos a fome ou comemos em excesso por algum motivo, deixamos de fazer sexo por questões ideológicas ou morais, perdemos o sono preocupados com algo. O que nos rege é o que Freud chamou de *pulsão* (Freud, [1915] 2013). É essa falta imposta pela contingência da língua e, portanto, no plano do ideológico que constitui o ser humano e que move a vida. A falha é uma característica da língua, não um problema. É a revolta de que fala Pêcheux.

Os sonhos nos dão dicas desses desejos bloqueados pelas leis sociais. Tentando tamponar o buraco intamponável, inventamos sentidos. Às vezes remendamos parcialmente e a vida segue. Às vezes não. E o mal-estar gera a neurose, a angústia, o vazio. Tudo começa com a inadiável entrada do sujeito na linguagem. Só que a linguagem é polissêmica e se agarrar a ela não nos protege em definitivo. É uma areia movediça. Há a falta sempre, que a constitui. Lacan, mais tarde, no *Seminário 10 – a angústia –*, vai dizer exatamente que a angústia vem da falta que o Outro nos desperta como causa de desejo (Lacan, [1962] 2005). Manoel de Barros traduz isso em poesia quando diz que "Tem mais presença em mim o que me falta"[11].

Safatle (2007) diz, ainda a respeito do eu libidinal que precede e depois acompanha o eu ideológico:

> Para Freud, há algo anterior aos processos de socialização, algo que não é ainda um Eu, mas um corpo libidinal polimorfo e inconsistente. Isso nos explica por que os processos de socialização tendem a se impor através da repressão do corpo libidinal, da culpabilização de toda exigência de satisfação irrestrita perpetuando, com isso, relações de agressividade profunda contra aquilo que serve de ideal. Há um preço alto a pagar para ser um Eu. (p. 18).

Tudo aquilo a que renunciamos – ou somos feitos renunciar – nos volta de formas insuspeitadas.

Resumindo:

O indivíduo nasce, libidinal, sob o signo do desejo, da pulsão. Ao entrar na linguagem, marcado pela falta constitutiva do inconsciente, é assujeitado e, portanto, subjetivado por um processo de interpelação pela ideologia. Ao interpelar o sujeito, o simbólico da língua constrói seu imaginário ideológico, em um o processo que é falho porque há o equívoco, porque há a irrupção do Real no Simbólico[12]. Há o Real da História. Daí a possibilidade do sujeito se desidentificar e romper com uma ideologia dominante, sendo, no entanto, imediatamente capturado por outra, pois não há lugar fora da ideologia. Ao mesmo tempo, no plano do inconsciente, o simbólico da língua que interpela o sujeito no plano da ideologia contingencia o sujeito do desejo, brecando suas pulsões. No entanto, como esse também é um processo manco – e só há causa daquilo que falha –, e porque há a falta, há o Real da Língua – *lalangue* (Lacan, [1972] 1982) –, a pulsão irrompe em forma de atos falhos, sonhos, chistes para aliviar o contingenciamento da língua, enquanto busca seus destinos (Freud, [1915] 2013). Ao buscar esses destinos (a neurose, a sublimação ou/e a somatização) e, no caminho, buscar os alívios na linguagem valendo-se das brechas, a pulsão motiva a deriva do sujeito e se põe sempre a postos para municiar sua resistência às injunções ideológicas da língua.

Enfim, se para a AD há o assujeitamento pela ideologia, num movimento centrípeto, para a Psicanálise há a resistência a esse assujeitamento pela pulsão, num movimento centrífugo. O sujeito é sujeito ideológico e sujeito pulsional ao mesmo tempo, vivendo a agonística das contradições do Simbólico da língua, buscando abrigo

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

no Imaginário construído, mas fustigado pelo Real que não cessa de se fazer presente.

Podemos dizer, então, que o sujeito do inconsciente é exterioridade ao sujeito ideológico. É uma exterioridade ligada materialmente pela categoria do sujeito e pelo registro do simbólico na interpelação e na resistência. Assim, embora o sujeito do Discurso não seja o sujeito da Psicanálise, a AD leva em conta a relação da ideologia com o inconsciente.

O que motiva, afinal, a discussão sobre Psicanálise aqui?

4. À guisa de conclusão: percursos andados e caminhos a percorrer

Nesses 50 anos da AAD-69, obra inaugural da AD, muita coisa aconteceu. Temos, hoje, o benefício de olhar para trás e compreender os movimentos que Michel Pêcheux produziu no calor do momento, de forma inquieta sempre, desde as "grandes construções" até "a desconstrução domesticada", nas nomeações de Maldidier (1990a).

Desde cedo, Pêcheux traz a Psicanálise para pensar um sujeito fora do idealismo, cujo sujeito agente não lhe servia, com tudo o que significava política e teoricamente trazer a Psicanálise para dialogar com o Materialismo de então. Pêcheux não abandona a Psicanálise no caminho. Ao contrário. Vai percebendo cada vez a necessidade de reinscrever o sujeito dividido com base em Freud e Lacan na teoria que desenvolvia.

No entanto, a Análise de Discurso não é Psicanálise e nem a Psicanálise é Análise de Discurso. Há coisas que uma pode dizer a outra e há coisas que absolutamente não lhes interessa dizer. Ao trazer a Psicanálise para o diálogo, Pêcheux inaugura uma outra forma de pensar a linguagem, no entremeio (Orlandi, 1996), às margens das chamadas ciências humanas, entre as quais ela opera um profundo deslocamento de terreno. É esse deslocamento de terreno que precisa sempre ser trabalhado teoricamente e que nos convocou a escrever esse texto, apontando a necessidade de se pensar o duplo plano em que opera o processo de subjetivação.

O duplo plano compõe-se do assujeitamento ideológico do indivíduo, objeto da AD, e a resistência pulsional do sujeito do inconsciente, objeto da Psicanálise. Por exemplo: um homossexual que apoia politicamente um candidato a presidente que se inscreve em um

discurso homofóbico, naturalizando a homofobia pelo apagamento histórico da ideologia, talvez não seja tão bem resolvido com sua sexualidade – embora possa enunciar que o seja – a ponto do desejo pulsional, que escapa à análise discursiva, fazê-lo ansiar inconscientemente por um Pai, uma lei no sentido lacaniano, que lhe dê um corretivo.

Se a língua é fascista, "porque o fascismo não consiste em impedir de dizer, mas em obrigar a dizer" (Barthes 1997, 16), há a resistência à injunção por parte do sujeito do inconsciente, que aproveita o ritual com falhas da língua para vencer pequenas batalhas de sentido. Estamos com Achard (2007) quando nos diz que:

> é preciso admitir esse jogo de força simbólico que se exerce no reconhecimento do mesmo e de sua repetição. Por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais (p. 16).

Apesar dos percursos andados ainda há caminhos a percorrer. Outras aproximações entre AD e Psicanálise podem e devem ser tentadas. O interdiscurso pode encontrar na Psicanálise uma relação especular com *infamiliar* freudiano (Freud [1919] 2019)? Como pensar a relação posta por Pêcheux do inconsciente e do pré-consciente, da primeira tópica freudiana, com os esquecimentos número 1 e número 2 no quadro da segunda tópica (id-pulsão, ego-sujeito assujeitado e superego-discurso?) E os esquecimentos na relação com a distinção lacaniana outro/Outro? De que forma os registros lacanianos do Real, do Simbólico e do Imaginário, com o *objeto a* na interseção do nó, encontram encaixe na teoria do discurso, no plano da ideologia ou vice-versa? Qual é a relação possível entre "a ilusão de estar na fonte do sentido" (Pêcheux [1975] (1997), p. 169) e a inversão do *cogito* cartesiano de Lacan, que afirma que somos onde não pensamos? Essas são algumas perguntas produtivas que podem ainda ser feitas para fazer ranger as teorias, ambas, e ampliar ainda mais o caminho aberto por Michel Pêcheux pela via do sujeito do inconsciente, quando aqui, no terreno dessa discussão, ainda era tudo mato, como se diz no linguajar das redes sociais digitais.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Como bem diz Mariani (2012), o papel da Psicanálise na AD é, minimamente, incomodar os analistas de discurso com esse pouco-sentido (p. 61). E esse incômodo produtivo se deve ao fundamental pioneirismo de Michel Pêcheux, que fez do discurso e da Análise de Discurso um interesse de nunca acabar.

Referências Bibliográficas

ACHARD, P. (2007). "Memória e produção discursiva do sentido". In: ACHARD, P.; DAVALON, J.; DURAND, J-L; PÊCHEUX, M.; ORLANDI, E. Papel da Memória. 2. ed. Campinas: Pontes.

ALTHUSSER, L. (1996). "Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado [1969]". In: ZIZEK, S. *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142.

ALTHUSSER, L. (1984). "Freud e Lacan". In: ALTHUSSER, L. *Freud e Lacan. Marx e Freud.* Rio de Janeiro: Graal, p. 47 a 71.

ANDRÉ, J.; FUCHS, C. (1997). *Ordinateurs, programmation et langues naturelles*. Tours: Meme.

BARTHES, R. (1997). *Lição*. Lisboa: Edições 70.

CALLIGARIS, C. (2019). *Cartas a um jovem terapeuta: reflexões para psicoterapeutas, aspirantes e curiosos*. São Paulo: Planeta do Brasil.

CONEIN, B; COURTINE, J. J.; GADET, F.; MARANDIN, J. M.; PÊCHEUX, M. (1981) *Matérialités discursives.* Lille: Presses Universitaires de Lille.

FREUD, S. (2019). *O infamiliar [Das Unheimliche] [1919]*. Belo Horizonte: Autêntica.

FREUD, S. (2013). *A pulsão e seus destinos [1915]*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

GADET, F.; HAK, T. (org) (1997). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. (1997). "Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969". In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. (2007). "A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso". In: BARONAS,

Roberto L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores.

HELSLOOT, N.; HAK, T. (2007). *Pêcheux's contribution to Discourse Analysis*. FORUM: qualitative social research. Vol 8 n 2, Art 1. Berlin.

HENRY. P. (2013). *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

HERBERT, T (PÊCHEUX, M.). (1995). *Observações para uma teoria geral das ideologias*. Rua, 1, Campinas: Editora da Unicamp, p. 63-89.

HERBERT, T. (PÊCHEUX, M.). (2011) "Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social". In: ORLANDI, E. (Org.). Análise de discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, p. 21-54.

LACAN, J. (1982). *O Seminário, livro 20 –mais, ainda...* . Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1998). *O seminário, livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (2005). *O Seminário, livro 10 – a angústia.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (2005). "O simbólico, o imaginário e o real". In: LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MALDIDIER, D. (Org.) (1990a). *La inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis e présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres.

MALDIDIER, D. (1990b). "(Re)lire Michel Pêcheux aujoud'hui". In: MALDIDIER, D.(Org.). *La inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis e présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres.

MARIANI, B. (2012). "Larissas: ou quando a falta do sentido faz sentido outro". (2012). In: MARIANI, B.; ROMÃO, L. M. S.; MEDEIROS, V.(orgs). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*, Rio de Janeiro: 7Letras.

MAZIÈRE, F. (2007). *A análise do discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola.

NARZETTI, C. (2012). *O projeto teórico de Michel Pêcheux: de uma teoria geral das ideologias à Análise do Discurso*. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

ORLANDI, E. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.

PÊCHEUX, M. (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.

PÊCHEUX, M. (1997). "A Análise de Discurso: três épocas". In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61- 162.

PÊCHEUX, M. (1988). "Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação". In: PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Ed. Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1990). "Remontons de Foucault à Spinoza". In: MALDIDIER, D. (Org.). *La inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux choisis e présentés par Denise Maldidier*. Paris: Éditions des Cendres.

PÊCHEUX, M. (1988). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1997). "Análise Automática do Discurso - AAD-69*"*. In: GADET, F.; HAK, T. (org). *Por uma análise automática do discurso*. 3 ed. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61- 162.

PÊCHEUX, M.; GADET, F (2011). "A língua inatingível". In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi.* Campinas: Pontes.

PÊCHEUX M.; FUCHS, C. (1997). "A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas". In: GADET, F.; HAK, T.(org). *Por uma análise automática do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp p.163-252.

SAFATLE, V. (2007). *Lacan*. São Paulo: Publifolha.

SOUZA, S. A. F. (2014). *Análise de discurso: procedimentos metodológicos*. Manaus: Census.

SOUZA, S. A. F. (2006). *Conhecendo análise de discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Valer.

TFOUNI, L.; PROTTIS, M.; BARTIJOTTO, J. (2017). ... *lá onde o amor é tecido de desejo ...: lalangue e a irrupção do equívoco na*

língua. Cad. Psicanál. (CPRJ), Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p. 141-159, jan./jun.

Palavras-chave: AAD-69, Psicanálise, Resistência.
Keywords: AAD-69, Psychoanalysis, Resistance.

Notas

---

* Doutor em Linguística (UNICAMP) e psicólogo clínico. Professor do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFAM). Líder do Grupo de Pesquisa Discurso e Práticas Sociais (UFAM/CNPq).

[1] PÊCHEUX, Michel. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In PÊCHEUX, Michel. **(**1988).

[2] Pêcheux, em depoimentos dado a Woetzel e Geir, citado em HELSLOOT, Niels; HAK, Tony (2007) afirma: "Éramos fascinados por Harris porque sentimos que ele poderia oferecer algo que permitisse escapar de posições hermenêuticas meramente intuicionistas e posições positivistas 'lexicométricas'".

[3] A interface informatizada da teoria permaneceu ainda por um bom tempo, até perder força na década de 1980.

[4] Para maiores explicações sobre o processo de análise, cf. ORLANDI (1999) e SOUZA (2014).

[5] Paul Henry (1993) propôs o termo "pré-construído" para dar conta da presença do outro e para designar o que remete a uma construção anterior e exterior ao discurso do sujeito. O que se escuta é sempre atravessado por algo que já foi dito, atravessado por um dito anterior. Para Henry, o discurso não funciona de modo isolado, ele está sempre ligado a outros discursos que se convocam, que são convocados por sua materialidade. O pré-construído é algo que fala sempre antes, em outro lugar e independentemente, determinado materialmente no interdiscurso. Em outros termos, o pré-construído é um elemento do interdiscurso reinscrito no (intra)discurso e se caracteriza por ser proveniente da exterioridade, numa proveniência que é esquecida.

[6] As atas do colóquio estão em CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (1981).

[7] *Cf*. PÊCHEUX (1977) in MALDIDIER (1990a). A admoestação de Michel Pêcheux em *Remontemos* reclama uma preocupação política e prática dos acadêmicos universitários envolvidos com a análise do discurso. Pêcheux cobrava o posicionamento político de seus colegas dentro da contradição marxista da luta de classe e fazia coro ao marxismo que afirma que Foucault, ao secundarizá-la, esvaziava essa luta.

[8] O fascínio de Michel Pêcheux pela informática sempre foi muito claro. Houve, inclusive, um início de atualização dos procedimentos informatizados nos anos 1980, com o *software* DEREDEC, levado a cabo após a morte de Pêcheux (*cf.* Mazière, 2007, p. 71).

[9] O texto encontra-se traduzido em português em *Semântica e discurso* (Pêcheux, 1988).

[10] A nota 22 de *Só há causa...* é um excelente exemplo do que Pêcheux argumenta. "Esse ponto de realização impossível do assujeitamento ´perfeito`, no interior do

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

processo de trabalho imposto pelo modo de produção capitalista, surge nessas poucas linhas, tiradas da narrativa autobiográfica de um militante intelectual empregado durante um ano como OS 2 em uma das indústrias Citroën; ele fala do trabalho em série: E se a gente se dissesse que nada tem muita importância, que basta se habituar a fazer os mesmos gestos de uma forma sempre idêntica, aspirando somente à perfeição plácida da máquina? Tentação de morte. Mas a vida se revolta e resiste. O organismo resiste. Algo no corpo e na cabeça, se fortalece contra a repetição e o nada. A vida: um gesto mais rápido, um braço que pende inoportunamente, um passo mais lento, um sopro de irregularidade, um falso movimento, a ´reconstrução`, o ´escoamento`, a tática do posto; tudo o que faz com que, nesse irrisório quadrado de resistência contra a eternidade vazia que é o posto de trabalho, haja ainda acontecimentos, mesmo minúsculos, que haja ainda um tempo, mesmo monstruosamente estirado. Esse desajeito, esse deslocamento supérfluo, essa aceleração súbita, essa solda fracassada, essa mão que retoma a vida que se liga. Tudo o que, em cada um dos homens da cadeia, urra silenciosamente: "Eu não sou uma máquina!"." (Pêcheux, [1978], 1988, p.306)

[11] BARROS, Manoel de. **Poesia completa.** São Paulo: Leya, 2010.

[12] Jacques Lacan ([1953] 2005) apresenta o nó borromeu, em que aborda os três registros: o Real, o Simbólico e o Imaginário. Não há espaço neste texto para uma elaboração profunda sobre os registros lacanianos e a AD, o que requeria uma discussão particular. Um excelente texto a respeito é Tfouni, Prottis e Bartijotto (2017).

AAD-69: UMA REFERÊNCIA INCONTORNÁVEL

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (1969)*. Trad. Eni Orlandi. *In:* GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp,1997.

> *é impossível analisar um discurso como um texto*, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, pois é necessário referi-lo ao *conjunto de discursos possíveis* a partir de um estado definido das condições de produção (PÊCHEUX, AAD-69, p. 79).

Cinquenta anos! Isso mesmo! Em 2019, comemoramos os 50 anos de uma obra fundadora: **Análise Automática do Discurso**, conhecida como **AAD-69**, do **professor-filósofo-cientista-militante Michel Pêcheux**[1]. Fazer a apreciação dessa obra fundadora, em uma data festiva como essa, implica retomar memórias históricas de nossas práticas científicas e políticas, mas, sobretudo, também exige pensar a atualidade e, advirto, arriscar dar novos passos em direção ao futuro, em estreita relação crítica com nosso tempo histórico.

Sem dúvida, trata-se de um livro que marcou e continua marcando significantemente cada analista de discurso filiado/a aos trabalhos de Pêcheux[2]. Quem não já ouviu e/ou debateu determinados conceitos em aulas, em seminários e/ou em palestras da área de Linguística, ou citou-o em sua escrita, ou, ainda, mobilizou em suas análises algum termo de caráter conceitual e político? Termos como: efeitos de sentidos, efeito metafórico, condições de produção, processo discursivo, formações imaginárias, relações de sentidos, relações de força e antecipação. Esse

aparato conceitual e experimental é encontrado no livro que ora apreciamos.

Fruto de uma tese de doutorado em Psicologia Social, a primeira edição do livro se deu na França, publicado pela editora Dunod, em 1969, na coleção *Sciences du Comportement*[3]. Esta obra foi traduzida para o Brasil na década de 1990, em consequência do importante trabalho pioneiro de Eni Orlandi e de sua equipe de pesquisadores[4]. Michel Pêcheux (1938-1983), na publicação da AAD-69, já não se apresenta mais sob o pseudônimo de Thomas Herbert, nome com o qual assinava seus primeiros textos[5]. Assim, pois, estamos diante do fundador da **Análise do Discurso** que apresenta um novo objeto de investigação (**discurso**), bem como outra forma de pensar a linguagem, visto que leva em consideração o sentido, a história e o sujeito, com todas as consequências teóricas, metodológicas e políticas daí advindas[6].

O livro AAD-69 está dividido em duas partes, a saber: Parte I – Análise de conteúdo e Teoria do Discurso; Parte II – Descrição de um dispositivo de análise automática do processo discursivo; e termina com uma conclusão intitulada: Conclusões provisórias: perspectivas de aplicação da Análise Automática de Discurso.

Nesta resenha, farei um percurso mais geral, pontuando algumas questões mais amplas para que o/a leitor/a interessado/a possa, depois, aprofundar o estudo, pois reconheço que este trajeto é, também, um gesto de leitura e interpretação[7].

Pêcheux, no início de seu livro, faz uma retomada de questões sobre a Linguística e as práticas de análise de texto, já que considera a existência de "relações de vizinhança" entre elas. Isso é significativo e nos dá pistas de sua reflexão teórica praticada no entremeio das áreas de conhecimento[8].

O autor considera a tradição das práticas de estudo de texto (escolar e gramatical), mas avalia, também, a possibilidade de mudança dessa prática com o acontecimento do Curso de Linguística Geral (CLG), de Ferdinand de Saussure, que possibilitou deslocar a análise da língua: da **função** para o seu **funcionamento**. Ou seja, esse deslocamento permitiu sair da questão de como cada parte significa, para analisar e compreender o funcionamento da língua enquanto sistema.

Com essas novas questões teóricas advindas do âmbito da Linguística Moderna com Saussure, Pêcheux desenvolve sua reflexão

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

crítica sobre os dispositivos de análise. Trata-se de um olhar atento, sabedor de que toda ciência exige que as "ferramentas/instrumentos" e os procedimentos analíticos estejam articulados à teoria para produzir conhecimento. Segundo Pêcheux, até então, as pesquisas com textos utilizavam métodos não linguísticos e/ou paralinguísticos, mas não davam conta da produção de sentidos efetivamente.

Nesse momento, sua crítica incide, especificamente, sobre a Análise de Conteúdo, muito praticada pelas Ciências Humanas, particularmente pela Psicologia social. Além disso, sua crítica também se direcionava a uma concepção ainda reinante, de que a língua serve para a "comunicação", pois esta noção fazia com que, diante do texto, se perguntasse "ingenuamente": "De que fala este texto? Quais são as ideias principais do texto?". Como se o texto fosse somente capaz de simplesmente "comunicar" algo a alguém. O importante dessa crítica é que todas essas questões levam-no a pensar sobre o funcionamento, o objeto de estudo e, sobretudo, a problematizar a noção de texto e de leitura conjuntamente.

Nessa trajetória de reflexão, Pêcheux traz "orientações conceptuais para uma teoria do discurso". Por ser um leitor atento e crítico de Saussure, Pêcheux traz à reflexão as consequências teóricas induzidas por certos conceitos saussurianos[9]. É a partir do conceito de língua, enquanto objeto de ciência Linguística, como parte social da linguagem e fato social exterior ao indivíduo, bem como a língua como instituição social, que Pêcheux desenvolve seus questionamentos para, em seguida, lançar sua proposta de análise automática do discurso. Ele chama esse marco teórico e político de um "deslocamento da perspectiva teórica", ou seja, uma "mudança de terreno".

Para Pêcheux, a "reaparição triunfal do sujeito falante como subjetividade em ato" (AAD-69, p. 71) deriva da oposição saussuriana entre língua e fala. Por isso, cita Jakobson para criticar sua concepção de sujeito, que parece ter uma "liberdade" de atuação à medida que se vai do fonema ao discurso. Chomsky também é citado para ser criticado, pois, na Teoria Gerativa, a frase era considerada criatividade na língua, mas havia uma fragilidade na noção de "normalidade do enunciado" que implicava o efeito de evidência de sentido para o sujeito.

Ao citar esses estudiosos, Pêcheux considera que derivam desses trabalhos dificuldades para a compreensão do **discurso** e, por isso,

problematiza a questão ao retomar do texto de Saussure a frase "a terra gira", já que, segundo Pêcheux, "um linguista pré-copernicano, que, por milagre, conheça as gramáticas gerativas e os trabalhos atuais dos semanticistas, teria certamente colocado uma incompatibilidade entre as partes constitutivas da frase e declarado o enunciado anômalo" (AAD-69, p. 73).

Como bem diz Maldidier (2003), o discurso em Michel Pêcheux é um verdadeiro "nó" onde se intrincam todas as suas grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito. Penso que esta passagem sobre o questionamento do sentido da frase "a terra gira" é uma das mais brilhantes problematizações que Pêcheux desenvolve nesse livro, pois, polemizando, afirma:

> Isso significa que nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a *uma norma* universal inscrita *na* língua, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado (PÊCHEUX, AAD-69, p. 73, grifos de Pêcheux).

Ou seja, Pêcheux provoca o pensamento para questionar tanto a pretensa "universalidade" do sentido na língua como "norma" universal, como também a "singularidade" do sujeito individual na produção de sentidos. Nessa perspectiva crítica, ele propõe discorrer sobre os **mecanismos discursivos** e, por isso, afirma a necessidade de uma mudança de terreno nos trabalhos com a linguagem, ou seja, uma ruptura.

Assim, sua obra apresenta uma reflexão que faz pensar sobre o âmbito da "particularidade" da produção de sentidos, na qual se definem "contratos" linguísticos específicos que possibilitam aos sujeitos determinados dizeres. Destaca-se, também, que nesse campo da particularidade é preciso investigar o **processo de produção do discurso**, e isso exige levar em consideração as "circunstâncias" dadas de um discurso. A esse processo de produção, Pêcheux vai nomear, mais à frente em seu texto, como **condições de produção**. De uma maneira ainda não muito explícita, apresentavam-se aí as condições de produção como domínio da história.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Antes de se debruçar sobre a categoria de condições de produção, Pêcheux fala das implicações do conceito saussuriano de "instituição". Para Pêcheux, mesmo que Saussure considere a língua como instituição social, ignora o avanço da Sociologia, que já distinguia a "*função aparente* de uma instituição e seu *funcionamento* implícito; as normas dos comportamentos sociais não são mais transparentes a seus autores do que as normas da língua o são para o locutor" (AAD-69, p. 76).

Para Pêcheux, é preciso, sobretudo, analisar esse funcionamento não aparente a partir da perspectiva da teoria dos processos discursivos. Por isso, em outro momento de brilhantismo que levanta questões e leva o/a leitor/a à reflexão, Pêcheux dá exemplo do discurso de um deputado na Câmara, para dizer: "um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas" (AAD-69, p. 77).

Com esse exemplo do deputado na Câmara, Pêcheux, em seu gesto teórico-analítico, explora as **relações de forças** existentes entre os elementos antagonistas, as **relações de sentidos** que remetem um discurso a outro, e a **antecipação** que o "orador" experimenta ao se colocar no lugar do "ouvinte" na produção do discurso. Ou seja, estamos diante de uma aula que expõe como o funcionamento do discurso é complexo.

Mas Pêcheux nos alerta que não se trata de fazer uma sociologia das condições de produção do discurso; trata-se de definir os elementos teóricos que permitem pensar os processos discursivos em seu funcionamento:

> [...] mas com a condição de acrescentar imediatamente que este *funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo,* e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamaremos "condições de produção" do discurso (PÊCHEUX, AAD-69, p. 78, grifos de Pêcheux).

Quanto às **condições de produção do discurso**, é preciso dizer que Pêcheux, na sua sabedoria, por um lado, distancia as condições de produção de uma perspectiva "reacional" que deriva de uma leitura psicofisiológica e psicológica do comportamento que anula o produtor e o destinatário, pois se reduz à relação estímulo-resposta. Mas, por outro lado, afasta a perspectiva "informacional" de cunho sociológico

e psicossociológico da comunicação, que apesar de pôr em cena os protagonistas do discurso e o seu referente, fundamenta-se na teoria da transmissão de informação-comunicação-mensagem.

Nessa reflexão, Pêcheux define o **discurso** como **efeito de sentidos** entre os pontos A e B para dizer que não se trata de produção de mensagem, muito menos de informação[10]. Ao tratar de lugares de A e de B (podemos dizer, lugares de sujeitos), Pêcheux esclarece que não se está falando da "presença física de organismos humanos individuais", pois "A e B designam lugares determinados na estrutura de uma **formação social**". E dá exemplos: lugares do patrão, diretor, chefe da empresa etc.; e do funcionário da repartição, do contramestre, do operário[11].

Não poderíamos aqui deixar de dar espaço à própria escrita de Pêcheux:

> Nossa hipótese é a de que esses lugares estão *representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, AAD-69, p. 82, grifos de Pêcheux).

Ao trazer essas questões, Pêcheux está falando de **posições** e **formações imaginárias** projetadas no discurso (lugares presentes, mas transformados) e, assim, apresenta o famoso "quadro"[12] que permite visualizar os **sujeitos** "protagonistas do discurso" na produção de sentidos: imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A ("Quem sou eu para lhe falar assim?"); imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A ("Quem é ele para que lhe fale assim?"); imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B ("Quem sou eu para que ele me fale assim?"); imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B ("Quem é ele para que me fale assim?"). Além disso, também apresenta a questão do referente do discurso a partir dos pontos de vistas de A e B sobre R: "De que lhe falo assim?" – "De que ele me fala assim?".

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

Portanto, o quadro esboça as condições de produção do discurso, tratando do contexto e situação, além do referente do discurso, a partir das perspectivas dos sujeitos protagonistas em determinadas condições de produção.

Pêcheux, ao montar esse quadro, utiliza vetores para a simbolização das representações imaginárias das diferentes instâncias do **processo discursivo**, e torna ainda mais complexa a análise do processo de produção do discurso ao retomar as questões das relações de sentido que se estabelecem nas relações do dizer com discursos anteriores (já-ouvido, já-dito em outras condições de produção) e as relações de forças (elementos de dominância). O autor aborda a questão dos processos discursivos sedimentados em determinadas condições de produção e também de sua transformação enquanto processo estabelecido em condições de produção dadas.

A essa altura do texto, o/a leitor/a já compreende que o discurso não tem origem no sujeito, mas é preciso entender também outra questão: o processo de produção discursiva. Nesse momento, o livro faz a exposição do movimento de sentido, direcionando o olhar analítico para as **séries de superfícies discursivas**. Dessa análise, Pêcheux lança a noção de **efeito metafórico**. Por isso, alerta o/a leitor/a que, levando em consideração dois termos, X e Y, por exemplo, podemos compreender que X e Y são movidos pelas seguintes regras: "nunca são substituídos um pelo outro"; "são substituíveis um pelo outro, às vezes"; "são substituíveis um pelo outro".

O que Pêcheux apresenta é uma reflexão sobre as possibilidades de mudanças nas interpretações quando da substituição de um termo por outro. Nessa direção, enfatiza que o movimento de substituição no discurso só se dá num contexto dado. Em sua análise, apresenta interessantes exemplos, tais como: "brilhante-notável", nos enunciados: "este matemático é (x/y)"/"a luz *brilhante* do farol o cegou". Com isso, mostra como é possível e, às vezes não é possível, fazer tais substituições. Trata-se do que Pêcheux vai chamar mais à frente de sinonímia contextual e de sinonímia não contextual. Então, define o Efeito metafórico:

> Chamaremos *efeito metafórico* o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse "deslizamento de sentido" entre x e y é constitutivo do "sentido" designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas

> linguísticos "naturais", por oposição aos códigos e às "línguas artificiais" (PÊCHEUX, AAD-69, p. 96, grifos de Pêcheux).

Pêcheux apresenta outro esquema que representa a série de efeitos metafóricos que mantém uma ancoragem semântica, fazendo com que um discurso seja equivalente a outro, ou seja, mesmo não tendo na superfície discursiva, aparentemente, termos que os relacionem, os discursos estão ligados a uma série de efeitos metafóricos. Isso significa que os discursos também estão ligados entre si por movimentos de substituições, deslocamentos e deslizamentos de sentido. Neste momento, Pêcheux trabalha na "superfície discursiva" para chegar à estrutura do processo de produção em seu contexto e às implicações do efeito de dominância numa sequência discursiva, mas observa que é importante não perder de vista as determinações dos processos discursivos pelas suas condições de produção.

A segunda parte do livro AAD-69, intitulada: "Descrição de um dispositivo de análise automática do processo discursivo", é, talvez, a parte mais complexa do livro, por conta de operações abstratas e descrições formais, e apresenta gráficos dos processos discursivos. Pêcheux faz um "esboço" em forma de esquemas desses processos em funcionamento. Nessa parte, ele "codifica", traz gestos formais em diferentes níveis de análise, visando à automatização da análise discursiva. Palavras como "forma, registro, concatenações, expansões, saturações" são constantemente convocadas nessas páginas.

Do mesmo modo, há uma referência à Linguística que se dá através de termos como enunciado, enunciação, *lexis*, sintagma nominal, sintagma verbal, tempo, modo, ênfase. Outras categorias morfossintáticas deslizam textualmente nessa parte do livro e aparecem como requisitos indispensáveis à análise e à automatização desse processo. Entretanto, ressalta Pêcheux que "propusemos um *procedimento* e não uma *teoria da língua*, entendendo-se que esse procedimento repousa sobre pressupostos teóricos que exigem precisamente ser explicitados e criticados pelo linguista" (AAD-69, p. 122).

Esta parte do livro, além de parecer mais complexa, por ser mais esquemática, pode assustar o/a leitor/a não familiarizado com os algoritmos, pois aparecem muitas notações, por exemplo: π, ψ, ϵ, $\leq$, $\neq$, $\emptyset$, $+$, $>$, $*$, Δ, que Pêcheux utiliza, segundo ele, para "simplificar a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

escrita" no cálculo da série/cadeia dos operadores e dos domínios semânticos no sistema automático. De certo modo, o efeito dessa escrita "formal" é bastante paradoxal para o/a analista de discurso, pois requer do/a leitor/a outros conhecimentos e, certamente, maior concentração para acompanhar o entendimento dessa parte da obra.

Como afirma Maldidier (2003, p. 25), "A AAD-69 era uma máquina de abrir questões mais do que dar respostas". E é pensando nisso que direciono agora o olhar para o modo como Pêcheux finaliza seu livro, com conclusões que ele denomina "provisórias", pois ele frisa a incompletude do projeto da AAD-69. Assim, o próprio Pêcheux aponta que há limites nessa obra, porquanto afirma que o que foi apresentado é apenas o esboço de um programa de análise.

Dificuldades são muitas; apelos aos linguistas, matemáticos e sociólogos aparecem no final do texto. Mas há outro ponto que quero destacar: Michel Pêcheux retoma a questão da leitura ou, melhor dizendo, das condições da prática da leitura e dos princípios desta leitura. Assim, deixa traços de suas problematizações futuras: o exterior do discurso, suas "ausências", os não-ditos e a relação com os ditos em outros lugares.

Já me encaminhando para a finalização dessa apreciação, é necessário dizer que o livro AAD-69, embora datado, é uma obra que continua aberta e não se esgota em si mesma. Permanece sendo um livro importante para todo/a pesquisador/a que se aventura na perspectiva teórica, analítica e política do discurso. Sem dúvida, AAD-69 traz os alicerces da Análise de Discurso que praticamos na atualidade, e continua a nos exigir que nos lancemos à frente de nosso tempo. Fazer uma resenha dessa obra que comemora 50 anos não é apenas fazer uma apreciação, ou mesmo uma homenagem a Michel Pêcheux em uma data festiva; a meu ver, é também uma forma de divulgar conhecimento e viabilizar o acesso a ele.

Nos tempos difíceis que vivenciamos na atualidade (ataques de toda ordem contra os sujeitos da classe trabalhadora, contra o meio ambiente em sua dimensão planetária, contra a educação em seu caráter humanizador e contra a ciência em suas descobertas e práticas políticas), fazer retomadas dessa obra fundadora permite, também, pensar criticamente o nosso presente e levantar questões sobre o nosso futuro. Nessa conjuntura histórica, é preciso perguntar: o que nos cabe enquanto analistas de discursos?

No momento, não tenho clareza da resposta à pergunta acima, mas posso tomar algo como pressuposto: a ciência é uma necessidade sócio-histórica e sua dimensão política cumpre função no movimento de reprodução/transformação das condições materiais e ideológicas de produção. Desse modo, essa obra é uma referência que tem importância crucial e incontornável para a compreensão tanto do discurso e seus efeitos de sentidos, como para o entendimento da nossa práxis social enquanto sujeitos históricos.

Concluo este escrito renovado pelos sentidos outros que a releitura me proporcionou e desejoso de que o/a leitor/a desta resenha seja bastante curioso/a para buscar, a partir do estudo dos textos desse professor-filósofo-cientista-militante, pensar e repensar a realidade social em sua contraditoriedade, refletir sobre a produção do discurso no cotidiano e nos espaços da política, analisar as condições de produção, compreender os efeitos metafóricos de deslizamentos que desaguam nos mesmos e em outros efeitos de sentidos.

Analisando esses 50 anos, compreendo que AAD-69 continua a ultrapassar os limites da época histórica em que foi produzido, pois atravessou continentes, rompeu fronteiras, afetou sujeitos, transformou práticas científicas e políticas de linguagem, incomodou e produziu deslocamentos.

Desse modo, nós, analistas de discursos, reconhecemo-nos com sensibilidade nesse livro fundador e, sobretudo, também nos reconhecemos no rigor teórico e no gesto político de toda obra de Michel Pêcheux. Por isso, esse livro continua a produzir importantes efeitos. Posso afirmar que a leitura de AAD-69 nos traz a alegria de pertencer e nos reconhecer nessa história e, sobretudo, nos traz coragem e fôlego para nos confrontarmos com nossa conjuntura histórica conturbada.

Além disso, posso dizer que, levando em consideração nossas atuais condições de produção, fica o desafio de, analisando discursos, poder projetar o nosso futuro com a esperança de outro mundo possível. Por fim, quero enfatizar nossa postura ética e de responsabilidade política retomando Pêcheux nas conclusões de seu belo livro, AAD-69, quando nos alerta: “Lembremos que um imenso trabalho fica por se efetuar...”. Acrescento: que isso nos encoraje a continuar a compreender a realidade social e histórica em suas condições de produção, a analisar a produção de sentidos em seu caráter ideológico e político, bem como a

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

apreender de modo radicalmente crítico as práticas dos sujeitos a partir dos processos discursivos. Continuemos o trabalho!

Helson Flávio da Silva Sobrinho
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Pesquisador do CNPq

Referências bibliográficas

ADORNO, Guilherme *et al*. (2019). *Encontros na análise de discursos: efeitos de sentidos entre continentes*. Campinas-SP: Editora da Unicamp.

GADET, Françoise *et al*. (1997). Apresentação da conjuntura em Linguística, em Psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp.

HENRY, Paul. (1997). Os fundamentos teóricos da "Análise Automática do Discurso" de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª edição. Campinas-SP: Ed. da Unicamp.

MAINGUENEAU, Dominique. (2008). Michel Pêcheux: três figuras. In: BARONA, Roberto & KOMESU, Fabiana (Orgs.). *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na análise do discurso*. Campinas-SP: Mercado de Letras.

MALDIDIER, Denise. (2003). *A inquietação do discurso: (re) ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes.

ORLANDI, Eni. (2005). A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M.ª Cristina (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz.

ORLANDI, Eni. (1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes.

SILVA SOBRINHO, Helson. (2018). "Os (des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso". In: BALDINI, Lauro & BARBOSA FILHO, Fábio. *Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades*. Vol. 2. Campinas:

Pontes.

Notas

[1] "Passamos a denominar Michel Pêcheux como professor-filósofo-cientista-militante a partir de uma palestra, quando me referi a Pêcheux como um filósofo. O auditório, contrapondo-se a isso, disse que ele não era um filósofo, porque não era como Platão, Kant e Hegel. Interessante essa fala do auditório, pois tomava como exemplos 'legítimos' os filósofos idealistas. Repliquei, em seguida, alargando a denominação, na tentativa de explicitar a riqueza e a fecundidade dos trabalhos de Pêcheux, considerando, sobretudo, sua inserção na política, sua reflexão filosófica, seu fazer ciência e sua capacidade de reunir estudiosos diversos em torno de determinadas inquietações sobre o discurso, o sujeito e a História" (SILVA SOBRINHO, 2018, p. 59).

[2] Segundo Maingueneau (2008, p. 79): "O nome de Michel Pêcheux permite, na atualidade, que certo número de pesquisadores situe-se em nível teórico no campo da análise do discurso", mas "Não é fácil definir o projeto intelectual de Pêcheux", pois seu pensamento emergiu de diversos espaços: "psicologia social, marxismo, ciências da linguagem, epistemologia das ciências humanas, semântica, filosofia da linguagem, análise automática do texto... [...]. O pensamento de Pêcheux é daqueles que não se deixam circunscrever em um território".

[3] Segundo Maldidier (2003, p. 19), "*Análise Automática do Discurso* é um livro original que chocou lançando, à sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido [...]. A elaboração da *Análise Automática do Discurso* é o objeto de uma tese universitária defendida em 1968".

[4] A tradução se encontra no livro organizado por Françoise Gadet e Tony Hak, na coletânea intitulada "Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux". Sobre o encontro de Eni Orlandi com essa importante obra, sugerimos a entrevista dada por Eni Orlandi ao Coletivo Contradit (Coletivo de trabalho: discurso e transformação), publicada no livro "Encontros na Análise de Discurso: efeitos de sentidos entre continentes".

[5] Cf. Henry (1997): "Os fundamentos teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux".

[6] É importante que o/a leitor/a compreenda um pouco da conjuntura histórica da ADD-69 na França, especialmente questões em torno de Saussure e do Estruturalismo; a recepção de Chomsky e a Gramática Gerativa; o trabalho de Harris, *Discurse analysis*; os trabalhos de Jakobson e o esquema de comunicação; Benveniste e questão da enunciação; Culioli e os estudos de tradução automática. Cf. (GADET et al., 1997).

[7] Sugerimos ao leitor/a interessado/a na obra que seja feita uma leitura cuidadosa do livro AAD-69 sem desprezar as notas de rodapé que seguem nas páginas finais do livro. São notas do próprio Michel Pêcheux, mas também 29 notas bastante esclarecedoras de Françoise Gadet, Jacqueline Léon, Denise Maldidier e Michel Plon.

ISSN 1519-4906
e-ISSN 2674-7375
LÍNGUAS e INSTRUMENTOS LINGÜÍSTICOS

[8] Sobre a nomeação disciplina de "entremeio", ver ORLANDI (2005, p. 76): "A reflexão discursiva, enquanto disciplina de 'entremeio', remete a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias".
[9] Michel Pêcheux "revela, desde 1969, uma grande familiaridade com o texto de Saussure: uma leitura informada, inteligente e pessoal, que faz realmente operar as noções saussurianas" (GADET *et al*., 1997, p. 41).
[10] Eni Orlandi esclarece que "A noção de discurso, em sua definição, distancia-se do modo como o esquema elementar da comunicação dispõe seus elementos, definindo o que é mensagem [...]. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores" (1999, p. 21).
[11] Ao mencionar que "A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social", podemos identificar pistas do materialismo histórico produzindo efeitos na reflexão desenvolvida por Pêcheux. Formação social é um dos conceitos fundamentais para compreender o funcionamento de uma determinada sociedade.
[12] Por questão de espaço não reproduziremos neste texto o quadro já bastante conhecido entre os estudiosos do discurso. No entanto, vale ressaltar que o quadro deve ser sempre revisitado para que possamos trazer novas questões.